



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ELIAS SANTOS SEREJO

COMUNICAÇÃO, NEOCONSERVADORISMO E RECONHECIMENTO: tensões,
contradições e disputas acerca das noções de família no Brasil em ambientes de visibilidade
ampliada

BELÉM/PARÁ
2023

ELIAS SANTOS SEREJO

COMUNICAÇÃO, NEOCONSERVADORISMO E RECONHECIMENTO: tensões,
contradições e disputas acerca das noções de família no Brasil em ambientes de visibilidade
ampliada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Danila Cal.

Linha de pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídia na Amazônia

BELÉM

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S483c Serejo, Elias Santos.
Comunicação, neoconservadorismo e reconhecimento :
Tensões, contradições e disputas acerca das noções de família no
Brasil em ambientes de visibilidade ampliada / Elias Santos Serejo.
— 2023.
246 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém, 2023.
1. Família. 2. Neoconservadorismo. 3. Debate público. 4.
Democracia. 5. LGBTQIA+. I. Título.

CDD 302.2

ELIAS SANTOS SEREJO

COMUNICAÇÃO, NEOCONSERVADORISMO E RECONHECIMENTO: tensões, contradições e disputas acerca das noções de família no Brasil em ambientes de visibilidade ampliada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Danila Cal.

Linha de pesquisa: Processos Comunicacionais e Mídia na Amazônia

Data de avaliação: 29 de setembro de 2023

Resultado: Aprovado

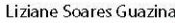
Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL LAGE**
Data: 21/11/2023 18:46:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Danila Gentil Rodriguez Cal Lage
(PPGCOM/UFPA – Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA MILLENA BIROLI TOKARSKI**
Data: 22/11/2023 11:37:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski
(PPGCP/UnB – Examinadora externa)

Liziane Soares Guazina
 **Liziane Soares Guazina**
Data: 2023.11.30 22:30:05 +01'00'

Profa. Dra. Liziane Soares Guazina
(PPGCOM/UnB – Examinadora externa)

Documento assinado digitalmente
 **MANUELA DO CORRAL VIEIRA**
Data: 20/11/2023 11:36:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Manuela do Corral Vieira
(PPGCOM/UFPA – Examinadora interna)

Documento assinado digitalmente
 **ROSALY DE SEIXAS BRITO**
Data: 21/11/2023 16:32:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Rosaly de Seixas Brito
(PPGCOM/UFPA – Examinadora interna)

Dedico esta tese a todas as famílias formadas por seres humanos que acreditam na diversidade e apoiam as diferenças. À minha família de origem e ao meu núcleo, que costumo pensar ser meu pedacinho de paraíso.

AGRADECIMENTOS

“Ser doutor antes dos 40 anos”. Foi esse um dos tópicos inseridos em uma lista de desejos que rabisquei nos idos dos anos 2000 na então principal rede social na internet, o Orkut. Eis que entrego esta tese de doutorado aos 36 anos. Consegui. Para que isso ocorresse foi preciso uma rede de apoio, um coletivo de pessoas atuando em diferentes dimensões da minha vida que tem uma parcela de autoria neste material.

Agradeço ao meu marido, Hericley Serejo, por todo apoio e suporte, sem você não sei o que teria sido de mim, o amo infinitamente.

À minha orientadora, que segurou minha mão e caminhou ao meu lado, mesmo quando eu tentava desviar da rota e que, acima de tudo, me mostrou como é possível fazer ciência “com” e não “para”, você é inspiração Danila Cal.

À minha família, minhas irmãs Hellen, Flávia, Maria Eduarda, Ana Laura, Maria Livia e a recém-chegada Cecília, à minha mãe Elizabeth e minha sogra, Ana Amélia e ao meu pai Elias Souza.

Ao nosso companheiro de vida, Marcos Mangabeira, que chegou para fazer da nossa instituição familiar uma entre tantas possíveis, aos meus amigos, notadamente Nathália Fonseca, Lorena Esteves, que estiveram comigo nessa jornada, ao Cristian e ao Bruno, com quem estabeleci uma relação de irmandade.

Em especial, agradeço à CAPES, pela bolsa de doutorado que me permitiu desenvolver as atividades de pesquisa, à ABRAFH e à Aliança Nacional LGBTQ+, por (R) existirem.

Ao PPGCOM/UFPA e ao corpo docente que incansavelmente lutaram nesse período de trevas que vivemos durante o governo genocida, para que os discentes pudessem seguir tendo acesso à educação de qualidade, em especial ao Leandro Lage, Rosaly Brito e Vânia Torres.

Ao “meu” grupo de pesquisa Comunicação Política e Amazônia (COMPOA). À Milena Carmel que contribuiu como bolsista PIBIC na coleta de dados.

“A idealização da família com divisões binárias das tarefas a partir das diferenças sexuais (ao homem a rua, à mulher o lar), a imagem do lar como espaço de conforto espiritual, locus interdito aos conflitos e às disputas, são idílicos que guardam pouca conexão com a realidade e que têm como função restringir a noção de família aos marcos da heterossexualidade”.
(BENTO, 2012, p. 275).

RESUMO

As crises democráticas e as rupturas políticas marcadas pelo golpe de 2016, que polarizaram o debate público no Brasil, nos mostraram que as noções de família têm pautado as discussões contemporâneas, sobretudo quando tensionadas a partir dos avanços das lutas por reconhecimento encampadas pelas populações LGBTQIA+ e das mulheres, por meio do debate feminista de gênero. Em diferentes espaços, pudemos assistir à mobilização do conceito de família tradicional, ou nuclear, como recurso de enfrentamento às mudanças sociais oriundas da visibilidade de outras relações e formas de ser e viver. Ao mesmo tempo, também vislumbramos em arenas de debates a afirmação de que, como um constructo histórico-social, a entidade familiar é mutável e diversa. Nesse contexto, nos perguntamos: quais argumentos são postos na esfera pública para defender uma ou outra forma de lidar com o tema? E os *media* como atuam nesse contexto? Essas perguntas instigaram esta pesquisa. Nosso objetivo geral neste trabalho é compreender como as noções de família pautam o debate político contemporâneo a partir das tensões oriundas da atuação de movimentos sociais e dos sentidos produzidos acerca da categoria família nos *media*. Especificamente queremos: a) Identificar quais sentidos/noções sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais; b) Investigar quais argumentos sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais a partir da tensão ocasionada pelas relações entre pessoas LGBTQIA+; c) Identificar quais marcos contemporâneos são determinantes para o debate sobre famílias na agenda política; d) Entender qual noção de política ou de democracia que subjaz os discursos sobre famílias e quais elementos/características/aspectos da entidade familiar estão em disputa; f) Compreender como os movimentos sociais de espectros políticos distintos (conservadores e progressistas) constroem suas agendas políticas acerca da categoria família. Para isso, nos debruçamos sobre um arcabouço teórico a fim de compreender os elementos que levaram à ascensão da extrema direita em democracias ocidentais, a conveniente parceria entre neoconservadores e cristãos fundamentalistas, sobretudo evangélicos, e a força do neoliberalismo operando como racionalidade nas relações sociais; o papel dos *media* na inserção de temáticas para discussão na esfera pública e como os movimentos sociais se apropriam de ambientes de visibilidade ampliada para reverberar suas pautas. O *corpus* de análise consiste em textos publicados nos portais de notícias O Globo e Estadão; e o conteúdo de sites de organizações progressistas (Abrafh e Aliança LGBTI+) e conservadores (Instituto Plínio Corrêa Oliveira e Movimento em Defesa da Família). Para responder nossas questões, desenvolvemos uma Análise de Conteúdo com suporte tecnológico do *software* Iramuteq, que nos auxiliou na sistematização dos dados.

Para cada dimensão estabelecemos temáticas elaboradas a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) oriunda do Método de Reinert, produzido pelo *software*. A tematização nos permitiu compreender os argumentos sobre famílias disponibilizados que versam sobre a defesa de uma estrutura rígida, que contribui com a manutenção da tradicionalidade e uma noção ampliada de família. A família é percebida como uma entidade central na sociedade e nas discussões contemporâneas, especialmente em momentos de crise política. A relação entre tradição e família é complexa, onde a tradição pode reforçar a família, mas também pode limitar seu entendimento e aceitação de novas formas de família. Existe uma tensão entre as visões tradicionais da família e as lutas por reconhecimento, especialmente das populações LGBTQIA+. A "família tradicional" é frequentemente contraposta às mudanças sociais e à visibilidade de outras formas de relacionamentos.

Palavras-chave: família; comunicação; debate público; democracia; LGBTQIA+; neoconservadorismo; reconhecimento.

ABSTRACT

The democratic crises and political ruptures marked by the 2016 coup, which polarized the public debate in Brazil, showed us that the notions of family have guided contemporary discussions, especially when tensioned from the advances in the struggles for recognition taken up by the LGBTQIA+ populations and of women, through the feminist gender debate. In different spaces, we were able to witness the mobilization of the concept of traditional, or nuclear, family, as a resource for coping with social changes arising from the visibility of other relationships and ways of being and living. At the same time, we also see in debate arenas the assertion that, as a historical-social construct, the family entity is mutable and diverse. In this context, we ask ourselves: what arguments are put forward in the public sphere to defend one or another way of dealing with the issue? And how do the media act in this context? These questions instigated this research. Our general objective in this work is to understand how the notions of family guide the contemporary political debate from the tensions arising from the action of social movements and the meanings produced about the family category in the media. Specifically, we want to a) Identify which senses/notions and arguments about family emerge in different communicational contexts; b) Identify which contemporary landmarks are decisive for the debate on families in the political agenda; c) Understand what notion of politics or democracy underlies discourses about families and what elements/characteristics/aspects of the family entity are in dispute; f) Understand how social movements from different political spectrums (conservatives and progressives) build their political agendas around the family category. For this, we focus on a theoretical framework to understand the elements that led to the rise of the extreme right in western democracies, the convenient partnership between neoconservatives and fundamentalist Christians, especially evangelicals, and the strength of neoliberalism operating as rationality in social relations. In addition, we seek to understand the role of the media in inserting themes for discussion in the public sphere and how social movements appropriate environments of increased visibility to reverberate their agendas. The corpus of analysis consists of texts published on the news portals O Globo and Estadão; and the content of progressive (ABRAFH and Aliança LGBTI+) and conservative (Instituto Plínio Corrêa Oliveira and Movimento de Defesa da Família) sites. To answer our questions, we developed a Content Analysis with technological support from the Iramuteq software, which helped us to systematize the data. For each dimension, we established categories based on the Descending Hierarchical Classification (CHD) derived from the Reinert Method, produced by the software. The categorization allowed us to understand the available arguments about

families that deal with the defense of a rigid structure, which contributes to the maintenance of traditionality and an expanded notion of family.

Keywords: family; communication; public debate; democracy; LGBTQIA+; neoconservatism; recognition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Infográfico de apresentação das dimensões comunicativas de análise	30
Figura 2 – Nuvem de palavras gerada no Iramuteq.....	142
Figura 3 – Nuvem de palavras do corpus com as 600 ocorrências principais com frequência 3 ou mais.....	149
Figura 4 – Nuvem de palavras com as 152 principais palavras do corpus.....	150
Figura 5 – Grafo da Análise de Similitude com as 76 principais palavras do corpus.....	153
Figura 6 – Grafo da Análise de Similitude do corpus, agora identificando as comunidades de núcleos temáticos.....	154
Figura 7 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Conservadores	158
Figura 8 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do corpus Conservadores.	158
Figura 9 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Progressistas	172
Figura 10 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do subcorpus Progressistas	173
Figura 11 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Portais	186
Figura 12 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do Subcorpus Portais	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização do corpus.....	33
Quadro 2 – Materiais coletados do site do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.....	37
Quadro 3 – Materiais coletados do site do Movimento Cristão em Defesa da Família	37
Quadro 4 – Materiais coletados no site da Aliança Nacional LGBTI+.....	41
Quadro 5 – Materiais coletados no site da Abrafh	41
Quadro 6 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD.....	159
Quadro 7 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD.....	173
Quadro 8 – Especificação das fontes a partir do seu local de fala.....	184
Quadro 9 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Localização da palavra-chave Iramuteq na Grande Área de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas.....	140
Gráfico 2 – Assuntos relacionados aos trabalhos localizados a partir da palavra-chave Iramuteq	141
Gráfico 3 – Gráficos de análise de similitude.....	143
Gráfico 4 – Quantitativo de textos por origem, que fazem parte do corpus analisado.....	145
Gráfico 5 – Gráfico da curva de Zipf para o corpus.....	148
Gráfico 6 – Percentual de materiais selecionados por gênero jornalístico	185
Gráfico 7 – Percentual de materiais jornalísticos por editoria.....	185
Gráfico 8 – Percentual das fontes nos materiais jornalísticos	186

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DESENHO DA PESQUISA.....	28
2.1	Dimensão da visibilidade midiática - portais de jornais de circulação nacional	30
2.2	Dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados	32
2.2.1	<i>Movimentos conservadores.....</i>	34
2.2.1.1	<i>Instituto Plínio Corrêa de Oliveira</i>	<i>34</i>
2.2.1.2	<i>Movimento Cristão em Defesa da Família.....</i>	<i>35</i>
2.2.1.3	<i>Coleta de dados no grupo movimentos conservadores</i>	<i>36</i>
2.2.2	<i>Movimentos progressistas - Luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+</i>	38
2.2.2.1	<i>Aliança Nacional LGBTI+</i>	<i>38</i>
2.2.2.2	<i>Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh)</i>	<i>39</i>
2.2.2.3	<i>Coleta de dados no grupo movimentos progressistas</i>	<i>40</i>
2.2.2.3.1	<i>Site da Aliança Nacional LGBTI+</i>	<i>40</i>
2.2.2.3.2	<i>Site da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetiva (ABRAFH):.....</i>	<i>41</i>
3	FACES AGENDA CONSERVADORA: EMERGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA, PRÁTICAS POPULISTAS E A REJEIÇÃO À VALORES DEMOCRÁTICOS.....	42
3.1	Emergência da extrema direita	42
3.2	Práticas populistas e a rejeição aos valores democráticos	55
3.3	A razão neoliberal e as crises democráticas: a família e a moralidade como estratégia de manutenção das tradições capitalistas e patriarcais	63
4	A FAMÍLIA NA CENA POLÍTICA: ENTRE O CONSERVADORISMO NEOLIBERAL E AS LUTAS POR RECONHECIMENTO.....	75
4.1	Estado, política e família: as relações sexuais e de gênero em uma perspectiva social e econômica	75
4.2	O debate contemporâneo sobre família e a luta política LGBTQIA+	85
4.3	O papel da família na agenda antigênero da extrema direita neoliberal no Brasil	98
4.4	A crítica <i>queer</i> à luta pela incorporação LGBTQIA+ à configuração	

	heteronormativa de família	105
5	COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RECONHECIMENTO: TROCA PÚBLICA DE RAZÕES EM AMBIENTES DE VISIBILIDADE AMPLIADA.....	110
5.1	Articulação de sentidos sobre família como um problema comunicacional....	111
5.2	Comunicação, esfera pública e democracia deliberativa	121
5.3	<i>Media</i> e lutas por reconhecimento: movimentos sociais e o debate público	126
6	METODOLOGIA DA PESQUISA	133
6.1	Mas de qual Análise de Conteúdo estamos falando?.....	133
6.1.1	<i>Percurso analítico: classificação, categorização e inferências.....</i>	<i>135</i>
6.1.2	<i>Uso do software Iramuteq para classificação e categorização do corpus.....</i>	<i>138</i>
6.2	Montagem, formatação e codificação do <i>Corpus</i> no Iramuteq.....	144
7	RESULTADOS E ANÁLISES	147
7.1	Dados gerados pelo Iramuteq a partir do <i>corpus</i> das duas dimensões comunicativas.....	147
7.1.1	<i>Nuvem de Palavras.....</i>	<i>149</i>
7.1.2	<i>Análise de Similitude.....</i>	<i>152</i>
7.2	Análises na dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados	157
7.2.1	<i>Análise dos resultados do corpus “Conservadores”.....</i>	<i>157</i>
7.2.1.1	<i>Análise dos resultados na categoria “Crítica e contextualização da Ideologia de Gênero”.....</i>	<i>159</i>
7.2.1.2	<i>Análise dos resultados na categoria “Conflito entre posicionamentos políticos e valores da família cristã”</i>	<i>164</i>
7.2.1.3	<i>Análise dos resultados na categoria “Família como pilar da sociedade e os desafios contemporâneos: autonomia e sacralidade”.....</i>	<i>167</i>
7.2.1.4	<i>Análise dos resultados na categoria “Defesa dos valores tradicionais contra influências progressistas”.....</i>	<i>169</i>
7.2.2	<i>Análise dos resultados do corpus Progressistas</i>	<i>172</i>
7.2.2.1	<i>Análise dos resultados na categoria “Direitos humanos e cidadania LGBTI: compromissos e desafios”.....</i>	<i>174</i>
7.2.2.2	<i>Análise dos resultados na categoria “Identidade e Reconhecimento na Comunidade LGBTQIA+: foco em gênero e identidade”</i>	<i>176</i>
7.2.2.3	<i>Análise dos resultados na categoria “Diversidade familiar e desafios sociais”</i>	<i>179</i>
7.2.2.4	<i>Análise dos resultados na categoria “Estrutura e operações da Abrafh”</i>	<i>182</i>

7.3	Resultados e análises na Dimensão da Visibilidade Midiática	183
7.3.1	<i>Análise dos resultados na subcategoria “Direitos humanos e as tensões na sociedade brasileira”</i>	188
7.3.2	<i>Análise dos resultados na subcategoria “Bolsonaro e o apoio evangélico”</i>	190
7.3.3	<i>Análise dos resultados na categoria “Evolução política e econômica contemporânea do Brasil”</i>	193
7.3.4	<i>Análise dos resultados na categoria “Casamentos e união homoafetiva no Brasil contemporâneo”</i>	196
7.3.5	<i>Análise dos resultados na subcategoria “Reflexões sobre identidade e sexualidade na Sociedade Brasileira”</i>	199
7.3.6	<i>Análise dos resultados na subcategoria e “Regulamentação e proteção: a família no contexto da infância”</i>	202
7.4	Síntese dos argumentos e sentidos sobre famílias que emergem do <i>corpus</i> geral	208
8	CONCLUSÃO	213
8.1	Conclusões na dimensão da luta discursiva dos movimentos sociais: movimentos conservadores	215
8.2	Conclusões na dimensão da luta discursiva dos movimentos sociais: movimentos progressistas	218
8.3	Conclusões na dimensão da visibilidade midiática	220
8.4	Por uma agenda de pesquisa sobre famílias em Comunicação	223
	REFERÊNCIAS	225
	APÊNDICE A – CORPUS TEXTUAL OBJETO DA INVESTIGAÇÃO	242

1 INTRODUÇÃO

Em 2016, quando parlamentares brasileiros proferiram exaltados os votos em favor do golpe¹ jurídico-parlamentar (ALBUQUERQUE, 2018; CANETTIERI, 2018) disfarçado de “*impeachment*” contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), a “defesa da família” deu o tom às falas. As temáticas que norteavam as manifestações de apoio para derrubar Rousseff seguiram na tentativa de delinear uma narrativa fictícia sobre a (s) “esquerda” (s), representada naquele momento pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e a suposta implantação no Brasil de um projeto “comunista” que pretendia acabar com a família, por meio da propaganda do “homossexualismo” e da chamada “ideologia de gênero”, deturpação de valores morais, patrióticos e cívicos e a ruptura com o papel tradicional do homem e da mulher na sociedade (SOLANO, 2019; 2021). Pouco, ou quase nada, falou-se de fato sobre a matéria central que os levava até aquela sessão: as pedaladas fiscais².

“Pela família...”, “Pelo Brasil e em defesa da família”, foram algumas das frases que ecoavam no plenário proferidas por aqueles que votaram “Sim!” pelo “*impeachment*”. Estudos que se debruçaram sobre os proferimentos dos parlamentares durante a abertura do processo e na votação decisiva que levou ao golpe apontaram que as justificativas não remetiam à questão central, de ordem administrativa, mas foram calcadas na pauta conservadora da ordem moral, uma defesa da tradicionalidade, que estaria em perigo caso Rousseff seguisse no poder. As justificativas de votos que somaram maioria tomaram como base a tradicionalidade e elementos como a família, religião, suas próprias bases eleitorais e a péssima avaliação do governo, aliado aos casos de corrupção de parte de seu *staff*. Já aqueles que se posicionaram contra o processo mobilizaram argumentos acerca dos valores democráticos e da análise da questão central, as pedaladas, por meio da afirmação do processo político como inerente à democracia (PRANDI; CARNEIRO, 2017; SANTOS, 2020; CORRÊA; SANTOS; NUNES, 2018).

Demarcava-se ali, em cadeia nacional de televisão para milhões de pessoas, a linha lógica discursiva de uma estratégia política que reúne fundamentos do conservadorismo

¹ Uso do termo golpe é uma posição política de filiação a correntes teóricas que compreendem o afastamento e posterior deposição de Dilma do mais alto cargo do Executivo brasileiro como uma manobra arquitetada pelas direitas tradicionais e grupos neoconservadores. Como disse Miguel (2019b, p. 17): “Como todos os golpes, mesmo os militares, o golpe de 2016 recusa seu nome. É chamado de impeachment, aceitando que a mera observância do ritual previsto na lei significa que ela foi cumprida quanto a seu conteúdo substantivo”.

² Atrasos do Tesouro Nacional no repasse de recursos para bancos e autarquias com o objetivo de mascarar as contas públicas e assim apresentar balanços mensais com despesas abaixo da realidade. Trata-se de uma manobra utilizada pelos ex-presidentes que a precederam para cumprir as metas fiscais para demonstrar equilíbrio entre gastos e despesas. BRASIL. Pedalada fiscal. Agência Senado, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 11 ago 2021.

contemporâneo, ou neoconservadorismo, a agenda moral do populismo de extrema direita e a expansão do neoliberalismo como racionalidade ocidental à vida social, conforme nos aprofundaremos adiante. Essa, também, é uma estratégia tomada por grupos políticos e elites no continente europeu e nos EUA, por exemplo, e que levou ao poder forças antidemocráticas³. A emergência desses movimentos é impulsionada, em grande medida, pelo ressentimento com as políticas sociais de redistribuição de renda advindas do Estado de bem-estar social, com fortes críticas às implicações morais da intervenção do Estado na economia familiar, assim como o avanço e a visibilidade da agenda de combate ao racismo, das pautas da equidade de gênero e das lutas por reconhecimento das vivências de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexos Assexuais e mais (LGBTQIA+)⁴. No Brasil, os governos petistas que estiveram no poder de 2003 a 2016 ampliaram políticas de combate à fome e de renda aos mais pobres, o que certamente incomodou as elites, além disso, tornaram-se sinônimos de inimigos da família por debaterem na arena pública as pautas acerca das diversidades sexuais e de gênero. Esses movimentos, aliados a outros fatores que pontuaremos adiante, culminaram na ascensão da extrema direita neoconservadora ao poder.

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro ao mais alto cargo da política institucional brasileira, a presidência da República, resultou, em larga medida, da (a) difusão de pânico morais, que podem ser definidos como “(...) mecanismo de resistência e controle da transformação societária (...) que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007); (b) mentiras, sobretudo a avalanche de *fake news*, entre elas, destacamos a disseminação da informação acerca de uma suposta implementação, por parte dos governos petistas, de um “kit-gay”, que ensinaria as crianças a se tornarem homossexuais - na verdade, trata-se de um programa do governo federal, que sequer chegou a ser implementado, que pretendia distribuir materiais didáticos com foco no combate à homofobia e ao *bullying* - (MARANHÃO-FILHO; COELHO; DIAS, 2019); (c) das alianças políticas com empreendedores morais de ocasião - caracterizados como grupos de interesses diversos que se aliam ocasionalmente para defender pautas morais que, embora tenham divergências em questões tangenciais, concordam no cerne, além de se fortalecerem contra o bloco opositor, à exemplo do debate sobre as identidades de gênero pejorativamente denominada por esses

³ A eleição de Viktor Orbán como primeiro-ministro da Hungria e Donald Trump como presidente dos EUA.

⁴ Sigla utilizada para apontar os sujeitos cujo as identidades e sexualidades não estão em conformidade com o padrão heterossexual cisgênero, sendo: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e todas as demais possibilidades, representada pelo símbolo +.

setores de ideologia de gênero (MISKOLCI, 2018); e (d) de uma agenda anticomunista falsamente antissistêmica (SOLANO, 2019; 2021; MIGUEL, 2018; ALMEIDA, 2018; CASIMIRO; 2018).

Bolsonaro seguiu a receita do político *outsider* – embora seja um representante legítimo do *modus operandi* tradicional de fazer política no congresso -, investindo em uma narrativa que o vendeu como um sujeito com valores patrióticos, contra a corrupção, contra a política do toma lá dá cá, apresentando-se nas eleições como um homem simples, que não está preocupado com o poder, que toma café na própria casa em copo de boteco, que não é fruto de conchavos e que vai colocar o país nos eixos novamente, valorizando a família, a pátria e a igreja, o que fica evidente ao lançar o slogan de sua campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. A partir dessa construção, e tomando como pano de fundo a crescente crise econômica no país, os constantes escândalos de corrupção, a descrença do povo na democracia representativa (MCCARTY; POOLE; ROSENTHAL, 2006), nos políticos e nos partidos, Bolsonaro cresceu, ganhou apoio popular e venceu as eleições. A postura do presidente antes das eleições, e depois de eleito, acirrou a polarização do debate político no país, e porque não dizer do próprio tecido social, ocasionando fissuras na já tão fragilizada, e jovem, democracia brasileira.

Essa não foi a primeira vez que o a maioria do eleitorado Brasileiro se rendeu a esses discursos. Na eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989, a receita foi a semelhante. Ainda que o então candidato fosse um representante legítimo das oligarquias nordestinas, tendo sido inclusive prefeito biônico de Maceió, e iniciado a carreira política na Arena, partido de sustentação do regime militar, ele também se apresentava como um *outsider*. Isso nos remete diretamente a Bolsonaro, que esteve em oito partidos diferentes, incluindo o PSL, em nove mandatos, até chegar ao PL, seu atual partido. Bolsonaro filiou-se ao PSL em janeiro de 2018, ano da eleição presidencial. O partido saltou de 8 deputados na Câmara Federal para 52 nas eleições de 2018, se tornando a segunda maior bancada, contribuindo com a guinada à extrema direita que as decisões da casa passaram a ter a partir de então. Um sintoma da crise da democracia representativa.

Em seu mandato, Bolsonaro implementa uma agenda política com as seguintes características: (a) autoritária, com constantes desrespeitos aos valores democráticos, à liberdade de imprensa e desprezo pelo debate de ideias (VEIGA, 2021); (2) neoconservadora, em que ataca as pautas de luta por reconhecimento e equidade social de grupos ainda estigmatizados e marginalizados; e (c) neoliberal, com uma sanha pelo sucateamento dos serviços públicos – por meio do abandono e do desinvestimento - para entregá-los à iniciativa privada. Bolsonaro alimentou e foi alimentado pelo populismo de direita (MOUFFE, 2019;

MUDDE, 2019), autoritário (HALL, 1988) e reacionário (FRASER, 2019).

Para Bolsonaro e seus aliados há uma guerra em curso e a família estaria em disputa, assim como a pátria, o Estado, a escola e a igreja (CARPANEZ, 2019). Em uma das ocasiões em que discursou publicamente sobre família, durante a Marcha Para Jesus, ocorrida em Brasília em 2019, o presidente argumentou: “Vocês têm na primeira vez da história do Brasil (...) Um presidente que acredita e valoriza a família. Um presidente que vai respeitar a inocência das crianças nas salas de aula” (PUPO, 2019). A fala faz referência ao que Bolsonaro e seus apoiadores intitularam de “ideologia de gênero” e, também, à família tradicional heterossexual, conforme é possível identificar em outra parte do discurso: “Apresentem uma emenda à Constituição (...) lá está escrito que família é homem e mulher. E mesmo mudando isso, como não dá pra emendar a Bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional” (PUPO, 2019). O recado para setores progressistas era nítido: não terão vez nem voz em seu governo. Os pânicos morais ocasionados por essa cruzada, iniciada ainda durante sua trajetória parlamentar e impulsionada por *fake news*, potencializou a polarização política vivenciada nas eleições em 2018 e que perdura durante o seu governo.

Desenvolvemos essa curta digressão ao passado recente brasileiro como forma de ilustrar o contexto político do período investigado em nossa pesquisa, mas também para apontar que no cerne da luta discursiva travada nos dois acontecimentos citados - o golpe de 2016 e a chegada de Jair Bolsonaro ao poder - está a “família”, seus sentidos e suas configurações. A estratégia não é nova, como veremos adiante, a família, ou o discurso da defesa da família, é historicamente mobilizado por movimentos conservadores em períodos de avanços antidemocráticos, a exemplo da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que consagrou o golpe militar de 1964 – que explicitamente busca preservar a estrutura tradicional do arranjo familiar representado pela família nuclear, heterossexual, patriarcal, monogâmica e burguesa, como um regime de verdade em reação ao que consideram como avanço de pautas que degradam a moral vigente (OLIVEIRA; BECKER, 2018).

Bolsonaro ocupando o mais alto cargo da política Brasileira contribui com a manutenção e ampliação de um projeto necrobiopolítico⁵ capaz de produzir narrativas oficiais que se impõem como verdade sobre a elaboração de subjetividades, impactando diretamente as noções de reconhecimento, direito e cidadania, com vistas a deslegitimar sujeitos, vivências, suas relações e seus corpos (OLIVEIRA; BECKER, 2018; BENTO, 2018). Apontamos como pilares

⁵ Trata-se de: “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (BENTO, 2018, p. 7).

de sustentação dessa lógica a heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), conforme discutiremos adiante, que por meio de discursos médico-legais patologiza as diferentes formas de viver e categoriza corpos em não-conformidade como abjetos, anormais, e, assim, baliza a marginalização daqueles que não se encaixam no modelo hegemônico (BUTLER; 2001).

Partimos da premissa, elaborada a partir da observação sistemática da agenda política dispensada à categoria família – que originou artigos científicos publicados em revistas qualificadas (CAL; SEREJO, 2017; SEREJO; CAL; LAGE, 2019; SEREJO; CAL, 2021) –, e de pesquisas exploratórias, de que a temática das famílias e suas noções/conceitos/sentidos passou a circular com mais força na arena pública de discussão política, e na esfera de visibilidade ampliada, na segunda década do século XXI, a partir de dois vieses: o conservadorismo (1) com a ascensão de movimentos neoconservadores que (a) contestam o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, (b) criam pânico morais acerca dos debates sobre identidade de gênero e sexualidades e (c) ganham força com a campanha de Jair Bolsonaro e sua consequente chegada ao poder (BIROLI, 2018; MISKOLCI, 2007; 2018; BENTO, 2012); e a (2) agenda de luta por reconhecimento com (a) as pautas das lutas das mulheres, por meio dos feminismos, que passam o contestar seu lugar no seio familiar e as expectativas sociais sobre suas próprias vidas, e a (b) luta política das populações LGBTQIA+ em diferentes âmbitos, sejam em movimentos institucionalizados ou ativismos independentes e coletivos de contestação das normas.

Nesse contexto, a família ganha centralidade no debate político e passa a ser disputada em diferentes arenas por forças antagônicas, tendo falas proferidas pelo atual presidente em distintas ocasiões como mola propulsora da disseminação de discursos de ódio contra configurações familiares diferentes do modelo nuclear⁶ heterossexual. Essa nos parece ser a estratégia de Bolsonaro para se aproximar dos movimentos tradicionalistas de novas direitas que reemergiram no país na segunda década do século XXI (SOLANO, 2018).

Nosso argumento, portanto, é de que há uma correlação de forças entre movimentos de espectros políticos distintos (progressistas e conservadores): de um lado a atuação da agenda dos movimentos feministas e LGBTQIA+ como catalizadora das principais tensões ocorridas no debate público acerca da temática família, por pautarem as transformações ocorridas no

⁶ A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela (OYEWUMÍ, 2004, p. 3/4).

cerne da entidade como fundamentais para emancipação dos sujeitos - no caso do debate de gênero a emancipação feminina e a luta por equidade - e do reconhecimento da família formada por sujeitos LGBTQIA+, com destaque para a família homoafetiva (formada por sujeitos homossexuais), que inserem-se na agenda política institucional para garantir direitos; do outro, compreendemos a ascensão do neoconservadorismo e dos movimentos de novas direitas como propulsora dos discursos que reverberam as noções de família como elemento central da manutenção da tradicionalidade baseada em valores patriarcais, que incluem as relações capitalistas com os bens e a propriedade privada, assim como a submissão da mulher e crianças ao homem e a heterossexualidade, como norma a ser considerada por todos os sujeitos.

Consideramos a inserção de argumentos e sentidos sobre categorias sociais consideradas universais e essencializadas pelo discurso hegemônico em espaços de visibilidade ampliadas, tal qual a entidade familiar, como um problema de comunicação, e aqui se justifica a pesquisa ser realizada na área, pois desestabiliza o debate público ao apontar outros formatos como válidos e dignos de reconhecimento. Temos, portanto, a comunicação como o *locus* de transformação de gramáticas morais e de horizontes valorativos. É por meio de posicionamentos públicos – ou troca pública de razões - de diferentes atores sociais que outros sentidos sobre a entidade ganham visibilidade e tensionam a agenda pública de discussão, seja por meio da apresentação de famílias diferentes em produtos de entretenimento, como novelas, filmes e seriados, seja pelo espaço dado a esses formatos pelos *media*, ou pela agenda de movimentos sociais. São essas ações que permitem a ampliação do conceito e a possibilidade de transformação dos horizontes valorativos, o que permite uma abertura para novos rumos na opinião pública acerca da temática. É a partir dessas reflexões que nos questionamos: como as noções de família pautam o debate político contemporâneo a partir das tensões oriundas da atuação de movimentos sociais, assim como seus ativismos, e dos sentidos produzidos acerca da categoria família nos *media*?

É mandatório explicar que, ao desenvolvermos o problema que origina esta pesquisa, compreendemos que, para aferir os resultados com maior acuidade, tendo em vista que buscamos os sentidos postos nas arenas de visibilidade ampliada, deveríamos atuar com diferentes dimensões. Por isso, trabalharemos duas dimensões, sendo elas: (1) dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais: especificamente textos de sites de quatro organizações representativas de movimentos antagônicos, duas de movimentos conservadores e duas de movimentos progressistas; (2) dimensão da visibilidade midiática: especificamente notícias e reportagens dos portais jornalísticos O Globo e Estadão.

Ao problematizarmos a família como elemento de tensionamento do debate público realizado a partir de materialidades discursivas presentes em distintas dimensões comunicativas, vemos emergir questões secundárias, porém fundamentais para execução da investigação. Estamos preocupados em entender: quais tensões sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais; quais os pontos/pautas colocados como prioritários no debate público por movimentos que atuam na agenda das famílias; quais marcos políticos são determinantes para o debate sobre famílias; qual noção de política e de democracia subjaz os argumentos sobre famílias; quais sentidos sobre famílias emergem desses argumentos e quais são os elementos que tensionam essas noções; quais elementos/características/aspectos da entidade familiar estão em disputa.

A construção dos sentidos acerca da família envolve uma complexa rede comunicativa que mobiliza aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e, inclusive, biológicos. Trata-se de uma rede comunicativa, pois compreendemos a elaboração de sentidos como um processo intersubjetivo que ocorre por meio de diferentes dimensões comunicativas e pressupõe constantes negociações e revisões. A produção de sentidos, para fins desta tese, é compreendida como a ressonância das tematizações originadas nas trocas públicas de razão que são realizadas no debate público. Esse processo conforma a esfera pública, entendida aqui como o “reino do debate, da discussão livre entre os cidadãos considerados iguais política e moralmente, sobre questões de interesse comum. É a arena em que se processa a vontade coletiva e se justificam as decisões políticas” (MAIA, 2006, p. 03).

A tematização da categoria família no debate público contemporâneo é evidente. As trocas argumentativas em diferentes dimensões – e proferidas por personalidades, políticos, ativistas e movimentos sociais - a respeito do entendimento sobre o conceito de família as fazem emergir na cena pública como assunto político de interesse geral: é só observarmos, entre tantos exemplos, a importância dada à família pelo governo de Jair Bolsonaro, que ganhou inclusive status de ministério, assim como a visibilidade do tema nos discursos dos movimentos sociais, na arena midiática e nas conversações cotidianas.

Tendo dito isto, apresentamos nossos objetivos geral e específicos:

Geral: Compreender como as noções de família pautam o debate político contemporâneo a partir das tensões oriundas da atuação de movimentos sociais e dos sentidos produzidos acerca da categoria família nos *media*.

Específicos: a) Identificar quais sentidos/noções sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais; b) Investigar quais argumentos sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais a partir da tensão ocasionada pelas relações entre pessoas

LGBTQIA+; c) Identificar quais marcos contemporâneos são determinantes para o debate sobre famílias na agenda política; d) Entender qual noção de política ou de democracia que subjaz os discursos sobre famílias e quais elementos/características/aspectos da entidade familiar estão em disputa; f) Compreender como os movimentos sociais de espectros políticos distintos (conservadores e progressistas) constroem suas agendas políticas acerca da categoria família.

Inspirados na Análise de Conteúdo segundo Bardin (1977), coletamos os dados textuais, estruturamos o *corpus* a partir de critérios pré-estabelecidos e, com o suporte do software Iramuteq (*Interface de R pour l'analyse Multidimensionnelle de Textes et de Questionnaires*), codificamos os materiais. O Iramuteq foi desenvolvido pelo francês Pierre Ratinaud consiste em um *software* na linguagem R utilizado em processamento e análises estatísticas de textos (MOIMAZ *et al.*, 2016). A plataforma permite a elaboração de diferentes gráficos, dentre os quais destacamos três que nos auxiliaram: (a) nuvem de palavras, (b) gráfico de similitude e a (c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método de Reinert, que reúnem e organizam graficamente as palavras de um *corpus* e suas relações a partir de suas frequências nos segmentos de textos inseridos na plataforma. As classificações geradas pelo *software* permitiram compreender quais categorias emergem dos textos (MINAYO, 2010) e nos forneceu elementos para responder às questões desta tese a partir das lentes teóricas que serão apresentadas adiante. Esta tese foi produzida no âmbito do grupo de pesquisa Comunicação Cultura e Amazônia (COMPOA) e fruto das inquietações e reflexões dos debates desenvolvidos em coletivo.

A presente investigação está organizada em seis capítulos. No primeiro, apresentamos o desenho da pesquisa, em que demonstramos o percurso de coleta e sistematização dos dados a partir da seleção do *corpus* das dimensões da (a) visibilidade midiática – portais de jornais de circulação nacional; e da (b) luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados, com foco nos sites das organizações representantes dos movimentos conservadores e dos movimentos progressistas. No segundo capítulo, realizamos uma análise aprofundada sobre os elementos que contribuíram para a emergência da extrema direita em diferentes contextos geopolíticos – focando nos casos brasileiro, europeu e norte-americano. Particular atenção é dada à agenda moral promovida por uma nova vertente do conservadorismo, conhecida como neoconservadorismo. Essa análise busca desvendar as estratégias empregadas por tais movimentos para moldar as percepções e políticas em torno da família, e como essas estratégias se relacionam com a defesa de valores tradicionais em contraposição aos avanços sociais recentes.

Além disso, investigamos como a lógica populista constrói e dissemina suas narrativas

sobre a família, examinando suas repercussões no tecido social e a maneira como essas narrativas frequentemente negam ou subvertem valores democráticos. Essa análise é particularmente relevante no contexto do descontentamento crescente com o Estado de bem-estar social e as respostas políticas a esse descontentamento. Exploramos como a razão neoliberal, que fundamenta as lógicas políticas e os modos de vida predominantes no Ocidente, tem contribuído para as crises econômicas, sociais, políticas e democráticas vivenciadas desde a segunda metade do século XXI. Este exame nos permite compreender melhor as complexas interações entre as políticas econômicas, as estruturas sociais e as concepções de família, revelando como estas interações têm moldado o panorama político atual.

No terceiro capítulo adotamos uma abordagem multifacetada sobre o debate acerca das famílias, iniciando com uma análise política da configuração familiar em relação às políticas de Estado. Engajamo-nos em um diálogo com diversos autores que investigam as transformações nas formações familiares nas últimas décadas, enfatizando o papel crítico dos movimentos sociais e das lutas políticas na desestabilização da hegemonia da família nuclear. Simultaneamente, este capítulo apresenta uma análise das críticas oriundas das perspectivas queer, particularmente no que se refere à centralidade da conjugalidade LGBTQIA+ nos movimentos institucionalizados, bem como a problemática da perpetuação da heteronormatividade e do binarismo de gênero nas políticas de Estado. Refletimos, ainda, sobre a intersecção entre Estado, política e família, enfocando nas implicações sociais e econômicas das relações sexuais e de gênero. Analisamos como as políticas estatais influenciam e são influenciadas pelas dinâmicas familiares, especialmente no contexto das transformações sociais recentes.

Mergulhamos no debate contemporâneo sobre a família, com um olhar especial para a luta política LGBTQIA+. Discutimos como esta luta tem redefinido concepções de família e desafiado estruturas tradicionais, realçando a importância dos movimentos LGBTQIA+ na remodelação do discurso familiar. Examina o uso da família como um instrumento político pela extrema direita neoliberal no Brasil. Aprofundamo-nos na análise da agenda antigênero, explorando como a noção de família é utilizada para promover ideologias conservadoras e resistir às mudanças progressistas em relação a gênero e sexualidade. Por fim, abordamos as críticas queer à maneira como as lutas LGBTQIA+ têm sido, em alguns casos, canalizadas para uma incorporação na configuração heteronormativa de família. Discutimos as limitações dessa abordagem, apontando a necessidade de um questionamento mais profundo da heteronormatividade e do binarismo de gênero, tanto nas lutas sociais quanto nas políticas de Estado.

No quarto capítulo partimos da premissa de que a família, como uma temática de interesse público, é essencial no campo da Comunicação. O debate sobre os sentidos e significados da família no espaço público contribui para entender as dinâmicas políticas contemporâneas. Aqui, defendemos que as disputas em torno das concepções de família são importantes no jogo político atual, desempenhando um papel significativo na agenda da Comunicação. A análise se concentra na capacidade de reverberação dos argumentos relacionados à família no debate público, destacando a importância deste tema nas discussões políticas e sociais.

O capítulo explora como a família, enraizada nas tradições e no conservadorismo, se torna um campo de tensão na esfera pública, com especial atenção ao contexto político brasileiro. Discutiremos como os movimentos conservadores têm mobilizado a família para defender valores tradicionais, especialmente em momentos de intensa tensão política e social, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. A mobilização da família em um contexto político tem implicações profundas para a democracia, incluindo a polarização do debate público e a marginalização de grupos vulneráveis, como a comunidade LGBTQIA+, mulheres e minorias étnicas. Além disso, a instrumentalização da família tradicional pode potencialmente corroer o espaço democrático, evidenciando a necessidade de um diálogo inclusivo e respeitoso na esfera pública.

Abordamos problemática da família sob a lente da Comunicação, apoiando-nos na Teoria Crítica, particularmente as contribuições das segunda e terceira gerações, para iluminar a interconexão entre cidadania, política, esfera pública e luta por reconhecimento. Examinamos a relevância de conceitos como debate público, movimentos sociais, sistema dos media e democracia. Pretendemos esclarecer que o debate sobre a família ocorre em diferentes arenas de discussão, que formam o sistema deliberativo. Assim, delineamos as dimensões que foram investigadas, articulando-as a noções de âmbitos comunicacionais e discutindo como essas interações moldam a compreensão contemporânea da família e da democracia.

No quinto capítulo delineamos o percurso metodológico e a abordagem adotada para a análise do debate sobre as famílias. Seguindo as orientações de França (2016), reconhecemos a importância de transformar conceitos teóricos e questões reflexivas em operadores analíticos. Nossa abordagem envolve a observação cuidadosa das materialidades simbólicas, tanto nos seus aspectos discursivos quanto nos suportes técnicos. Este processo inclui a avaliação da capacidade dessas materialidades em responder à questão central da pesquisa, o uso de técnicas de coleta de dados e a consideração do estado da arte e do contexto sócio-histórico em que as noções de família estão inseridas. A finalidade é delinear um processo analítico que permite

estabelecer conexões entre os resultados das análises por dimensões e a proposta de emancipação defendida neste estudo.

Abordamos a Análise de Conteúdo (AC) como método central deste estudo, com foco no registro indicial presente em textos, documentos, discursos e vídeos. A metodologia de Análise de Conteúdo é empregada neste estudo para classificar e categorizar conteúdos, reduzindo suas características a elementos-chave que são comparáveis entre si. A aplicação desta metodologia busca desvendar os aspectos fundamentais dos discursos sobre a família, permitindo uma comparação eficaz com outros elementos e estudos. Desta forma, a Análise de Conteúdo se apresenta como uma ferramenta importante para entender as complexidades das discussões sobre família, contribuindo significativamente para a análise profunda e abrangente que este estudo visa realizar.

O sexto capítulo é dedicado à apresentação e interpretação dos resultados obtidos através da análise do corpus textual utilizando o software Iramuteq. A sistematização dos dados e a subsequente aplicação desta ferramenta analítica possibilitaram um exame detalhado dos materiais, com base em nosso referencial teórico. Para facilitar a compreensão dos leitores, organizamos as análises em etapas distintas, cada uma abordando diferentes aspectos dos dados e suas implicações. Esta estrutura metodológica permite não apenas uma apresentação clara dos resultados, mas também uma análise aprofundada que integra teoria e prática.

Iniciamos com a apresentação de dados gerais, que incluem a análise de Nuvem de Palavras e Gráfico de Similitude, fornecendo uma visão geral das dimensões da luta política discursiva dos movimentos sociais e da visibilidade midiática. Em seguida, focamos especificamente na dimensão da luta política discursiva, analisando textos de sites conservadores e progressistas. Esta seção é seguida pela análise dos dados de visibilidade midiática, extraídos dos portais Estadão e O Globo, que foram submetidos a um processo de sistematização e análise adicional para extrair insights sobre o tipo de material jornalístico, as fontes utilizadas e as editorias envolvidas. Estes diferentes conjuntos de dados, cada um com suas particularidades metodológicas, oferecem uma rica tapeçaria de informações sobre as várias facetas do debate público em torno da família.

O capítulo se encerra com uma síntese dos achados mais significativos, onde destacamos as tensões, contradições, argumentos e diferentes noções sobre família emergindo dos corpora analisados. Esta síntese não é apenas um resumo dos resultados, mas também um espaço de reflexão crítica, onde confrontamos os dados com nosso referencial teórico, destacando a dinâmica entre a teoria e a prática. Este exercício revela as complexidades e nuances do debate sobre família, mostrando como os argumentos circulam e se transformam em diferentes esferas

comunicativas e políticas, oferecendo um panorama abrangente e detalhado que contribui significativamente para o campo de estudos da família e comunicação.

2 DESENHO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos o desenho metodológico da pesquisa empírica desenvolvida, indicamos e justificamos as escolhas das materialidades nas dimensões comunicativas investigadas e apontamos os métodos de coleta e sistematização dos dados. É fundamental, a priori, relembrar o que nos motiva a realizar esta pesquisa, a saber: observar quais argumentos sobre famílias são reverberados em espaços de visibilidade ampliada quando a noção tradicional de família é confrontada com as lutas por reconhecimento de pessoas LGBTQIA+ e as pautas de gênero. Compreender os sentidos que circulam nesses espaços e as tramas, ou redes, de sentidos que reverberam em tais discursividades pode contribuir com a proposta de emancipação e deslocamento antissistêmico que acreditamos ser necessária para transformação da realidade social e de seus horizontes valorativos.

Isto posto, apresentamos novamente o problema desta investigação: como as noções de família pautam o debate político contemporâneo a partir das tensões oriundas da atuação de movimentos sociais e da circulação de sentidos acerca da categoria família nos *media* num contexto político de ascensão de um governo da extrema direita no Brasil? Especificamente, objetivamos: identificar quais sentidos/noções sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais a partir da tensão ocasionada pelas relações afetivo-sexuais entre pessoas LGBTQIA+; identificar quais marcos contemporâneos são determinantes para o debate sobre famílias na agenda política; entender qual noção de política ou de democracia que subjaz aos discursos sobre famílias e quais elementos/características/aspectos da entidade familiar estão em disputa; e, por fim, compreender como os movimentos sociais de espectros políticos distintos (conservadores e progressistas) constroem suas agendas políticas acerca da categoria família.

O desenho metodológico da pesquisa dialoga com Bourdieu (1989), que propõe pensar o objeto relacionalmente, a partir das instituições que lhes são próximas e com as quais se relaciona, assim como os atores sociais, observando sempre presenças e ausências, como forma de compreender, a partir do micro, o macro. Esse é um exercício para não cair na armadilha do objeto pré-construído, pois haveria muito dos anseios do pesquisador no modo como observa o objeto.

Comprendemos que nosso problema de pesquisa, situado no campo comunicacional, em interface com os estudos sociais, políticos e antropológicos, é legitimado pela sociedade em um processo, nos termos de Bourdieu (1989), de fluxo e refluxo, desta forma, esta investigação,

situada no campo social, alimenta e, também, é alimentada pela sociedade, daí, portanto, o cuidado que devemos tomar para não ficarmos presos em uma estrutura de pensamento, ou o que ele chama de “instrumento daquilo que quer pensar”. Bourdieu (1989) postula a construção de uma história social do problema, por meio de sua reconstrução a partir da consideração de variáveis por vezes desconsideradas e em processos relacionais.

Investigar a circulação de argumentos sobre famílias em diferentes dimensões é, também, estabelecer um diálogo com distintas instituições que atuam alimentando a esfera pública apontando elementos para construção de novos sentidos, ou reforço de sentidos já existentes. Daí, então, é fundamental pensar no papel dos movimentos sociais e suas estratégias comunicacionais de confronto e de construção de agendas políticas, assim como sua atuação no *advocacy* de pautas sociais e como espaços para reverberar vozes coletivas que, de outra forma, dificilmente seriam ouvidas. Outra dimensão importante seriam os *media*, que atuam como instrumentos de circulação de informação responsável por dar visibilidade a temáticas distintas e fomentar o debate público. Por isso, para compreender quais argumentos sobre famílias circulam em diferentes dimensões, e como são mobilizados a partir de conteúdos que tensionem a família tradicional (nuclear) e outras formas de ser e viver diferentes daquelas impostas pela heteronormatividade e pela heterossexualidade compulsória, buscamos desenvolver uma pesquisa qualitativa, com foco na argumentação que emerge de diferentes contextos comunicativos, aqui entendidos como dimensões, tendo como materialidade a linguagem verbal escrita (textos).

Nos próximos tópicos, apresentamos a composição do *corpus*, descrevemos e justificamos as materialidades que serão analisadas em cada dimensão comunicativas: (1) dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados; (2) dimensão da visibilidade midiática (sites de jornais de circulação nacional), assim como a caracterização das materialidades, sua relevância para o campo e o detalhamento dos métodos de coleta, os métodos de sistematização. A metodologia de análise e os suportes tecnológicos que apoiaram a pesquisa serão apresentados no capítulo metodológico. Na figura abaixo, delineamos o fluxo de especificação de cada materialidade coletada.

Figura 1 – Infográfico de apresentação das dimensões comunicativas de análise



Fonte: elaboração dos autores.

Interessamo-nos pela linguagem verbal escrita, pois nos permite uniformizar a materialidade de análise, já que outras modalidades como vídeos e áudios mobilizariam outras ferramentas analíticas de análise e não foram localizados em todas as páginas virtuais.

2.1 Dimensão da visibilidade midiática – portais de jornais de circulação nacional

Buscamos observar como a categoria família é abordada em textos jornalísticos quando relacionadas com o avanço das pautas políticas da população LGBTQIA+, com as questões de gênero e com a tradicionalidade. Queremos compreender quais temáticas são abordadas quando a entidade familiar é mobilizada; a importância dada aos aspectos sexuais e de gênero nos argumentos dos textos; e quais valores morais são mobilizados nessas matérias. Analisaremos especificamente notícias e reportagens publicadas nos portais de dois jornais de circulação nacional caracterizado como *Quality Papers*⁷: Estadão e O Globo. Justificamos a escolha desses dois veículos em virtude de nossos levantamentos prévios entre os portais de jornais que se preocupam com a cobertura de notícias em uma perspectiva nacional não terem apresentado um material robusto para análise, com especial atenção à Folha de S. Paulo que dedica apenas curtas matérias para a temática das famílias associadas às tensões referentes às pautas LGBTQIA+ e de gênero.

Realizamos o levantamento prévio do material jornalístico com base nas seguintes premissas: a) a palavra família usada isoladamente, como palavra-chave para busca em sites de notícias, não se mostra profícua pois possui vários usos e diversas aplicações que não coadunam

⁷ Os jornais de qualidade, ou quality papers, compõem a chamada imprensa de qualidade, um dos modelos de produção notícias que compõem o sistema dos media e que se diferem de jornais mais populares. Trata-se de jornais de grande circulação, que pautam assuntos sérios e de relevância nacional, com forte impacto no campo político, responsável por inserir temáticas no debate público a partir da qualidade da produção jornalística conferida por profissionais do jornalismo. Os quality papers geralmente dirigem-se às elites políticas, econômicas e intelectuais e são mobilizados para justificar argumentos em discussões públicas (Hallin e Mancini, 2004).

com a proposta e os objetivos desta pesquisa, portanto, definimos articular a palavra família à outras palavras para que, juntas, possibilitassem a classificação dos textos jornalísticos que nos ajudem a responder as questões norteadoras do trabalho; b) consideramos que a categoria família é tensionada, entre outras questões, pela agenda política de luta da população LGBTQIA+, que busca apresentar suas formas de viver e se relacionar como um arranjo familiar válido, sobretudo com o avanço de suas pautas no campo jurídico e o estabelecimento de normas que regulam seus direitos e coíbem violências lgbtfóbicas; c) compreendemos que a categoria família recebeu especial atenção nos últimos anos com o avanço do que pesquisadores brasileiros intitulam como bolsonarismo e os movimentos de novas direitas e neoconservadorismos, com destacado no capítulo 1, desta forma, pânico morais são estabelecidos.

Analizamos matérias jornalísticas sobre famílias homoafetivas publicadas nos jornais Estadão e O Globo no período que compreende ao primeiro dia de 2016, ano em que se efetivou o golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff da presidência, até o dia 31 de dezembro de 2019, quando finalizou o primeiro ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro. O levantamento do *corpus* para análise se deu a partir da busca, nos jornais, por notícias e reportagens que verssem sobre as famílias homoafetivas a partir de três movimentos: (a) buscar nos sites textos com as palavras-chave: família e sexualidade; família e homoafetiva; família e homossexualidade; família e tradicional; família e Bolsonaro; (b) as matérias localizadas foram sistematizadas seguindo elementos da análise de conteúdo, operacionalizadas por meio do software Iramuteq – assim como os materiais referente aos movimentos sociais – e fichas de levantamento de dados que devem nos fornecer pistas sobre a construção dos sentidos por meio do debate midiático e, para isso, identificamos nas matérias: gênero jornalístico; editoria/seção do site; caracterização das fontes; o posicionamento da fonte sobre família; de que forma a família é abordada na matéria.

Para desenvolver uma triagem, observamos dois critérios gerais: os 1) textos jornalísticos devem ser notícia ou reportagem – em virtude da configuração que assumem de uma potencial imparcialidade e uma tentativa de ouvir diferentes lados da história, proporcionando a circulação de distintos sentidos sobre a temática na mesma textualidade; e 2) apresentar a temática das famílias a partir de um tensionamento político oriundo das pautas das populações LGBTQIA+, questões de gênero e o modelo tradicional. Como refinamento, identificaremos outros elementos, como a relevância da temática no título e presença de vozes dos personagens pertencentes a outras modalidades famílias diferentes da nuclear. Compuseram os dados prévios selecionados 134 matérias: 61 do Estadão e 73 de O Globo. A partir de um

olhar aprofundado, em que levamos em consideração critérios que previam a centralidade da família no argumento do texto e como o modelo tradicional era tensionado, ou reforçado, a partir de relações com outras formas de ser e viver, os resultados foram: 55 matérias no portal Estadão e 18 em O Globo, totalizando 73 textos, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 1 – Quantitativo de materiais jornalísticos por site localizadas em levantamento prévio

Portal de notícias	Quantitativo de matérias	%
Estadão	55	75,3
O Globo	18	24,7
Total	73	100

Fonte: elaboração do autor.

Justificamos a escolha de materiais jornalísticos no ambiente online por considerarmos que a) por meio das narrativas jornalísticas é possível fomentar uma semântica coletiva sobre determinados grupos, b) são discursos que são pulverizados por meio de redes sociais e ganham visibilidade para além da plataforma em que foi inicialmente publicado.

Ao apresentarmos o desenho da pesquisa, focalizando nossos esforços em descrever as materialidades de onde saíram o *corpus* para a análise, buscamos identificar o leitor quanto ao *locus* comunicacional deste trabalho, apresentando previamente cada dimensão e proporcionando um panorama sobre a origem dos dados. No próximo capítulo apresentamos a discussão teórica e as reflexões acerca da emergência da extrema direita e as alianças com o neoconservadorismo a partir da defesa das pautas morais, com especial atenção à família como instituição central para a disputa entre campos conservadores e progressistas.

2.2 Dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados

Analizamos a luta política discursiva de movimentos preocupados com as questões referentes à temática das famílias. Para aferirmos a relevância das instituições destacadas nesta pesquisa, realizamos um levantamento preliminar com ativistas dos direitos das famílias, pesquisadores da área e dirigentes de organizações conservadoras e de luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+ e solicitamos indicações. Após o diagnóstico prévio, delimitamos as entidades e realizamos um levantamento nos sites institucionais por meio de palavras-chave na caixa de busca, para visualizar que tipos de materiais encontraríamos. Durante esse primeiro levantamento, compreendemos a necessidade de subdividirmos a dimensão a partir de duas noções distintas e concorrentes de ativismos acerca da agenda das famílias: (1) movimentos conservadores e a (2) luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+.

A partir disso, buscamos nos espaços institucionais discursivos amplamente acessíveis, especificamente os sites das organizações indicadas, documentos e materiais informativos que expunham os argumentos oficiais das entidades sobre o tema das famílias e os tensionamentos a partir das relações afetivas entre pessoas LGBTQIA+, as pautas de gênero e o deslocamento, e descentralização, da família nuclear. Assim, chegamos aos (1) movimentos conservadores: Instituto Plínio Corrêa de Oliveira⁸ (movimento católico) e ao Movimento Cristão em Defesa da Família, autoproclamado Movimento Família⁹, organizado pelo OIKOS – Ministério Cristão de Apoio à Família (movimento evangélico); e na (2) luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+¹⁰ analisaremos a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh).

Quadro 1 – Caracterização do corpus

Dimensão da luta política discursiva (movimentos sociais/grupos/ativistas)	
Grupo	Materialidades
Movimentos conservadores	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira
	Movimento Cristão em Defesa da Família / OIKOS – Ministério Cristão de Apoio à Família
Movimentos de luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+	Aliança Nacional LGBTI+
	Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh)

Fonte: elaboração do autor.

Nessa dimensão, buscamos compreender o que dizem quando se referem à entidade familiar e outras formas de constituir famílias diferentes da tradicional (nuclear), e quais as tensões e os argumentos acerca da categoria família emergem dessas textualidades. Buscamos observar quais as compreensões sobre família que emergem desses movimentos; quais argumentos são utilizados para sustentar seus posicionamentos sobre famílias; quais as principais tensões entre os sentidos de família produzidos; como visualizam a viabilização de políticas para famílias em suas perspectivas defendidas; quais noções de democracia sustentadas pelos discursos sobre famílias.

Nos sites, encontramos argumentos referentes às famílias em distintos espaços, ou seções, e após avaliação do quantitativo, avaliamos que os formatos *artigos*, *notas* e *documentos*

⁸ Disponível em: <https://ipco.org.br/>. Acesso em 27 já. 2021.

⁹ Disponível em: <http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia>. Acesso em 27 já. 2021.

¹⁰ Compreendemos que o denominado movimento LGBTQIA+ brasileiro não é um organismo monolítico, mas complexo, dotado de debates internos, concordâncias e discordâncias acerca das perspectivas de atuação política e do próprio desenvolvimento teórico acerca das diferenças sexuais e de gênero, contudo, para fins desta tese, olharemos para o movimento LGBTQAI+ institucionalizado, ou *mainstream*, como representante legal dessas populações em espaços de debates.

institucionais – como regimento, estatuto, atas –, nos dariam os subsídios necessários para análise. A seguir justificamos as escolhas das materialidades e descrevemos o processo de coleta.

2.2.1 Movimentos conservadores

Durante as pesquisas exploratórias observamos que organizações e entidades que desenvolvem ações políticas na perspectiva de uma agenda conservadora sobre famílias são próximas a religiões de matrizes cristãs. Em virtude disso, optamos por delinear o *corpus* no subgrupo movimentos conservadores em dois recortes: entidade que professa o catolicismo – Instituto Plínio Corrêa de Oliveira – e um movimento cristão Evangélico – Movimento Cristão em Defesa da Família –, o que nos permitiria observar diferentes matizes de suas argumentações.

2.2.1.1 Instituto Plínio Corrêa de Oliveira

O IPCO, sigla do Instituto Plínio Corrêa de Carvalho, é o braço político atuante na esfera civil originado da cisão da Sociedade Brasileira em defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP), ocorrida após a morte do fundador que dá nome ao instituto, em 1995. A TFP é uma organização de inspiração católica tradicionalista. Foi fundada em 1960. Os anos áureos da entidade foram o período da ditadura militar, quando defendeu pautas conservadoras e anticomunistas com bases em preceitos cristãos católicos. Com o falecimento de Plínio, os membros mais jovens da organização questionaram na justiça o estatuto da entidade, a forma como a entidade era gerida, assim como os rumos e a relevância da organização (SANTOS JÚNIOR, 2008).

Em 2002, o grupo autointitulado Arautos do Evangelho saiu vitorioso da batalha jurídica e passou a ser o detentor dos direitos sobre a entidade que atualmente se dedica muito mais às relações com a igreja católica e seus movimentos sectários do que intervenções na agenda política e social, tal qual foi em seus tempos áureos (MAYRINK; GODOY; VENCESLAU, 2019). Por isso, descartamos analisar o site da “nova” TFP. Expulsos por seus pupilos, o grupo conhecido como “fundadores” deu origem, em 2004, ao IPCO, entidade com tradição católica, defensora de uma agenda conservadora: contra a reforma agrária, a favor da família tradicional e contra o comunismo. O instituto segue utilizando a história da TFP como parte de sua própria história.

A entidade tem forte aproximação com os movimentos que sustentaram o Golpe de

2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff do poder, e suas ideias contribuem com o alicerce do que atualmente identificamos como o bolsonarismo. O IPCO informa em seu site que atua em rede com mais de 77 “associações irmãs e afins” espalhadas em cerca de 25 países (IPCO, [2006?]). Consideramos relevante analisar a organização por entender que segue realizando *advocacy* das pautas conservadoras, com incidência direta na presidência da república, e pela sua atuação na agenda de mobilização política de ruas (MAYRINK; GODOY; VENCESLAU, 2019).

2.2.1.2 Movimento Cristão em Defesa da Família

O Movimento Cristão em Defesa da Família, autointitulado Movimento Família, foi criado em 2014 por pastores das igrejas batistas. É uma rede cristã evangélica que reúne “pessoas e instituições com o objetivo de defender, fortalecer e promover ações integradas de modo a assegurar, de forma eficaz, a manutenção da família, de acordo com os princípios da Bíblia Sagrada (...)” (CLICKFAMILIA, [2016?]). A seção “Quem Somos” do site ainda argumenta que o movimento surge da necessidade urgente “de conjugação de esforços com vistas à construção de uma cultura favorável à família” (CLICKFAMILIA, [2016?]).

O site¹¹ do referido movimento reúne apenas dados informativos básicos, como carta de princípios, um manifesto e uma seção de artigos que conta apenas com quatro textos. Funciona como uma vitrine para que interessados busquem saber mais sobre o funcionamento da rede. Atraídos pela forte crítica ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e críticas à agenda LGBTQIA+ que localizamos entre os poucos textos do referido site, fomos levados para a página de seu fundador, o OIKOS – Ministério Cristão de Apoio à Família, instituição criada em 07 de março de 1997, de bases cristã-evangélica, pró-família e sem fins lucrativos. No site, afirmam que não se trata de uma igreja e que existem para apoiar igrejas e instituições na defesa e no fortalecimento da família (CLICKFAMILIA, [2016?]).

No site do OIKOS, identificamos que a entidade é filiada à Aliança Cristã Evangélica Brasileira e à Aliança Pró Família, redes de pastores e fiéis que buscam garantir que a família tradicional e a agenda política conservadora sejam fortalecidas e por isso realizam *advocacy* junto a políticos no Congresso Nacional. O próprio surgimento da rede aponta para esta finalidade:

Pastores batistas de diversos Estados visitaram, no mês de dezembro de 2014, o

¹¹ Disponível em: <http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

congresso nacional para apoiar iniciativas em defesa da família. (...) os pastores foram recebidos em diversos gabinetes, e constataram em conversas com parlamentares a grande ameaça que paira sobre a família tradicional brasileira devido a projetos que tramitam no congresso nacional. Segundo o senador evangélico Magno Malta (PR-ES), existem 867 projetos de lei (PL) em tramitação que de alguma forma agredem a família tradicional. São projetos que tratam sobre casamento de pessoas do mesmo sexo, ensino de homossexualismo nas escolas fundamentais, aborto, cerceamento da liberdade de expressão, perseguição às igrejas e outros. (...) Os pastores também viram o quanto é importante uma ação de acompanhamento e intervenção na tramitação de vários projetos que poderão trazer danos irreparáveis a sociedade brasileira se não forem combatidos. (...) A partir desta visita, foi criado o Movimento Cristão em Defesa da Família, liderado pelo Ministério OIKOS, tendo como mobilizador o Pr. José Paulo Moura Antunes (CLICKFAMILIA, [2016?]).

O OIKOS informa na página oficial que sua missão é “Advogar a importância da família e promover o seu fortalecimento” (CLICKFAMILIA, [2016?]; sua visão é “Ser uma agência de apoio à família (...) com fundamentação cristã, para que tenhamos na sociedade brasileira famílias saudáveis e conscientes de sua missão no mundo” (CLICKFAMILIA, [2016?]). E aponta, ainda, alguns números de sua atuação: “8 mil pastores ministrados em Congressos e Seminários; 15 emissoras transmitem o Programa Vida em Família; 180 mil pessoas ministradas através do Jornal em Família; 52 milhões de pessoas alcançadas através do Jornal Batista; Mais de 500 Igrejas Visitadas”, (CLICKFAMILIA, [2016?]). Por estes fatos, consideramos o site do Movimento Família relevante para compor um dos objetos da pesquisa.

2.2.1.3 Coleta de dados no grupo movimentos conservadores

Nas caixas de busca de cada um dos dois sites pesquisamos pela palavra-chave “família” associada aos termos “gênero”, “LGBT”, “sexualidade”, “tradicional” e “Valores”. As discursividades localizadas a partir de cada busca foram inseridas em planilha do Excel, onde consta título do texto, a tipologia (nota, artigo, documento institucional) e o link para acesso ao texto. Como forma de garantir a continuidade da pesquisa em caso de problemas técnicos com as páginas, salvamos cada texto encontrado no formato PDF e como forma de aumentar a confiabilidade dos dados salvamos a imagem da tela onde o texto encontrava-se (*print*). Em seguida, os materiais encontrados a partir de cada palavra-chave foram cruzados em busca de repetições para eliminação e elaboração de uma lista final, que apresentamos abaixo:

Quadro 2 – Materiais coletados do site do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira

Título	Tipo	Link
Ideologia de Gênero – pernicioso perseguição religiosa	Artigo	https://ipco.org.br/ideologia-de-genero-perseguiacao-religiosa/
Projeto troca referências a “gênero” por “sexo” na Lei Maria da Penha	Artigo	https://ipco.org.br/projeto-troca-referencias-genero-por-sexo-na-lei-maria-da-penha/
Ideologia de Gênero conduz a aberrações morais	Artigo	https://ipco.org.br/ideologia-de-genero-conduz-aberracoes-morais/
Lituânia marcha contra o aborto, pela família	Artigo	https://ipco.org.br/lituania-marcha-contr-o-aborto-pela-familia/
Contradições do movimento feminista	Artigo	https://ipco.org.br/contradicoes-do-movimento-feminista/
A caça ao ódio polarizador nos Estados Unidos	Artigo	https://ipco.org.br/caca-ao-odio-polarizador-nos-estados-unidos/
Santa Catarina de Sena: não temer a opinião dos homens	Artigo	https://ipco.org.br/santa-catarina-de-sena-nao-temer-a-opinio-dos-homens/
Gramsci e o Brasil	Artigo	https://ipco.org.br/gramsci-e-o-brasil/
Tradição, Família, Propriedade	Artigo	https://ipco.org.br/tradicao-familia-propriedade/
A verdadeira essência do comunismo	Artigo	https://ipco.org.br/a-verdadeira-essencia-do-comunismo/
Mensagem do Chefe da Casa Imperial do Brasil	Nota	https://ipco.org.br/dom-luiz-chefe-casa-imperial-brasil-7-setembro/
URGENTÍSSIMO!!!! O PLC 122 voltará à pauta nesta semana!	Nota	https://ipco.org.br/urgentissimo-plc-122-voltara-pauta-nesta-semana/

Fonte: elaboração dos autores.

Analizamos, então, 12 textos disponibilizados no site do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, dos quais 10 foram classificados como artigos e 2 como nota.

Quadro 3 – Materiais coletados do site do Movimento Cristão em Defesa da Família

Título	Tipo	Link
Carta aberta aos cristãos do Rio de Janeiro	Artigo	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/carta-aberta-aos-cristaos-do-rio-de-janeiro/
Movimento Cristão em Defesa da Família – Como tudo começou	Artigo	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/acoes/?event_id1=2
Dia Nacional de Valorização da Família	Artigo	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/dia-nacional-de-valorizacao-da-familia/
A Família e o Voto	Artigo	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/a-familia-e-o-voto/
Manifesto	Nota	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/manifesto/
Carta de Princípios	Nota	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/carta-de-principios/
Repúdio à Tirania Midiática – Um Manifesto	Nota	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/repudio-a-tirania-midiatica-um-manifesto/

Fonte: elaboração dos autores.

Analizamos, portanto, 7 textos disponibilizados no site do Movimento Cristão em Defesa da Família, dos quais 4 foram classificados como artigos e 3 como nota.

2.2.2 Movimentos progressistas – Luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+

Nesse grupo, analisamos os sentidos sobre famílias reverberados por entidades LGBTQIA+ em discursividades publicamente acessíveis. Consideramos como movimentos LGBTQIA+ institucionalizados, no rastro teórico de Colling (2015), aquelas entidades que possuem um perfil consolidado de representação política da população LGBTQIA+: são hierarquizados, institucionalizados juridicamente, são as que acionam e são acionadas pelo estado para debater políticas públicas, atuam no lastro da perspectiva do essencialismo estratégico e reforçam o caráter identitário da agenda de luta LGBTQIA+. Nesta tese, trabalharemos especificamente com a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransféticas (Abrafh). A Aliança Nacional LGBTI+ tem se destacado nos últimos anos em virtude de suas ações de *advocacy* em ambientes da política institucional, sobretudo o legislativo e o judiciário. Ao lado da Associação de LGBTI+ (ABGLT) representam as principais redes que congregam organizações da sociedade civil, ativistas e frentes de ações institucionais. Após o golpe de 2016, a ABGLT saiu de cena, se recusando a sentar para dialogar com o governo do então presidente Michel Temer. A Aliança ocupou esse espaço, chegando a se reunir¹², inclusive, com a ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos. A Aliança tem se tornado a porta voz das LGBTQIA+ em diferentes dimensões da luta política, sendo qualificada como fonte oficial em pautas jornalísticas e demandas por representação da população. Já a Abrafh é a única associação de âmbito nacional a encampar a agenda das famílias cujo pelo menos um componente seja LGBTQIA+. Seu foco é na atuação da defesa do casamento LGBTQIA+, adoção e luta pelo reconhecimento dos arranjos familiares homoafetivos.

2.2.2.1 Aliança Nacional LGBTI+

A Aliança Nacional LGBTI+ foi formalmente constituída em 2003, porém só em 2009 inicia suas atividades, a priori como uma rede de debates acerca das pautas da diversidade sexual e de Gênero em listas de discussão na internet. Em 2016, a rede ganha capilaridade e

¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/grupos-lgbti-pedem-que-gestao-bolsonaro-reconheca-familias-homoafetivas.shtml>. Acesso em 27 out. 2021.

passa a estruturar o trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania, em especial da comunidade LGBTI+¹³, nos estados brasileiros através de parcerias com pessoas físicas e jurídicas. É uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos (ALIANÇALGBTI, [2016?]).

A Aliança conta com 79 instituições filiadas – pessoa jurídica – e 1370 filiados – pessoa física. As ações de *advocacy*, sobretudo na política institucional, é encabeçada pelo seu fundador, o militante homossexual Toni Reis, ativista histórico do movimento LGBTQIA+ brasileiro, pós-doutor em educação e diretor da instituição, reconhecido por seus embates com personalidades controversas do palanque religioso como os pastores Silas Malafaia e Marcos Feliciano. Além disso, os posicionamentos da entidade acerca de temas concernentes às LGBTQIA+ ganham destaque em espaços midiáticos de forte repercussão e apontam a relevância política da representatividade da entidade pelo sistema dos *media* (SANTANA, 2021; DELUCA, 2020; NIKLAS, 2020; ANÍBAL, 2020).

A Aliança é responsável pelo desenvolvimento do Observatório LGBTI+, que possui o objetivo de levantar, monitorar e divulgar a situação dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+ no Brasil, a partir de uma perspectiva dos movimentos sociais. Entre suas principais contribuições estão as cartas da diversidade I¹⁴ e II¹⁵, o Manual de Comunicação LGBTI+¹⁶, Pesquisa¹⁷ Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 – as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais – e pelo menos seis cartilhas voltadas ao combate das opressões sofridas por LGBTQIA+ em diferentes âmbitos da vida.

2.2.2.2 Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh)

Em 2013, um grupo de ativistas LGBTQIA+ participou de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal para discutir as “Novas Famílias”. Organizada pela servidora pública do Congresso Nacional, lésbica e mãe, Marília Serra, a atividade é reconhecida como o pontapé inicial na organização da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh). Efetivada legalmente apenas em 2015, a Abrafh é uma

¹³ A Aliança e suas instituições filiadas assinaram termo de compromisso para uso da sigla LGBTI+ como forma de unificar a linguagem dos movimentos sociais.

¹⁴ Disponível em: <http://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Carta-da-Diversidade-2018.pdf>

¹⁵ Disponível em: <http://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Carta-da-Diversidade-2019.pdf>

¹⁶ Disponível em: <http://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>

¹⁷ Disponível em: <http://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>

entidade da sociedade civil organizada que reúne famílias na busca pelo reconhecimento social e pela proteção de seus membros e já conta com cerca de 1500 filiados distribuídos em quase todo o território brasileiro. Em seu estatuto, a Abrafh se propõe a acolher, defender e representar as famílias homoafetivas no sentido de tornar os membros cidadãos emancipados e com direitos reconhecidos.

Na seção “Quem Somos” de sua página virtual, a entidade explica que “se destina a todas as famílias que possuam ao menos um componente LGBTI+ (...) Todas as configurações familiares são bem-vindas e acolhidas sem preconceitos” (ABRAFH, [2015?]). Entre as diretrizes que marcam a atuação da agenda política da Abrafh estão a visibilidade positiva das famílias e a proteção de seus interesses, direitos e bem-estar.

A entidade já realizou dois congressos internacionais¹⁸, possui mais de 9.000 seguidores em sua página do Facebook, tem entre seus associados personalidades do quadro jurídico brasileiro, como a advogada, pesquisadora e desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, membra-fundadora e conselheira consultiva da entidade. A Abrafh ganha espaço na representatividade das populações LGBTQIA+ realizando *advocacy* na temática da família, sendo convidada a se posicionar publicamente em diferentes ocasiões e compondo debates referentes a políticas públicas (LIMA, 2020; RODRIGUES, 2020; MARTIN, 2020; GONZALEZ, 2020).

2.2.2.3 Coleta de dados no grupo movimentos progressistas

2.2.2.3.1 Site da Aliança Nacional LGBTI+

O site oficial da instituição possui uma caixa de busca. Para selecionarmos as materialidades para análise, inserimos inicialmente a palavra *família*, em busca de textos que trouxessem o termo em seu escopo. Diferente da busca por palavras-chave casada, utilizado na outra dimensão, buscamos apenas por um termo para verificar quais materiais apareceriam. Dentre os achados, selecionamos aqueles que foram publicados no mesmo período de levantamento das matérias jornalísticas que analisamos neste trabalho na dimensão dos *media*, para haver um alinhamento durante a coleta. Sendo assim, selecionamos textos publicados entre 2016 e 2019. Os materiais selecionados foram inseridos em planilha de Excel com título, tipologia do material e links. Localizamos uma (1) nota de repúdio e quatro (4) Documentos,

¹⁸ Disponível em: <http://www.abrafhcongresso.com.br/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

conforme pode ser visto no quadro abaixo.

Quadro 4 – Materiais coletados no site da Aliança Nacional LGBTI+

Título	Tipo	Link
Nota de repúdio da Aliança Nacional LGBTI+ à fala do Exmo. Presidente Jair Messias Bolsonaro sobre organizações familiares	Nota	https://aliancagbti.org.br/2019/09/07/nota-de-repudio-da-alianca-nacional-lgbti-a-fala-do-exmo-presidente-jair-messias-bolsonaro-sobre-organizacoes-familiares/
Carta da Diversidade 2019	Documento	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Carta-da-Diversidade-2019.pdf
Contribuições para as teses do Congresso Internacional LGBTI+	Documento	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/MIOLO-Livro-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-teses-05-11.pdf
Manual de Comunicação LGBTI+	Documento	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

Fonte: elaboração dos autores.

2.2.2.3.2 Site da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetiva (ABRAFH):

Para compreendermos os sentidos produzidos pela entidade nas discursividades publicamente acessíveis produzidas pela instituição e seus membros, consultamos o site oficial. Em virtude da ausência de uma caixa de pesquisa na página virtual, realizamos uma busca manual em cada seção. O site possui poucas abas e os conteúdos são bastante concisos. Desta forma, fomos em cada seção e buscamos a palavra família, em seguida, por meio de leitura flutuante selecionamos os textos e estruturamos em um documento do Word. Em uma das abas, intitulada “Estatuto Social da Abrafh”, tivemos acesso ao documento, no formato PDF, do estatuto da entidade, que contém outros elementos para analisarmos os sentidos sobre família construídos pela entidade. Sendo assim, temos cinco textos para análise, sendo 4 localizado nas seções (abas) dos sites e 1 documento (estatuto).

Quadro 5 – Materiais coletados no site da Abrafh

Título	Tipo	Link
Sobre a Abrafh	Documento	http://www.abrafh.org.br/
Quem somos	Documento	http://www.abrafh.org.br/
Atuação	Documento	http://www.abrafh.org.br/
Nossos pilares	Documento	http://www.abrafh.org.br/
Estatuto Social da Abrafh	Documento	http://www.abrafh.org.br/Documentos/EstatutoSocial2017.pdf

Fonte: elaboração dos autores.

3 FACES AGENDA CONSERVADORA: EMERGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA, PRÁTICAS POPULISTAS E A REJEIÇÃO À VALORES DEMOCRÁTICOS

Para lançar luz ao contexto político que impõe centralidade às noções de família no debate público contemporâneo é necessário apresentar os pressupostos teóricos que demonstram como setores políticos recorrem à configuração familiar para propagar suas noções de democracia, governo e racionalidade, sejam eles de espectros políticos progressistas ou conservadores. Trata-se de uma inflexão entre autores que delineiam uma trajetória capaz de dar pistas para compreensão do atual estado da democracia liberal no ocidente, com suas fissuras, dúvidas, reformulações e ataques. Embora seja um capítulo elaborado a partir de escolhas teóricas dos autores, é fundamental demarcar que a mobilização das perspectivas aqui adotadas surgiu a partir da observação do próprio objeto em relação com o problema de pesquisas e suas questões norteadoras.

Nesse capítulo, refletimos sobre os principais elementos que ocasionaram a emergência da extrema direita no ocidente, com foco nos casos brasileiro, europeu e norte-americano, e suas relações com a agenda moral promovida por uma nova face do conservadorismo, ou o neoconservadorismo. Buscamos, também, compreender como a lógica populista constrói suas narrativas sobre família, as repercussões no tecido social e a negação de valores democráticos promovidos por setores descontentes com o Estado de bem-estar social. Analisamos, também, como a razão neoliberal, que sustenta as lógicas políticas e modos de vida ocidentais, compõe os processos que desencadearam as crises econômicas, sociais, políticas e democráticas vivenciadas a partir da segunda metade do século XXI.

3.1 Emergência da extrema direita

Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL), em 2018, com 55,13%¹⁹ dos votos válidos, o equivalente a mais de 57,7 milhões de eleitores. Segundo Avritzer (2021), o terceiro²⁰ presidente a se apresentar como *outsider* que a direita elegeu em 60 anos. Compreendemos um político *outsider*, a partir dos termos gerais apontados pelo autor, como uma liderança cujo partido não contava com uma base de apoio parlamentar

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2021.

²⁰ Segundo Avritzer (2021), Jânio Quadros e Fernando Collor foram os outros dois políticos *outsiders* eleitos.

ampla no Congresso Nacional e se apresentava como alternativa *antiestablishment*, para supostamente combater o *status quo*. Em diálogo com Avritzer (2021), reiteramos que o então candidato buscava propagar a imagem de um político *outsider*, embora sua extensa carreira política, com sete mandatos na Câmara Federal e quase 30 anos de atuação no Poder Legislativo a contar de sua primeira eleição como vereador do Rio de Janeiro, e passagens por distintos partidos²¹ tradicionais, deponha contra essa construção. Bolsonaro sempre esteve presente no jogo de poder dos corredores do Congresso Nacional.

A vitória de Bolsonaro está intimamente ligada à emergência de grupos de extrema direita que ganharam notoriedade na agenda pública de discussão ao reunir emoções políticas, ainda que inicialmente de forma difusa, e disputar espaço nas ruas durante os protestos ocorridos em 2013, período que ficou conhecido como as Jornadas de Junho: protestos nas principais cidades brasileiras que levou uma massa disforme se autorreivindicando pluripartidária, capitaneada por uma juventude insatisfeita e cooptada pelo discurso midiático antissistêmico (SOLANO, 2021). Os atos públicos que tomaram as principais capitais do país iniciaram em São Paulo com o Movimento Passe Livre convocando pelas redes sociais cidadãos indignados com o aumento da passagem de ônibus em 20 centavos (ABRANCHES, 2019; MIGUEL, 2019).

De acordo com Miguel (2019), as Jornadas de Junho foram um fenômeno complexo que demonstrou aos cientistas políticos que a dinâmica do conflito social precisa ser compreendida para além das instituições. As manifestações daquele período tomaram proporção maior do que o imaginado a partir de um processo que o autor divide em três momentos: (1) adesão para além da capacidade de organização do MPL; (2) ampliação das temáticas que logo pluralizou as pautas e reuniu os descontentes com o cenário político brasileiro; e (3) a influência dos atos pela pauta antipolítica com um forte componente anticorrupção, com setores da classe média assumindo a frente a partir de um discurso conservador apartidário e pela nação.

Do primeiro para o segundo momentos, ocorre a indicação de que a base social dos governos petistas queria mais do que estava sendo oferecido a elas. (...) o arranjo lulista tanto privilegiou a oferta de empregos de baixa qualificação e baixo salário quanto tinha dificuldade de prover melhorias expressivas nos serviços socializados. A opção pela inclusão pelo acesso ao mercado satisfazia o compromisso de não interromper a privatização do fundo público. Mas o morador da periferia que comprou uma geladeira nova com subsídio governamental continuava precisando de educação, saúde e transporte (MIGUEL, 2019, p. 155).

²¹ Em 2022, Jair Bolsonaro filiou-se ao nono partido de sua carreira. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/30/partidos-que-jair-bolsonaro-passou.htm>. Acesso em: 03 març. 2022.

A política econômica de investimento social em consumo já dava sinais, alguns anos antes, de estrangulamento e os protestos deram vazão para os cidadãos demonstrarem a insatisfação com questões prioritárias para a própria sobrevivência: saúde, segurança e educação. Segundo Miguel (2019), do segundo ao terceiro momentos percebe-se que há cooptação das pautas, até então consideradas populares e com forte adesão social, já que afetavam diretamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, por parte da oposição de direita que enxergava nas ruas a fissura necessária para plantar sua semente. Nesse momento, a cobertura jornalística é sintomática ao mudar o tom da narrativa. Até então, os protestos eram marcados por vandalismos, dispersão, baderna, depredação de patrimônios públicos e privados (VIANA, 2013). Com a emergência das pautas de direita e da ida de setores das classes médias para as ruas, os protestos ganham ares de “mobilização cívica”. “Houve um grande esforço para separar a “minoria” de manifestantes violentos, que precisavam ser reprimidos, da maioria pacífica e respeitosa” (MIGUEL, 2019, p. 156). As emissoras de televisão passaram a pautar diariamente as insatisfações e passaram a ser a voz das convocações dos protestos que recebiam transmissões ao vivo, mesmo quando eram atos pequenos com apenas dezenas de pessoas, a mesma tática repetiu-se anos depois durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Miguel (2019) registra que havia uma disputa de ideais antagônicos durante as jornadas, se de um lado uma esquerda mais independente e crítica aos governos petistas vislumbrava naqueles protestos a possibilidade de mobilizar uma agenda capaz de apontar os equívocos da moderação petista e os malefícios da conciliação para a classe trabalhadora, a direita conservadora viu a oportunidade de emergir como a saída para o declínio dos governos petistas. Já o PT, permaneceu inerte e os movimentos sob sua tutela se retiraram das ruas para tentar proteger o governo. Enquanto isso, crescia entre os progressistas, sobretudo os petistas, a tese de que os manifestantes eram massa de manobra e que era necessário deixar o governo trabalhar. Essa narrativa contribuiu para que o partido e os movimentos que deram base para sua chegada ao poder se afastassem ainda mais (MIGUEL, 2019).

A direita se organizou, captou os ressentimentos de uma elite intransigente que não aceitava perder seu lugar, bebeu da frustração e da cólera da branquitude saudosa da casa grande, notadamente apolítica e avessa à corrupção (entendendo aqui a corrupção como uma identidade da esquerda que chegara ao poder). Desta forma, estava posto o cenário para a polarização radical que tomou o Brasil nos anos posteriores e que foi delineada a partir das manifestações de 2015, para abertura e aprovação do processo de impeachment, e se tornou agenda política nas eleições de 2018 (ABRANCHES, 2020).

A resposta dos brasileiros nas urnas compõe um quadro de transformações globais recentes que ocasionaram uma avalanche da extrema direita em corridas eleitorais pelo mundo, que levou ao poder em democracias liberais os representantes de seus interesses. As eleições realizadas nos últimos 10 anos trouxeram surpresas ao mais pessimista dos analistas políticos: a emergência do *45* esponde *45* mo italiano; o neonazismo no parlamento europeu; a xenofobia e o ódio que conduziu o processo do *Brexit*²² no Reino Unido; Leste europeu, Turquia e Escandinávia tomadas por governos autoritários; e a eleição de Donald Trump, ainda que este último tenha saído derrotado no mais recente pleito americano (BROWN, 2019; SOLANO, 2019). Em síntese: “candidatos de extrema direita ganham eleições capturando o sentimento de frustração e desesperança e se apresentando com discursos de renovação” (SOLANO, 2019, p. 250).

Os sentimentos nativistas, racistas, homofóbicos, sexistas, antissemitas, islamofóbicos, bem como sentimentos cristãos antisseculares, adquiriram bases políticas e legitimidade inimagináveis há uma década. Políticos oportunistas surfam nessa onda, enquanto conservadores com mais princípios buscam submergir e esperar que ela passe; as agendas políticas de ambos frequentemente confluem mais para a plutocracia do que para as paixões furiosas de uma base que exige a criminalização de imigrantes, do aborto e da homossexualidade, a preservação de monumentos ao passado escravista e que as nações voltem a se dedicar à branquitude [*Whiteness*] e à cristandade (BROWN, 2019, p. 9).

O cenário brasileiro para estas transformações pode ser traduzido, ainda que de maneira simplificadora, da seguinte forma: enquanto a população brasileira sente os impactos da agenda neoliberal e os governos permanecem incapazes de dar uma resposta à crise, figuras controversas sequestram a pauta política por meio de ações populistas de resgate de símbolos unificadores, essencializadores, nacionalistas, conservadores, apontando a política tradicional como causa e efeito da crise. Ao mesmo tempo, destaca Solano (2019), partidos políticos tradicionais, desgastados pela burocracia e governabilidade, são colocados no mesmo cesto e passam a ser alvo do que a autora chama de “voto de castigo”. O ressentimento de uma parcela da população, aliado ao descontentamento com o sistema político, é terreno fértil para grupos de extrema direita fortalecerem sua retórica apoiados nas crises econômicas, sociais e políticas. A extrema direita e o conservadorismo conseguiram capturar a insatisfação e a transformou em capital eleitoral. Na lógica que elegeu Bolsonaro, a culpa da situação no Brasil é “do sistema

²² “Brexit é uma abreviação para *British exit* (*saída britânica*, na tradução literal para o português). Esse é o termo mais comumente usado quando se fala sobre a decisão do Reino Unido, tomada em um referendo altamente polarizado e liderado por forças de extrema direita baseada em nacionalismo, racismo e xenofobia, de deixar a União Europeia” (BBC, 2020). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938>. Acesso em: 31 ago. 2020.

político no seu conjunto. Os partidos políticos clássicos estão no coração dessa crítica porque eles formam o sistema, são o centro do fisiologismo político” (SOLANO, 2019, p. 251). O Partido dos Trabalhadores (PT), eleito sob o véu da transformação social como uma alternativa ao *mainstream*, teve sua chegada ao poder marcada por acordos em nome da governabilidade, escândalos de corrupção e um afastamento de suas bases, o que delimitou sua entrada no sistema. O PT não seria mais uma alternativa ao *status quo* político, o PT fazia parte do *status quo* político (SOLANO, 2019).

Bolsonaro segue, então, uma tendência política que, para Solano (2019), se constrói na negação, e não possui em seu cerne uma agenda propositiva. A negação, aponta a autora, surge na forma do antipetismo, antipartidarismo, antissistema. Contudo, não apresenta um projeto que supere a negação: o que vem depois de tudo isso? Não consta! Essa tendência política que sustenta Bolsonaro é feita nos antagonismos: nós *versus* eles, ainda que não delimitem concretamente quem são “eles”. Solano (2019, p. 251) afirma que essa estratégia discursiva podia ser encontrada já no período do “*impeachment*”: “momento em que se construiu e se fortaleceu a base social de Bolsonaro. (...) As ruas, tradicionalmente espaço de grupos autodenominados de esquerda, passaram a ser ocupadas por novos protagonistas”.

Neste cenário, milhares de camisas da CBF²³, nos tons verde e amarelo, passam a uniformizar as massas que tomam as ruas em protestos; junto com elas, bandeiras do Brasil empunhadas por pessoas que entoam emocionadas o hino nacional. Eram forças da direita assumindo em praça pública sua insatisfação com a agenda de governo implementada no país. Essa “onda”, guardada as devidas proporções e a variação dos símbolos nacionalistas utilizados, era bem similar ao que se viu em outros lugares do mundo, e, como já dito, surpreendeu cientistas políticos ao preparar terreno para que as lideranças que encampavam suas pautas e promoviam suas agendas chegassem ao poder (SOLANO, 2019; 2021).

Sobre este verdadeiro levante, Brown (2019) afirma que há uma dificuldade em estabelecer uma nomenclatura que abarque a complexidade tanto dos movimentos, como de suas lideranças e suas bases, assim como suas ações no interior da política institucional: “trata-se de autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita? Ou outra coisa? (BROWN, 2019, p. 10). A autora destaca que, diante das surpresas das urnas e da ascensão desse movimento difícil até de nomear, a direita *mainstream*, ou tradicional, os liberais e a própria esquerda, inertes, se ancoram na expectativa de que se implodam em disputas internas ou em escândalos, e permanecem incapazes de

²³ Confederação Brasileira de Futebol. Em geral são camisas inspiradas nos uniformes usados pela seleção brasileira de futebol durante os jogos.

apresentar uma estratégia convincente para 47espond-los (BROWN, 2019).

Brown aponta as crenças em valores e instituições ocidentais – como o “progresso, iluminismo e a democracia liberal” – como uma das causas para a imprevisibilidade do avanço desses movimentos, assim como a incapacidade de ação para superar essa “onda” e até a própria compreensão dos termos que os definem. Além disso, há a introdução de elementos pouco familiares às direitas tradicionais nesses movimentos que emergem e cita a “curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo” (BROWN, p. 10), termos que compreendem, também, à agenda neoliberal que prevê, ainda, o “favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade (...) nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista” (BROWN, 2019, p. 10).

Mas o que possibilita a emergência desses atores no cenário político nacional e internacional? São eventos isolados ou fazem parte de um mesmo movimento ideológico? Embora nossa tese não esteja centralmente preocupada com as respostas a essas questões, 47esponde-las nos ajudará a delinear teoricamente como os sentidos sobre a configuração familiar assumiram centralidade no debate político brasileiro hodierno. Para isso, destacamos alguns elementos que, conforme abordaremos adiante, abriram terreno para a situação atual: (a) a emergência da extrema direita e o populismo que a levou ao poder (CASSIMIRO, 2021; LACLAU, 2013; MOUFFE, 2019; CANOVAN, 1981; MUDDE, 2019; FRASER, 2020; MUDDE; KALTWASSER, 2018; AVRITZER, 2020); (b) o neoliberalismo, a expansão da lógica de mercado para a vida social e as crises democráticas (BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2016; MIGUEL, 2018; 2019; SOLANO, 2020); (c) e o neoconservadorismo – no Brasil, representado pelo Bolsonarismo (SOLANO, 2019, 2020; PINHEIRO-MACHADO *et al.*, 2019; AZEVEDO *et al.*, 2020; AVRITZER, 2020).

Esse verdadeiro levante do que estamos chamando aqui de extrema direita, alicerçou-se a partir das crises provocadas pelo avanço da lógica neoliberal e o declínio do Estado de bem-estar social (MUDDE, 2019; FRASER, 2020). Grupos com agendas distintas convergiram nas críticas à democracia liberal e à forte intervenção do Estado na vida social e manipularam a narrativa sobre a moralidade tradicional e a liberdade individual, delegando aos governos a culpa pelo desemprego, crise econômica e o esgarçamento das relações intrafamiliares, para citar alguns dos elementos mais sobressalentes (INGLEHART; NORRIS, 2016; IGNAZI, 2017).

A literatura acadêmica especializada no debate acerca da extrema direita parece concordar que após o fim da segunda guerra, as incidências oficiais desses grupos em parlamentos e partidos parecem ter desaparecido (LACLAU, 2013; MOUFFE, 2019; CANOVAN, 1981; MUDDE, 2019). Embora grupos neofascistas e neonazistas se organizassem em diferentes configurações às margens da política tradicional, pareciam não ter relevância, ou mesmo força para apresentar seu projeto em uma disputa eleitoral. Foi entre as décadas de 1970 e 1980 que esses grupos retornaram ao cenário político com maior relevância por meio de práticas e ações populistas (VON BEYME, 1988; KARAPIN, 1998).

O crescimento da extrema direita se deu a partir de diversos fatores: a própria expansão da lógica neoliberal pelo mundo, as crises advindas da austeridade, e os constantes ajustes fiscais que diminuíram a renda cidadã que permanecia cada vez mais dependente de políticas sociais. Diferentes atores parecem concordar que a rejeição a uma série de fatores sociais, econômicos e políticos alimentaram esse crescimento. Grupos de extrema direita são contrários a valores como multiculturalismo, direitos das ditas minorias, com destaque para a população LGBTQIA+, negros, imigrantes e refugiados, assim como as problemáticas de gênero. Identificados como novos valores das sociedades pós-industriais, os extremistas de direita se colocam ferrenhamente contrários às pautas de reconhecimento e igualdade, tanto na perspectiva programática quanto na agenda institucional (IGNAZI, 2003; KARAPIN, 1998; ZASLOVE, 2009). Esse retorno, para Von Beyme (1988), se deu, também, a partir de um processo de radicalização da classe média branca que, ressentida com a ampliação do acesso das populações mais pobres aos espaços antes tidos como exclusivos dela, busca impedir transformações profundas e garantir a continuidade das tradições de manutenção das desigualdades. Pobres e ricos sabendo o seu lugar na sociedade.

A concepção de extrema direita que dialoga com a análise aqui desenvolvida é a noção empregada pelo cientista holandês Cas Mudde (2019) em sua obra *The Far Right Today*, em que o autor se debruça sobre a ascensão de lideranças populistas de direitas e busca compreender a integração e normalização da agenda da extrema direita, no século XXI, em âmbito internacional, especialmente nos Estados Unidos da América e Europa, particularmente o que ele denomina de direita radical populista. Mudde (2019) tem um potente trabalho sobre a temática iniciado quando ainda era um estudante, na década de 1980, e a extrema direita era um fenômeno visível, porém ainda às margens da política.

Em sua obra, Mudde (2019) reitera que definir e denominar os grupos de extrema direita tem sido uma tarefa de cientistas, antifascistas e até jornalistas, e não dos próprios grupos, ainda que isso não signifique que estes não se importem com os conceitos a eles direcionados.

Para exemplificar o quão caras são essas terminologias à extrema direita, o autor cita a apropriação de forma orgulhosa do termo “populista” pelo líder político italiano Matteo Salvini; Mudde (2019) descreve, também, o episódio em que Steve Bannon, articulista político e conselheiro estrategista de Donald Trump, em reunião do partido, sugeriu que deveriam usar como distintivo de honra as terminologias a eles direcionados, tais quais racistas, xenófobos e nativistas.

Segundo Mudde (2019), não há consenso entre pesquisadores sobre o termo utilizado para definir os movimentos da direita reacionária e conservadora emergente, nem seus diferentes subgrupos. Em perspectiva histórica, nas primeiras décadas do pós-guerra o termo dominante era “neofascismo”, passando a ser “extrema direita” nos idos de 1980 e “direita radical” nos anos 1990. No início do século XXI ganhou notoriedade o termo “populismo de direita” marcando, ainda, o retorno do uso de “extrema direita” nos anos mais recentes; no Brasil se popularizou entre cientistas políticos o uso de “direita extremada” e “novas direitas” (MIGUEL, 2018). Acredita-se que o movimento está no espectro de uma direita mais ampla, ainda que não haja consenso sobre o que signifique de fato isso.

É importante resgatar, embora sucintamente, a origem dos termos esquerda e direita que datam da revolução francesa (1789-1799). Partidários do regime aristocrático, hierárquico e favoráveis ao rei se sentavam à direita do presidente do parlamento francês. Os opositores se sentavam à esquerda e apoiavam a soberania popular e valores democráticos (MUDDE, 2019). Mais recentemente, esquerda e direita foram delineadas em termos socioculturais. Mudde (2019) cita Norberto Bobbio para uma definição mais concreta das distinções elementares entre a esquerda e a direita, tomando como categoria a (des) igualdade em suas diferentes aplicações, como na cultura, economia, religião ou nas questões referentes às racialidades: para a esquerda, as desigualdades entre sujeitos devem ser transpostas com a intervenção de um Estado ativo; para a direita, as desigualdades são naturais, devem ser defendidas e o Estado não deve intervir. Em diálogo com Mudde (2019), nosso trabalho não está preocupado com a direita dominante, ou seja, liberais conservadores *mainstream*, mas apenas com os grupos antissistema que o autor considera hostis à democracia, denominados por ele de *far right*, que pode ser dividido em dois grupos: (1) a direita radical, que aceita a soberania popular e o governo da maioria, mas rejeita seu componente fundamental: os direitos das ditas minorias, a separação dos poderes e o que o autor define como *rule of law*, algo como as regras da lei, que incide nos direitos humanos e proteção dos menos favorecidos; e 2) a extrema direita próxima ao fascismo, que recusa os valores democráticos que dizem respeito à vontade da maioria, como em períodos eleitorais, possuem um projeto revolucionário que favorece a violência e o estado de polícia

para garantir seu governo (MUDDE, 2019). Aqui, nos referiremos à extrema direita como sinônimo de *far right*, um grupo mais ou menos coeso, radical no enfrentamento às pautas progressistas nos costumes e defensores de um estado mínimo, não-interventor, tendo em vista que também tem sido a terminologia utilizada em estudos da ciência política como sinônimo para se referir ao projeto ideológico defendido pelo Bolsonarismo, conforme explicaremos adiante.

Mudde (2019) nos fornece uma visão geral da quarta onda²⁴ da extrema direita do pós-guerra. De acordo com o autor, teria começado em meados do século XXI, com os partidos de direita radical se popularizando e normalizando sua agenda em diferentes países e, também, com o surgimento de novos partidos de extrema direita mobilizados a partir da visibilidade de sua agenda na mídia e no debate público, como o antissemitismo, revisionismo histórico, racismo e homofobia. Foi nesse contexto que, sentindo-se representados por lideranças políticas que não poupam discursos pró-violência e ódio, que grupos de extrema direita saíram da obscuridade e sentiram-se à vontade para propagar suas ideias e mostrar suas caras (BROWN, 2019).

O autor aponta três marcos que definem a quarta onda: (1) o primeiro seria o que a mídia e políticos denominaram de “crise dos refugiados”, quando milhares de pessoas advindas de países em crises solicitaram asilo aos países europeus – esta crise foi um catalisador para a extrema direita que enxergou no acolhimento político, social e econômico de refugiados um combustível para suas manifestações e possibilidade de aproximação com o povo insatisfeito; ações violentas contra a comunidade LGBTQIA+, imigrantes e refugiados, aumentaram exponencialmente; (2) os ataques terroristas de 11 de setembro, que abalaram o imperialismo americano; e a (3) crise econômica mundial – a Grande Recessão – de 2008. Para o autor, esses marcos afetaram todas as democracias ocidentais, porém de maneiras distintas, questionando o sistema político tradicional, seus vícios e burocracias, e gerando intensos protestos islamofóbicos e populistas.

A quarta onda é caracterizada, ainda, pela integração de diferentes grupos da extrema direita, ocasionada pelo desejo de fortalecer sua base e contribuir com a apresentação de suas pautas em diferentes terrenos políticos e também diminuir a distância entre seus ideais discriminatórios e antidemocráticos da política formal (MIGUEL, 2018). Desta forma, alguns

²⁴ O autor divide o populismo, de forma muito mais esquemática-didática do que teórico-metodológica, em quatro ondas considerando o cenário pós-guerra: a) a primeira onda, o neofascismo (1945–1955); a segunda onda, o populismo de direita (1955–1988); a terceira onda, caracterizada pela direita radical (1980–2000); e a quarta onda (a partir dos anos 2000) evidenciada pelas crises do mundo capitalista neoliberal.

líderes de extrema direita, assim como partidos representativos, conseguem conformar um sentimento de aceitação por partidos populistas, tanto da direita liberal *mainstream* quanto da esquerda, com vistas a possibilidades de formação de coalizações que busquem considerar suas ideias viáveis. A integração dos grupos da extrema direita, considerando sua ideologia, política e organização – característico da quarta onda – esfumou as fronteiras entre a direita radical e a direita dominante, sendo mais difícil estabelecer quem é o quê em quadro analítico mais amplo, sobretudo com o fortalecimento do populismo no interior das organizações políticas (MUDDE, 2019).

Para Miguel (2018), o fenômeno da reemergência da direita brasileira, cujo discurso reacionário e conservador é motivo de orgulho, foi gestado ao longo dos ciclos de governos petistas, de 2002 a 2016. Em nome da governabilidade, o PT acomodou parcela significativa da classe política. A tática para evitar confrontos deu certo por um tempo, embora atritos ocorressem, sobretudo por parte dos grupos acostumados a lidar com governantes mais conservadores. Esses mesmos grupos, afirma Miguel, estranhavam ter que lidar com políticos, agora com grandes poderes, que não faziam parte de suas rodas. Lula equilibrou muito bem esse pêndulo, mas com Dilma Rousseff o ressentimento cresceu, o que contribuiu de alguma forma com o processo do golpe.

Nos mandatos petistas, dois grupos localizados no espectro da direita foram delineados: (1) de um lado aqueles que almejavam o centro do poder e se recusavam a ser coadjuvantes no governo de terceiros – revanchistas – pressionavam o governo por meio de uma oposição combativa e representavam as elites mais esclarecidas do país, com destaque para os tucanos do PSDB – um partido social-democrata cuja “social-democracia” não ultrapassava a nomenclatura da legenda. Ainda assim, o partido e as siglas adjacentes encarnavam um projeto civilizador que buscava aproximar o país das mais avançadas potências capitalistas do ocidente (MIGUEL, 2018; CASIMIRO; 2018). Após sucessivas perdas eleitorais nas disputas com os petistas, o véu das liberdades democráticas foi caindo e revelando um deslocamento acelerado em direção à direita ideológica, o que pode ser identificado nas pautas defendidas durante os pleitos em que saíram derrotados: a oposição do direito ao aborto, em 2010, e a redução da maioria penal, em 2014. (2) Do outro lado, emergiam grupos de direitas, com lideranças políticas representantes das igrejas neopentecostais, militares, católicos conservadores e até personalidades da televisão. Para eles, nem todo o reformismo do PT era suficiente para o diálogo (MIGUEL, 2018; CASIMIRO; 2018). Seriam eles: “anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos, e uns poucos liberais econômicos extremistas” (MIGUEL, 2019, p. 18).

Com a chegada de um partido autodeclarado de esquerda ao poder, a ala mais extremada da direita brasileira percebeu que havia espaço para radicalização (MIGUEL, 2018). Essa ala mais radical, identificada por Solano (2019) como nova direita brasileira, passou a se organizar a partir de 2006, período pós-reeleição de Lula, em fóruns de discussão na internet. O contexto era de crise política, muitos analistas duvidavam da vitória do Partido dos Trabalhadores diante dos escândalos do mensalão²⁵, que manchou a trajetória petista retirando do governo lideranças importantes (SOLANO, 2021; BARROS; LEMOS, 2018). A eleição de Lula foi marcada por uma votação massiva das populações mais pobres que viam no líder petista, ex-metalúrgico, um aliado, principalmente pelas transformações econômicas ocorridas em seu primeiro ano de governo graças ao que enxergavam na “alta das *commodities*, nos aumentos reais do salário-mínimo e na criação e expansão de programas de combate à pobreza, fazendo com que milhões de pessoas melhorassem significativamente [...] renda e consumo” (SOLANO, 2019, p. 22).

Com a popularidade em alta, Solano (2021) recorda que os opositores de Lula foram escrachados ao tentarem protestar contra seu governo, tamanha era a satisfação com as políticas de Estado nas primeiras gestões petistas. Os descontentes passaram, então, a buscar em espaços virtuais na internet um ambiente para expressarem livremente suas opiniões sobre o projeto político do governo e sobre a própria esquerda: “buscavam conhecer pessoas que pensassem parecido, seja porque defendessem o livre-mercado, punições mais severas para criminosos, a instauração de um novo regime militar ou mesmo a volta da monarquia” (SOLANO, 2021, p. 22). Esses encontros ocorreram e a democracia brasileira viu surgir grupos extremados com incidência nas universidades, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, espaços intelectuais e a própria mídia, com destaque para o escritor Olavo de Carvalho, que se tornaria anos depois o guru do Bolsonarismo.

Uma narrativa propagada na internet uniu os descontentes com o governo, afirma Solano (2021): havia no Brasil uma hegemonia esquerdista. Essa ideia influenciou o surgimento da nova direita. Uma estratégia contra-hegemônica radical, fortemente influenciada pelas atitudes de Olavo de Carvalho nos meios digitais, incidiu na gestação desses grupos e que, de certa forma, direcionou o comportamento que veríamos nas ruas anos depois, durante a eleição de 2018, foi o “uso de uma performatividade disruptiva e do choque intencional” (SOLANO, 2021, p. 23).

²⁵ “como ficou conhecida a Ação Penal (AP) 470 que julgou, no Supremo Tribunal Federal (STF), os acusados de envolvimento num esquema de pagamento de propina a políticos em troca de apoio ao governo federal no Congresso Nacional” BARROS; LEMOS, 2018, p. 1). “(...) foi construído pela própria imprensa como uma causa pública de elevado apelo cívico, “um julgamento histórico”, “o maior caso de corrupção política do Brasil” etc. (Biroli e Mantovani, 2014). Trata-se de um caso exemplar que foge à regra da eternização da impunidade, a exemplo dos processos judiciais contra políticos acusados de corrupção nas instâncias estaduais da justiça” (BARROS; LEMOS, 2018, p. 308).

A proposta era enfrentar o atual decoro que define os termos do debate público como o conhecemos, em muitos casos denominado pejorativamente de “politicamente correto”, com o uso de uma linguagem nada polida e conscientemente desrespeitosa.

Solano (2021) defende a ideia de que as sementes da nova direita já estavam germinadas na internet e nas ruas quando, após a eleição de Dilma Rousseff, em 2010, o desgaste econômico da política petista passou a ficar mais evidente e atos e protestos de movimentos anticorrupção explodiram por todo o país durante os julgamentos do mensalão em 2011 e 2012. Em 2013, quando o país vivenciou as Jornadas de Junho, os grupos das novas direitas puderam crescer e florescer. Nesse momento da história, eles perderam o receio de se manifestar em público e divagar sobre suas ideias (SOLANO, 2021).

Mas afinal, o que une a extrema direita brasileira nos moldes do que Mudde (2019) entende como *far right*? Miguel (2018, p. 19) parece apresentar uma interessante resposta: “o que existe hoje é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e movida pela percepção de um inimigo comum”. Os grupos mais extremados podem ser compreendidos a partir de três vertentes: (a) o libertarianismo, o (b) fundamentalismo religioso e a (c) reciclagem do antigo anticomunismo.

A ideologia libertariana, de origem europeia e influente nos EUA, “prega o menor estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que possa parecer” (MIGUEL, 2018, p. 19). O libertarianismo reduz todos os direitos aos contratos privados “livremente” firmados, enaltece a propriedade como direito soberano e rejeita laços solidários. A “liberdade” seria o principal valor das agremiações libertarianas, que compreendem a igualdade como uma oposição à liberdade. O Estado se opõe ao mercado por deter o poder coercitivo de impor suas vontades e o mercado é o local da liberdade econômica, ambiente das trocas. Para Miguel (2018), a doutrina libertariana tem baixo potencial de popularização, em virtude da existência do que, segundo ele, é um pano de fundo comum que compreende que algumas obrigações são coletivas, ainda que a ideia de superioridade do mercado frente ao estado esteja enraizada. Libertarianos pressionam o estado a reduzir suas ações reguladoras. Uma das contradições entre os grupos que conformam a extrema direita é a de que a doutrina libertariana, por prezar pela autonomia individual, costuma defender ideias avançadas sobre drogas, liberdade sexual e direitos reprodutivos. Ainda que essas ideias apareçam convenientemente muito mais em textos dogmáticos do que nos ativismos de seus simpatizantes (MIGUEL, 2018).

Seus principais aliados são os cristãos fundamentalistas, e o discurso costuma apresentar o reforço da família tradicional como compensação para a demissão do Estado das tarefas de proteção social – Estado que é o inimigo comum, seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção aos direitos dos outros integrantes do núcleo familiar. Aliança similar ocorre no Brasil, em que o ultraliberalismo faz frente unida com o conservadorismo cristão (MIGUEL, 2018, p. 20).

No Congresso, parlamentares fundamentalistas se aliam a distintas forças conservadoras para fortalecer pautas que lhes são caras, ainda que a aliança seja com grupos que discordem de suas agendas em outras frentes, a esses grupos Miskolci (2018) denomina de empreendedores morais de ocasião. Na cena midiática, sobretudo nas redes sociais, lideranças evangélicas assumem papel ativo na propagação das pautas cristãs fundamentalistas. Entre seus defensores mais emocionados está o pastor Silas Malafaia, um exemplo de que o fundamentalismo é um discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes: “contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e [...] fornece uma base popular com o qual eles negociam” (MIGUEL, 2018, p. 21). Líderes religiosos detêm concessões de rádio e televisão e a utilizam para propagar suas ideologias. Para Miguel (2018), os líderes religiosos são os equivalentes atuais aos coronéis que, durante (?) a política do coronelismo, eram responsáveis pelos votos de cabresto. Uma característica forte do movimento fundamentalista, que se apresentou central para seu crescimento, foi o investimento na agenda moral em contraste com os ganhos sociais da política do governo petista.

“Tal ambiguidade favoreceu aqueles que vendiam apoio ao governo, valorizando seu passe. Como sua vinculação à agenda conservadora nunca foi minorada, era um apoio que exigia que fossem refreadas iniciativas para a extensão de direitos” (MIGUEL, 2018, p. 22). Foram estes apoios do PT que mudaram rapidamente de lado quando o governo Dilma deu os primeiros sinais de instabilidade e passaram a somar suas forças junto aos grupos que engrossaram o golpe de 2016.

A terceira vertente característica da extrema direita brasileira, segundo Miguel (2018), é o anticomunismo, um fantasma que teria sido esquecido com o fim da Guerra Fria, mas que retornou ao Brasil e América Latina em outros formatos. “A despeito do centrismo crescente de seu discurso e de suas práticas moderadas [...] o PT veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo” (MIGUEL, 2018, p. 18). O antipetismo, que sob certo aspecto e para uma parcela leiga da sociedade, se confunde com o anticomunismo, foi marcado por um discurso de classe altamente anti-igualitarista (SOLANO, 2019; MIGUEL, 2018). O anticomunismo é uma das

faces da mesma moeda do reacionarismo moral que, em virtude de uma leitura equivocada dos estudos de Antonio Gramsci, se rebela contra o “marxismo cultural”²⁶. Trata-se da noção de que a disputa política é, também, uma luta por controle de visões de mundo e que os governos petistas buscavam manipular as mentes por meio de um plano comunista desenvolvido pelo cientista italiano (MIGUEL, 2018). É por meio do conservadorismo reacionário que a pauta moral ganha espaço na luta política da extrema direita e a família é central nesse discurso. “Por essa leitura, um passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da ‘civilização ocidental’ seria a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional” (MIGUEL, 2018, p. 22). Para esses grupos a família funciona como a *cellula matter* da sociedade e como alicerce dos valores tradicionais; ao ser destruída, seria a ruína da civilização. Esse discurso é o que baliza a defesa de parlamentares extremados no que tange ao debate acerca dos gêneros e das diversidades sexuais, que seriam um mecanismo comunista para destruir a família.

A estratégia do medo de destruição da família e dos valores morais tradicionais, assim como o confronto de forças políticas baseadas em nós *versus* eles, é uma estratégia populista da extrema direita. O que estamos chamando aqui de populismo de extrema-direita é produzido num contexto de avanço neoliberal em esfera mundial, uma nova interpretação do Estado e as políticas de governo, a revolução tecnológica, especialmente as sociabilidades advindas do contexto das redes sociais online, cooperação internacional por meio de organizações e outras institucionalidades que buscam compartilhar os mesmos discursos ideológicos e difundir suas normas e visões de mundo (STENGEL; MACDONALD; NABERS, 2019).

3.2 Práticas populistas e a rejeição aos valores democráticos

Um dos temas mais proeminentes do debate político teórico do século XXI certamente é o populismo (CASIMIRO, 2021; LACLAU, 2013; MOUFFE, 2019; CANOVAN, 1981; MUDDE, 2019; FRASER, 2020). Em virtude do reconhecimento do governo de Bolsonaro como resultado da construção de um discurso populista fundamentado em uma base ideológica neoconservadora (ALMEIDA, 2018), nos deteremos em uma breve discussão dos debates contemporâneos acerca dos estudos do populismo em perspectivas distintas, porém convergentes quanto ao *modus operandi* - ou pelo menos as características centrais fundantes -

²⁶ Ideólogos conservadores norte-americanos “criaram a expressão “marxismo cultural” para se referirem a um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo” (DA SILVA; SUGAMOSTO, 2021, p. 182)

de suas práticas, movimentos e lideranças políticas. Antecipamos que existem diferentes formas de definir o populismo (MUDDE, 2017; 2018; 2019; MUDDE; KALTWASSER, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MÜLLER, 2016; NORRIS; INGLEHART, 2019; LACLAU, 2005), contudo há uma certa concordância geral que imputa ao populismo um apelo “ao povo” e a denúncia das “elites” (MUDDE; KALTWASSER, 2018).

Para Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo é uma ideologia fundamentada pela separação da sociedade em dois grupos homogêneos e situados em lados opostos do debate político, logo são antagônicos: o povo puro (uma massa disforme essencializada) e a elite corrupta. Para os autores, a política seria a expressão da vontade da maioria, a partir dessa premissa, eles defendem que o populismo é pró-democracia, mas entende-se como uma espécie de democracia antiliberal com três elementos centrais: (1) o povo, a (2) elite e a (3) vontade geral. O populismo seria uma “ideologia fina”, ou “esvaziada” na leitura de Cassimiro (2021), que confronta o elitismo e o pluralismo, e consiste na necessidade de assimilar características de outros movimentos políticos e ideologias - nacionalismo, neoliberalismo, socialismo – para “ganhar corpo”, assimilando-as dentro do conflito dicotômico fundamental: povo puro e elites corruptas. É importante lembrar que o neoliberalismo, como racionalidade, ao propalar o individualismo e colocar todos em concorrência, na sociedade do desempenho, promove um desinvestimento na política, faz parte de sua lógica.

A chave conceitual de Mudde e Kaltwasser (2017) são centrais para nossa compreensão de populismo tendo em vista que os autores desenvolvem uma análise profunda sobre as concepções do termo com forte destaque para o Sul global, notadamente a América Latina. Ao caracterizar suas compreensões de povo e elite, os autores destacam que essas ideias são distintas em contextos específicos. No populismo latino-americano, o povo é identificado como “grupos marginalizados”; já no Leste Europeu como “identidades nacionais”. Por outro lado, as elites são compreendidas em seus aspectos morais, ou seja, a polarização com o “povo” se dá a partir de interesses autênticos. Os sentidos de “interesse” são centrais para a concepção “elites” e compreendem atores sociais que defendem seus próprios interesses ou interesses tidos como “não-populares”. Outro elemento é a (3) vontade geral, que buscaria a função corretiva do Estado, corrompido pelas elites, por meio de processos de transformação institucional, invariavelmente de cunho eleitoral ou de uma agenda impositiva. A noção de vontade geral está assentada na construção de consensos para agregar demandas diferentes e identificar inimigos comuns, que contrastam em processos democráticos racionais, como a deliberação (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Em sua obra, autores analisam a relação do populismo com outras ideologias e suas aspirações hegemônicas.

A abordagem de Mudde e Kaltwasser (2017) é compreendida como ideológica e possui aproximações da abordagem discursiva elaborada por Laclau (2013): ambas se postulam em uma distinção maniqueísta entre povo e elite. As diferenças, portanto, dizem respeito às tradições da análise política. Enquanto os primeiros estão mais alinhados há uma tradição positivista que busca em evidências empíricas suas interpretações, sem julgamentos, os escritos de Laclau possuem um tom normativo que tende a compreender o populismo como uma força transformadora que consegue articular as insatisfações do povo.

Laclau (2013) desloca sua análise do populismo do local em que se manifesta para “em como se apresenta” com o objetivo de capturar sua dimensão ontológica. Essa perspectiva é diferente da literatura tradicional sobre o tema. O movimento analítico do autor busca entender o populismo a partir da observação do fenômeno em si, sem julgamentos prévios, evitando caracterizar pejorativamente sua concepção. Laclau (2013), em seu projeto teórico, pretende mostrar que o populismo não possui uma unidade referencial, porém revela-se em uma natureza singular. Trata-se de uma lógica radical que não é delimitada por orientações específicas e sua principal característica, assim como em Mudde e Kaltwasser (2017), é a divisão do tecido social em grupos antagônicos: a construção do povo contra o outro (grupos no poder econômico/social/político; outros “povos”). Nessa perspectiva, consideramos o populismo como um processo/fenômeno/ideologia que se opõe centralmente à noção democrática e aos valores de liberdade e igualdade, pois ao concentrar a natureza do conflito a partir da formação de um povo uniformizado contra suas elites corruptas, ou contra aqueles que defendem uma agenda contrária às suas, reitera as desigualdades tornando uns mais iguais que outros e marginalizando experiências e vivências que não comungam do seu ideal, muitas vezes nacionalistas, de sociedade.

Organizações com discursos populistas, em especial legendas políticas, rejeitam: os partidos tradicionais - de distintos espectros -; o sistema cultural, que representaria os anseios de uma elite ideológica, intelectualizada e burocrática; e ainda a justiça social e o Estado de bem-estar social (BETZ, 1994; MUDDE, 2007, TAGGART, 1995). Um dos principais apelos populistas é o apelo emocional, que desloca a representatividade para o homem comum – em geral heterossexual, branco, classe média – vítima das investidas do Estado. Tal estratégia culmina na promoção de características pessoais de quem os lidera (BETZ, 1994; TAGGART, 1995; VON BEYME, 1988). É comum em contextos de emergência de práticas populistas no debate público as lideranças se apresentarem carismáticas e como legítimos e verdadeiros representantes do “povo”, com um discurso fortemente atravessado pela defesa de uma moralidade tradicional contra forças que encarnam o “mal”. A capacidade mobilizadora do

populista é tamanha que gera culto à sua personalidade, como o “mito” no caso brasileiro, que se impõe aos discordantes na base do grito, do autoritarismo.

Em estudo acerca da normalização da agenda “anti-gênero” e, de certa forma, sobre sua promoção por forças conservadoras e populistas de direita, com especial atenção ao presidente Jair Bolsonaro, Liziane Guazina (2021) discorre sobre a relação entre os *media* e o populismo e ao comportamento público dessas lideranças. Compreendendo o populismo, nos termos da polarização nós *versus* eles, a autora chama atenção, ancorada em Moffit (2019) e Kantala e Lombardo (2020), para os “elementos performativos na busca por atenção de eleitores e mídia. Neste sentido, essas lideranças populistas exploram uma linguagem identificada como ‘popular’ em contraposição a uma linguagem mais técnica e altamente elitizada, favorecendo um discurso anti-elite e *antiestablishment*” (GUAZINA, 2021, p. 45). A estratégia funciona como ferramenta de aproximação entre a figura mítica que vai modificar os rumos da nação e o sujeito comum, que pode ser qualquer homem de uma família de classe média e isso inclui o uso de linguagem coloquial, popular, por vezes descorteses, como faz Bolsonaro em suas transmissões online pela página do YouTube ou em suas postagens no Twitter. Esses apelos, destaca Guazina (2021), com fortes inclinações emocionais e por vezes dotado de críticas, geram interesses dos *media*, o que pode abrir caminho para propagação de discursos antidemocráticos e a legitimação de extremismos. Os discursos e padrões de comportamento de “líderes populistas, como Jair Bolsonaro, atraem a atenção da mídia *mainstream* ao priorizarem a ruptura da normalidade, com a utilização de retóricas politicamente incorretas” (GUAZINA, 2021, p. 45). Ao observar os apontamentos da autora, podemos lembrar de quando Bolsonaro ainda era um político nanico no legislativo brasileira e conquistava espaço nos *media* a partir das colocações agressivas sobre temas como o porte de armas, as populações LGBTQIA+, os movimentos negros e sobre o governo petista. Tratava-se de argumentos até então anacrônicos, sendo muitas vezes ridicularizados por entrevistadores e plateia, mas que foi conquistando, ou alcançando, sua base, ganhando cada vez mais espaço midiático.

Prior e Araújo (2020), por exemplo, afirmam que o discurso populista reúne elementos da ‘lógica midiática’ como a personalização, a dramatização de eventos mundiais, o emocionalismo e a transformação de linguagem e eventos políticos em um espetáculo. Desta forma, sustentam os autores, os políticos populistas acabam recebendo ampla cobertura da grande imprensa, o que se torna ferramenta para a divulgação de suas estratégias de comunicação populista (GUAZINA, 2021, p. 45).

Ocorre que ainda está ausente do processo de noticiabilidade das elocubrações de lideranças populistas uma crítica mais severa. Corroboramos com a ideia de que dar espaço na

arena de visibilidade midiática a diferentes vozes é saudável para as democracias, porém somos críticos às abordagens realizadas, que buscam no sensacionalismo a audiência. Ao dar voz ao contraditório, os *media* deveriam atentar para o conteúdo dos discursos e sua contribuição para o processo democrático: discursos de ódio disfarçados de opinião não deveriam ser reverberados. É só lembrarmos de como Bolsonaro ganhou espaço na agenda midiática, a partir dos discursos de ódio propalados durante entrevistas ao programa CQC, da Band, que explorou o bizarro como fonte de audiência. Ocorre que o bizarro diante dos direitos humanos era compartilhado entre grupos com pensamentos similares como horizonte a ser conquistado. Eclodia ali o ovo da serpente.

Em entrevista concedida à Patricia Carolina Saucedo Añez e Regina Cazzamatta Spinola Costa (2019), o professor de sistemas comparados de mídia, Prof. Dr. Kai Hafez, a responsabilidade da mídia tradicional diante do levante populista de direita que tomou conta do ocidente na última década. Entre os argumentos, ele explica que houve uma exacerbação do uso das lideranças desses movimentos como fonte e dar atenção às pautas plantadas nas mídias digitais. Para ele, é preciso rever, inclusive, a política do entretenimento para que, por meio de uma autorreflexão deixar de dar visibilidade aos extremistas.

Para o professor, “as mídias tradicionais têm uma função catalisadora. Elas não são a principal causa do racismo, mas catalisam (não necessariamente o racismo), mas sim a discriminação e a violência geradas pelo racismo” (AÑES; COSTA, 2019, p. 208). O exemplo ilumina a forma como a agenda midiática pauta as temáticas e direciona o olhar das audiências, ou pelo menos apresenta elementos para debates e reflexões dos cidadãos, ou seja, funciona como catalizadora. Com a pauta populista de extrema direita recebendo atenção exagerada pelo jornalismo, ainda que sem inferir valência sobre elas, ocorre o agendamento e o tema passa a circular com mais frequência no cotidiano (AÑES; COSTA, 2019).

Guazina (2021) cita os estudos de Mitozo *et al.* (2020) sobre tematização midiática da “agenda moral de Bolsonaro” para destacar que a cobertura de sua atuação se dá a partir do seu engajamento nas mídias sociais. A análise que as autoras fazem da cobertura jornalística realizada por veículos de referência aponta a incorporação das postagens na rede social Twitter como central para a repercussão de seus posicionamentos e também como ferramenta de relação com suas bases. As redes sociais “têm dado abrigo a discursos de líderes populistas que se tornam atrativos para a mídia por preencherem critérios de noticiabilidade, atendendo às buscar por escândalos e polêmicas” (MITOZO *et al.*, 2020, *apud* GUAZINA, 2021, p. 46). São essas perspectivas que levam a autora a considerar a presença de Bolsonaro na mídia para compreensão da agenda anti-gênero encampada pelo político e não apenas o apelo moral e

religioso (GUAZINA, 2021), conforme refletiremos em tópicos posteriores.

Como vimos, os *media* tem um papel central na reverberação do projeto político-ideológico da extrema direita populista neoliberal e, ao lado da formação de redes nas mídias digitais, ocasiona a reunião de sujeitos com interesses semelhantes outrora isolados. Segundo Gentile (2020), a direita populista brasileira, delineada como Bolsonarismo, compreende ao resultado do encontro entre institutos neoliberais interligados a partir de redes internacionais de cooperação e promoção dos ideais capitalistas, cristãos e evangélicos, com destaque para as vertentes neopentecostais ligadas à tradição da teoria da prosperidade, e os ativismos conservadores congregados a partir das mídias digitais, entre eles: Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e, inclusive, neofascistas. Foram eles que pavimentaram caminho para a ascensão de Bolsonaro. As ações populistas de Bolsonaro e setores a ele ligados contam com apoio de figuras relevantes no debate público, como seu então “guru”, Olavo de Carvalho. É desta forma que passam a reverberar sua plataforma que tem como

principais características o antipetismo, o antibolivarismo – revisitações do anticomunismo da década de 1950 –, a exaltação da ditadura militar, e até a negação de seu caráter autoritário, a antipolítica, expressa no discurso moral de indignação contra a corrupção sem limites, o conservadorismo (defesa da família tradicional e patriotismo), a guerra contra o crime, a oposição à introdução de cotas raciais e de gênero nas universidades e, para completar, o Estado mínimo, a sociedade de mercado, a liberdade de empresa e o fim do Estado de bem-estar social – elementos centrais do pensamento neoliberal (GENTILE, 2020, p. 88).

Ainda sobre a emergência do populismo, Panizza (2005) aponta algumas características dos tempos de crises que facilitam práticas populistas diante do fracasso da institucionalidade e frente às demandas políticas e sociais. Trata-se de um discurso em tempos de acirramento do confronto entre Estado e povo, tendo como pano de fundo a desestruturação e o desalinhamento das regras democráticas em virtude da efervescência das insatisfações com o sistema político. O caráter antissistema é fundamental para o populismo e o delineamento das identidades do povo. Suas ações não visam transformações no interior dos processos democráticos, mas o uso de ferramentas democráticas para derrotar a política dos opositores. Panizza (2005) destaca que o populismo emerge do colapso da ordem social e da perda de confiança na capacidade do sistema político para restaurá-lo e

a condição que leva a uma ruptura populista é aquela em que uma pluralidade de demandas coexiste com uma crescente incapacidade do sistema institucional de absorvê-las. Nesse processo, uma identidade populista emerge do deslocamento das identidades específicas dos detentores de demandas particularistas (vizinhos,

trabalhadores, camponeses, desempregados, mulheres, etnias etc.) e sua reconstituição na unidade imaginária do povo (Panizza, 2005, p. 9).

Para Casimiro (2021), a ideia de uma crise democrática, com a qual trabalham cientistas políticos e sociais contemporâneos, amplia os estudos que se debruçam sobre o fenômeno do populismo e potencializa o uso da expressão no debate público, pois durante crises, partidos e lideranças, sobretudo os da extrema direita conservadora, buscam observar oportunidades de crescimento e ampliar sua base, para isso utilizam dos elementos discursivos já apontados aqui, como: nacionalismo, anti-igualitários, lideranças carismáticas antissistema se apresentando como alternativa ao *status quo*. O autor é imperativo ao afirmar “que os usos do conceito de populismo remetem à necessidade de expressar alguma ‘disfunção’ na prática da democracia” (CASSIMIRO, 2021, p. 2). A preocupação de Cassimiro (2021) é compreender os usos do conceito de populismo e as implicações nas interpretações sobre a democracia, o que nos é caro, pois é a partir dessa relação que podemos compreender como as noções de família, em um contexto democrático, podem assumir múltiplos sentidos e sendo uma única configuração, a nuclear, eleita pelo discurso hegemônico como única e verdadeira, como ocorre com as bases de sustentação do populismo tropical acionado por Bolsonaro.

Segundo Cassimiro (2021),

a evocação do populismo remete a um problema fundamental: o tema do lugar do “povo” na teoria democrática. Responder à questão sobre como é possível dar forma – e, portanto, limite – ao que chamamos de povo tem sido desde sempre um dos desafios fundamentais dos teóricos da democracia. Isso implica, ao mesmo tempo, responder à pergunta sobre em que medida é legítimo limitar as possibilidades “criativas” da soberania popular (CASSIMIRO, 2021, p. 41).

Interessa-nos muito mais, em diálogo com o excerto acima, compreender que povo é esse representado pelo populismo e que elites buscam substituir. A retórica da remissão da luta do povo, essa entidade amorfa com demandas essencializadoras e excludentes, em um contexto populista, não deve ser compreendida como uma atualização dos termos democráticos. Nessa perspectiva, Casimiro (2021) entende que assumir o populismo como uma ideologia política distinta é cair no próprio jogo do populismo, e a mobilização do conceito em um contexto democrático seria o estabelecimento de uma cortina de fumaça.

Nesta seção detivemo-nos aos debates sobre os populismos de direita, mas é necessário destacar que se considera, também, como práticas populistas as estratégias da esquerda que se apresentam como um novo projeto hegemônico que considera as demandas do povo a partir da noção de “democracia radical” em que são articuladas as lutas dos trabalhadores com as pautas

ambientais e de emancipação e equidade, com destaque para o racismo, a discriminação de gênero e sexual. Trata-se de um projeto (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Hall (1988) nos fornece uma importante categoria de populismo, o “populismo autoritário”, desenvolvida a partir de suas análises das práticas de governo implementadas pela então primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, que combina temas que evocam pânico morais - aliado às pautas do conservadorismo tradicional que inclui a nação, a família, autoridade, padrões e tradicionalismo – com uma renovação do neoliberalismo que promove os próprios interesses, a competição e o estado mínimo. O Thatcherismo, como ficou conhecido sua forma de governo, era baseado em um populismo que alcançou mentes e corações de cidadãos comuns descontentes. Seu projeto hegemônico, em termos gramscianos, redefinia o senso comum, naturalizando-se no cotidiano. Apesar de autoritário, a agenda populista que se curvava ao capital e ao neoliberalismo não deveria, segundo Hall (1988), ser caracterizada como a soma de imposições externas, pois suas lógicas estavam localizadas na relação dos sujeitos e suas experiências em sociedade. Os discursos utilizados, assim como os pânico morais mobilizados, visavam interpelar os sujeitos em dimensões concretas da vida e citam: educação, política, criminalidade, sexualidade, pornografia e o questionamento da família. Instalava-se, então, a paranoia das conspirações socialistas do ambiente escolar às organizações coletivas da vida em sociedade. De acordo com Hall, esse ambiente criava a polarização necessária para imposição do projeto Thatcherista contra o avanço socialista como um projeto coletivista com implicações em instituições base da sociedade e na “proteção” do cidadão em sua individualidade. Hall ainda aponta uma característica forte do populismo de Thatcher: a disciplina social que pretendia esfacelar as noções de igualdade e o deslocamento da lógica neoliberal da competitividade para a vida social.

Tomando como objeto de análise o populismo de direita que levou Donald Trump à Casa Branca, nos EUA, Nancy Fraser (2019) renomeia a estratégia adotada como “populismo reacionário”, caracterizado por um governo racista, xenófobo e que rejeita as pautas ambientais. Para a filósofa norte-americana, o diagnóstico da crise que vivemos seria uma crise de hegemonia. Nos termos de Gramsci (2011), hegemonia seria o direcionamento moral, político e intelectual do constructo social determinado por um grupo, logo, a crise seria resultado de uma disputa desses grupos, ou blocos sociais no poder. Para Fraser (2019), as forças hegemônicas que estiveram no poder até períodos recentes são identificadas com o neoliberalismo progressista, resultado da convergência entre as políticas sociais neoliberais e alguma forma limitada de reconhecimento de grupos minoritários em representação e participação política (FRASER, 2019). Representantes das principais correntes liberais dos

movimentos sociais feministas, antirracistas, ambientalista e LGBTQIA+ fortalecem esse bloco que é pautado em uma agenda de valores, que articula diversidade, individualidade e consumo, com uma pauta fortemente meritocrática e fortalecida pela ideia de ascensão social dos mais aptos dos diferentes segmentos, sem confrontar as bases das desigualdades e os valores segregacionistas (FRASER, 2019). Embora esse pareça ser o pior dos cenários para entusiastas das políticas das diferenças, com suas demandas sendo cooptadas pela lógica neoliberal e implementando na agenda de grupos historicamente marginalizados uma proposta política centrada no indivíduo e não no coletivo, é contra esse bloco que se levantam os grupos neoliberais reacionários contrários à agenda do reconhecimento. Fraser (2019) explica que esses grupos buscam na crise do pacto progressista-neoliberal, oriundo da alta concentração de renda e do aumento da pobreza em camadas menos abastadas, os elementos da crítica ao que consideram favorecimento. Esses setores articulam em seus discursos valores nacionalistas, a rejeição às diferenças e às elites econômicas. Populistas elegem inimigos comuns e os propagam para que sujeitos cujo as vidas foram degradadas, e outros setores conservadores e tradicionalistas, direcionem sua atenção e seus ressentimentos sejam voltados às pautas e grupos políticos específicos, ao mesmo tempo que não apresentam uma crítica e uma ação prática, direcionada a confrontar as bases do capitalismo, daí, portanto, o perigo de suas mobilizações para chegar ao poder.

Uma das premissas que justificam a ascensão da extrema-direita e práticas populistas são os períodos de crise política, econômica e social, tendo em vista que são momentos que permitem observar as contradições que ocorrem no interior do sistema e da ordem social para elaborar novas formas de intervenção na agenda política. De acordo com Mouffe (2019) há determinada equivalência nas demandas articuladas pelo conservadorismo no populismo de direita e na agenda neoliberal. Daí, portanto, a teoria política referir-se à extrema direita no contexto atual de crise da democracia e do liberalismo em escala global (IKENBERRY, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; FUNKE; SCHULARICK; TREBESCH, 2016; MOUFFE, 2018; MÜLLER, 2016; WORTH, 2019).

3.3 A razão neoliberal e as crises democráticas: a família e a moralidade como estratégia de manutenção das tradições capitalistas e patriarcais

Em uma análise crítica revolucionária sobre as transformações no capital a partir das suas modalidades de dominação, Dardot e Laval (2016) atualizam a interpretação do sistema capitalista nomeando-o conforme suas feições mais recentes: o neoliberalismo. Em perspectiva

histórica, os autores destacam que não estamos lidando com o capitalismo em sua concepção inicial, com suas contradições que o levariam à ruína. “O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Na segunda metade do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, observamos a expansão do neoliberalismo para além da promoção da lógica de mercado como política econômica. O neoliberalismo se impõe como um sistema normativo que amplia sua lógica à vida social. Como consequência, assistimos à emergência de uma nova razão do mundo que produz sujeitos governáveis de acordo com os interesses do capital e para servi-lo (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2015).

A política neoliberal está no cerne das causas das crises contemporâneas, sejam políticas, sociais ou econômicas, com destaque para os efeitos mais nefastos na vida do trabalhador: precarização das relações de trabalho e consequente desvalorização da mão de obra, perda de direitos sociais, desemprego, endividamento da população e as privatizações de serviços públicos, que impedem à população mais vulnerável o acesso à determinados serviços. Dardot e Laval entendem o neoliberalismo como:

em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. (...) o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

A crise foi instrumentalizada pela racionalidade neoliberal como uma forma de governo e apareceu como uma oportunidade inesperada para as classes dominantes. Ficou evidente que o neoliberalismo “possui uma notável *capacidade de autofortalecimento*. Ele fez surgir um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades com um *nó de força*. As crises não são para ele uma ocasião para limitar-se, (...) mas um meio de prosseguir (...) sua trajetória de ilimitação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 10). Para os autores, o sistema neoliberal é instaurado por forças políticas e mercantis que se apoiam mutualmente em uma rede internacional de cooperação e defesa dos próprios interesses. O sistema está nos fazendo adentrar em uma era pós-democrática que incide sobre fatores sociológicos diretamente relacionados com a nova forma de subjetivação neoliberal: individualização, regime de concorrência em diferentes âmbitos da vida; a polarização entre quem alcança o sucesso e os que desistem esgarça a solidariedade e, inclusive, as noções de cidadania. “Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por

consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 10).

Preocupada com o fenecimento da democracia, Brown (2015), em *Undoing The Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*, relaciona os efeitos nocivos do neoliberalismo, ou a “revolução silenciosa”, para (contra) a democracia: a desdemocratização. A nova razão governamental, entendida em sua perspectiva normativa, atuaria destrutivamente contra a democracia em virtude da propagação dos valores de mercado nos mais diferentes âmbitos da vida, e que nos interpela a assumir os valores do capital nos levando a agir como verdadeiros agentes do mercado e da mercantilização de si. Nessa lógica, o indivíduo é concebido como *homo economicus*, sujeito a dispositivos que visam capacitá-los para cumprir seu papel e limitando suas escolhas e interesses, deslocando sua preocupação com o bem público e a cidadania e se opondo ao *homo politicus*, outrora engajado na vida comum (BROWN, 2015). Quanto mais enviesado pela lógica neoliberal, mais o sujeito se dobra à servidão. A expansão neoliberal minou instituições, incidiu na configuração do debate público e dissolveu fundamentos democráticos para recriá-los a partir de seus interesses (BROWN, 2015).

O governo, assentado na lógica econômica, limita a vida às necessidades, destituindo o sujeito do interesse em explorar relações outras que não aquelas relacionadas à competitividade e às noções oriundas da vida no ambiente mercadológico, o que contribui para o desmonte da democracia por dentro de suas institucionalidades e fomenta o desinteresse da participação política dos sujeitos. Esse processo ocorre pois o neoliberalismo é, fundamentalmente, uma forma de racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2015).

Brown (2015), Laval e Dardot (2016) compreendem a racionalidade a partir de suas leituras de Foucault (2005) e os escritos oriundos dos cursos que ministrou no *Collège de France* nos anos de 1977 e 1978; aqui nos apropriamos especificamente das reflexões da obra intitulada “Nascimento da Biopolítica”. No curso, entre outros tópicos, o autor estava preocupado em compreender o modo como se exercia nas sociedades modernas o governo e a arte de governar, e para isso se preocupou em delinear o que entendia como governamentalidade.

O conceito abarca os instrumentos de controle moral, intelectual e estratégias políticas empregadas na coerção em um quadro que extrapola os termos do governo como detentor do poder de polícia. A governamentalidade compõe o léxico político das perspectivas que se preocupam da problemática do biopoder - compreendido a partir de Foucault (2005) como dispositivos e instrumentos de poder voltados a normalizar corpos e comportamentos como os costumes, o gênero, as sexualidades, a educação, a alimentação e até a higiene – e da biopolítica

que consiste na formulação de estratégias de governo para gestão por meio dos biopoderes.

A governamentalidade é uma racionalidade que dita condutas de governantes e governados, assim como suas relações, a partir de condições normativas, autorregulatórias e epistêmicas. A governamentalidade, ou racionalidade política neoliberal, passa a ser constituída a partir do colóquio Walter Lippmann, ocorrido em Paris, no ano de 1938, que fundou os princípios do neoliberalismo. Participaram autores como Friedrich Hayek, Jacques Rueff, Wilhelm Röpke, Raymond Aron e Alexander von Rüstow. Durante o colóquio, foram apresentadas novas perspectivas acerca do liberalismo clássico resultantes das transformações históricas, econômicas, industriais e as crises do capitalismo. Como ponto de virada do cenário pré-colóquio, surge a posição que determina a expansão do neoliberalismo e sua consolidação no ocidente: a razão neoliberal deve encontrar no Estado a institucionalidade necessária para desenvolver as ações permanentes que incidem sobre toda a sociedade (BROWN, 2015). Foucault (2005) buscou compreender a racionalidade como ferramenta para nortear consciências e gerir pessoas a partir de suas subjetividades. A racionalidade política seria, então, o instrumento fundamental para compreender a disseminação e hegemonização da razão neoliberal e suas incidências; nesse sentido trata-se, também, de uma razão governamental. É importante destacar que o sentido de governo para Foucault nasce na atividade desenvolvida para reger condutas humanas a partir de um quadro específico por meio de instrumentos de Estado.

Diante deste cenário, e tomando como ponto de partida as crises democráticas vivenciadas no cerne da governamentalidade, onde estamos na linha do tempo das sociedades democráticas? Quais os efeitos da emergência da extrema direita e das práticas populistas no Brasil? De acordo com Miguel (2019, 2018), Almeida (2018) e Casimiro (2018), houve um reenquadramento do debate democrático após a visibilidade dos grupos de novas direitas, o que contribuiu para “redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar” (MIGUEL, 2019, p. 23). Até então, o compromisso do discurso político era com valores democráticos, ainda que ruídos ocorressem. Em muitos casos, a aceitação desse pano de fundo, acordado em meio à euforia da promulgação de uma constituição cidadã, em 1988, foi apenas de fachada para que atores sociais que discordavam fossem aceitos. Democracia, direitos humanos e igualdade estavam no horizonte dos debates de forma hegemônica, não havia espaço para promoção de valores antidemocráticos. Na segunda década do século XXI, a direita extremada descarrilhou esse trem provocando rachaduras que mais tarde demoliriam de vez o constrangimento em promover a irracionalidade em ambientes de debate racional e argumentativo.

O descontentamento com os resultados eleitorais desfavoráveis aos projetos da direita tradicional fez crescer as críticas ao eleitorado do PT, caracterizados como ignorantes: “não sabem votar”, com especial direcionamento do ódio às populações oriundas das regiões Norte e Nordeste. Ganhou terreno, também, a ideia de que Direitos Humanos protegem bandidos e as críticas aos programas sociais, que para alguns setores “sustentaria vagabundos”, desencorajando-os de buscar a sobrevivência pelos próprios meios, difundindo a ideia de meritocracia (MIGUEL, 2018). Essas transformações ocorrem a partir de inflexões em visões de mundo fomentadas em diferentes espaços, com destaque para igrejas cristãs que deslocaram seu trabalho de evangelização da solidariedade para a “teologia da prosperidade”. No mundo do trabalho, o individualismo oriundo da razão neoliberal se traduziu na promoção do empreendedorismo em detrimento ao sindicalismo e à coletividade. O trabalhador, cada vez mais precarizado, sem direitos trabalhistas, é instado a ver-se como um “capitalista em formação”. O investimento petista na política do consumo certamente contribuiu para este cenário (MIGUEL, 2018).

Ao mesmo tempo, a classe média buscava alternativas para manter suas diferenças em relação aos mais pobres, apresentando sinais de incômodo com a tímida diminuição das distâncias sociais cada vez mais latentes, ocasionadas, entre outras, pela: (a) migração de mão-de-obra dos serviços domésticos e pessoais, como o trabalho doméstico (CAL; BRITO, 2020) e cuidados com a beleza, por exemplo, para outras áreas com delimitações trabalhistas mais claras em virtude da oferta de trabalho e da promoção de qualificações - o pobre parecia ter outras opções de vida diferentes da servidão às elites econômicas e classes médias; e (b) ampliação do acesso ao ensino superior por meio da expansão das universidades e institutos federais para territórios distantes das capitais dos estados, políticas compensatórias de cotas raciais e sociais e o financiamento do ensino superior por meio de linhas de créditos específicas para estudantes (MIGUEL, 2018; 2019; SOLANO, 2019).

Diante de um cenário de incertezas, e com a probidade petista em ruínas diante dos escândalos, a classe média canalizou sua insatisfação na repulsa à corrupção. Para Miguel (2018), a narrativa da decadência moral provocada pelo PT, embora tenha raízes justas em virtude dos desdobramentos de condutas ilegais de membros do partido no poder, não deve ser considerada como uma estratégia altruísta com vistas à garantia da ética dos governantes, e sim como uma perseguição, uma vez que o partido foi desconstruído discursivamente e apontado como único responsável pela corrupção. O que se revelou, também, em preconceito de classe, à medida em que analistas eleitorais apontavam as regiões mais pobres do país como origem dos votos massivos na legenda.

O ressentimento da classe média foi alimentado com a produção de sentidos maniqueístas sobre a corrupção realizada por veículos de comunicação de alta credibilidade. A corrupção era alarmada como um desvio de caráter de sujeitos e partidos específicos, e não como uma consequência das relações espúrias e vergonhosas entre poder político e econômico; foram essas pautas que tomaram as ruas durante as manifestações ocorridas em 2015 e 2016 em favor do golpe (MIGUEL, 2018).

A possibilidade de mobilização política deste desconforto com a igualdade dependeu de um trabalho prévio de demolição da noção de “solidariedade social que fundamentava um consenso, existente ao menos da boca para fora, sobre a necessidade de construir um Brasil mais justo. Este foi o grande trabalho ideológico da direita nos últimos tempos” (MIGUEL, 2018, p. 26). E foi esse empreendimento, encabeçado por elites econômicas e políticas tradicionalistas, que fez emergir o bolsonarismo.

No período citado por Miguel (2018), os veículos de comunicação tradicionais repetiram comportamento similar ao adotado nas Jornadas de Junho, após a ampliação da participação de setores da elite e das direitas extremadas, e se tornaram porta-vozes dos movimentos pró-*“impeachment”*. De acordo com Avritzer (2020), o Brasil ainda não conseguiu alcançar uma mídia pluralista, mesmo após o período de liberalismo da mídia, o que existe são oligopólios resultados do período de exceção. Os governos democráticos que assumiram o poder foram incapazes de regulamentar os meios de comunicação, em virtude de pressões dos setores empresariais. “O resultado é uma mídia pouco pluralista – o pluralismo por vezes ganha espaço por meio de articulistas, mas raramente nas linhas editoriais” (AVRITZER, 2020, p. 149). Como já apontado por Guazina (2021), Avritzer (2020) também destaca o espaço dado pela mídia brasileira aos questionamentos acerca dos processos políticos da esquerda, alimentando o fantasma do anticomunismo e a generalização da corrupção como identidade “esquerdista”, e normalizando a agenda política antidemocrática da direita extremada.

Isso ocorreu na medida em que Jair Bolsonaro foi apresentado como tendo as mesmas concepções de política que Fernando Haddad – ambos seriam antidemocráticos – mas o capitão reformado não viria do campo impuro da “corrupção”. O resultado dessa distorção de percepção esteve presente em 2016, novamente despontou em 2018 e ainda não chegou ao seu final (AVRITZER, 2020, p. 149-150).

Para defender seu argumento, o autor realiza uma curta digressão para os eventos que desencadearam as crises que vivenciamos, tomando como perspectiva a cobertura enviesada dos meios de comunicação, as redes sociais e o papel do sistema judiciário. Sobre a relação mídia e judiciário, Avritzer (2020) afirma que começou a se delinear o que denomina de “campo

da mentira midiática ou judicialmente sancionada”, com o episódio em que o então juiz Sérgio Moro, responsável pelo julgamento das ações oriundas dos processos da operação Lava Jato, lamenta e pede “escusas” pela autorização da divulgação de escutas telefônicas entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff. Moro admite que errou, mas que sua intenção não era provocar polêmicas, conflitos, constrangimentos ou até mesmo um fato político-partidário. Em 2017, Avritzer (2020) destaca a resposta de Moro aos embargos declaratórios da defesa de Lula – logo após a condenação pelo caso do triplex de Guarujá – quando afirmou que “o menos importante era se a origem dos recursos estava em contratos da Petrobrás” (AVRITZER, 2020, p. 150). Nos indagamos, então: a questão ali era simplesmente prender o ex-presidente, favorito nas prévias pesquisas eleitorais? Manter Lula fora da disputa favoreceria a quem? Em 2018, alguns dias antes do primeiro turno das eleições presidenciais, Moro liberou para imprensa trechos da gravação da deleção premiada de Antônio Palocci, ex-ministro chefe da Casa Civil, em seguida disse que não tinha relação com o então candidato Jair Bolsonaro ou convite para compor o governo. Meses depois Moro assumia o cargo de Ministro da Justiça de Bolsonaro. “Assim, podemos dizer que o problema da mentira ou da dissimulação está presente na Lava Jato e nos comportamentos do juiz Sérgio Moro antes de alcançar o campo bolsonarista” (AVRITZER, 2020, p. 150). O movimento que ficou conhecido como a politização do judiciário caminhou lado a lado com a narrativa midiática e contribuiu para a demonização da esquerda e da promoção da antipolítica, temas que mais tarde foram sequestrados pela agenda bolsonarista (AVRITZER, 2020).

Mas a mídia tradicional não foi a única a cooperar com o crescimento do populismo de Bolsonaro, as redes sociais online foram campo fértil para que as ideias que sustentam as bases da direita extremada fossem reverberadas, o que deu visibilidade para que Bolsonaro atacasse seus adversários antes e depois das eleições. Avritzer apresenta uma interessante divisão acerca da base bolsonarista na internet:

é (ou foi) constituída por três grupos principais: um que remete diretamente ao Presidente e aos seus filhos, que deslancha processos de ratificação acrítica das posições do clã – este grupo acabou sendo apelidado “gabinete do ódio”. O segundo é uma vasta rede de sites e perfis de direita um pouco mais moderada que incluíram no passado o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e sites como O antagonista, que amplificavam a defesa das posições do Presidente para além das redes bolsonaristas. Por último, Bolsonaro foi apoiado por um conjunto de pessoas com destaque nas redes sociais: de empresários influentes, até um círculo diversificado de artistas e personalidades públicas (AVRITZER, 2020, p. 150).

Esses grupos, certamente, contribuíram com a disseminação das ações do atual presidente e potencializaram sua voz por meio de suas audiências, mas o fenômeno populista

de Jair não pode ser limitado aos movimentos, lideranças e personalidades. Tem um fator que é fundamental nesse processo: a produção de *fake News*. Há uma rede articulada de elaboração e promoção de *fake News* que utiliza, sobretudo, a plataforma de mensagens instantâneas WhatsApp. A partir das *fake News*, o presidente ataca os poderes constituídos, inimigos políticos, instituições, movimentos sociais e inclusive a imprensa, que outrora lhe deu voz e em certa medida o apoiou como alternativa válida (AVRITZER, 2020). “Esses ataques reduzem a legitimidade das instituições políticas – que já era baixa desde 2014 e tornou-se baixíssima em 2018. Apenas 1% dos brasileiros confia muito em partidos políticos e um número um pouco superior no Congresso Nacional (INCT, 2018)” (AVRITZER, 2020, p. 151).

Entendemos, com base no autor, que Bolsonaro parte de pressupostos comuns às teorias do populismo que afirmam que nesse tipo de movimento é primordial a relação entre o líder e o povo, essa massa uniforme, e que a mídia e as instituições, assim como os poderes judiciários e legislativos, não precisam mediar essa relação. Daí, portanto, a defesa pública do fechamento do STF, para que a corte não intervenha nas ações “democráticas” do governo. Bolsonaro “defende a ideia anti-iluminista e antirrepublicana de que o papel da política não está na melhora do governo ou no exercício virtuoso do poder e, sim, em sua utilização para a manutenção de um *status quo* conservador” (AVRITZER, 2020, p. 151).

Em busca de uma resposta, e olhando para o Norte Global, especificamente o caso norte-americano, Brown (2019) descreve uma narrativa, segundo ela limitada, recorrente nas esquerdas para explicar as crises. A autora aponta que a política neoliberal (a) destruiu zonas rurais e periféricas; (b) diminuiu drasticamente os investimentos sociais, e mirou no Sul global para encontrar mão de obra barata e estabelecer seus paraísos fiscais; (c) cidadãos modernos construíram um universo cultural, moral e religioso diferente de quem estava nos interiores e nas periferias das cidades, que recaíam em desgraça e eram desdenhados pelos primeiros.

Nesse contexto,

(...) além de empobrecidos e frustrados, os cristãos brancos, rurais ou suburbanos, eram deixados de lado e para trás, alienados e humilhados. E havia o racismo duradouro, crescente conforme novos imigrantes transformaram bairros suburbanos e conforme políticas de “equidade e inclusão” pareceram, ao homem branco não escolarizado, favorecer a todos, menos a ele (BROWN, 2019, p. 11).

Foram as experiências de abandono das agendas da política liberal, a expansão da economia neoliberal e o delineamento de um cenário contemporâneo de guerras culturais (SANTOS, 2021) que originaram raiva e sentimento de traição na classe trabalhadora, na classe média branca e outras populações em situação de vulnerabilidade (BROWN, 2019). O cenário

de crise foi terreno fértil para setores conservadores promoverem suas agendas: “os despossuídos eram cada vez lançados sob o rolo compressor da economia, enquanto se tocava para eles uma sinfonia política de valores familiares cristãos, acompanhada por hinos louvando a branquitude e o sacrifício de seus jovens em guerras intermináveis e sem sentido” (BROWN, 2019, p. 11/12).

Os neoliberais usaram deliberadamente a receita que unia militarismo e patriotismo, cristianismo, família, racismo e o capitalismo e suas desregulamentações desenfreadas, até a crise econômica de 2008. Com a crise, a classe média branca e os trabalhadores, base de sustentação do capital, tiveram suas rendas dissolvidas. Ao perceberem que era preciso um ponto de mudança, passaram a vociferar contra imigrantes e não-cristãos, contra a agenda social de ações afirmativas e contra o Estado, que passou a ter sua agenda política questionada, sendo culpado pela crise e emergindo como o grande vilão. É neste momento que surge uma onda populista de reação ao neoliberalismo (BROWN, 2019). Os brancos estadunidenses, vendo pela primeira vez um homem negro presidindo seu país, eram alimentados pelos *media* de direita e sua construção de uma narrativa contra a agenda econômica do Estado e a favor da pauta do capital, ao mesmo tempo em que as redes sociais possibilitavam a conexão de grupos e sujeitos racistas, xenófobos, nacionalistas e fascistas (SOLANO, 2019; BROWN, 2019).

Juntando a esses acontecimentos o descrédito das guerras no Oriente Médio, a narrativa inicial do patriotismo e os valores da família, sozinhos, já não davam conta. Ao invés disso, o novo populismo de extrema direita sangrou diretamente da ferida do privilégio destronado que a branquitude, a cristandade e a masculinidade garantiam àqueles que não eram nada nem ninguém (SOLANO, 2019; BROWN, 2019, p. 13).

A agenda neoliberal culpou imigrantes, dissidentes e outros desfavorecidos, sobretudo aqueles oriundos de etnias e religiões identificadas como possíveis terroristas, pelo destronamento da branquitude classe média e de camadas mais vulneráveis. Foi nesse cenário que os líderes populistas atuaram, na promessa de resgatar o país para seus valores tradicionais, basta ver os slogans de campanhas populistas de direita, como aponta Brown (2019):

“Make America great again” [Faça a América grande de novo] (Trump), “A França para os franceses” (Le Pen e a Frente Nacional), “Take back control” [Recupere o controle] (Brexit), “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha” (Alternativa para a Alemanha), “Polônia pura. Polônia branca” (Partido Polonês da Lei e da Justiça), “Mantenha a Suécia sueca” (Democratas Suecos) (BROWN, 2019, p. 14).

Por meio dos slogans, que reforça o ressentimento da direita populista, distintos grupos puderam se identificar com a mensagem, entre eles, católicos conservadores, evangélicos

fundamentalistas, nacionalistas brancos, racistas, e cidadãos que “despencaram de classe” diante da crise econômica e que se sentiam traídos pelo Estado. A autora destaca que o foco da narrativa de esquerda para explicar a crise contemporânea, antecipando que é incompleta, varia, podendo ser: as políticas neoliberais, o multiculturalismo da esquerda liberal e as pautas identitárias; cristãos nacionalistas; população sem acesso à educação recebendo constantemente, por diferentes meios, mentiras e teorias conspiratórias; o racismo em distintas camadas, das elites escravocratas ao jovem branco de classe média.

“Ela não está errada, mas incompleta, como procurarei mostrar. Ela não registra as forças que sobredeterminam a forma radicalmente antidemocrática da rebelião e, assim, tende a alinhá-la aos fascismos de outrora; ela não considera a demonização do social e do político por parte da governamentalidade neoliberal, nem a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos; não reconhece a desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal, a semear o terreno para os assim chamados “tribalismos” que emergiram como identidades e forças políticas em anos recentes. Não explica como o ataque à igualdade, combinado com a mobilização dos valores tradicionais, pôde aumentar o fogo e legitimar racismos dos legados coloniais e escravagistas que há tanto tempo fervem em fogo brando (...) não capta o niilismo crescente que desafia a verdade e transforma a moralidade tradicional em arma de batalha política; não identifica como os ataques à democracia constitucional, à igualdade racial, de gênero e sexual, à educação pública e a esfera pública civil não violenta foram todos levados a cabo em nome da liberdade e da moralidade (BROWN, 2019, p. 15/16).

Em nossa leitura, a autora aponta elementos que são deixados de lado na crítica da esquerda ao cenário político internacional, sobretudo no que diz respeito aos efeitos do neoliberalismo nas relações sociais e o conservadorismo como doutrina que mobiliza a liberdade em nome de um retorno a um passado patriarcal e ainda mais opressor. Por meio de suas teorizações, Brown (2019, p. 16) argumenta que “o racionalismo liberal preparou o terreno para a emergência de forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI”. Para compreender as raízes da situação política contemporânea e das crises é preciso analisar a cultura política e a subjetivação neoliberal. “Significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas se deve à raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados (...) mas também delineada por mais de três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade (BROWN, 2019, p. 17). Nacionalistas cristãos encontram nesse cenário combustível de retomada do ocidente, em contraste com o niilismo que se espelha manifesto por meio da fé na razão e em valores fundamentais.

As formulações neoliberais inspiram a extrema direita. Em nome da liberdade, a direita justifica as desigualdades e violências que buscam assegurar a “hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital” (BROWN p. 20). Essas reformulações da

liberdade contribuem com a demonização das esquerdas, delegando a elas o viés autoritário que está preocupado com justiça social, ajudando os menos esforçados, e que esgarçou o tecido moral (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2015). “A razão neoliberal, especialmente como Friedrich Hayek a formulou, coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas ontológicos” (BROWN, 2019, p. 21).

O neoliberalismo e a extrema direita encontram no campo da moral e na agenda dos costumes, especificamente no papel da família, os elementos necessários para apontar a necessidade de defender os valores tradicionais, tomando como premissa a suposta ameaça à configuração familiar nuclear que representaria a base da sociedade, mas também a entidade como detentora natural de relações e provisões que devem estar de fora da alçada do Estado. A família como configuração fundamental da razão neoliberal é tema do livro *Family Values*, de Melinda Cooper (2017), em que a autora revela como, para o neoliberalismo, é necessário assegurar as normas familiares patriarcais. Trata-se de uma questão central, sobretudo no que diz respeito às garantias do bem-estar social e educação. Voltaremos ao livro de Cooper no próximo tópico, mas aqui é importante salientar que Brown (2019), em diálogo com a autora, e tomando como pano de fundo as ideias de Hayek que dão base para a fundação do neoliberalismo, entende que a moralidade tradicional e neoliberalismo estão estruturados em uma mesma arquitetura que entende como “assaltos à liberdade e à moralidade toda política social que desafia a reprodução social das hierarquias de gênero, raça e sexo, ou as políticas que promovem tímidas correções das diferenças extremas entre classes” (BROWN, 2019, p. 22/23). Ainda olhando para os pressupostos teóricos de Hayek, Brown (2019) argumenta que o pensador aponta o mercado e a moral como fundamentos da liberdade, ao lado da ordem e do desenvolvimento do que ele entende como civilização. Mercado e moral são frutos da tradição e, por isso, organizados e transmitidos naturalmente, sem agência do poder político.

A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado (“economicizando tudo”, como argumentei em *Undoing the Demos*), o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação (BROWN, 2019, p. 23).

A razão neoliberal é, portanto, responsável direta pelos ataques à dimensão social das políticas de Estado, ao mesmo tempo em que fomenta a noção de família como a entidade

responsável pela proteção dos seus integrantes, notadamente o homem, pois é o provedor do núcleo. Brown (2019) aponta uma interessante perspectiva sobre como opera a racionalidade neoliberal, em um exemplo constituído no interior de sua visada tida como mais progressista: o debate acerca do casamento de pessoas do mesmo sexo nos Estados Unidos da América. Foi a racionalidade neoliberal que orientou a campanha em favor do casamento igualitário com base em pelo menos dois elementos: a singularidade moral-religiosa e a singularidade econômica (BROWN, 2019). Se de um lado pessoas LGBTQIA+ buscavam o casamento como forma de adentrar o sistema e acessar direitos, do outro não podemos deixar de lado a relevância que o status de cidadão casado opera na moralidade tradicional neoliberal progressista; nas questões econômicas, os novos núcleos familiares seriam responsáveis pela provisão da saúde, educação e bem-estar de seus membros, assim como a transmissão de heranças entre gerações. Essa é a leitura que fizemos da crítica de Brown (2019), porém, por mais assimilacionista que se apresente, essa defesa encontrou resistência de forças ainda mais conservadoras que mobilizaram a moralidade tradicional, o patriotismo e o cristianismo para se opor ao casamento.

Nesta seção, recorreremos aos pressupostos teóricos que compreendem o neoliberalismo em sua característica mercantil e as suas implicações em modos de governo como uma forma de racionalidade, que se expande para todo o tecido social, e que localiza na família a entidade capaz de manter sua estabilidade e, para isso, se aproxima dos ideais conservadores que regem os pressupostos morais no Ocidente. Além disso, preocupamo-nos em estabelecer as aproximações necessárias entre os debates das famílias e as crises democráticas. No capítulo a seguir, debruçamo-nos acerca da configuração familiar e seus desdobramentos diante do cenário político atual e das lutas políticas por reconhecimento e equidade de grupos às margens das instituições e representações políticas.

4 A FAMÍLIA NA CENA POLÍTICA: ENTRE O CONSERVADORISMO NEOLIBERAL E AS LUTAS POR RECONHECIMENTO

No capítulo anterior refletimos sobre o contexto político, social, histórico e econômico que serviu como pano de fundo para a ascensão da extrema direita, com foco no caso brasileiro, e como se deu a aliança entre o conservadorismo e o neoliberalismo que passaram a atuar conjuntamente, a partir de diferentes configurações, para rejeitar - por meio da afirmação de uma agenda focada nos valores morais tradicionais - os novos valores sociais advindos das lutas políticas por reconhecimento de diferentes formas de ser e viver, especialmente as lutas promovidas pelas populações LGBTQIA+ e as pautas feministas. Além disso, buscamos compreender como a governamentalidade, a razão da forma de governo, atua por meio de dispositivos disciplinares para garantir a continuidade do sistema vigente com apoio de um forte aparato policial e da biopolítica. Essa jornada teórica nos levou a compreender a centralidade da “família” nas discussões contemporâneas, sobretudo a partir dos momentos de rupturas democráticas e de polarização política, como no Brasil.

Neste capítulo, retomamos o debate sobre família, iniciando a partir de uma lente política que relaciona a configuração familiar às políticas de Estado. Percorremos, ainda, um pertinente caminho sob a ótica de distintos autores que buscam compreender as transformações ocorridas nas formações familiares nas últimas décadas e as contribuições dos movimentos sociais e das lutas políticas que desestabilizaram a hegemonia da família nuclear. Buscamos, também, apontar algumas críticas oriundas das perspectivas *queer* sobre a centralidade da conjugalidade LGBTQIA+ para os movimentos institucionalizados e a ausência de questionamento da heteronorma e do binarismo de gênero na elaboração de políticas de Estado.

4.1 Estado, política e família: as relações sexuais e de gênero em uma perspectiva social e econômica

Em tese defendida na Universidade de Brasília (UNB), intitulada “Entre a ‘razão’ econômica neoliberal e as moralidades neoconservadoras: a questão da centralidade da família na política socioassistencial brasileira”, Nathália Eliza de Freitas (2020) investigou o papel da família no sistema de proteção social no âmbito da nova direita, movimento imbuído de perspectivas da moralidade tradicional. Para isso, parte do conceito de familismo, termo que tangibiliza a relação entre família e Estado – em sua concepção hegemônica nuclear, ocidental e fruto das colonialidades - e que aponta a centralidade da configuração familiar na proteção

social, que segundo a autora “não trata somente de uma participação da família, mas de uma responsabilidade prevalente e sistemática pela proteção social de seus membros” (FREITAS, 2020, p. 28).

A razão neoliberal, que pressupõe a individualização, como apontado no capítulo 1, reconhece a família como célula *mater* do tradicionalismo que sustenta o sistema vigente, sobretudo pelo particular solidarismo que norteia sua noção hegemônica. Essa lógica, destaca Freitas (2020), prevê que a família, por meio de seus laços, é responsável pelo compartilhamento dos meios de proteção. Com isso há um “resgate das asserções conservadoras para a família, que a entende como uma instituição tradicional que deve ser mantida para o estabelecimento da ordem social dada pela transmissão de valores morais historicamente vivenciados” (FREITAS, 2020, p. 28).

Biroli, Machado e Vaggione (2020), examinam como o neoconservadorismo se alia ao neoliberalismo, enfatizando a família como central em suas concepções de sociedade. Essas alianças, marcadas por uma defesa conjunta de práticas iliberais e autoritárias, são um fenômeno global, visível em diversos contextos políticos, incluindo a América Latina. Fraser (2020) alerta para a incorporação de pautas progressistas pelo neoliberalismo, transformando-as em mercadorias e diluindo seu potencial de transformação social. Em resposta, é essencial que um projeto político progressista aborde de maneira concreta as demandas dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que atende às necessidades da classe trabalhadora em geral, integrando a luta por direitos sociais, econômicos e de gênero.

No contexto da América Latina, a união entre neoliberalismo e neoconservadorismo, como observado por Biroli, Machado e Vaggione (2020), representa uma aliança estratégica que vai além da mera convergência ideológica. Essa parceria combina a ênfase neoliberal na economia de mercado e na redução do papel do Estado em termos de provisão social com a agenda moral e religiosa conservadora. O fenômeno brasileiro, a partir das eleições de 2018, ilustra essa fusão: uma narrativa de eficiência econômica e de redução do Estado coexistindo com uma agenda neoconservadora centrada em valores tradicionais, a família e a moralidade.

Esta aliança revela uma incoerência fundamental: enquanto o neoliberalismo teórico, à luz de Hayek, preconiza a minimização da intervenção estatal e a defesa das liberdades individuais, na prática, esses princípios são frequentemente sobrepostos por uma agenda conservadora que busca regular a vida privada e restringir liberdades pessoais, especialmente em questões de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. O neoconservadorismo, ao se aliar ao neoliberalismo, não apenas legitima, mas também instrumentaliza o Estado para impor uma moralidade específica, frequentemente alinhada com princípios religiosos conservadores.

No núcleo dessa aliança encontra-se o “familismo” como um pilar central. A ênfase na família tradicional se torna um mecanismo de manutenção das estruturas sociais e econômicas existentes, reforçando a divisão de gênero e perpetuando as desigualdades. Ao mesmo tempo, essa ênfase na família funciona para desviar a responsabilidade do Estado no que se refere ao bem-estar social. Sob o manto do neoliberalismo, o cuidado e o apoio social são relegados ao âmbito da família, reforçando uma visão de mundo onde o sucesso ou fracasso individual e familiar é uma questão de escolha pessoal, ignorando as complexas dinâmicas sociais e econômicas que moldam essas "escolhas".

A aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo também levanta questões críticas sobre o estado da democracia. Como Fraser (2020) aponta, o neoliberalismo não apenas remodela a economia e as relações sociais, mas também tem implicações profundas para a democracia. Ao priorizar o mercado e individualizar a responsabilidade social, o neoliberalismo erode as bases da solidariedade social e mina os princípios de igualdade e inclusão. Isso é agravado pelo neoconservadorismo, que frequentemente desafia os valores democráticos, promovendo políticas autoritárias e discriminatórias.

Esta aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, portanto, representa um desafio significativo para a construção de sociedades mais justas e democráticas. É fundamental que os movimentos progressistas reconheçam e enfrentem essa aliança, articulando uma resposta política que não apenas desafie a lógica neoliberal, mas também promova uma visão inclusiva e democrática da sociedade. Isso envolve defender a diversidade das famílias, promover políticas de igualdade de gênero e sexualidade e garantir um Estado responsável pelo bem-estar social. Em última análise, a resistência a essa aliança neoliberal-neoconservadora é crucial para a proteção e o avanço dos direitos humanos, da igualdade social e da própria democracia.

Conforme Biroli, Machado e Vaggione (2020) elucidam, o neoconservadorismo na América Latina tem se moldado como uma aliança multifacetada entre setores religiosos católicos e evangélicos, apesar de suas diferenças históricas e doutrinárias. Esta aliança transita em torno de valores comuns, particularmente no que tange às questões de gênero e sexualidade. A questão do aborto, por exemplo, emerge como um ponto crítico de convergência, especialmente para os católicos, enquanto os evangélicos se destacam na oposição às pautas LGBTQIA+. Esta união, impulsionada pela agenda antigênero, ressalta uma convergência neoconservadora que vai além das divergências teológicas, alinhando-se em uma frente comum contra os direitos sexuais e reprodutivos.

A análise de Vaggione, Machado e Biroli (2020) também aborda a juridificação da

moralidade, um processo pelo qual valores morais e religiosos são incorporados ao debate jurídico, particularmente em relação à regulação da sexualidade e da família. Este fenômeno é evidente na resistência aos avanços em direitos sexuais e reprodutivos, com o direito ao aborto e a luta contra a discriminação sexual tornando-se campos de batalha ideológicos. Os autores destacam como setores religiosos utilizam a linguagem dos direitos humanos para moldar estas discussões, revelando uma estratégia de camuflagem de seus objetivos moralistas sob o manto de uma retórica de proteção.

Um ponto crucial das reflexões das autoras é a operacionalização do neoconservadorismo em contextos democráticos. Este movimento se aproveita das estruturas democráticas para promover agendas iliberais, autoritárias e anti-científicas, como a censura em ambientes escolares e a promoção da chamada “cura gay”. A ascensão de figuras políticas neoconservadoras em eleições democráticas, como observado no Brasil em 2018, exemplifica essa dinâmica. A contradição inerente é que, embora operem dentro de sistemas democráticos, esses grupos frequentemente defendem práticas que minam os princípios liberais e democráticos fundamentais.

Finalmente, a convergência de neoconservadorismo e neoliberalismo, conforme explorado por Biroli, Machado e Vaggione (2020), é uma das mais notáveis e preocupantes tendências contemporâneas. Esta aliança coloca a família no centro de suas concepções de sociedade, mas faz isso de uma maneira que promove a responsabilização individual e familiar em detrimento da responsabilidade social do Estado. Em essência, essa aliança estratégica entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo representa uma ameaça significativa à coesão social e aos princípios democráticos, pois reforça estruturas de poder existentes e perpetua desigualdades, ao mesmo tempo que limita a esfera de ação democrática e o pluralismo social.

A análise teórica de Freitas (2020) nos fornece uma chave para o entendimento dos elementos que norteiam os sentidos sobre família para a racionalidade neoliberal e a moralidade conservadora. Para explicar seu argumento, a autora problematiza as noções de famílias a partir de três aspectos: “a função social da família, a sua relação com a proteção social e o seu respaldo histórico-contextual” (FREITAS, 2020, p. 28). A função social da família insere a entidade no constructo sociológico e a entende como fruto das relações sociais, diferente da perspectiva tradicional que a entende como entidade responsável pela transmissão de valores;

Sobre o segundo aspecto, é preciso entender o caráter da proteção social: se é mais familista ou menos familista, e as classificações de políticas de bem-estar que categorizam a esfera protetiva a partir da intermediação entre Estado e família. Isso pode delimitar uma noção de família que contribui para uma proteção social mais abrangente e universal (se menos familista) ou mais excludente e moralista (se mais

familista) (FREITAS, 2020, p. 28).

O respaldo histórico, terceiro e último aspecto, diz respeito à relação entre família com o Estado, seja ele na ótica dos direitos e liberdades (iluminismo) ou punitiva e excludente (patriarcalismo). Isto posto, nos deteremos a partir de agora em destacar pontos do argumento de Freitas (2020) concernentes à perspectiva que compreende a família como fruto das relações sociais, tendo em vista que nos fornece o arcabouço teórico necessário para entender como o empreendimento neoliberal atua na relação com uma forma de política conservadora que tem como projeto a cristalização da ideia de família para garantir a manutenção do *status quo*.

Segundo Freitas (2020, p. 30), a “origem da família enquanto grupamento social que compartilha sentimentos, deveres, cuidados e obrigações, faz parte do movimento histórico, cultural, social e econômico da humanidade”. Não nos interessa desenvolver uma digressão histórica sobre as origens da família, um exercício desnecessário e infrutífero, já que há diferentes perspectivas que buscam realizar esse movimento; nossa apropriação dos estudos de Freitas se dá pelo destaque que a autora atribui à família e à política de proteção social na dimensão neoliberal do Estado.

A política de proteção social, de acordo com Freitas (2020), é a articulação entre os aspectos da gestão econômica de governo e a “racionalidade que impõe a forma de existir no mundo capitalista, adentrando nas subjetividades mais íntimas, mais particulares, que vão mais profundo que o campo familiar e avançam para o indivíduo em sua personalidade” (FREITAS, 2020, p. 30). O entendimento do papel da família, para o Estado, nesse contexto, é o de resguardar o próprio Estado das garantias de cidadania para os integrantes da família, passando a atuar como um intermediador social. Segundo Freitas (2020), a família, na perspectiva neoliberal, assume os modos de sociabilidade capitalista e promove suas ideias, o que seria fruto das relações humanas mediadas a partir de distintas dimensões, mas com especial atenção ao social, lembrando que as subjetividades também são constituídas a partir de intencionalidades que, necessariamente, é afetada pelos modos de produção vigentes que incidem na forma de construção da realidade.

Portanto, é primordial entender a família como produto das relações humanas e, principalmente, das relações sociais. Por isso, no modo de produção capitalista ela também é produto e produtora da lógica do capital. A noção de família, sua formatação, sua atribuição e seu lugar na dinâmica social recente são diretamente afetados pelas perspectivas neoliberais que sempre contemplaram posturas conservadoras (FREITAS, 2020, p. 30).

O trabalho, na tradição capitalista determina a constituição e a própria consciência dos

sujeitos e, por consequência, das famílias. Trata-se de uma relação histórica que afeta a vida humana e a forma como a compreendemos contemporaneamente. Foi o capitalismo, segundo Freitas (2020), que forjou a família como instituição social e o neoliberalismo, como uma nova face do capitalismo, impactou diretamente nas relações humanas no interior das famílias e, por conseguinte, na configuração desta. A autora defende que tanto cooperação quanto exploração são princípios que aparecem nos arranjos familiares desde seus primórdios, mas não são baseados por escolhas morais e sim por relações de trabalho, daí portanto a ideia de que ao assumir novas divisões de trabalho a família também é impactada (FREITAS, 2020).

De acordo com Lessa (2012, *apud* FREITAS, 2020, p. 31), em estudo antropológico com abordagem semelhante ao elaborado por Engels sobre a origem da família, os arranjos que dariam origem ao que conhecemos hoje como família em “sociedades primitivas comunais, por exemplo, não possuíam títulos funcionais exatos para os seus membros como se tem hoje (mãe, pai, tio, sobrinha, cunhado...) (...)”. A responsabilidade era compartilhada por todos e a atividade produtiva era coletiva; não havia acumulação, tratava-se de sociedades matrilineares, em virtude de a concepção ser a única forma de demarcar um clã. As carências levavam um clã a se relacionar com outro com mais abundância em uma espécie primitiva de cooperação, por meio do casamento, e exploração, por meio do trabalho. O trabalho levou o homem, segundo Lessa, a assumir o poder no clã familiar (FREITAS, 2020). Com a saída para o trabalho externo, coube a mulher os cuidados comunais, e logo nasceu a necessidade de delimitar seus domínios e estabelecer a propriedade privada.

A família era o núcleo social que delimitava a disputa entre os grupos. Os homens, ao assumirem o trabalho, assumiam também o domínio do clã para assegurar as suas posses somente aos seus familiares. Para isso, eles precisavam controlar quem nascia de cada um deles e isso só foi possível a partir do casamento monogâmico (FREITAS, 2020, p. 32).

Esse formato de relação entre homem e mulher delineia, segundo a autora, a transição para a sociedade de classes pré-capitalista, marcada pelas atividades privadas em detrimento da coletividade, com o homem assumindo o papel de provedor e a mulher o papel de cuidadora da prole e da habitação. As relações suscitadas pelo casamento monogâmico, e as trocas advindas dele, deram início aos primeiros arranjos de divisão social do trabalho, daí portanto a defesa de Lessa sobre a configuração como conhecemos hoje não ser originada do amor e sim do trabalho e do patriarcalismo (FREITAS, 2020). A partir do casamento, a sociedade também se modificou, assim como a família, que passou a incorporar outros fenômenos como adultério e prostituição.

Em virtude da relação entre capitalismo e família, compreendemos, alinhados com Freitas (2020), que as modificações sociais contemporâneas oriundas do capital, logo neoliberais, também incidiram na configuração familiar. Na expansão radical do neoliberalismo a família tem um papel importante, qual seja a responsável pela proteção social, em detrimento do Estado, e a guardiã e promotora da moral conservadora. Essas premissas neoliberais estão alinhadas com seu projeto individualista, mercantilizador e competitivo, ao mesmo tempo que cumprem os desígnios conservadores pela manutenção do tradicionalismo religioso e patriarcal que rejeita outras formas de viver que não rezem na cartilha heteronormativa, fomentando um estado policial (FREITAS, 2020).

Prado (1982, p. 08) afirma que “jamais encontramos através da História uma sociedade que tenha vivido à margem de alguma noção de família. Isto é, de alguma forma de relação institucional entre pessoas de mesmo sangue”. Esta afirmação reitera a importância da instituição família na evolução das sociedades. De acordo com Narvaz e Koller (2006, p. 49), “a família não é algo biológico, algo natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre os humanos”. Em trabalho seminal sobre a origem da família e da propriedade privada, Friedrich Engels (1984) postula um histórico sobre os agrupamentos comunitários humanos que mais tarde originariam o que hoje conhecemos como família. A partir de uma concepção materialista, Engels aponta que os meios de produção e as formas de reprodução humanas atuam como estruturas decisivas na história da humanidade, delegando às relações de parentesco importante elemento na formação das estruturas sociais.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1984, p. 02).

Então, foi a partir das necessidades de sobrevivência e da reprodução da espécie que surgiram as múltiplas maneiras de relação entre homem e natureza e entre os próprios homens. Logo, como afirmam Narvaz e Koller (2006), as diferentes formas de famílias e organizações de parentesco foram inventadas ao longo da história da humanidade. Inventadas, pois cumprem ritos específicos de culturas e tempos específicos. Entre as mais diversas formas de famílias que surgiram ao longo da história da humanidade, uma em especial ganhou força e atravessou séculos para desaguar na contemporaneidade e ser sistematicamente problematizada em virtude

dos aspectos segregacionistas e opressores: a família patriarcal, monogâmica, heterossexual, para a qual reservamos significativo espaço de problematização neste trabalho.

De acordo com Narvaz e Koller (2006, p. 50), os agrupamentos humanos organizados não nasceram patriarcais. As organizações humanas nas primeiras sociedades “eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Tais sociedades (ditas ‘primitivas’) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução”. As diferenças de gênero e a divisão sexual do trabalho não eram definidos rigidamente, assim como as relações sexuais eram poligâmicas. Em algumas tribos havia relações igualitárias entre os sexos, incluindo a participação no trabalho no campo, o cuidado com a moradia e a criação dos filhos (NARVAZ; KOLLER, 2006). Ainda que o modelo que se perpetuou no ocidente tenha sido da família nuclear heterossexual, a história nos mostra que nem sempre foi assim.

Na contemporaneidade, há um conceito de família construído a partir de contextos históricos e sociais fundado na família patriarcal homem-mulher-filhos. Esse modelo faz parte não apenas de uma história social, mas de uma história econômica e política, na qual estavam em jogo vários elementos, tais como a transmissão de propriedade, a divisão social do trabalho, a organização da produção e do consumo, a distribuição do prestígio social e outros, como veremos adiante em nossa incursão pela obra de Engels. Ou seja, há toda uma estrutura social baseada num modelo familiar, assim como há um modelo familiar que responde a certas expectativas sociais e culturais.

Engels (1984) mostra-nos que, a partir do estabelecimento da propriedade privada e o reconhecimento do papel do homem na reprodução, a centralidade da figura masculina como a mais alta estirpe hierárquica dentro dos núcleos familiares foi estabelecida. As relações entre o casal tornaram-se primordialmente monogâmicas, ainda que a fidelidade fosse de fato cobrada apenas à mulher, e foram inseridos dispositivos de transmissão de heranças, culturas e tradições do pai para os filhos (homens). É nesse momento da história humana que vemos nascer a família patriarcal, um conceito que tem suscitado intensos debates, tanto em movimentos políticos feministas como em produções acadêmicas contemporâneas.

No patriarcado, a mulher passa a ter controlados seus corpos e suas sexualidades. A ela são atribuídos papéis específicos dentro da família – sobretudo os cuidados da casa, dos filhos e os cuidados com o bem-estar dos maridos. Esta “nova ordem social” advinda com o estabelecimento da propriedade privada é patrilinear e os homens detém controle sobre a figura da mulher (NARVAZ; KOLLER, 2006). Como vimos no tópico anterior, a origem do nome família na Roma antiga está associada ao nascimento dessa nova ordem, foi nesta região do

globo que esse núcleo se consolidou e foi sendo adotado (imposto?) por outros povos com intensa campanha das religiões de matrizes hebraicas, que estabeleceram em seus dogmas diretrizes comportamentais na relação homem x mulher dentro da estrutura familiar.

A análise antropológica seminal de Gayle Rubin (1975) acerca das obras “A família” e “Estruturas Elementares do Parentesco”, de Lévi-Strauss - que discorrem sobre as formas de parentesco e o papel do casamento em diferentes arranjos sociais pelo mundo -, parte de uma visada acerca das relações de gênero no interior das configurações familiares e nos ajuda a compreender as divisões do trabalho como uma estrutura que não é natural, nem nasce com a história da família nuclear patriarcal ocidental. Em “A família”, Rubin destaca que Lévi-Strauss se questiona sobre os tipos de sujeitos que as relações de parentesco reivindicam e conclui que não se trata de um elemento natural de natureza biológica, mas que possui a finalidade de instituir um núcleo econômico viável por meio da união de homens e mulheres, que conhecemos no ocidente como família. “Embora toda sociedade tenha algum tipo de divisão de tarefas de acordo com o sexo, a atribuição de determinada tarefa a um ou a outro sexo varia

enormemente. Em alguns grupos, a agricultura é trabalho para as mulheres, em outros, para os homens” (RUBIN, 1975, p. 25-26).

Rubin (1975) entende a divisão sexual do trabalho como um “tabu contra a uniformidade de homens e mulheres, um tabu que divide o sexo em duas categorias mutuamente excludentes, um tabu que exacerba as diferenças biológicas entre os sexos e que, portanto, cria o gênero” (RUBIN, 1975, p. 25-26). Além das questões próprias ao gênero, Rubin afirma que se trata de um tabu que rejeita outras vivências sexuais, sobretudo o sexo entre iguais, e que necessariamente leva ao casamento heterossexual. Na obra, Lévi-Strauss aponta que os arranjos sexuais não são naturais e são originados a partir das relações em sociedade.

Entender uma prática sexual como válida ou não pressupõe que outra prática seja tida como elementar, a diferença configura a hegemonia. Assim, a autora afirma, por exemplo, que as regras que proíbem determinados casamentos pressupõem as que obrigam outros tipos de casamentos. “Num nível mais geral, a organização social do sexo baseia-se no gênero, na obrigatoriedade do heterossexualismo e na repressão da sexualidade da mulher” (RUBIN, 1975, p. 25-26).

Rubin (1975) é categórica ao afirmar que gênero é uma construção imposta socialmente e fruto das relações estabelecidas em sociedade por meio da sexualidade. É a partir disto que entende que os sistemas de parentesco são baseados no casamento, para que a conjugalidade – ainda que não use essa expressão – funcione como a instituição social que estabelece e demarca a unidade econômica mínima e seus descendentes. Esse ritual deveria ser realizado entre pessoas

que são definidas, por um conjunto de normas sociais e culturais, como um homem e uma mulher. É importante destacar que Rubin (1975) concorda com a diferença natural entre pessoas do sexo masculino e feminino, mas destaca que ambos não são tão diferentes entre si e guardam mais semelhanças mútuas do que com qualquer outro elemento da natureza. É preciso reafirmar que a ideia de oposição entre homem e mulher - sobretudo em seus papéis sociais, mas apoiados também em um contrato que os definiu como categorias excludentes no campo natural, ainda que não haja indícios biológicos que reiterem essa afirmação – não é a expressão de diferenças naturais (RUBIN, 1975). A afirmação das diferenças sexuais, e da divisão sexual a partir das lógicas de trabalho, ocasiona a essencialização de normas e comportamentos direcionados a homens e mulheres, condicionando e reprimindo rigidamente ações que não sejam condizentes com os repertórios masculinos, se homens, e femininos, se mulheres.

A divisão sexual do trabalho relaciona-se a ambos os aspectos de gênero – as pessoas são divididas em sexo masculino e feminino e são também heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, por consequência, a opressão dos homossexuais, é, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres (RUBIN, 1975, p. 28).

As opressões históricas vivenciadas por mulheres e homossexuais compõem o quadro teórico de preocupações de Rubin (1975) e, também, de Borrillo (2010). Para o autor, a diferença entre heterossexuais e homossexuais funciona como um regime de sexualidade em que o primeiro é reconhecido como modelo social e referência em relação a sexualidades. Esse regime conforma uma verdadeira ordem sexual que opera a partir dos dispositivos biológicos (macho/fêmea), que naturalizaria as identidades masculina e feminina, e que orienta a uma única experiência de desejo (heterossexual). Em consonância com o pensamento de Rubin (1975), o autor afirma que sexismo e homofobia compartilham do mesmo quadro dos binarismos de gênero e de sexualidades (BORRILLO, 2010).

A heterossexualidade e o binarismo de gênero são, primeiro, um dispositivo de reprodução da ordem social e não, fundamentalmente, um instrumento para a reprodução e perpetuação da espécie humana. A homofobia seria, segundo Borrillo (2010) a guardiã do regime das sexualidades, atuando tanto no campo das sexualidades quanto no dos gêneros. É por isso que a homofobia, como instrumento violento e discriminatório das diferenças, incide tanto sobre homens e mulheres cisgênero homossexuais, quanto sobre travestis e pessoas transgêneros, e não poupa inclusive heterossexuais que performam comportamentos em desacordo com o comportamento dispensado ao seu gênero, como homens sensíveis e mulheres com “personalidades fortes”, para citar exemplos do próprio autor (2010).

Segundo Rubin (2003), a família é um instrumento de conservação dos padrões sexuais tidos como tradicionais e “há uma grande pressão social para que se negue aos dissidentes sexuais os confortos e os recursos proporcionados pela família. A ideologia popular sustenta que as famílias não devem produzir nem acolher o inconformismo erótico” (RUBIN, 2003). Há nas sociedades ocidentais o impulso de recuperação, banimento ou punição em relação aos membros LGBTQIA+, sobretudo àqueles que se comportam com características destinadas socialmente ao sexo biológico oposto ao seu, como os afeminados e as lésbicas masculinizadas, e as pessoas transgêneros. É em virtude da rejeição da família que muitos LGBTQIA+ ou permanecem no armário ou saem de casa em busca de uma liberdade e, de certa forma, recriando suas configurações familiares a partir de arranjos fraternos e outras recomposições.

Para finalizar este tópico, retomamos uma reflexão contida em um importante documento para as lutas por reconhecimento das populações LGBTQIA+, que confronta os ideários de família e rejeita as diferenças e as noções incutidas no pensamento neoliberal. O

Manifesto *Queer Nation*, texto que circulou originalmente durante protesto da organização *ACT UP*²⁷ durante a Parada Gay de Nova York de 1990, destaca que no mundo judaico cristão, e aqui acreditamos que se referem sobretudo aos países do norte global, ocidentalizados e capitalistas, a estrutura de poder delega à procriação seu maior trunfo, pois com famílias produzindo novos sujeitos surgem novos consumidores e mão de obra. Com a cristalização da ideia solidarista e coletivista de família, o Estado passa a ter menor atuação e “interferência” no ceio da família e são seus membros que se tornam responsáveis pelos próprios cuidados, com destaque para a figura paterna provedora; um exemplo é o cuidado com os doentes, com uma família estruturada, o Estado gasta menos com saúde. Comportamentos sexuais que visam o desejo, logo, não são procriativos, tornam-se uma ameaça, e isso inclui também os direitos reprodutivos, entre eles a questão do aborto. Porém, não basta apenas promover os estilos de vida e a prática heterossexual, é preciso eliminar qualquer alternativa ao regime sexual da heterossexualidade (MANIFESTO QUEER NATION, 2016).

4.2 O debate contemporâneo sobre família e a luta política LGBTQIA+

Iniciamos esse tópico com a apresentação de um episódio que ilustra um dos argumentos

²⁷ ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power) é uma organização internacional fundada nos Estados Unidos em 1987 para desenvolver ações políticas em relação à epidemia de HIV/AIDS. Foi o primeiro grupo oficialmente criado para isso.

centrais dessa pesquisa: sujeitos LGBTQIA+ unem-se, em matrimônio ou não, para vivenciarem suas relações afetivo-sexuais, sob a tutela do Estado ou em outros formatos, e resistem, em um contexto de ataque e ódio, ao regime heterossexual que os caracteriza como desviantes, afinal, até o arranjo mais assimilado à heteronorma não escapa aos seus desígnios de rejeição.

Em dezembro de 2018, o coletivo Resistência LGBTQIA+ ²⁸ pela Democracia organizou, em Belém do Pará, o maior casamento comunitário LGBTQIA+ do Estado. Na ocasião, 47 casais contraíram matrimônio em uma cerimônia político-festiva com significativa atenção da imprensa local. A ação recebeu apoio de uma rede de voluntários que disponibilizou produtos e serviços para que a cerimônia ocorresse. Para além da solidariedade, essencial para efetivação de ações políticas como esta, havia um contexto que justificava o estabelecimento de uma corrente afetiva de apoio para com os casais: Jair Bolsonaro, então presidente do Brasil, acabara de ser eleito com uma agenda neoliberal, protofacista e neoconservadora (SOLANO, 2018; MIGUEL, 2019). Havia um medo de que o governo desautorizasse o casamento civil igualitário²⁹.

Principal pauta dos movimentos sociais LGBTQIA+ na última década, o casamento – autorizado no Brasil por meio da resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – representa possibilidade de reconhecimento legal, pois protege esse modelo familiar e permite a inserção do núcleo como entidade válida diante da sociedade e do estado democrático de direitos brasileiro. À época do casamento coletivo, já era percebida uma certa corrida aos cartórios motivada, sobretudo, pelo medo. O que era apenas uma sensação naquele final de ano em 2018, foi constatado meses mais tarde pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Os casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo dispararam. Em 2018, houve um aumento de 61,7% dos casamentos em relação a 2017 (BARROS, 2019). Os números fazem parte do relatório das Estatísticas do Registro Civil 2018.

De acordo com o IBGE, um total de 9.520 casais homoafetivos uniram-se formalmente em 2018; em 2017, esse número foi de 5.887. Ainda assim, a quantidade não é expressiva se olharmos para o número total de uniões registradas, o casamento homoafetivo corresponde a apenas 0,9%. O relatório apontou aumento no número de casamentos no mês de dezembro de 2018: “Do total de 3.958 casamentos entre homens, 29,6% foram registrados só em dezembro. Entre casais formados por mulheres, 34% das 5.562 uniões também aconteceram no último mês

²⁸ Sigla para designar pessoas Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais Queers Intersexuais Assexuais e as demais identidades de gênero e sexualidades.

²⁹ Forma pela qual convencionou-se chamar o casamento civil entre homossexuais no Brasil.

do ano passado” (BARROS, 2019). Se comparado ao número de casamentos entre pessoas heterossexuais no mesmo mês, temos um interessante indicador: apenas 11,3% do total desses casamentos ocorreu em dezembro. A corrida aos cartórios em dezembro é sintomática, tendo em vista a proximidade da posse do atual presidente.

Partimos da premissa de que, além do temor da perda do direito conquistado, o casamento, se levarmos em consideração o contexto político e a crise axiológica contemporânea, também emerge como um ato de resistência, pois ao assinarem um contrato público de matrimônio as LGBTQIA+ estão, em certa medida, subvertendo a lógica da dominação patriarcal e tomando para si os direitos que lhes foram negados por séculos. Ao se casarem, sujeitos LGBTQIA+ dão visibilidade às suas relações e assumem novos papéis sociais, como maridos e esposas, e em alguns casos pais e mães. Com a demarcação, ou localização de suas existências a partir de suas práticas sexuais e identidades de gênero, sujeitos negociam outras margens para suas relações e os conflitos delas oriundos (BENTO, 2012).

Para Anna Paula Uziel (2002), a família é um termo que denota a falsa ideia de uma configuração cuja compreensão é partilhada universalmente. Contudo, a realidade social e os próprios estudos têm comprovado que essa noção invisibiliza outros sentidos sobre o arranjo familiar. Assim como a autora, entendemos que “a intenção de discutir o conceito de família e alguns de seus formatos é levantar temas comuns encobertos sobre essa designação que não carrega unanimidade” (UZZIEL, 2002, p. 09). Ao refletirmos sobre as diferentes famílias, em seus diferentes “contratos”, podemos compreender os modos pelo qual opera o sistema para o qual o reconhecimento dessa pluralidade de familiares representa perigo, assim como os termos que delimitam determinados arranjos como famílias em detrimento de outros.

Em um esforço para compreender a formação familiar entre pessoas homossexuais no Brasil do século XXI, Uzziel (2009) aponta, em perspectiva histórico-social, alguns marcos que nos ajudam a entender a visibilidade da pauta na agenda pública, sobretudo no que diz respeito aos direitos à união civil e à parentalidade nas esferas políticas institucionais - legislativo e judiciário -, e da luta política da sociedade civil.

É com o advento da epidemia de HIV/Aids, a partir dos primeiros anos da década de 1980, que as uniões entre pessoas do mesmo sexo, sobretudo homens cisgêneros, alcança os termos das discussões na esfera pública. Naquele período, em virtude da ausência de um tratamento eficaz para controlar o vírus no organismo, a morte de homossexuais que conviviam com seus companheiros passou a levantar um questionamento jurídico no campo patrimonial: quem deve receber a herança deixada, o companheiro ou a família de origem? De acordo com Uzziel (2009), nesse período vários países elaboraram legislações para reconhecer os direitos

dos companheiros. O Brasil se eximiu dessa discussão e o primeiro projeto que buscava debater a conjugalidade homossexual só vem aparecer na Câmara Federal em 1995, indo a pauta inúmeras vezes, mas nunca colocado em votação.

Até o ano de 2021, ano em que esse texto é escrito, nenhum avanço real ocorreu a partir do âmbito legislativo, que, ao contrário, pressionou o poder Executivo nos governos Lula e Dilma para que limitasse o debate e a elaboração de políticas públicas nesse sentido. É do poder judiciário que vem a salvaguarda necessária para resguardar os direitos LGBTQIA+, como o direito ao casamento civil, em 2013, a mudança no registro civil para pessoas transgênero, em 2018, a criminalização da LGBTIfobia, em 2019, e o fim da proibição de homens que fazem sexo com homens em doar sangue³⁰.

A luta pela garantia da adoção e outras formas de formação de descendências, o casamento e o reconhecimento dos arranjos familiares homotransafetivos ganhou evidência no movimento LGBTQIA+ que o retirou do âmbito privado e o tornou público, elevando-o ao status de pauta política. Mas o movimento não é unívoco, como nos lembra Uzziel (2009):

Além da discussão legal, os movimentos sociais são outro ator fundamental. Os movimentos LGBT no Brasil não são unívocos na luta por direitos sexuais e reprodutivos. Uma parte significativa do movimento defende ter o direito ao reconhecimento da união, independentemente de achar que se deva ou não fazer uso dele. Veem como uma questão de cidadania e identificam a negação do direito como uma expressão de homofobia. Os que são contrários criticam a similaridade com o arranjo heterossexual, percebem este desejo ou comportamento como submissão à lógica heterossexista, ou imperativo heterossexual, como diz Schiltz (1998). Convivem também posições que estranham a adesão e repetição de um padrão já em desuso (UZZIEL, 2009, p. 107).

As críticas e as tensões oriundas da pluralidade interna ao movimento LGBTQIA+ será vista no próximo tópico. Contudo, adiantamos que, assim como Vilhena *et al.* (2011), compreendemos que a família pode ser tomada a partir de diferentes arranjos, como: unidade doméstica – referente às organizações econômicas internas; instituição – referente à segurança; formadora – microcosmo propagador ou contestador de valores; laços de parentesco – grupos que convivem em laços de afinidades; entre outras tantas formas.

Historicamente a família nuclear convive com outras configurações familiares. “Apesar de todas as mudanças sociais e legais, a família continua sendo construída a partir do casal” (UZZIEL, 2009, p. 106). Contudo, foi com o início do novo milênio, com especial atenção ao

³⁰ Informações sistematizadas pelo Nexo jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro#section-46>. Acesso em: 27 set 2021.

advento das redes sociais online, que outras modalidades ganharam destaque e visibilidade. A família brasileira está mudando, diria Bento (2012).

A idealização da família com divisões binárias das tarefas a partir das diferenças sexuais (ao homem a rua, à mulher o lar), a imagem do lar como espaço de conforto espiritual, locus interdito aos conflitos e às disputas, são idílicos que guardam pouca conexão com a realidade e que têm como função restringir a noção de família aos marcos da heterossexualidade (BENTO, 2012, p. 275).

Um exercício simples é olhar ao nosso redor e podermos vislumbrar inúmeras configurações familiares: tios que assumiram a criação de sobrinhos em virtude da ausência dos pais; avós que criam seus netos; mulheres que criam filhos cujos pais as abandonaram; grupo de travestis que vivem juntas e estabelecem relações de solidariedade, entre outros formatos.

As estruturas familiares no Brasil têm sofrido mudanças significativas ao longo das últimas décadas. Pessoas casam-se mais tarde, se separam com mais frequência, e a quantidade média de filhos por casal diminuiu. Além disso, há uma mudança significativa na dinâmica da família nuclear tradicional (BIROLI, 2014):

Os padrões nos arranjos familiares no Brasil se modificaram bastante nas últimas décadas. Quando se compara o Brasil de hoje ao de meados do século XX, as pessoas se casam mais tarde, especialmente as mulheres, e se separam com mais frequência. Elas têm em média menos filhos do que antes e as crianças, em um número cada vez maior, crescem em ambientes domésticos que estão muito distantes do padrão da família nuclear [...] (BIROLI, 2014, p. 24).

Biroli destaca que, ao comparar o Brasil contemporâneo com o do século passado, observa-se que pessoas se casam mais tarde, especialmente mulheres, e se separam com mais frequência. A família nuclear tradicional - composta por pai, mãe e filhos - não é mais o padrão predominante. Esta transformação é reflexo de diversos fatores sociais, econômicos e culturais. Há uma diversidade crescente nos tipos de arranjos familiares. Aumentou a quantidade de famílias sem filhos, famílias unipessoais, e arranjos familiares que não seguem a norma heterossexual.

Há menos famílias constituídas por casais com filhos hoje do que havia no início dos anos 1990. Ao mesmo tempo, aumentaram as famílias constituídas por casais sem filhos e as famílias unipessoais, isto é, as unidades domiciliares formadas por uma só pessoa. Aumenta, também, o número de casamentos e arranjos familiares que se distanciam da norma heterossexual, com casais e pais, formados por pessoas do mesmo sexo (BIROLI, 2014, p. 24).

O aumento de famílias sem filhos, famílias unipessoais e famílias que não seguem a

norma heterossexual indica um aumento da diversidade nos arranjos familiares. Ao longo das décadas, as famílias brasileiras têm experimentado mudanças significativas em sua composição. Houve uma diminuição acentuada na média de filhos por família em todas as regiões e estratos sociais, com regiões como o Sudeste e o Sul exibindo as taxas mais baixas de fecundidade. Além disso, casais sem filhos e famílias unipessoais tornaram-se mais comuns (BIROLI, 2018). Esta diversidade, porém, também é fonte de debates e tensões em esferas políticas e sociais. A transformação da família é frequentemente pautada em debates políticos, especialmente por grupos conservadores que defendem a família nuclear tradicional como o único arranjo “natural” ou “correto”. Este argumento é usado muitas vezes para resistir a políticas que apoiam outras formas de arranjos familiares (BIROLI, 2014; 2018). Um dos argumentos utilizados para defender a ideia de família nuclear e reforçar o papel de gênero dentro de uma relação é o “pensamento maternal”, que muitas vezes idealiza a família e presume uma relação próxima e cotidiana entre mães e filhos. Isso não reflete a realidade de muitas mulheres, especialmente considerando a diversidade de arranjos familiares, como famílias mono-parentais ou aquelas em que avós e tias desempenham papéis centrais na criação das crianças (BIROLI, 2018).

Uma mudança notável na paisagem familiar brasileira é o reconhecimento crescente dos casamentos homoafetivos. Os casamentos entre pessoas do mesmo sexo aumentaram quatro vezes no Brasil ao longo de uma década. Anualmente, ocorrem cerca de 7,6 mil³¹ dessas uniões, das quais 56% são entre mulheres e 44% entre homens. No Distrito Federal, o número de registros desse tipo de casamento aumentou sete vezes desde 2013, ano em que o Conselho Nacional de Justiça assegurou o direito ao casamento civil para casais homoafetivos.

A crescente visibilidade de famílias que não seguem a norma heterossexual tem implicações diretas nas políticas LGBTQIA+. O reconhecimento legal e social de casais do mesmo sexo, bem como seus direitos à adoção e benefícios sociais, é um tema de debate intenso. Com as mudanças nas estruturas familiares, políticas públicas voltadas para suporte familiar precisam ser adaptadas. Isso inclui desde políticas de habitação até programas de assistência social. Biroli (2014) oferece uma visão detalhada e fundamentada das transformações na estrutura familiar no Brasil. Relacionar essas mudanças aos debates políticos contemporâneos é essencial para entender o cenário atual e as tensões presentes nas discussões sobre o conceito de família. A família, em sua multiplicidade de formas, continua sendo um pilar fundamental da sociedade, mas é crucial reconhecer e respeitar sua evolução e diversidade.

³¹ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/05/15/casamentos-homoafetivos-quadruplicam-em-10-anos-no-brasil.ghml>. Acesso em: 01 set. 2023.

Biroli (2014; 2018) argumenta que existe uma distinção clara entre a esfera familiar e o mundo público. A família é vista como uma entidade autogerida, governada por seus próprios valores e regras, e é frequentemente considerada o refúgio dos afetos e da autenticidade, em contraste com a esfera pública, que é vista como mais impessoal e regulamentada. “A privatização da esfera familiar equivale a sua definição como uma esfera social separada do mundo público, com regras e valores próprios. [...] Faz parte dela, também, a visão de que essa é a esfera dos afetos e da autenticidade, diferentemente da esfera pública [...]” (BIROLI, 2014, p. 42). A autora discute como a definição privada da família muitas vezes atua como uma barreira à intervenção estatal, especialmente quando se trata de questões de justiça e igualdade nas relações domésticas. “Em alguns casos, esse entendimento se desdobrou em barreiras à ação do Estado e em empecilhos para a aplicação de normas para a construção de relações sociais mais justas na vida doméstica.” (BIROLI, 2014, p. 42).

O Estado e as políticas correntes têm uma influência direta e indireta na dinâmica das famílias. Biroli indica que a ausência de intervenção direta do Estado em algumas áreas não implica na ausência de regulação, mas sim em uma normatização que favorece certos arranjos familiares em detrimento de outros. “Há, ainda, exemplos da intervenção direta na vida íntima, privada, mas que não são assim codificados. [...] Em sua suposta neutralidade, que na verdade toma como dadas algumas formas da vida familiar, ou pelo estímulo direto a determinados arranjos, o Estado e as normas vigentes estimulam alguns modos de vida e desestimulam outros.” (BIROLI, 2014, 43). Apesar das normas e regulamentações, as relações familiares são intrinsecamente complexas e variadas. A legislação pode não refletir completamente a rica tapeçaria de relações que ocorrem na realidade, mas ela molda e influencia a experiência da família de maneira significativa. “A complexidade e variedade das relações não se reduz porque são mais estreitas no papel, nas leis. O cotidiano das relações familiares afetivas e íntimas é bem mais matizado e plural [...]. Mas a vida dos indivíduos é afetada continuamente por essas mesmas normas, e por isso sua privação ou simplificação é um problema.” (BIROLI, 2014, p. 43).

Biroli (2018) compreende a divisão sexual do trabalho como uma estrutura subjacente que molda as relações sociais e afeta de maneira desigual mulheres de diferentes estratos sociais, especialmente as mulheres negras e de baixa renda. O trabalho doméstico, historicamente atribuído às mulheres e frequentemente invisibilizado, é aqui trazido ao centro do debate. Biroli desmascara a falácia da “escolha” individual das mulheres em assumir essas responsabilidades, argumentando que tais “escolhas” são, na verdade, moldadas por relações de poder que limitam a agência das mulheres. A PEC das Domésticas, por exemplo, é um ponto de virada significativo nesta discussão,

revelando a contínua luta por direitos trabalhistas iguais para empregadas domésticas no Brasil.

A autora confronta o discurso conservador sobre a família e a maternidade. Ela argumenta contra a idealização da família nuclear com papéis de gênero bem definidos, destacando como tal visão perpetua desigualdades e injustiças. A autora ilumina as diferenças internas entre mulheres, notadamente aquelas marcadas pela raça e classe, que enfrentam desafios desproporcionais em relação ao trabalho doméstico e cuidados familiares. Além disso, ressalta o papel das mulheres como agentes de mudança dentro da estrutura familiar, promovendo uma “revolução no berço”, que envolve a reeducação das crianças em valores de igualdade e justiça social.

Biroli (2018) aborda a questão da autonomia corporal e sexual das mulheres, especialmente no contexto do debate sobre o aborto no Brasil. Ela destaca a importância da autonomia sexual e reprodutiva e critica o papel das instituições religiosas e políticas na restrição desses direitos. A autora aponta para a complexa teia de interesses políticos e econômicos que se escondem por trás de agendas conservadoras, especialmente aquelas relacionadas à proibição do aborto. Seu trabalho ressalta a necessidade de políticas públicas que não apenas descriminalizem o aborto, mas também forneçam suporte integral às mulheres, incluindo serviços médicos, psicológicos e sociais. Temos, então, uma análise profunda e abrangente da situação das mulheres no Brasil, desvendando as diversas camadas de desigualdade e opressão que permeiam a sociedade.

Muitas vezes, consideramos a família como algo dado, dispensando a necessidade de uma definição. “Todos sabemos o que é família!”, alguns diriam. Essas interrogações incitam nossa capacidade de reflexão sobre o conceito de família e funcionam como um ponto de partida para a discussão que se desdobrará neste segmento. A primeira pergunta já sugere que o termo “família”, conforme definido no dicionário, não engloba todos os formatos existentes de modelos familiares. Portanto, se a diversidade de famílias não é abrangida por esse conceito geral, a que família nos referimos ao pronunciar essa palavra?

De acordo com Prado (1982), a história, assim como os estudos antropológicos sobre culturas distantes no tempo e no espaço, nos esclarece o significado e a evolução da família. Através da história, podemos acompanhar as mudanças ocorridas no cerne da família, compreendendo como as concepções sobre solidariedade, afeto e interdependência entre os indivíduos no grupo se tornaram cada vez mais diversas. Dado que estamos imersos em um contexto sócio-histórico, onde a família desempenha o papel fundamental como o primeiro núcleo de interação, regulação de comportamento, apoio emocional e outros modos de interação social, ela funciona como um microcosmo da sociedade. Portanto, é natural que tendamos a compreender a família a partir da nossa própria experiência familiar.

Prado (1982) também aponta que as relações no âmago da família evoluem com o

tempo, e a natureza das hierarquias é moldada pelo contexto social. A autora destaca a importância de dois aspectos da evolução familiar: o papel da criança na dinâmica de poder estabelecida pelos pais e a relação de gênero nos papéis desempenhados dentro da estrutura familiar. Modificar a instituição familiar, segundo Prado, requer uma mudança em toda a sociedade, já que qualquer alteração na organização familiar implica também na redefinição dos papéis tradicionais da esposa.

A noção tradicional de família - pai, mãe, filhos - frequentemente é considerada a definição original e verdadeira de família. Embora tenhamos conhecimento de outros formatos, esse é o modelo que normalmente nos vem à mente ao abordar o tema. Hoje, diversos tipos de famílias coexistem, inclusive dentro de uma mesma rede de parentesco. Surgiram as famílias monoparentais, homoafetivas, famílias de irmãos e tios que cuidam de sobrinhos, além das famílias que compartilham a guarda de filhos. No entanto, como chegamos a esse modelo e por que ele está tão arraigado em nossa sociedade? Este capítulo busca explorar alguns elementos que podem nos ajudar a compreender a persistência desse modelo de família, levando em conta escolhas teóricas dos autores e evitando conclusões definitivas.

No campo da psicologia, diferentes pontos de vista sobre a família têm sido debatidos. Reis (1989) destaca duas perspectivas: uma conservadora que considera a família como base da sociedade e uma progressista que argumenta que a família, como instituição social, deve ser dissolvida, pois contribui para a repressão de mulheres e crianças. Embora essas visões difiram, é inegável a importância da família tanto nas relações sociais quanto na vida emocional de seus membros. A família atua como mediadora entre o indivíduo e a sociedade, moldando nossa percepção do mundo e nossa identidade social.

Embora o modelo predominante no ocidente seja o da família monogâmica burguesa, Reis (1989) observa que existem padrões internos que diferenciam as famílias dentro de diferentes classes sociais e até mesmo dentro de uma mesma classe. A família, portanto, é construída não apenas através da história social, mas também da história econômica e política, considerando elementos como transmissão de propriedade, divisão

A coerência e unidade da família, na perspectiva da perpetuação da espécie, está ancorada na reprodução por meio da heterossexualidade (BENTO, 2012). Contudo, o levante dos questionamentos acerca da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010) e a despatologização, e visibilidade das formas de afeto da homossexualidade, incidem na própria concepção de família (BENTO, 2012).

Entendemos a heterossexualidade compulsória como o sistema, ou instituição, que dá o tom a sociedades identificadamente masculinas com forte redução do poder das mulheres e

influenciando na imposição de padrões e discursos ditados por homens heterossexuais que são tidos como legítimos representantes do ser humano em seu caráter universal, resumindo as experiências de desejo às práticas heterossexuais e seus modos de viver. Trata-se de uma matriz fundamentada na prescrição de ritualizações que devem ser seguidas por todos e todas, logo, influi diretamente nas noções de família e suas configurações (RICH, 2010).

O enviesamento da disputa acerca dos sentidos de família, reitera Bento (2012), reforça a ideia da própria família como valor ancorado na estrutura da heterossexualidade compulsória e “completa por empobrecer outras possibilidades de se construir relações afetivo-sexuais que não estejam normatizadas pelo princípio da família (herança, parentalidade e fidelidade)” (BENTO, 2012, p. 276). Bento (2012) questiona as bases da família patriarcal e o sacralismo por ela reivindicado. Para a autora, é preciso refletir sobre o modo como uma instituição caracterizada pela reprodução das normas pode fomentar a emergência de subjetividades divergentes. Tal questão parte da perspectiva da família como um dos espaços de socialização primária responsável por nos tornarmos quem somos e a construir nossas diferentes lentes de ver e interpretar o mundo. “(...) me questiono sobre a centralidade da família como lugar fundante de nossa condição de humanos, o lugar dos primeiros vínculos, de aprendizagem das normas sociais, da promessa de proteção e cuidado. Promessas, geralmente, não cumpridas, frustradas” (BENTO, 2012, p. 277).

Bento (2012) recorre à mitologia judaico-cristã para elucidar as raízes da família localizadas no antigo testamento da Bíblia. Um deus-pai vingativo e castigador, explica a autora, funda o mundo e pune suas criações a partir de suas ações em família: o pecado original de Adão e Eva o leva a amaldiçoar a terra em que vive o homem e a punir com dor e sofrimento a mulher ao dar à luz aos filhos, assim como a manter submissa ao homem, que a dominará por tê-lo ludibriado a comer do fruto proibido. A narrativa, portanto, relega o sofrimento à maternidade e a violência de gênero às consequências do ato da mulher contra a vontade de Deus, logo, é sagrada. Castigos seriam o resultado da ira de Deus contra a desobediência, o que justificaria a violência de pais contra filhos em famílias nada afetuosas, tal quais as famílias do “início do mundo” narrado pelo antigo testamento (BENTO, 2012).

“Manutenção de linhagem, conquista e expansão de patrimônio, preservação da honra mediante a utilização sistemática da violência são marcas de uma instituição que está longe de ser o paraíso idílico presente nos discursos daqueles que atacam a união civil e a adoção de pessoas do mesmo sexo” (BENTO, 2012, p. 277). Uma outra história da família, segundo a autora, tem sido contada. A família, como a principal responsável pela reprodução e socialização primária passa a receber um outro olhar, dessa vez para o aspecto violento e

assimétrico das relações que se formam em seu interior. É o caso dos questionamentos dos movimentos feministas acerca do papel da mulher em seu interior e as diferentes violências oriundas da dominação masculina. As disputas nas definições, conceitos e sentidos sobre famílias têm desdobramentos práticos, tal qual nos aponta Bento (2012).

É importante destacar que partimos da perspectiva que compreende a identidade de gênero e as sexualidades como marcadores diferenciados, que “não se confundem”. Ser mulher, ou homem, nada diz sobre o desejo e as práticas sexuais. Por outro lado, a concepção hegemônica pressupõe ao homem e à mulher, além da heterossexualidade, comportamentos culturais específicos. No sistema sexo/gênero/sexualidade só há sentidos nos corpos homens e corpos mulheres heterossexuais (BENTO, 2012).

Foi a partir da luta política por reconhecimento que pessoas LGBTQIA+ alcançaram importantes conquistas para legitimar seus modos de viver e de constituir suas famílias. E já podemos observar algumas modificações em institucionalidades que são importantes mobilizadoras de sentidos como, por exemplo, os dicionários de língua portuguesa, importantes publicações que apresentam os conceitos das palavras que compõem nossa língua. Logo, são referências que representam conceitualmente os sintomas de mudanças, os antigos e novos sentidos e significados dados às palavras, assim como o surgimento das novas expressões, levando-se em conta seu contexto etimológico e social. Nessa perspectiva, recorreremos a essas publicações para saber se o termo “família” sofreu alteração de sentidos, considerando seu consumo massivo. No Houaiss (FAMÍLIA, 2016, p. 01), em sua versão online, família é o: “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si uma relação solidária”. Antes, o verbete era conceituado como: “Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (especificamente o pai, a mãe e os filhos)”. Já o dicionário Michaelis (FAMÍLIA, 2019, p. 01), denomina como um “grupo de pessoas unidas por convicções, interesses ou origem comuns”. E, para o Priberam (FAMÍLIA, 2018, p. 01), é “o conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes. (...) Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa”.

A novidade das atualizações está na supressão do gênero dos componentes da família (comumente encontrávamos os termos homem e mulher) que indicava as relações afetivas entre pessoas heterossexuais como elemento fundante para a constituição de uma família. No âmbito da política institucional, entretanto, essas atualizações ou discussões não são percebidas. Pelo contrário, no governo Jair Bolsonaro observamos uma invisibilidade ou uma tentativa de apagamento de questões que envolvam discussões sobre gênero, família, sexualidades, entre outros.

Observamos que a mudança conceitual do léxico compõe um fenômeno contemporâneo de transformações oriundas das lutas políticas gestadas ao longo do século XX (MACHADO, 2007) pela ampliação, desconstrução, renovação e elaboração de novos termos que reconheçam vivências historicamente marginalizadas. Aqui, inferimos a população LGBTQIA+ como parcela significativa desses sujeitos ainda invisibilizados pela gramática moral corrente.

Esses avanços concorrem com a forte pressão dos movimentos conservadores que emergiram na campanha eleitoral da presidência da República, em 2018, e ganharam espaço no governo Bolsonaro e que buscam deslegitimar as diferentes vivências, sobretudo às afetivo-sexuais. Inclusive estudos recentes confirmam a evidente polarização política no Brasil e a caracterizam, também, como uma crise axiológica, sobretudo se considerarmos os eventos de junho de 2013 – protestos iniciados pelo Movimento Passe Livre, em São Paulo – como marco do início das transformações pelas quais passam o país (REZENDE; SANTANA, 2018).

Ao assumir a presidência, Jair Bolsonaro pautou a família como elemento central nas políticas de governo, tanto que elevou seu status a condição de ministério, sob a nomenclatura Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos³² (MMFDH) e o comando da pastora evangélica Damares Alves, com o objetivo de afastar uma suposta ameaça à instituição, amparado por pânico morais alimentados por diferentes setores (MISKOLCI, 2018).

A instituição família, ao lado do debate sobre gênero e sexualidades, está no centro dessa crise por meio de uma disputa de sentidos, principalmente quando confrontada com as falas de Jair Bolsonaro, da campanha eleitoral até sua chegada ao poder (SOLANO, 2018; 2019; CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018). Destacamos as seguintes falas:

(...) “Não tenho nada contra homossexuais nem contra mulheres e não sou xenófobo, mas quero ter minha casa em ordem. A definição de família para mim é uma só, aquela da Bíblia. Se você quer se envolver numa relação homossexual, vá adiante, mas não podemos deixar governo levar isso para a sala de aula e ensinar isso para crianças de cinco anos” (...) (CARVALHO, 2019, p.01).

(...) O presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil “não pode ser o País do turismo gay” porque “temos famílias”. A declaração foi dada em encontro com jornalistas no Palácio do Planalto (MARTINELLI, 2019, p.01).

(...) Jair Bolsonaro (PSL) defendeu o que chama de “família tradicional” e desafiou defensores de outras formatações que alterem a Constituição. “Apresentem uma emenda à Constituição e modifiquem o artigo 226, que lá está escrito que família é homem e mulher. E mesmo mudando isso, como não dá pra emendar a Bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional”, disse (PUPO, 2019, p.01).

³² O MMFDH tem como área de competência as políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos da: mulher, família, criança e adolescente, juventude, idoso, pessoa com deficiência, população negra e minorias étnicas e sociais; além disso é responsável pela articulação de políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância (BRASIL, 2019).

Tais falas têm sido utilizadas de forma estratégica em arenas de discussões públicas - o que comprova a circularidade de temas que transitam na esfera pública a partir da esfera política institucional - sobretudo em ambientes virtuais de interação, como as redes sociais online, no ataque a outras modalidades de família, com especial atenção àquelas formadas por sujeitos LGBTQIA+ (CAL; SEREJO, 2017). Tais redes têm se configurado como campo fértil de tensionamentos contra a agenda progressista de conquista de direitos sociais a minorias políticas.

Demarcamos novamente, aqui nesta escrita, que entendemos família como entidade formada por sujeitos reunidos a partir de aspectos não-biológicos (desbiologização), como os sentimentos de pertença, acolhimento, afeto e até mesmo suporte econômico, o que difere da concepção hegemônica cristã de família que pressupõe relações monogâmicas, heterossexuais e para fins de procriação (DIAS, 2006; ROSAS, 2019; BIROLI, 2014).

Nas primeiras décadas do século XXI, percebemos uma tentativa de transformação a partir da descentralização da noção de família de um núcleo enrijecido para uma noção ampliada. Segundo Regen (1998), as dificuldades no campo da economia e do próprio estado de bem-estar social trouxeram a família e a comunidade de volta ao centro da possibilidade de transformação da realidade por meio da noção de solidariedade. Para além disso, as lutas travadas no campo dos movimentos sociais identitários também contribuíram e contribuem para desestruturar a noção tradicional de família, sobretudo a capacidade de articulação das LGBTQIA+ que desenvolvem intensos debates nas esferas públicas no sentido de tornarem-se visíveis e inserirem suas pautas na agenda de discussão.

Para compreender ou lidar com essa questão, primeiro, abandonamos a ideia de centralidade conceitual de família heterossexista. Romper com esse modelo é uma pauta das lutas contemporâneas que dialogam com muitos movimentos, como os feminismos e o LGBTQIA+. A família, entendida como agrupamento de pessoas a partir do sentimento de pertença, contrapõe a ideia de que a heterossexualidade é a detentora da formação familiar. A partir desta perspectiva nos aproximamos dos movimentos que reivindicam reconhecimento de seus diferentes arranjos e redes de solidariedade e pertencimento como famílias. Esse reconhecimento, além de moral, é também pela garantia de direitos constitucionais que lhes são denegados.

Uma pluralidade de expressões e vínculos notadamente identificados como famílias emergiu no Brasil nas últimas décadas, muito em função das transformações ocorridas no mundo do trabalho, nas relações de gênero e a intensificação das desigualdades sociais

(BIROLI, 2014). Identificamos nesse contexto de relações interpessoais diferentes núcleos familiares, como: monoparentais, homotransafetivos³³, reconstituições parentais a partir de novas uniões, famílias socioafetivas integradas por agrupamento de amigos, formadas a partir da adoção, união de casais sem filhos e, obviamente, a família nuclear.

Tais transformações são conquistas advindas, também, de um processo de lutas sociais. Os movimentos identitários proporcionaram visibilidade a uma série de pautas políticas das ditas minorias. E é nesse bojo que nos deparamos com reivindicações de famílias cujo formato ultrapassa o modelo nuclear. É o caso das famílias homotransafetivas, que reivindicam seu espaço como instituição familiar.

Para uma camada da sociedade a família homotransafetiva é abjeta, não-existente, pois estaria em “desacordo” com a norma tradicional, patriarcal e binária. Essa modalidade de família apresenta uma ruptura com o convencional - o *status quo* - e encontra eco nas práticas sociais vislumbradas pela sociedade nos últimos anos, já que percebemos mudanças significativas na forma em que os sujeitos se relacionam íntima e amorosamente, vide os relacionamentos abertos e as relações poliamorosas³⁴.

Mello (2005) aponta como consequência direta dessa transformação a emergência de um novo olhar para os sujeitos LGBTQIA+, assombrados por estereótipos com os quais precisam lidar até os dias de hoje. A figura do homem homossexual, por exemplo, ainda sofre com o estigma de predadores sexuais, sujeitos degenerados que vivenciam uma realidade marginal em que as práticas do desejo permeiam todas as nuances da vida cotidiana.

4.3 O papel da família na agenda antigênero da extrema direita neoliberal no Brasil

Diversos estudos sobre a “ideologia de gênero” foram realizados nos últimos anos (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; MISKOLCI, 2018; REIS; EGGERT, 2017; MIGUEL, 2016; 2021; MATOS, 2018). Nesta tese, nos aprofundaremos nas abordagens que focalizam em suas dimensões epistemológicas o alcance do debate sobre a “ideologia de gênero” na discussão sobre as famílias em relação com a extrema direita, com foco nos desafios do debate político a partir da emergência do populismo bolsonarista e o avanço do neoliberalismo para a dimensão

³³ O termo usado comumente em trabalhos acadêmicos para se referir à famílias formadas por LGBTQIA+ é “família homoafetiva”, porém, em trabalhos anteriores, fomos alcançados pela inquietação de sujeitos e sujeitas trans que reivindicam a inserção de suas vivências em tal nomenclatura. Tivemos acesso à essa reivindicação a partir da Associação Brasileira de Famílias Homoatransafetivas (Aбраf), que já usa o termo conforme o que foi pleiteado. Como decisão política, definimos por usá-lo da mesma forma.

³⁴ São relações em que três, quatro, cinco pessoas se relacionam e constituem vínculos e regras próprias.

social.

Em “A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero”, Rogério Diniz Junqueira (2018) investiga a origem do termo analisando documentos eclesiais e textos de autores religiosos e laicos. Junqueira (2018) ressalta que o conceito é frequentemente refutado por acadêmicos e ativistas, indicando que não é um termo reconhecido ou utilizado no campo acadêmico. “A perplexidade por parte de estudiosos/as e ativistas frente a tais formulações costuma se expressar na forma de uma recusa franca e contundente: ‘a ‘teoria/ideologia de gênero’ não existe” (JUNQUEIRA, p. 461, 2018). A ideia de uma “ideologia de gênero” está associada à uma agenda conservadora: “‘teoria/ideologia de gênero’ é apontada como uma forma de ‘doutrinação neototalitária’, de raiz marxista, ateia, mais opressiva e perigosa do que o marxismo, camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade” (JUNQUEIRA, p. 462, 2018). O autor destaca que o termo se opõe a ideias progressistas, associando-o a conceitos como marxismo e ateísmo. Trata-se, também, de uma invenção de matriz católica conservadora. “Longe de ser um conceito científico ou uma categoria produzida no âmbito de uma teoria rigorosa, o sintagma neológico ‘teoria/ideologia do gênero’ é uma invenção que aflora enquanto componente de uma (re)configuração retórica mais ampla, expressão de um sistema de crenças e de um sistema de representação de matriz católica conservadora e tradicionalista [...]” (JUNQUEIRA, p. 487, 2018). Além de não ter base científica e compõe a retórica conservadora e tradicionalista, especialmente dentro do contexto católico.

Entre os argumentos destacados pelo autor sobre a gênese do termo e suas implicações no debate contemporâneo, destacamos o cenário político-discursivo, em que o termo surge como uma ferramenta de retórica antigênero. “Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais [...]” (JUNQUEIRA, p. 451, 2018); para ele, o termo foi utilizado como parte de uma retórica reacionária contra os movimentos de gênero, principalmente por grupos conservadores e religiosos. “A elaboração, a emergência e a operacionalização do sintagma ‘teoria/ideologia de gênero’ e dessa retórica antigênero trazem à tona e mobilizam questões morais, sexuais e políticas [...]” (JUNQUEIRA, p. 487, 2018); o autor aborda, também, o impacto dessa invenção discursiva nos direitos e políticas relacionados ao gênero, e como ela foi usada para contestar e combater iniciativas de igualdade de gênero.

Entre os objetivos dessas ofensivas adquirem centralidade os de entravar o

reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos [...], de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários." (JUNQUEIRA, p. 451).

A “ideologia de gênero”, como conceito, é reverberada por meio de “pânicos morais” no contexto da rejeição da crítica feminista, da pauta de reconhecimento de outras vivências e dos direitos sexuais. O autor associa os pânicos morais à promoção do medo e à distorção das questões de gênero.

No pânico moral, as reações a comportamentos não convencionais não surgem necessariamente a partir de julgamentos realistas ou ponderados, e podem se dar frente a um perigo que pode ser real ou a uma ameaça a posições, interesses, ideologias, valores ou instituições. De toda sorte, em situação de pânico moral, a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos a escrutínio." (JUNQUEIRA, p. 461, 2018).

O pânico moral é, portanto, uma reação exagerada e frequentemente irracional a comportamentos ou ideias percebidos como ameaçadores ou não convencionais. Essa reação pode ser desencadeada tanto por perigos reais quanto imaginários. Como ferramenta, é acionado estrategicamente por um discurso reacionário frequentemente exagerando ou distorcendo os fatos para criar uma sensação de crise ou catástrofe. O pânico moral também contribui com os ataques coordenados a políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à educação, saúde e direitos humanos.

O ativismo religioso antigênero intensificou-se nos anos seguintes, realizando ataques às políticas públicas de educação e saúde, por meio, por exemplo, da disseminação de informações imprecisas e acusações infundadas (a gestores, docentes e ativistas), do questionamento dos indicadores sobre violações de direitos humanos de mulheres e LGBTI e da promoção de pânico moral (JUNQUEIRA, p. 478, 2018).

Esse fenômeno opera no contexto do debate sobre gênero e direitos sexuais e incide diretamente na questão das famílias. Bolsonaro e os setores a ele ligados já demonstravam, antes mesmo das eleições, a rejeição às pautas de gênero e da luta por reconhecimento das populações LGBTQIA+, e cooptaram o medo e a ignorância acerca desses debates transformando-as em “pânicos morais” baseados na ideia de que tais lutas desafiariam, nas palavras de Miguel (2021), as hierarquias sociais vigentes. A visibilidade de outras vivências e o questionamento do papel da mulher na sociedade ameaçariam a família, que nessa visão é compreendida como a configuração heteroafetiva patriarcal.

Ou, então, como dizem há anos agitadores públicos no Brasil, à ideia de que está em andamento a instauração de uma “ditadura gay”, cujo principal traço, logo fica evidente, é o repúdio a comportamentos homofóbicos. Esta agenda cristalizou, no debate público, o problema da chamada “ideologia de gênero”. Trata-se de uma banalização e desvirtuação da discussão teórica sobre “gênero”, termo que ganhou curso a partir dos anos 1970 para indicar a diferença entre, por um lado, o dimorfismo biológico da espécie humana e, por outro, os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens (MIGUEL, 2021, p. 03).

Os ataques que esses setores dispensam ao debate teórico, tendo em vista que o avanço da contestação das formas patriarcais de vida em sociedade ganham cada vez mais argumentos fundados em investigações científicas, e ao prático, com a ampliação e visibilidade de movimentos sociais que questionam a ordem vigente, comprovam a relevância e a pertinência da agenda LGBTQIA+ e feminista, assim como reiteram que a “ideologia de gênero” seria, em resumo, a própria consideração, pelo pensamento conservador ocidental, dos “estereótipos que associam automaticamente cada sexo biológico a um conjunto determinado de comportamentos, sensibilidades e papéis sociais” (MIGUEL, 2021, p. 03). A naturalização social dos modos de vida heterossexuais é que seria, de fato, uma ideologia e não os esforços teóricos e políticos que consideram a desnaturalização dos papéis sociais de gênero.

Essa ofensiva contra a desestabilização da norma ganhou forma, por exemplo, quando Judith Butler, proeminente teórica feminista e *queer*, visitou o Brasil para proferir uma palestra³⁵. Na ocasião, militantes contrários ao pensamento da autora protestaram em sua chegada no aeroporto e em frente ao local do evento (MISKOLCI, 2018). Para o grupo que protestava, Butler – que possui um histórico de ativismo em defesa dos direitos humanos e uma extensa obra sobre gênero e sexualidade - encarnou um espectro, que assombrou conservadores, sendo perseguida e tendo, inclusive, um boneco com seu nome queimado em praça pública sob o argumento central de representar perigo às famílias, com especial atenção às crianças (MISKOLCI, 2018). Os ataques representam, em formato de ação, o enquadramento dado ao debate por esses setores na arena pública de discussão: medo e perseguição.

Miskolci (2018) considera o episódio a comprovação do sucesso das gramáticas que circundam o debate de gênero e sexualidades, assim como o avanço dessas pautas, tomadas aqui como progressistas. Essa ofensiva não é algo novo, como apontaremos adiante, nem uma pauta circunscrita ao ambiente religioso, embora tenha ganhado notoriedade a partir desses

³⁵ A filósofa norte-americana esteve no Brasil, em 2017, para participar do seminário “Os fins da democracia”, Organizado pelo Sesc-SP. O foco de sua participação não era seus estudos sobre gênero e sexualidades e sim suas incursões para compreender as crises democráticas contemporâneas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1933437-manifestantes-pro-e-contra-judith-butler-protestam-no-sesc-pompeia.shtml>. Acesso em: 27 set 2021.

setores. Apesar de não estarmos centralmente interessados na gênese desse “fantasma”, consideramos importante ilustrar fatos históricos que deram origem e permitiram a propagação da “ideologia de gênero” nos moldes pelo qual ela aterrissa em solo brasileiro.

A campanha moral contra a “ideologia de gênero” “ganhou corpo a partir das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e sobre as mulheres, em Pequim, em 1995” (MIGUEL, 2021; MISKOLCI, 2018). As conferências foram realizadas com a assinatura da Organização das Nações Unidas (ONU) e apresentaram a igualdade de gênero como objetivo a ser atingido; desde então acordos internacionais passaram a apresentar o conceito de gênero (MIGUEL, 2021; MISKOLCI, 2018). “A Santa Sé percebeu-as como ofensivas à sua doutrina e indicadoras de uma tendência de subversão dos arranjos familiares tradicionais – arranjos que são entendidos como naturais, de origem divina e também indispensáveis para a reprodução da vida social (MIGUEL, 2021, p. 4). A igreja católica viu nesse novo momento uma forma de garantir a continuidade de sua autoridade diante de um rebanho cada vez mais independente, e passou a realizar oposição ferrenha à agenda acerca das sexualidades e da identidade de gênero. Ademais, começou a trabalhar para desmoralizar essas agendas em um campo em que ainda possui relevância e autoridade: a esfera moral. “A discussão fica enquadrada como uma oposição entre o discurso político de direitos, que é o dos movimentos feminista e LGBT, e discurso moral de 'valores', verbalizado pela Igreja e por seus aliados” (MIGUEL, 2021, p. 4).

Miskolci (2018) destaca a publicação do livro *Gender Agenda*, da militante pró-vida Dale O’Leary, em 1996, em que a autora acusa a ONU de utilizar gênero como categoria na elaboração de políticas públicas, como outro marco para a ampliação do fantasma da “Ideologia de Gênero”. Outro fato fundamental para entender essa dinâmica diz respeito às ações discursivas do então Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que posteriormente se tornaria o Papa Bento XVI, sobretudo no livro *La sal de la tierra* em que defendia gênero como uma contraposição à própria biologia e sua introdução no seio da sociedade poderia impor uma revolução contra a própria natureza. Trata-se de um ataque frontal às teorias feministas (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

A partir desse momento ganha força a ideia de ideologia, que busca suplantir por vias autoritárias, outras formas de pensar o gênero, desconfigurando, assim, todo caráter epistêmico e político das teorias feministas. “Foi em 1998 que o fantasma começou a se disseminar na Conferência Episcopal da Igreja Católica do Peru, cujo tema já verbalizava a noção que se disseminaria: “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (cf. Furlani, 2016)” (MISKOLCI, 2018, p. 04). Esses encontros e os documentos deles oriundos já apontavam uma

preocupação da Santa Sé com a consideração das vivências LGBTQIA+ em políticas públicas ao redor do mundo: casamento civil igualitário, expansão dos direitos de adoção e reprodução, combate às violências discriminatórias, estavam no radar da igreja que logo potencializaria seu contra-ataque. De acordo com Miskolci e Campana (2017), o “Documento de Aparecida” é um dos registros que confirmam a preocupação da igreja. Resultado da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007, o documento avalia o contexto da região, demonstrando que está em alerta em relação às demandas dos homossexuais por cidadania, assim como afirma a defesa irrestrita da família tradicional como âmbito prioritário da igreja contra as agendas mundanas.

A agenda comum da Igreja contra a “ideologia de gênero” que é delineada com o

“Documento de Aparecida” é resultado de outros registros oficiais como o Conselho Pontifício para a Família (“Família, matrimônio e uniões de fato”, 21 de novembro de 2000) e, posteriormente, na Congregação para a Doutrina da Fé, “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo” (maio de 2004). Em suma, com o documento de Aparecida, a batalha contra a “ideologia de gênero” era declarada em toda a América Latina (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Com o aval da igreja, e seu poderio de disseminação que não se limita à arquitetura de sua igreja, mas se expande para veículos de comunicação tradicionais, como rádio, televisão e publicações impressas, e para a internet, era esperado que outros setores, alinhados ao conservadorismo, se apropriassem da “ideologia de gênero” para diferentes fins. As organizações evangélicas, como diz Miskolci e Campana (2017), se uniram à “causa” e, por meio de uma forte influência política de suas lideranças – no Brasil, por exemplo, evangélicos compõem uma das mais poderosas bancadas, a da Bíblia – promovem uma verdadeira cruzada.

De acordo com os autores, uma análise sobre os embates acerca da “ideologia de gênero” deve compreender a articulação dos atores envolvidos a partir da ideia de campos discursivos de ação, em que diferentes setores passam a dialogar sobre temáticas específicas e a compartilhar os mesmos repertórios ainda que possuam diagnósticos diferentes (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). Por se tratar de grupos interessados em pautas específicas com diferentes fins, os autores pontuam que não poderiam se caracterizar como um movimento social e, assim, não estariam no espectro da sociedade civil organizada, por isso os denominam de empreendedores morais e elencam alguns representantes desse secto: religiosos católicos, neopentecostais, pessoas engajadas em virtude dos aspectos morais e lideranças políticas.

Para Miskolci (2018), o reconhecimento das uniões homoafetivas na Argentina e no Brasil, em 2010 e 2011 respectivamente, foram o ponto nevrálgico do debate sobre a “ideologia

de gênero”. No Brasil, tratava-se do reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo ocorrido por meio do Supremo Tribunal Federal. Ainda em 2011, o autor rememora o episódio em que o então deputado federal Jair Bolsonaro atuou para evitar que fosse distribuído o material didático de combate à homofobia nas escolas, intitulado pejorativamente pelos detratores de kit-gay. “O deputado logo contou com apoio da chamada bancada evangélica e, de forma menos visível, mas até mais numerosa, de congressistas católicos e conservadores agnósticos” (MISKOLCI, 2018, p. 05). A narrativa criada pelo grupo seduziu os incautos em virtude de uma suposta ameaça às crianças, atraindo inclusive a imprensa, que mobilizou a opinião pública e, aliado à pressão das bancadas conservadoras, fez com que a então presidente Dilma Rousseff vetasse o projeto.

A cruzada ideológica dos empreendedores morais teve repercussões diretas no poder legislativo quando em 2013 o Conselho Nacional de Justiça autorizou o casamento civil igualitário. O mesmo ano em que o governo Dilma Rousseff e sua base de apoio na Câmara Federal cederam às pressões e permitiram a nomeação do deputado pastor Marcos Feliciano ao cargo de presidente da Comissão de Direitos Humanos (MISKOLCI, 2018). Nesse interim, foi apresentado o Estatuto da Família, que ignorava outras vivências afetivo-sexuais diferentes das heterossexuais. Já em 2014, durante o debate do Plano Nacional de Educação, ganhou notoriedade o movimento Escola Sem Partido, associação conservadora com considerável aproximação da agenda neoliberal e do Instituto Millenium que atacava o que intitulava de “doutrinação marxista” nas escolas. No ano seguinte, em 2015, foi a vez de estados e municípios debaterem seus planos de educação, o que permitiu que o espectro da ideologia de gênero se alastrasse pelo país com a participação do movimento Escola Sem Partido agitando os debates e impondo sua agenda.

Empreendedores morais formados por grupos de interesses diversos uniram-se para reagir ao avanço dos direitos sexuais, em especial para barrar a luta contra a homofobia no ambiente escolar e o reconhecimento da diversidade de gênero. Sua aliança, que tem características circunstanciais, prováveis divergências internas e até objetivos que vão muito além de combater o que chamam de “ideologia de gênero”, indubitavelmente pôs em ação uma cruzada moral que se assenta em um mesmo campo discursivo de ação (MISKOLCI, 2018, p. 06).

Os termos que definem essa cruzada moral são a recusa às mudanças nas relações sociais, sobretudo àquelas que contestam o poder do homem, compreendido como o cidadão branco, heterossexual e classe média, e por isso se utilizam da narrativa de “defesa da família”. Esse arranjo familiar compreendido como a união entre um homem e uma mulher, ou seja, heterossexual, com o homem sendo o detentor do poder sobre os demais.

Segundo Miguel (2021, p. 04), “o espantinho da ‘ideologia de gênero’ tornou-se, no Brasil, o ingrediente principal do ‘marxismo cultural’, outra importação do radicalismo de direita anglófono”. Apoiado em Mirrles (2019), Miguel (2021) define marxismo cultural como um dispositivo político nascido no interior da chamada *Alt-Right* (a nova extrema direita norte-americana). Trata-se de um discurso de ódio baseado na ideia de nação patriarcal, branca e cristã como uma ofensiva à luta crescente por justiça social e transformações mais profundas no capitalismo em sua face denominada neoliberalismo progressista e sua agenda pretensamente respeitosa em relação às diferenças, mas altamente destrutiva para o coletivismo (FRASER, 2017). “Assim, para a nova direita que divulga o medo do ‘marxismo cultural’, os movimentos feminista, negro e LGBT seriam parceiros ou instrumentos na estratégia de subversão da ordem vigente levada a cabo pelo comunismo mundial” (MIGUEL, 2021, p. 05). O Marxismo cultura, como visto no capítulo 1, teria sido difundido por obras de seguidores de Karl Marx, com especial atenção à Antonio Gramsci.

Para Miguel (2021), o Brasil teve uma curiosa convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo, destacando os estudos de Melinda Cooper (2017) que atesta o apoio conservador às políticas do *welfare states* até o momento em que fortaleciam a família tradicional. “Quando essa vinculação deixou de ser automática, graças à pressão dos movimentos feminista e LGBT, eles se aliaram aos neoliberais, que já criticavam essas políticas por supostamente promoverem a irresponsabilidade dos beneficiários” (MIGUEL, 2021, p. 05). Ainda que no Brasil tenha ocorrido algo similar, uma questão específica do contexto político local engrossou o caldo. O Partido dos Trabalhadores possuía uma relação histórica com movimentos sociais progressistas, o que reverberou na estrutura de governo e no delineamento, ainda que sutil, dos modos de governar petista. Coincidência ou não, foi no período do PT no poder que as agendas desses movimentos ganharam visibilidade e, conseqüentemente, fez emergir alianças entre os setores de direita e conservadores para combatê-las (MIGUEL, 2021).

4.4 A crítica *queer* à luta pela incorporação LGBTQIA+ à configuração heteronormativa de família

Em texto publicado em 2015, na revista CULT, Berenice Bento, renomada investigadora brasileira das dissidências sexuais e de gênero, nos interpela com a seguinte reflexão sobre a disputa de sentidos em torno da categoria social “famílias”:

Essa multiplicidade de acordos e arranjos de conjugalidades e parentalidade que

disputa espaços legítimos de existência está à nossa volta. Exigir legitimidade passa, porém, por exigir reconhecimento do Estado? A vida vivida não está para além do Estado? Que lugar é este, o Estado, que passou a ser a Meca de nossos sonhos e desejos? Ao mesmo tempo, devemos nos perguntar como fazer este duplo movimento: ampliar os sentidos de família e, ao mesmo tempo, não abandonar a crítica a uma instituição que, hegemonicamente, funda-se na violência para se reproduzir (BENTO, 2012, p. 1).

Bento nos convida a repensar nosso lugar enquanto sujeitos LGBTQIA+ na perspectiva de luta política tradicionalmente exercida pelos movimentos brasileiros – que parte de uma política fincada nas identidades e muito criticada pelas fortes características assimilacionistas com pouco espaço para pautar a subversão da norma e a contestação da necrobiopolítica de Estado. Embora tenhamos acordo com as reflexões de Bento (2015), alguns pontos precisam ser considerados: a autora convoca a conjugalidade e a parentalidade para reforçar a ideia da união entre sujeitos que configuram famílias, contudo, casamento civil e constituição de descendência são apenas elementos dentro de um conjunto que estrutura as diferentes configurações familiares que podem ou não ser legitimada pelo Estado; uma outra questão é pensar sobre as garantias de cidadania, se não ao Estado, a quem cabe o reconhecimento formal e institucional de uma formação familiar no interior da racionalidade neoliberal? Acreditamos que perpassa pela política institucional a consideração de vidas vivíveis, nos termos de Butler (2001), não só, reafirmamos, mas também; a família tal qual foi constituída como produto social é cultural e historicamente demarcada (RUBIN, 2003) e por isso precisamos refletir sobre as possibilidades de reconhecimento de outras formas de constituir famílias a partir de uma luta política que, por que não, busca se opor e contrapor ao atual status de família cristalizado no ocidente. Uma família homoafetiva, ainda que reconhecida pelo Estado, será tida como uma família similar à heterossexual pela moral tradicional? Por mais alinhadas que as pautas de grupos LGBTQIA+ possam estar alinhadas ao neoliberalismo progressista, por exemplo, como vimos anteriormente em Brown (2019), o conservadorismo tradicional não vislumbra qualquer abertura para sua incorporação ao *status quo*. Essas são questões que impõem um desafio epistêmico.

Críticos ao modelo político adotado por parte significativa do movimento LGBTQIA+ brasileiros destacam a permanência de uma essência naturalista/essencialista nos termos das ações coletivas, que visa a afirmação das identidades por meio do essencialismo estratégico. Ocorre que o identitarismo, nos moldes em que tem se configurado, busca a assimilação à norma - “somos diferentes, porém iguais” – o que permite pouco espaço para a contestação da heterossexualidade compulsória e da própria heteronormatividade, o que permite que outras possibilidades afetivo-sexuais, assim como de identidades de gênero, sigam sendo enquadradas

como desviantes (LOURO, 2001).

Entre os estudos que criticam esse modelo encontra-se a teoria *Queer*, uma perspectiva radical acerca das sexualidades e gêneros. Nasce nos EUA e suas ressonâncias chegam até a América Latina onde encontra outras políticas disruptivas que buscam contestar a hegemonia fundada em dispositivos médico-legais que patologizam determinadas vivências em virtude de suas diferenças. A teoria *Queer* é um guarda-chuva para um conjunto amplo e de certa forma ainda dispersos de abordagens políticas e acadêmicas sobre a heterossexualidade como um dispositivo biopolítico mantém desigualdades para reafirmar a norma. (MISKOLCI, 2014).

A principal crítica dos teóricos e ativistas *queers* é o projeto assimilacionista – de querer ser inserido como igual nos diversos âmbitos da cidadania e da vida social. *Queer* mobiliza o incômodo, não busca tolerância, integração, mas a transgressão, a ruptura com padrões. Porém, ainda que haja a crítica, Leandro Colling (2011) explica que não há uma batalha entre diferentes distinções políticas, e que nem Judith Butler, principal expoente queer desconsidera a importância de recorrer ao essencialismo estratégico identitário, porém, é preciso estar cientes de seus riscos e consequências.

Trata-se, de acordo com o autor, de questionar, em espaços pertinentes, a instrumentalização de estratégias e relações de poder subjacentes à base discursiva que sustenta o sistema vigente. A teoria queer aponta os limites da política identitária (COLLING, 2011). O autor chama atenção para o aspecto salutar das discordâncias internas aos movimentos e também explica a diferença entre criticar certos aspectos do identitarismo e a recusa em reconhecer a importância desses movimentos e até mesmo serem apontados como inimigos em uma disputa que só enfraquece. O queer é um apelo unificador que interpela as experiências das diferenças, das violências e violações sofridas por pessoas LGBTQIA+ e transformá-la na força motriz de suas lutas (MISKOLCI, 2011).

Uzziel (2009) expõe interessante argumento em diálogo com as críticas acerca da luta pelo reconhecimento da configuração familiar homoafetiva na partir da perspectiva da conjugalidade e do direito. Segundo ela,

se parte do movimento acredita que pode construir outros padrões que não estejam necessariamente pautados naqueles mais comuns de organização da sociedade, podemos entender também como grande mudança a possibilidade de incorporação ao casamento de um grupo que “por si” negava sua existência (UZZIEL, 2009, p. 108).

Quando se refere ao grupo que negava o casamento pois o entendia como dispositivo de controle Uzziel (2009) se refere aos movimentos homossexuais da década de 1970, auge da

revolução sexual. Se antes se negavam ao controle do Estado, hoje buscam no Estado o reconhecimento de suas afetividades. Nesse bojo, Colling (2011) reconhece os avanços oriundos da luta política dos movimentos LGBTQIA+ brasileiros, mas também avalia que ainda há muito para alcançar. O alerta do autor é para a centralidade dessas conquistas, que se dão no âmbito das “opressões institucionais”. No texto que abre a coletânea “Stonewall 40 + o que no Brasil?”, Colling (2011, p. 10) destaca questões que precisam ser feitas pelos movimentos políticos e todas os dissidentes sexuais e de gênero: “por que elegemos esses projetos e não outros? Por que temos essas pautas e não outras? Por que determinados projetos nos unem mais, nos emocionam e nos mobilizam mais do que outros? Por que nos concentramos tanto nos marcos legais (...) e quais os riscos e limites dessas apostas?”.

A crítica de Colling (2011), que traduz os incômodos de diferentes autores, sejam queers ou não, pode ser entendida, também, com a ausência de uma agenda de combate ao que o autor define como “opressões culturais” e a exacerbada esperança na transformação via ordenamento jurídico. Ora, o autor escreve no ano de 2011, mas podemos pensar a partir do tempo em que este trabalho é redigido: o STF equiparou a LGBTIfobia ao crime de racismo, uma grande conquista que na prática criminaliza a discriminação à essa parcela da população, contudo não representa o fim da LGBTIfobia. As vitórias judiciais e o foco na conquista por este meio pode ocasionar uma expectativa que não contempla todos os sujeitos e sujeitas no guarda-chuva da sigla, tendo em vista que o próprio acesso à justiça é conformada por um debate de classe. Além disso, trata-se de um debate moral, tendo em virtude que podemos estar vislumbrando o alvorecer de uma nova normatividade em que sujeitos LGBTQIA+ em conformidade com as novas legislações se tornam em respeitáveis e comportamentos à margem disso seguem como desviantes (COLLING, 2011).

O autor nos convoca a pensar em

estratégias e discursos que, paralelamente às políticas identitárias, subvertam e questionem de forma permanente as normas hegemônicas presentes em nossa sociedade. Para que nossas pautas não colaborem para construir normas do que é ser um gay, lésbica, bissexual ou trans aceitas apenas se estiverem seguindo os padrões já postos. Padrões esses, é sempre necessário lembrar, que foram e continuam sendo os causadores da falta de respeito à diversidade sexual. Precisamos ter clareza de que não podemos cair no erro de usar, com a melhor das intenções libertadoras, exatamente os mecanismos que nos oprimiram e que continuam nos oprimindo (COLLING, 2011, p. 12).

Ao longo dos anos tem ecoado em diferentes espaços da militância LGTQIA+ um incomodo discurso que denota a ideia de que o gay é normal, paga seus impostos, e deve estar protegido nos mesmos termos que os heterossexuais pois são iguais, inclusive no que diz

respeito à formação de família, filhos e um relacionamento monogâmico, subtendido como o formato mais respeitoso (COLLING, 2011). O que o queer questiona não é a possibilidade de realização a partir desses instrumentos legais, mas o que nos leva a desejar essa forma de viver; por que a vida heterossexual é o nosso norte; estaríamos sucumbindo à instrumentalização da moralidade tradicional para nos afastar do pânico social oriundo da crise da pandemia de HIV/Aids que cristalizou no imaginário social a promiscuidade como uma característica da homossexualidade? Leandro (COLLING, 2011) nos interpela a não aceitar os termos do debate público que não considerem uma mudança estrutural na consideração das diferenças e na desestabilização do *establishment*.

5 COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E RECONHECIMENTO: TROCA PÚBLICA DE RAZÕES EM AMBIENTES DE VISIBILIDADE AMPLIADA

A inserção da temática “família” como assunto de interesse público nos conduz a uma investigação que mobiliza os fundamentos e pressupostos do campo comunicacional, o que nos leva a investir na busca pela compreensão da capacidade de reverberação dos argumentos que circulam no debate público acerca dos sentidos sobre família. Por isso, defendemos que as noções de “família” e suas disputas são elementos centrais no jogo político contemporâneo e que se colocam como uma agenda importante no campo da Comunicação.

Temas como comunicação, esfera pública, democracia, luta por reconhecimento e movimentos sociais são fundamentais para compreender as complexidades políticas, sociais e culturais inerentes a qualquer sociedade. Em linhas gerais, a “esfera pública” refere-se ao espaço onde os indivíduos podem discutir e identificar problemas sociais, influenciar a opinião pública e exercer sua cidadania democrática. A democracia, por sua vez, é uma forma de governança onde o poder está nas mãos do povo, que é livre para expressar suas opiniões, criticar o governo e participar na formação da política. Os movimentos sociais são ações coletivas por parte de grupos de indivíduos, geralmente com o objetivo de provocar, impedir ou alterar mudanças sociais.

A família, como uma categoria social, tem sido uma fonte de tensão e debate na arena pública de discussão, com forte apelo da política institucional brasileira. Os movimentos conservadores têm frequentemente mobilizado a ideia da família em defesa de valores tradicionais e de uma visão biológica e heteronormativa de família. Em momentos de tensão política e social recentes no Brasil, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, e os subsequentes debates sobre direitos LGBTQIA+, aborto e educação sexual, a família tem sido uma categoria mobilizada por movimentos conservadores. Para esses grupos, a família é vista como um bastião da moralidade e dos valores tradicionais que estão sob ameaça por forças progressistas. Essa utilização da família e do tradicionalismo por parte dos movimentos conservadores tem consequências significativas para a democracia brasileira. Uma delas é a polarização do debate público, onde a complexidade e a diversidade das famílias contemporâneas são frequentemente ofuscadas por uma visão binária e moralista. Essa polarização pode resultar na marginalização de grupos vulneráveis, como a comunidade LGBTQIA+, mulheres e minorias étnicas, cujas visões de família podem divergir do ideal conservador.

Outra consequência é o potencial para a erosão do espaço democrático. Quando a defesa de uma visão tradicionalista de família é utilizada para justificar políticas que limitam direitos ou silenciam vozes dissidentes, a própria essência da democracia está em risco. Portanto, é crucial para a saúde da democracia brasileira que a esfera pública continue a ser um local para discussão aberta e respeitosa, incluindo o reconhecimento e a valorização da diversidade das famílias. A promoção de um diálogo inclusivo e a resistência à marginalização são vitais para a resistência da democracia no Brasil.

Nesse capítulo abordaremos a problemática em torno dos sentidos sobre a família iluminados pela perspectiva da Comunicação, sobretudo a relevante contribuição da segunda e terceira geração da Teoria Crítica que dá novo fôlego para as discussões pertinentes à interlocução entre cidadania, política, esfera pública e luta por reconhecimento. Destacaremos, também, a relevância dos conceitos do debate público, movimentos sociais, sistema dos media e democracia. Entendemos ser necessário, também, delinear nossa compreensão de que esse debate se processa por meio de diferentes arenas de discussão que conformam o sistema deliberativo. Para isso, vamos destacar conceitualmente as dimensões que serão investigadas a partir de seus contextos comunicativos, articulando-as às noções de âmbitos comunicacionais.

5.1 Articulação de sentidos sobre família como um problema comunicacional

O modelo praxiológico de comunicação (QUÉRÉ, 2018), ou a comunicação em uma perspectiva relacional, se expressa, segundo França (2016, p. 158), em “um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela”. É constituído pela reflexividade inerente, nas palavras de França (2006), às trocas sociais. A comunicação é, portanto, compreendida como “prática constituidora da vida social” por meio de um complexo esquema de construção social da realidade que necessita da ação comunicativa para diminuir o abismo entre o sujeito e as coisas e entre sujeitos (FRANÇA, 2006). A natureza da comunicação, para o modelo praxiológico, está inserida na experiência humana - na ação e na intervenção - por meio da qual os sujeitos constroem os próprios mundos, a si mesmos e aos outros; o papel da comunicação é o de constituidora, organizadora do mundo compartilhado; no que diz respeito aos sujeitos, são construídos na relação com o outro – sujeitos dialógicos – e não falam apenas para o outro, mas com o outro, em um processo intersubjetivo de constituição.

Evidenciamos as reflexões de França acerca do modelo praxiológico para destacar a natureza da investigação aqui realizada, que compreende os sujeitos como agentes ativos no processo comunicativo e que encontram nas esferas de visibilidade ampliada, nos espaços de trocas argumentativas e nos *media* elementos (re)constituidores de sentidos. No rastro de Maia *et al.* (2017), nosso estudo parte da premissa de que distintos espaços de visibilidade ampliada, como sites de movimentos de luta por reconhecimento, e os próprios *media*, desempenham papel fundamental na “constituição e reconstituição do ‘espaço de razões’ na sociedade” (p, 57). E aqui estaremos preocupados especificamente com as discursividades evidenciadas em ambientes digitais da World Wide Web (WWW) da rede mundial de computadores (internet).

Entendemos que as discursividades disponibilizadas digitalmente na internet estão, de um modo geral, destituídas de fronteiras, tendo em vista que a rede permite a interação entre indivíduos em diferentes contextos geográficos, estabelecendo um interessante espaço argumentativo digital, cujo direito à palavra é, ou pelo menos em sua premissa deveria ser, livre. Os equipamentos eletrônicos de interação via internet, nessa perspectiva, seriam um meio de comunicação diferenciado em termos políticos, pois ampliam o poder de voz dos sujeitos em debates outrora inalcançáveis (MARQUES, 2006).

Considerando que “o método não é dado a priori, mas se constrói em função (e a serviço) do problema de pesquisa” (FRANÇA, 2016, p. 154), ao longo da elaboração desta tese estabelecemos uma relação de observação e revisão sistemática da nossa prática de investigação. Esse exercício permite construir um percurso metodológico que possa: (a) abarcar a complexidade do problema e apontar direcionamentos em função dos objetivos geral e específicos; (b) possibilitar a tomada das melhores decisões para os métodos de coletas dos dados; (c) apontar as mais eficientes estratégias de seleção, organização, tratamento e sistematização dos dados; assim como (d) garantir transparência e confiabilidade aos procedimentos analíticos que vão gerar os resultados.

Para refletirmos sobre questões referentes às famílias, especificamente sobre as noções e sentidos que pautam o debate político contemporâneo, entendemos ser necessário, a partir de uma visada comunicativa, estabelecer um diálogo com diferentes dimensões comunicacionais - em materialidades discursivas amplamente disponíveis - e observar o que emerge delas para, assim, identificar quais sentidos são inseridos na agenda de debate público e suas circularidades. Pautados pela identificação de eixos fundamentais para a análise do debate contemporâneo sobre família, observaremos duas dimensões comunicativas: (1) dimensão da luta política discursiva - organizações e ativistas; (2) dimensão da visibilidade midiática - portais de notícias da imprensa de qualidade.

A inserção da temática “família” como assunto de interesse público, tendo em vista a centralidade da temática nos debates políticos hodiernos - sobretudo no contexto de polarização política a partir de 2016 (MIGUEL, 2018; SOLANO, 2019; ALMEIDA, 2018) -, nos conduz a uma investigação desenhada à luz do campo comunicacional, tendo em vista os esforços investidos na busca pela compreensão dos argumentos que circulam no debate público acerca dos sentidos sobre família. Defendemos, a partir de tudo que já foi dito nas discussões teóricas anteriores, que as noções de “família” e as disputas em torno dela são elementos centrais no jogo político contemporâneo, e na (re)construção do social, que se colocam como uma agenda importante no campo da Comunicação.

Compreendemos, conforme discutido no capítulo 3, a família, ou as famílias, como configurações de conjugalidade, parentalidade, ou outro arranjo, afetivos ou não, com vínculos jurídicos ou não, que reúnem pessoas, em geral sob a mesma morada, que compartilham entre si interesses, sejam eles emocionais ou econômicos. Como fruto de um tempo e espaço localizados, entendemos que os sentidos de família são construídos a partir das relações estabelecidas entre sujeitos e a partir de perspectivas sociais, culturais, históricas e geográficas específicas. As noções de família mudam, inclusive, dentro de uma mesma sociedade, exemplo: uma família branca, classe média, heterossexual com poucos membros compreende a si, como entidade, diferente da forma como uma família de pessoas negras, que habitam a periferia, em que dividem o mesmo teto pai, mãe, filhos, genros, noras e netos. Embora cada uma tenha a noção de como a “sua” família é, todos os dias são bombardeados com ideias, sentidos ou noções de como suas famílias deveriam ser, seja no comercial da margarina, no relato jornalístico ou até mesmo no entretenimento. Desta forma, acreditamos que há um duplo movimento de produção de sentidos: a família que eu pertencço, em que me reconheço como sujeito, e a família que se presume ser a entidade universalizada, essencializada, que, no Brasil, sem receio de cair em falsas polêmicas, é a família nuclear, heterossexual, monogâmica e com filhos. Portanto, partimos da premissa de que as noções de família que circulam no debate público são construídas a partir dos sentidos que a ela são atribuídos em diferentes contextos, ou dimensões, logo um problema que pode ser analisado a partir do campo comunicacional.

A Comunicação, como campo epistemológico, tem buscado compreender diferentes fenômenos a partir de distintas perspectivas teóricas. Para elucidar como realizamos nossa trajetória de pesquisa e destacar a Comunicação como forma de ver e compreender nosso objeto, faremos uma breve incursão nas reflexões do campo que nos motivam a desenvolver esse trabalho.

Como nos ensina Martino (2015), ao tentar prescrever as origens etimológicas e acepções primeiras para os vocábulos que originaram o que hoje entendemos como comunicação, o termo em sua “acepção mais fundamental (...) refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências” (MARTINO, 2015, p. 14-15). O autor explica, utilizando o exemplo da página de um livro, que a mensagem nela constante, a informação, não constitui comunicação se não operar na ordem do simbólico, ou seja, se o leitor situado em frente à página não souber codificar o texto escrito; a tinta e o papel são definidos apenas como suporte. Para que se torne comunicação é preciso reunir a atividade do leitor com o produto, o texto, elaborado pelo autor; nessa interação, ou relação, temos a comunicação (MARTINO, 2015, p. 16).

Comunicação é um termo polissêmico, tanto do ponto de vista epistêmico - da construção do campo comunicacional - quanto das diferentes conceituações etimológicas. Interessa-nos, nesta tese, a perspectiva relacional da Comunicação, que compete ao domínio do humano, ou pelo menos o domínio configurado a partir do humano. A comunicação assume, desse modo, a forma simbólica elaborada a partir de repertórios estabelecidos por meio da cultura. A noção de humano, ou como o autor define “o homem”, é tomada a partir da relação: o homem é um ser simbólico, tendo em vista que se apreende/compreende na relação com os outros. No domínio do humano, comunicar “tem o sentido de tornar similar e simultâneas as afecções presentes em duas ou mais consciências’. Comunicar é simular a consciência de outrem, tornar comum (participar) um mesmo objeto mental (sensação, pensamento, desejo, afeto)” (MARTINO, 2015, p. 23).

Em um mundo interconectado, em que a Comunicação parece aos olhos mais desatentos algo novo e delimitado ao domínio da internet, por exemplo, França (2015) nos alerta:

é óbvio que os homens sempre se comunicaram, que os primeiros agrupamentos humanos, aquilo que podemos intuir como embrião da vida social, apenas se constituíram sobre a base das trocas simbólicas, da expressividade dos homens. É óbvio que a comunicação - processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas - existiu desde sempre na história dos homens, e não foi inventada pela imprensa, pela TV, pela internet. A modernização não descobriu a comunicação - apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização (FRANÇA, 2015, p. 41).

A autora nos convoca a compreender a comunicação, assim como Martino (2015), a partir das relações, das trocas simbólicas. Resgatamos as reflexões dos autores em obra canônica dos estudos acerca das teorias da comunicação no Brasil, seus conceitos, escolas e tendências, pois nos interessa articular a compreensão de comunicação que adotamos aqui e a

sua relação com as dimensões comunicacionais que serão analisadas, a partir de seus suportes materiais. Portanto, é fundamental apontarmos como o delineamento, ou pelo menos as abordagens, do campo comunicacional defendido pelos autores compreende as noções de objeto da comunicação.

De acordo com França (2015), “o objeto da comunicação não são os objetos ‘comunicativos’ do mundo, mas uma forma de identificá-los, de falar deles - ou de construí-los conceitualmente” (FRANÇA, 2015, p. 42). A autora é categórica ao afirmar que os objetos da comunicação são aqueles em que o conceito de comunicação constrói, delineia, aponta. O que França (2015) nos diz é que para construir um objeto de conhecimento é necessário a construção primária de uma reflexão sobre um problema que advém do que a autora chama de “estoque cognitivo”. Para saber mais sobre um tema você precisa identificar que sabe pouco, mas ter alguma compreensão da existência dele. “Nós conhecemos alguma coisa que é preciso identificar, delimitar. A questão do objeto é, assim, o ponto de partida” (FRANÇA, 2015, p. 42). O conhecer é tomado pela autora como uma atividade essencialmente humana, que está além do “dar-se conta de”, mas que mobiliza uma série de interpretações e apreensões sobre o mundo ao seu redor.

Conhecer supõe a presença de sujeitos; supõe um objeto ou problema que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho cria-se uma representação do conhecido - que já não é mais o objeto inicial, mas uma construção do sujeito (resultado da relação que se estabelece entre sujeitos e o objeto). O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão - que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros (FRANÇA, 2015, p. 43).

O resultado desse processo é a apreensão das percepções humanas acerca da sua realidade. A comunicação, em sua percepção básica da vida, é apreendida ainda na infância e compõe o modo de interpretação do mundo a partir de diferentes matizes ao longo da vida: aprendizado da linguagem e dos códigos, percepções sobre a cultura, exposição aos meios de comunicação, entre outras formas (FRANÇA, 2015). Ao dedicar-se a falar de, ou sobre, a partir das apreensões oriundas dos processos comunicativos, França (2015) afirma que estamos nos referindo ao conhecimento espontâneo, vivo e até intuitivo, o que possui certa riqueza advinda da experiência, porém não configura conhecimento científico, sobretudo pela ausência de critérios de organização e análise, base do fazer científico. As formas intuitivas, ou o senso comum, constroem o conhecimento a partir da experiência, das situações vivenciadas, já a ciência está preocupada com a sistematização dos dados empíricos e das reflexões oriundas das lentes teóricas para compreensão da realidade (FRANÇA, 2015). Contudo, França destaca que

a busca pelo conhecimento objetivo não pode perder de vista o caráter social e histórico da ciência e que, também, está suscetível a erros em virtude das condições e influências. Ainda assim, o conhecimento científico, se configura no instrumento mais profícuo de compreensão da realidade, na medida em que, na estruturação de sua tessitura, permanece em autocrítica e em contínua revisão sistemática de seus métodos e da avaliação dos resultados.

Dito isso, posicionamos a abordagem metodológica tomada neste trabalho, nos termos de França (2016), como produto de distintas decisões que inclui observar a área do conhecimento em que está inserida a problemática, a apreensão da abordagem que se pretende dar ao objeto e o delineamento da questão que se busca responder. Aqui, estamos preocupados com processos comunicacionais e com as circularidades de sentidos, o que nos aproxima, como já dito no capítulo 3, do paradigma praxiológico de comunicação.

Embora a natureza do objeto da comunicação ainda gere fartas discussões entre pesquisadores da área, França (2016) nos apresenta uma proposta que dialoga com os objetivos de nossa pesquisa. Para a autora:

A comunicação tem uma dimensão sensível, é um fenômeno concreto, presente em nossa realidade. As imagens televisivas, as mensagens baixadas na internet, a escritura nas páginas de um jornal, a propaganda política de um partido existe enquanto materialidade, estão inscritos fisicamente em nosso mundo. A comunicação compreende objetos, ações, indivíduos – trata-se de prática, de uma ação humana. E quando falamos de um telejornal que assistimos, de um blog que estamos escrevendo, de um programa que baixamos em nosso celular, estamos nos referindo a essa dimensão empírica, a essa “corporeidade” da comunicação. (FRANÇA, 2016, p. 155).

O excerto acima reforça os argumentos anteriores: um objeto empírico, ou um processo social, em si não é comunicacional, no sentido de compor a delimitação de um corpus pertencente a um campo específico, mas assim passa a ser a partir do olhar que damos a ele, quando identificamos uma dimensão comunicativa neles. Se observarmos os exemplos dados pela autora podemos apontar que se trata de empirias mobilizadas por outras áreas das ciências sociais. “O desenvolvimento de estudos comunicacionais, ou o estabelecimento da comunicação enquanto objeto de estudo, assim, é resultado da formulação de uma indagação particular na investigação dos fenômenos sociais” (FRANÇA, 2016, p. 156).

A autora entende como objeto de observação das ciências a própria concepção que os investigadores da área desenvolvem sobre o recorte da realidade a ser analisado. Nesta perspectiva, o objeto da comunicação é uma forma de conceber a comunicação, a partir de conceitos e teorias do campo, por meio dos quais podemos apreender, olhando para a empiria, aquilo que entendemos como comunicação (FRANÇA, 2016). “É necessário, portanto, para

desenvolver uma pesquisa em comunicação, uma discussão e uma tomada de posição sobre o que estamos entendendo como comunicação” (FRANÇA, 2016, p. 157). É a partir de determinada ideia de comunicação que passamos a sistematizar e organizar a forma como olhamos para o nosso objeto de estudo, assim como definir as questões que formularemos sobre ele. É essa concepção de comunicação que orienta o processo de conhecimento e, desta forma, teremos um estudo comunicacional (FRANÇA, 2016). Portanto, a forma como compreendemos a comunicação é a chave para definir como identificar e analisar o objeto.

Com o conceito de comunicação definindo as estratégias da pesquisa, ele ganha a natureza de modelo, ou paradigma, conforme nos ensina França (2016, p. 157-158): “Estou tomando paradigma aqui no seu sentido mais amplo – como estruturas de pensamento que comandam nossa apreensão do mundo. No caso da pesquisa científica, o paradigma dirige nosso olhar e orienta nossas indagações e o próprio processo de conhecimento”. Como dito, nesta tese partilhamos do paradigma relacional, ou praxiológico:

Nesta concepção, a comunicação não é reduzida a uma dinâmica de transmissão, mas é entendida como interação – ação reciprocamente referenciada, estabelecida pela mediação do simbólico, da linguagem, conforme bem apresentado por George H. Mead (2006). Esta formulação está fundada em pressupostos decisivos, apresentados a seguir, que vão lhe conferir densidade analítica e permitem ampliar o leque de indagações na análise das práticas comunicativas (FRANÇA, 2016, p. 158)

Comunicação é, portanto, ação. É vivenciada no campo da experiência e pressupõe interação, ainda que não seja uma interação imediata, sendo mediada pela linguagem. Foram os pressupostos da análise de empirias em uma visada no interior do paradigma relacional que nortearam este trabalho, a saber: a) a comunicação é uma prática, uma ação – é práxis humana; b) a comunicação produz experiência; c) a comunicação é uma ação com o outro, uma interação, marcada pela reflexividade; d) a linguagem é o meio, a mediação, através do qual a interação se faz possível. Os quatro pressupostos elaborados por França (2016) contribuem com a construção do problema, definição do objeto e delineamento da lente que se quer utilizar para analisar os fenômenos.

A abordagem que adotamos para análise dos nossos objetos é a pragmatista, corrente teórica que compreende a construção do conhecimento científico a partir do seguinte pressuposto: “nossas ideias, pensamentos, são gestados no campo das práticas, de nossa ação no mundo. As ideias não vêm em primeiro lugar, movendo nossa ação, mas é o inverso: a ação aciona o pensamento, que por sua vez volta para ela” (FRANÇA, 2015, p. 169). Segundo a escola pragmatista, o mundo está em movimento em virtude da intervenção humana e seu ponto

de partida é a ação dos sujeitos, a prática de atuar no mundo em relação com o outro. Esse mundo não é um terreno pronto, como prega o empirismo clássico, mas um espaço em constante desenvolvimento. A corrente se diferencia da fenomenologia por dar mais atenção à relação dos sujeitos com o mundo do que nas percepções que este obtém, a afetação. O pragmatismo recusa verdades absolutas e definitivas; os objetos é que convocam a teoria para suscitar a reflexão e construir novos elementos do conhecimento; as ações não ocorrem isoladas, mas estão dentro de um quadro que desencadeia outras ações, possuem desdobramentos; apesar da atuação científica se dar em recortes empíricos, é no contexto e na relação existente entre o objeto e demais evidências que se constrói a reflexão da realidade (FRANÇA, 2015).

Nossa pesquisa compõe um quadro de inquietações teóricas que conforma, sobretudo a partir do início do século XXI, uma emergente agenda empírica de pesquisa em comunicação fomentada pelas reflexões da segunda e terceira geração da Teoria Crítica e seus impactos na Comunicação (MAIA *et al.*, 2014). Dois autores, em especial, compõem esse grupo: Jürgen Habermas e Axel Honneth. Em capítulo publicado no livro *Teorias da Comunicação no Brasil*, Rousiley Maia e colaboradores cotejam a obra de ambos tentando apontar as contribuições teóricas das formulações de Honneth e Habermas para a Comunicação.

De acordo com a autora, a virada pragmático-intersubjetiva oriunda da obra de Habermas reorienta de forma crítico-reconstrutiva a própria teoria crítica por meio de uma “radical reinterpretação da comunicação e da intersubjetividade – como dimensão normativo-emancipatórios da contemporaneidade” (MAIA *et al.*, 2014, p. 198). Seguindo em seu interesse na emancipação e na concepção filosófica do materialismo dialético marxista, Habermas concebe a Comunicação como “‘transcendência na imanência’, isto é, recurso potencial de crítica das formas existentes de dominação, para a ruptura da ordem social e a transformação da realidade” (MAIA *et al.*, 2014, p. 198-199).

Para a pesquisa em Comunicação, isso implicou uma intensificação dos esforços de investigação das práticas comunicativas das organizações autônomas da sociedade civil e das práticas comunicativas cotidianas, que passaram a ser percebidas enquanto possibilidade de “revitalização do potencial crítico da esfera pública” (HABERMAS, 1992, 1994) (MAIA *et al.*, 2014, p. 199).

As reflexões do autor permitem investigar as contradições existentes na relação entre o sistema político, o mundo da vida, e as resistências frente às imposições autoritárias (MAIA, *et al.*, 2014). “(...) Habermas (1992) procura estender a análise da ética do discurso às práticas democráticas da esfera pública e às instituições políticas, como o sistema legal” (MAIA *et al.*, 2014, p. 199). Esse desenvolvimento político filosófico ampliou as investigações acerca da

esfera pública e processos deliberativos em diferentes contextos da vida cotidiana e da política formal, como visto no capítulo 3.

A terceira geração de pensadores da Teoria Crítica conta com o expoente Axel Honneth. O filósofo alemão compreende a intersubjetividade como elemento fundante da emancipação.

Atribui-se a Honneth a elaboração de uma agenda de pesquisa capaz de trazer novo ímpeto à Teoria Crítica, ao promover a identificação e promoção dos impulsos emancipatórios presentes explícita ou implicitamente na realidade social (i.e. o princípio da “transcendência na imanência”) e buscar reunir conflito e luta social em uma teoria normativa do social. Honneth se distancia de Habermas ao calcar sua teoria da intersubjetividade em teorias da filosofia antropológica, elaborando uma noção teórica-intersubjetiva de poder nas interações diárias do mundo da vida (MAIA et al, 2014, p. 199-200).

O autor busca construir uma perspectiva teórica de luta por reconhecimento intersubjetivo em três esferas: o amor - relações afetivas primárias; o direito - relações ocorridas na garantia de reconhecimento na esfera jurídica; e a solidariedade, no âmbito da estima social. Para alcançar a autorrealização, os sujeitos necessitam de reconhecimento nessas esferas e o contrário, o não-reconhecimento, é a mola propulsora dos conflitos sociais. Os desrespeitos oriundos da ausência de reconhecimento pode ser expressado, em cada uma das esferas mencionadas, em ações de desrespeitos, a saber: violência física; denegação de direitos; exclusão social (MAIA *et al.*, 2014). A visada honnethiana estabelece uma crítica moral às interações cotidianas e recupera a ideia de lutas permanentes da crítica dialética marxista que são conformadas por conflitos que vão além das lutas de classe, mas envolvem reivindicações de distintas ordens.

Entendemos as demandas por reconhecimento como demandas políticas, a exemplo daquelas que tensionam as noções de família a partir das vivências LGBTQIA+. Cal (2016), em sua análise sobre o debate público acerca do trabalho infantil doméstico, entende, a partir de um percurso teórico que articula Jane Mansbridge e Jurgen Habermas, que para a primeira, um tema político é aquele em que sujeitos precisam tomar decisões, e para o segundo, um tema é político quando passa pelo escrutínio público e é reconhecido como tal pelos processos de debate público. Os temas que fomentam as discussões na esfera pública, em termo habermasiano, circulam nesta arena após ganharem *status* de interesse geral. A concepção política de Habermas, argumenta Cal (2016), abrange, inclusive, a ressonância das conversações cotidianas, principal crítica de Mansbridge, porém foca na circulação do poder político e na capacidade de reverberação do debate público em decisões políticas, assim como de influenciar e legitimar distintas temáticas no contexto social. São essas noções de política,

esfera pública e produção de sentidos, como vimos no capítulo 3, que sustentam nossas análises.

Embora estejamos, também, falando sobre processos de interação e troca de proferimentos, não necessariamente eles ocorrem no mesmo espaço e tempo (HABERMAS, 2008), pois nossa análise não focará nas duas pontas do processo comunicativo (emissor + receptor) e sim na mensagem e suas interpretações e sentidos a partir das disponibilizações em arenas de visibilidade. As trocas de razões públicas, conforme nos apresenta Habermas (2008), podem ocorrer em espaços publicamente acessíveis, tais como o sistema dos *media* (MAIA; CASTRO, 2006), e não necessariamente serem dirigidas diretamente entre interlocutores; as trocas de razões podem estar se referindo ao mesmo tema, às mesmas questões, porém sem a obrigatoriedade de atuar como resposta imediata ao interlocutor que primeiro apresentou o argumento, podendo este interlocutor ser um sujeito ou uma instituição.

Ao desenvolver premissas para elaborar sua compreensão acerca da construção do conhecimento em comunicação, Braga (2017, p. 20) defende que “o fenômeno comunicacional se realiza em episódios de interação entre pessoas e/ou grupos, de forma presencial e/ou mediada”. Seguindo os passos do autor, explicamos que buscamos, no fenômeno comunicacional ocorrido no debate público, as práticas interativas em suas circunstâncias processuais, por meio da observação dos participantes, dos objetivos dos atos comunicativos e dos encaminhamentos (BRAGA, 2017). E isso inclui, também, materialidades discursivas publicamente disponíveis, assim como outras modalidades de encontro que não estejam limitadas à observação mútua, mas que gozam da liberdade comunicativa possibilitada pelo debate público por meio da linguagem (HABERMAS, 2003). O debate público é compreendido aqui como as relações comunicativas que conformam a esfera pública. Ancoramos em Habermas (2003) a noção de esfera pública, segundo o qual trata-se de um espaço em que são debatidos temas de relevância e interesse social ampliado e com repercussões no campo político e na vida cotidiana.

Ao buscar teorias e correntes de pensamento que nos auxiliassem na reflexão sobre as tensões que originam conflitos e embates que influem, sobretudo, no campo das trocas intersubjetivas (FRANÇA, 2008), nas trocas de razões públicas e nos lances discursivos na esfera pública, no que diz respeito à construção das identidades a partir da perspectiva comunicacional dialógica, relacional, nos deparamos com um interessante arcabouço. Esses estudos compreendem as lutas das ditas minorias políticas, com base no reconhecimento das identidades plurais e nos desrespeitos aos quais determinados indivíduos estão sujeitos, como lutas por reconhecimento (HONNETH, 2013).

É neste sentido que buscamos em Braga (2017) o quadro teórico para que possamos

constituir objetos empíricos, e conceituá-los, a partir de uma proposta de investigação e observação comunicacional, mas que permite olhares a partir de outros ângulos de reflexão em constante diálogo com os processos de interação. É na interação que nos aproximamos do fenômeno comunicacional em sua ocorrência e cada episódio é singular em sua existência histórica.

A comunicação pode ser entendida como um trabalho de compartilhamento de diferenças. Esse processo é sempre tentativo e pode funcionar ou não, gerar ou não um produto (mensagem). Para Braga (2017), comunicação parece ser o processo para evitar o isolamento e agregar humanos para ação conjunta. O autor estabelece dois ângulos pelo qual entende a comunicação como tentativa: (1) os processos comunicacionais são relativamente imprecisos; (2) são processos probabilísticos, o que significa que alguma coisa relativamente precisa pode ocorrer. A comunicação, para Braga, não é apenas os processos bem-resolvidos, de “valor alto”, mas toda troca e possibilidades de articulação, seja por meio de tensionamentos ou diálogos profícuos entre sujeitos.

Braga constrói sua abordagem a partir da reflexão sobre a teoria tentativa que compreende a comunicação como uma tentativa de interpretação, de compreensão, tanto por parte dos participantes – dos enunciadores – como do próprio processo comunicativo. Essas tentativas são organizadas na forma de dispositivos sociais para a comunicação, que requer códigos compartilhados e inferências.

Para Braga (2017), códigos comunicacionais abrangem, além da linguagem (verbal) e de “linguagens” (sistemas expressivos de diferentes ordens) uma grande variedade de processos, bastando que se exerçam como elemento compartilhado ou imediatamente compartilhável entre participantes: códigos propriamente ditos (de transposição), o algoritmo, as “gramáticas”, o sistema da língua, regras e padrões sociais de comportamento, regularidades práticas, informações e referências em comum sobre o mundo. Tendo em vista esse conceito, entendemos que nossos códigos são a língua portuguesa, as linguagens jornalísticas, o direito, por meio do qual são legitimadas as práticas políticas de luta por equidade, a própria moral e até mesmo as linguagens estabelecidas em ambientes digitais. A comunicação é, portanto, constituinte da democracia.

5.2 Comunicação, esfera pública e democracia deliberativa

Habermas (2008; 2003) considera a comunicação como o cerne da democracia deliberativa. Em sua teoria, a democracia não é apenas uma questão de votação e representação,

mas também de discussão pública e deliberação. Ele argumenta que a comunicação é a maneira pela qual os cidadãos expressam suas opiniões, aprendem uns com os outros e tomam decisões coletivas. A comunicação desempenha um papel central na democracia deliberativa, servindo como o mecanismo pelo qual a deliberação ocorre e como o elo que conecta cidadãos, representantes e instituições em uma sociedade democrática. A partir de Habermas (2008), destacamos argumentos que apontam o papel da comunicação na democracia deliberativa. É por ela que ocorre deliberação e debate, é o meio pelo qual os cidadãos e seus representantes discutem, debatem e negociam questões públicas. É através da comunicação que os argumentos são apresentados, as evidências são examinadas, e as decisões são tomadas de maneira informada e reflexiva. É, também, facilitadora da Esfera Pública, o espaço onde os cidadãos comunicam questões de interesse comum. A comunicação dentro da esfera pública é aberta, livre e acessível, e deve promover a participação democrática. A comunicação, em Habermas (2003), promove a inclusão e a igualdade, deve ser inclusiva, permitindo que todas as vozes sejam ouvidas. A inclusão efetiva requer não apenas a capacidade de expor os argumentos, mas também a capacidade de ser ouvido e compreendido. A comunicação, portanto, tem a responsabilidade de garantir que as barreiras à participação sejam reduzidas e que todos tenham a oportunidade de contribuir.

Para iniciar a discussão sobre a democracia deliberativa inspirada em Habermas, é vital posicioná-la no cenário da sua teoria social, mais especificamente no contexto da teoria da Ação Comunicativa. Essa teoria representa uma das maiores contribuições de Habermas ao pensamento ocidental e é permeada pela ideia central de emancipação dos indivíduos como seres independentes, conforme exposto por Pinzani (2009). Essa emancipação é alcançada através do uso adequado do potencial de racionalidade humana. O entendimento da racionalidade por Habermas é influenciado por Weber (1987), que observou uma forma distinta de razão no Ocidente, levando ao desencantamento do mundo. No contexto da modernidade, a racionalidade é direcionada à dominação mundial para fins econômicos e acumulação de capital. Essa forma de racionalidade quebrou com as explicações religiosas e mágicas, passando por diferentes fases. Com a chegada da modernidade, ocorrem transformações profundas nas relações políticas, econômicas e sociais. A modernização implica em várias mudanças, incluindo a formação de capital, centralização do poder político, expansão dos direitos políticos, secularização de valores e normas, conforme delineado por Habermas (2002).

A filosofia de Habermas também destaca a racionalidade nas opiniões e ações humanas. Ele enfatiza a unidade na diversidade e o mundo em sua totalidade, que são essenciais para o desenvolvimento da comunicação intersubjetiva. Habermas (2003; 2008) sugere que as escolas

filosóficas compartilham a busca pela unidade do mundo, enquanto desafiam a tradição de criar uma visão única do mundo. A questão do uso da razão é fundamental no pensamento moderno, e o desafio reside no tipo de racionalidade: a racionalidade instrumental, que se afasta do objetivo de ser um instrumento para o projeto de emancipação da humanidade. Habermas (2008) argumenta que a emancipação não pode acontecer sem superar a filosofia da consciência ou do sujeito, e critica a ideia de um sujeito autônomo que percebe a realidade, destacando o erro de ignorar os valores e preconceitos inerentes ao observador.

A razão instrumental, que busca adequar os meios aos fins, é caracterizada por Habermas (2002) como dominante e desumanizante. A emancipação, portanto, é um projeto inacabado, e a solução não é concluir o projeto da modernidade, mas revisá-lo. A razão comunicativa pode incentivar a retomada da crítica à racionalidade moderna. Para Habermas, a razão era o caminho para a emancipação humana, mas o liberalismo frustrou essa possibilidade. Ele insiste na necessidade de retomar e aprofundar a crítica à racionalidade moderna, refletindo sobre o verdadeiro caráter da razão. Superando o problema da racionalidade instrumental, Habermas desenvolve a racionalidade substantiva, centrada na linguagem como meio de entendimento e criação de consenso. Ele critica a racionalidade instrumental e oferece uma alternativa pela racionalidade comunicativa.

Na visão de Habermas (2002), a superação da ineficiência da razão centrada no sujeito requer a razão comunicativa, substituindo a filosofia do sujeito pela filosofia da linguagem, como uma via de retorno ao projeto de emancipação humana. Ele enfatiza a interação e a racionalidade no discurso, abordando os conceitos de enunciados constatativos e performativos. Habermas (2010b) divide a sociedade em sistema e mundo da vida, discutindo os problemas de reificação e colonização do mundo da vida pelo sistema. Ele propõe a racionalidade comunicativa como uma ferramenta de emancipação, pois reproduz as estruturas simbólicas do mundo da vida e permite a integração social e formação da personalidade individual.

Os fundamentos da Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 2002; 2010b) incluem a verdade como representação do mundo objetivo, a retidão como conjunto de relações interpessoais no mundo social, e a sinceridade como expressão comunicativa do sujeito. Por meio da comunicação, em Habermas (2003) é possível construir consenso, alcançado através da razão e do entendimento mútuo. A comunicação facilita esse processo, permitindo que os participantes compreendam as perspectivas dos outros e trabalhem em direção a soluções aceitáveis para todos. Não se trata apenas de persuadir os outros, mas de buscar um entendimento comum. Os processos comunicacionais são veículos de transparência e responsabilidade, pois permite que os cidadãos acompanhem as ações do governo e exijam

responsabilidade. Isso inclui o acesso a informações, a capacidade de questionar e criticar as autoridades e a possibilidade de participar nas decisões que afetam a vida pública.

Apesar de seu papel central, a comunicação na democracia deliberativa também enfrenta desafios. Isso inclui questões sobre quem controla os meios de comunicação, como as desigualdades de poder afetam a comunicação e como a mídia comercial pode influenciar o discurso público. O papel da comunicação na democracia deliberativa é multifacetado e vital. Serve como a infraestrutura para o debate público, a inclusão, o entendimento comum e a responsabilidade. A qualidade da comunicação, portanto, pode ser vista como um indicador da saúde da democracia deliberativa, e os desafios à comunicação representam desafios significativos para a realização dos ideais democráticos. A análise contínua e crítica da comunicação e seu papel na democracia é, portanto, essencial para qualquer compreensão profunda e robusta da vida democrática contemporânea.

Habermas (2008; 2003) acredita que a deliberação é fundamental para a democracia. A deliberação envolve debate, argumentação, troca de opiniões e busca de entendimento comum. Esta deliberação ocorre principalmente através da comunicação. A Esfera Pública é um espaço onde os cidadãos podem se reunir e discutir questões de interesse público. A comunicação é o meio pelo qual a esfera pública funciona. Habermas sustenta a ideia de “comunicação racional”. Ele acredita que os participantes da deliberação democrática devem ser guiados pela razão e pela lógica, em vez de pela emoção ou pelo poder. A comunicação, portanto, deve ser baseada em argumentos racionais.

A contribuição de Mendonça e Maia (2009) para o campo da comunicação também nos apontou interessantes caminhos. O desenho epistemológico dos autores apresenta elementos que permitem intercambiar as afinidades entre duas correntes de pensamento na Teoria Crítica: a contribuição da (1) deliberação – debate público – para o (2) reconhecimento.

Ambas trouxeram as relações intersubjetivas para o cerne do debate filosófico sobre a emancipação, evidenciando o papel da comunicação na promoção da justiça. Ambas se configuraram como perspectivas normativas robustas que não negligenciaram a relevância de operacionalizações empíricas. Ambas se aventuraram em propor teorias éticas com forte alicerce moral, trabalhando no hiato entre a eticidade Hegeliana e a deontologia Kantiana (MENDONÇA, 2011, p. 206).

Defendemos, aqui, “uma concepção mais ampla, que entende a deliberação como um processo social de choque de razões, proferidas pública e abertamente” (MENDONÇA; MAIA, 2009b, p. 70). A concretude desse processo se dá por meio de diferentes âmbitos comunicativos e pressupõe a articulação de várias esferas discursivas. A ideia clássica afirma que a deliberação

se torna pública e social por meio do atravessamento das arenas discursivas, daí a noção de porosidade entre as diferentes esferas (HABERMAS, 2003; MANSBRIDGE, 1999; HENDRIKS, 2006; MAIA, 2014b).

Habermas (2008) argumenta que a democracia verdadeira é alcançada não apenas através da representação institucional, mas também por meio da deliberação pública e participativa dos cidadãos. De acordo com Habermas, o discurso e a deliberação públicos são essenciais para a democracia, pois permitem que diferentes vozes sejam ouvidas e que decisões coletivas sejam tomadas após consideração e debate cuidadosos. Ele defende um modelo de democracia que valoriza a racionalidade e a lógica da argumentação, em contraste com modelos que dependem principalmente do poder e da influência.

No entanto, a visão de Habermas também tem sido objeto de críticas. Algumas delas se concentram em sua visão idealizada da esfera pública e da deliberação democrática. Os críticos argumentam que a realidade é muito mais complexa e que muitas vezes as vozes marginalizadas são excluídas do debate público. Além disso, a ênfase de Habermas na racionalidade e no entendimento comum também é questionada, uma vez que a democracia muitas vezes envolve a negociação de conflitos e diferenças profundas.

Um dos argumentos da teoria de Habermas que nos interessa no contexto desta pesquisa diz respeito às condições críticas a respeito da comunicação política mediada na esfera pública no âmbito da deliberação democrática. Ele ressalta que a comunicação mediada – incluindo o uso de mídias modernas – pode promover a legitimidade em uma democracia. Habermas examina evidências empíricas para a suposição de que a deliberação política possui um potencial de rastreamento da verdade. Ele sugere que a comunicação política não é apenas uma ferramenta para alcançar consenso, mas também um meio para descobrir a verdade através da deliberação racional e crítica. Trata-se de uma valiosa contribuição valiosa para o campo da teoria da comunicação, destacando a importância da deliberação, da racionalidade e da inclusão no processo democrático. A comunicação mediada, em sua visão, não é apenas um veículo de informação, mas uma força complexa que molda a relação entre os cidadãos e o sistema político. A tensão entre o potencial democrático da mídia e suas limitações, tanto estruturais quanto comerciais, é um tema recorrente que merece mais investigação e reflexão.

Para Habermas (2002), a deliberação não é meramente um aspecto da democracia; é o coração dela. A democracia deliberativa envolve cidadãos, representantes e outros atores políticos engajados em um processo de deliberação racional e crítica. Não se trata apenas de votar ou negociar, mas de argumentar, debater e buscar entender as perspectivas dos outros. A democracia deliberativa, segundo Habermas, deve ser inclusiva e igualitária. Todos os cidadãos

devem ter a oportunidade de participar, e todas as vozes devem ser ouvidas. A inclusão não se refere apenas ao acesso, mas também à capacidade de participar efetivamente na deliberação. Para Habermas, a legitimidade do governo democrático é alcançada através da deliberação pública. As leis e políticas devem ser justificáveis para todos os cidadãos razoáveis, e essa justificação é alcançada através do processo deliberativo. A democracia deliberativa, portanto, liga a razão prática à legitimidade legal e política.

A deliberação, afirma Mendonça (2011), atua também como estratégia procedimental para que sujeitos observem as contradições, equívocos, controvérsias e tensões oriundas do processo de lutas por justiça. Para o autor, a deliberação fornece a possibilidade de revisão das tomadas de decisão e encaminhamentos das lutas por reconhecimento a fim de buscar a não-essencialização das identidades ou cristalização dos objetivos. Já o reconhecimento, “é importante para ultrapassar o procedimentalismo de muitas abordagens deliberacionistas, oferecendo uma baliza ética não sectária para a teoria da justiça, através de seu foco na autorrealização” (MENDONÇA, 2011, p. 207-208).

5.3 *Media* e lutas por reconhecimento: movimentos sociais e o debate público

O conceito de “Sistema dos *Media*” proposto por Rousiley Maia (2014), pesquisadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aborda a estrutura e funcionamento complexo dos meios de comunicação de massa em uma sociedade. Através dessa perspectiva, Maia busca compreender como os *media* influenciam e são influenciados pelo contexto social, político, econômico e cultural em que estão inseridos. O Sistema dos *Media* é compreendido como uma rede interconectada de instituições, tecnologias, práticas e discursos midiáticos que desempenham um papel fundamental na construção e disseminação de informações e significados. Nesse contexto, os veículos de comunicação assumem o papel de mediadora entre o público e os acontecimentos que ocorrem no mundo.

A teoria de Maia (2014) ressalta a importância de entender os *media* não como entidades isoladas, mas como um sistema interdependente, onde cada componente exerce influência e é influenciado pelas outras partes. Ela explora como os interesses políticos, econômicos e culturais podem moldar o conteúdo midiático, bem como o modo como as mensagens são recebidas e interpretadas pelo público. Além disso, o conceito de Sistema dos *Media* também aborda as transformações decorrentes das novas tecnologias e da informação online, que têm impactado profundamente a forma como as pessoas consomem e interagem com os *media*. Ao analisar o Sistema dos *Media*, Maia (2014) procura compreender questões relacionadas à

concentração da propriedade midiática, ao pluralismo de vozes e perspectivas, à ética jornalística, à formação da opinião pública e ao papel dos media na construção da identidade e cultura de uma sociedade. Esse conceito oferece uma abordagem abrangente e crítica para compreender as dinâmicas e influências dos meios de comunicação de massa em uma sociedade cada vez mais conectada e mediada pela informação. Maia (2014) indica que, em nossas análises, preciso considerar os *media* como um sistema complexo e em constante evolução, sujeito a forças e interesses diversos que moldam o fluxo de informações e sua relevância na esfera pública.

Consideramos os *media* um dos aspectos relevantes desse debate sobre lutas sociais e mudança de paradigmas por proporcionar visibilidade em uma arena de potencial alcance social. Para compreender como os *media* mobilizam e articulam discursos sobre a família, partimos da premissa que os sistemas dos *media* inserem temáticas nas agendas de discussão e são relevantes na relação que a sociedade constrói para estabelecer um processo de produção de sentidos (MENDONÇA, 2006). Para Maia (2014b), os *media*, ao disseminarem informações e agendarem determinados assuntos, fornecem subsídios para discussões e processos interativos dialógicos de diversos formatos, de conversações informais a arenas institucionais de discussão. Os *media* participam da construção de um terreno simbólico comum que alimenta práticas e percepções sociais e é alimentado por elas (CAL, 2016).

Podemos compreender os *media* como “um subsistema social, operando a partir de uma lógica e uma gramática próprias, mas sendo perpassado por uma série de outros sistemas” (MENDONÇA, 2006, p. 13). São essas configurações e relações que proporcionam a ampliação de horizontes no campo do entendimento sobre outras formas de viver diferentes daquelas consideradas socialmente como “normais”. A normalidade aqui é entendida como um processo de construção apoiado na segregação do diferente e estigmatização de corpos e comportamentos considerados destoantes e, logo, sem possibilidades de se estabelecer no espectro social.

Compreendemos as lutas por reconhecimento como conflitos moralmente motivados cujos objetivos são a transformação das gramáticas normativas que perpassam as interações sociais (HONNETH, 2013). Honneth propõe um modelo teórico baseado nas interações conflituosas, assim como em lutas desenvolvidas a partir de grupos e coletivos, com vistas a garantir o reconhecimento, conceito este fundamentado na noção de autorrealização: “interpretada tanto nos termos da autonomia e da liberdade individual, quanto nos termos de uma inclusão social” (MAIA *et al.*, 2014^a).

No entendimento de Honneth (2009), a busca pelo reconhecimento implica também na busca pela valorização simbólica das identidades coletivas. Nesse sentido, atitudes que evidenciam preconceito, estigma, estereótipos e discriminação desempenham um papel proeminente na identificação das formas de desrespeito aos membros de um grupo social, bem como no processo de reconhecimento mútuo que protege o indivíduo de privações anteriores e proporciona uma estrutura moral para preservar sua dignidade humana.

Mendonça (2007) observa que a teoria do reconhecimento aborda os conflitos sociais através de uma matriz valorativa que considera a intersubjetividade como um processo relacional de construção de identidades. Isso leva os indivíduos a buscarem o reconhecimento mútuo no cotidiano. No entanto, o conceito de reconhecimento tem sido motivo de debates teóricos entre os autores que o utilizam, como salienta Mendonça (2009).

É relevante destacar que existem outras discussões sobre o reconhecimento que enriquecem o debate, especialmente em sociedades onde a democracia participativa está em crise, como é o caso de muitos países na América Latina, incluindo o Brasil. A luta das famílias homoafetivas, organizadas em associações, apresenta desafios que podem ser analisados à luz da teoria do reconhecimento de Honneth, contribuindo para ampliar a discussão.

As famílias homoafetivas enfrentam tensões internas e externas que, considerando a teoria do reconhecimento, podem ser vistas como um processo emancipatório em busca de autonomia e legitimidade para suas formas de vida, práticas sexuais e relações afetivas. Honneth (2009) sugere que o reconhecimento também pode ser entendido como a luta de grupos sociais que buscam transformar a realidade através da inserção de suas demandas na esfera pública, visando uma mudança social e cultural.

Seguindo Mendonça (2009), a teoria do reconhecimento combina elementos de políticas universais e políticas da diferença. As pessoas lutam por dignidade e pela valorização de suas particularidades para alcançar a autorrealização. Isso ocorre nas esferas íntimas e públicas da interação social, promovendo fusões de horizontes através da interação constante com os outros. Honneth (2009) retoma conceitos de Hegel e Mead para propor padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direitos e estima social. A falta de reconhecimento em relação a esses padrões corresponde a formas de desrespeito que inibem a autorrealização e resultam em conflitos sociais. As lutas sociais emergem dessas indignações compartilhadas, evidenciando o caráter intersubjetivo na formação de identidades.

Para Honneth (2009), a formação do indivíduo como sujeito ocorre através da perspectiva do outro, num movimento intersubjetivo de construção de identidades. A autoconsciência depende do encorajamento do outro, permitindo ao indivíduo reconhecer suas

próprias competências e propriedades. Segundo o autor, Hegel contesta a visão hobbesiana de luta social, propondo que os conflitos não são apenas por autopreservação, mas por reconhecimento mútuo. Para Honneth (2009), a esfera social é construída intersubjetivamente com base em convicções morais, em contraste com a visão hobbesiana de luta pelo poder. Hegel distingue três âmbitos de lutas por reconhecimento: família, direito e eticidade. As lutas nessas esferas constituem a evolução moral da sociedade. Os costumes e usos comunicados na coletividade formam a base para a integração da liberdade geral e individual. A teoria de Mead ressalta a importância da linguagem nas interações sociais, permitindo antecipar o impacto das ações e classificá-las conforme as expectativas do outro. A autoconsciência é desenvolvida através do diálogo interno entre o “eu” e o “mim”. As lutas por reconhecimento derivam das relações intersubjetivas, envolvendo três dispositivos: “eu”, “cultura” e “outro”. A democracia depende do reconhecimento mútuo dos direitos de todos na comunidade. Mead propõe três tipos de relações que fundamentam o reconhecimento: afetivas, jurídicas e relacionadas ao trabalho. Em resumo, a teoria do reconhecimento de Honneth baseia-se nas contribuições de

Hegel e Mead, enfatizando a importância das lutas intersubjetivas na formação de identidades e na evolução moral da sociedade. O reconhecimento mútuo em diversas esferas é essencial para a autorrealização e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Existe uma estrutura moral subjacente aos conflitos sociais que desempenha um papel crucial na compreensão das dinâmicas, estratégias e tensões das lutas pelo reconhecimento, particularmente quando essas lutas estão associadas a grupos organizados. Para uma análise abrangente, é fundamental examinar os processos de formação das identidades individuais e coletivas, uma vez que a intersubjetividade é um fator essencial para a busca da autorrealização e, conseqüentemente, do reconhecimento (HONNETH, 2009). A noção de autorrealização, conforme interpretada por Mead e adotada por Honneth, envolve o desenvolvimento de capacidades e propriedades que são valorizadas socialmente com base nas reações de reconhecimento dos parceiros de interação. Isso difere da simples atribuição de direitos normativos, uma vez que essas características compartilhadas não conferem singularidade (HONNETH, 2009, p. 147/148).

Para compreender o papel das considerações morais nos conflitos sociais, Honneth destaca três domínios que compõem o reconhecimento mútuo: amor, direito e estima social. Essas esferas específicas do reconhecimento têm implicações diretas na autorrealização, como salientado por Mendonça: as relações emotivas intensas proporcionam uma combinação de dependência e autonomia, criando as bases para o desenvolvimento da autoconfiança. Por outro lado, os direitos asseguram uma dignidade universal, promovendo o autorrespeito ao permitir

que os indivíduos se vejam como merecedores do mesmo respeito concedido aos demais. Por fim, a possibilidade de estima social está enraizada na comunidade de valores e diz respeito à valorização das contribuições sociais e realizações individuais, sendo fundamental para a construção da autoestima e da solidariedade (MENDONÇA, 2009).

Honneth (2009) também atribui a esses âmbitos do reconhecimento os elementos negativos resultantes de relações sociais prejudicadas, que agem como catalisadores das lutas sociais. Nos domínios do amor, a falta de reconhecimento pode levar a maus-tratos e violações, colocando em risco a integridade física. No âmbito do direito, a falta de reconhecimento resulta na privação de direitos e na exclusão, ameaçando a integridade social. Por fim, no âmbito da estima social, a degradação e a ofensa são formas de desrespeito que colocam em risco a “honra e dignidade” (HONNETH, 2009).

De acordo com Mendonça (2009), a relação entre os diferentes âmbitos do reconhecimento, as formas de desrespeito e as ameaças à integridade pessoal são fundamentais para as lutas sociais que impulsionam a evolução moral da sociedade. Para Mendonça, Honneth deposita esperanças na força emancipatória das interações como um meio de alcançar um mundo melhor (MENDONÇA, 2009). Assim, a luta por reconhecimento se torna uma ferramenta intramundana de transformação, em que os sujeitos trabalham coletivamente, a partir de uma base axiológica, para construir relações sociais mais harmoniosas.

Esses desrespeitos representam categorias morais de injustiça que podem ameaçar profundamente a compreensão que os indivíduos têm de si mesmos. Os padrões de reconhecimento estabelecidos por Honneth são parte fundamental de um processo relacional que protege a integridade do sujeito. Quando esses padrões são violados e a autorrealização é impedida, a identidade pessoal é colocada em risco. Conforme salienta Honneth, a autoimagem normativa de cada indivíduo depende da validação constante do outro, e o desrespeito pode resultar em danos que abalam a identidade como um todo (HONNETH, 2009, p. 213-214). Nesse contexto, a intersubjetividade assume um papel crucial na construção da autoimagem e na necessidade mútua de estima e respeito.

As lutas moralmente motivadas dos grupos sociais, que buscam formas ampliadas de reconhecimento recíproco, representam o motor da transformação normativa da sociedade, como argumenta Honneth (2009, p. 156). A luta por reconhecimento é, portanto, uma via para a realização dessa transformação intrínseca, onde os sujeitos empenham-se em estabelecer relações harmoniosas e valorizadoras, guiados por um horizonte de valores compartilhados. A análise de situações de desrespeito, conforme proposta por Honneth, revela a complexa interconexão entre as esferas do reconhecimento, as lutas sociais e a busca pela autorrealização.

A presença sistemática de situações de desrespeito em várias dimensões da luta pelo reconhecimento, vivenciadas por indivíduos cujas identidades compartilham pontos de convergência com as de grupos coletivos, pode motivar a sua organização em busca de objetivos como cidadania plena, igualdade, autoconfiança e justiça social. Além disso, esse processo também envolve a busca pela estima social e pelo engajamento do outro. Essas configurações organizacionais, que podem variar entre estruturas formais e informais, representam desafios substanciais para a pesquisa sobre a resistência política de atores cujas identidades frequentemente são subjugadas. Estes desafios, por sua vez, geram oportunidades interessantes para análises dentro do campo das ciências sociais, como a exploração de redes sociais (SCHERER-WARREN, 2006), a teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1989) e os estudos sobre minorias políticas (VIZER, 2007), para citar apenas alguns exemplos.

Uma revisão sumária das teorias dos movimentos sociais, como delineada por Alonso (2009), ressalta o crescente alcance global das mobilizações coletivas ao longo do século XX, abordando questões emergentes que incluem as lutas identitárias. Tais lutas transcendem as limitações de classe que eram predominantes nos movimentos tradicionais. O cenário de multiplicidade de redes, agendas e agentes sociais envolvidos nas ações coletivas levou os teóricos a repensar a teoria dos movimentos sociais, uma vez que esses movimentos emergiram em um contexto bastante diferente do Ocidente dos anos 1960, quando o termo “movimentos sociais” foi introduzido para descrever multidões que clamavam por mudanças pacíficas, desinteressadas do poder estatal (ALONSO, 2009, p. 01).

Apesar da falta de consenso entre os teóricos quanto a uma definição unificada, para fins desta investigação, propomos uma abordagem conceitual que nos permita analisar os movimentos sociais. De acordo com Alexander (1998), os movimentos sociais dizem respeito a processos não institucionalizados e aos grupos que os conduzem, às lutas políticas, organizações e discursos de líderes e seguidores com o intuito de mudar radicalmente a distribuição existente de recompensas e punições sociais, bem como as formas de interação e os grandes ideais culturais (ALEXANDER, 1998, p. 01).

Esses movimentos empregam estratégias específicas de intervenção, como passeatas, paralisações, manifestações públicas e confrontos, sejam discursivos ou físicos. Vizer (2007) sugere que os movimentos sociais são expressões dinâmicas e manifestas da complexidade, diversidade e agitação social. Eles buscam transformar as condições objetivas de seus contextos, seja por meio de pressões diretas, como manifestações públicas, ou pressões indiretas, como campanhas em ambientes virtuais e estratégias midiáticas.

A chegada da internet e das redes sociais online ampliou as formas de organização e disseminação dos movimentos sociais, tornando-os mais acessíveis a um público maior. Gohn (2011) argumenta que essas organizações se engajam no que Habermas denomina como “ação comunicativa”, usando a comunicação como meio para a criação e desenvolvimento de novos saberes. Esses movimentos têm o poder de construir propostas e alternativas para as questões sociais, conscientizando a sociedade sobre as temáticas que abordam e oferecendo um horizonte para a construção de uma sociedade democrática.

Os movimentos sociais se caracterizam por possuir identidade, oponentes e a articulação ou fundamentação em projetos de vida e sociedade. Eles contribuem para a conscientização social, apresentam demandas, vão além da reatividade, refletem sobre o próprio trabalho, apresentam ideários civilizatórios, incorporam diferenças e identidades culturais, revitalizam ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, além de redefinirem a esfera pública e estabelecerem parcerias com entidades da sociedade civil e política (GOHN, 2011).

Dada a complexidade dos novos movimentos sociais em um mundo globalizado e conectado, Alexander (1998) aponta para a necessidade de abordagens e mecanismos atualizados que considerem a multiplicidade de pautas. Ele enfatiza que esses movimentos não estão apenas centrados na distribuição, mas também buscam a superação de uma gramática normativa por meio da incorporação de novos códigos linguísticos como ferramentas de mudança. As mudanças sociais contemporâneas geram novos tipos de privação, grupos de conflito e percepções de objetivos e interesses em jogo. Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham um papel crucial na construção de alternativas e na luta contra as injustiças sociais, ao mesmo tempo em que respondem a novas estruturas sociais emergentes.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com França (2016), ao mobilizar conceitos teóricos e questões reflexivas para problematizar o objeto, os primeiros podem transformar-se em operadores analíticos: as perguntas que nos guiam podem nos levar aos dados necessários para análise. É preciso (a) observar se as materialidades simbólicas, tanto em aspectos discursivos, quanto nos suportes técnicos que se apresentam, dão conta de responder a questão central; (b) compreender a possibilidade do uso de elementos de diferentes técnicas de coletas (FRANÇA, 2016); (c) observar o estado da arte da temática e o contexto sócio-histórico em que o objeto está inserido, por meio de pesquisa bibliográfica ou de uma observação prévia das materialidade discursiva; e, por fim, delimitar um processo analítico que permita estabelecer uma tessitura dos resultados das análises por dimensões, para, ao final, estabelecer uma estratégia para apontar a articulação entre os sentidos sobre famílias localizados e a proposta de emancipação que aqui defendemos. Esses passos nos aproximam da análise de conteúdo como método para sistematização dos dados, observação e análise.

6.1 Mas de qual Análise de Conteúdo estamos falando?

Partimos da perspectiva de que a Análise de Conteúdo tem como objeto de estudo o registro indicial que está presente em textos, documentos, proferimentos e até em vídeos. Trata-se de uma metodologia instrumental, desenvolvida para ter uma aplicação prática, posteriormente incorporada pela academia: “A metodologia foi criada especialmente para sintetizar e compreender o conteúdo dos argumentos utilizados por jornais e propagandas inimigos, e, somente após isso, passou a ter aplicação em estudos acadêmicos de comunicação política (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 174).

É importante destacar que a fase analítica depende da correta e coerente aplicação dos métodos de coleta, pois para a AC as mesmas fontes de dados podem gerar diferentes estudos. Carlomagno e Rocha (2016) delineiam uma interessante abordagem da AC em artigo sobre a criação de categorias a partir dos pressupostos do método. Os autores ancoram-se na perspectiva norte-americana, que encontra em Laswell (1982) um “clássico fundador da área” que inspirou e foi referência para os apontamentos de Bardin (1977), autora cuja obra é usualmente encontrada nas investigações que utilizam o método desenvolvido no Brasil.

Segundo Carlomagno e Rocha (2016), em Laswell (1982) e seus coautores e parceiros de pesquisa, encontram-se os aspectos fundamentais da metodologia. “A metodologia de análise

de conteúdo se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos” (CARLOMAGNO; ROCHA; 2016, p. 175).

Na perspectiva defendida pelos autores, a AC é um método quantitativo, embora atue com as características e qualidades dos conteúdos. Os autores afirmam que é um equívoco tentador ¹³⁴classificá-la como qualitativo, mas isso ocorre, sobretudo nas ciências humanas, em virtude da resistência em relação ao termo quantitativo (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016). Os autores definem a pesquisa quantitativa para além da busca por dados que medem somente e apenas quantidades. Ancorados nas reflexões de Laswell, os autores compreendem que a AC soluciona de forma adequada a descrição dos quadros de atenção em termos quantitativos. Para eles, ser quantitativa é a própria natureza da AC. Embora compreendamos o que os autores criticam na designação comumente aplicada à AC como método de abordagem qualitativa, nesta questão concordamos com Bardin (1977), que fornece referencial base para compreendermos os aspectos qualitativos da análise, principalmente no que se refere às inferências e a adequada atenção ao contexto sócio-histórico que deve ser dispensado às textualidades analisadas. Por isso, destacamos que nos inspiramos em Carlomagno; Rocha, (2016) e seus apontamentos sobre categorização, que nos ajudaram a sistematizar nossas variáveis, porém reforçamos que nossa investigação é qualitativa.

Bardin (1977) fornece modos de ver os objetos que permitem observar a relação destes com outros códigos presentes no texto para além do verbal. Ao mesmo tempo, a autora destaca que a análise qualitativa não rejeita a quantificação, mas trata-se de um duplo movimento que gera elementos de confiabilidade para a categorização. Em suma, pode-se afirmar que a análise qualitativa, na AC, é caracterizada pela inferência e está assentada na observação sistemática do índice – que podem ser os temas, as categorias, palavras etc. – e não necessariamente na relação de frequência em que aparece nas comunicações (BARDIN, 1977; FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997; ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

De acordo com Carlomagno e Rocha (2016), a AC é comumente encontrada no campo da comunicação sendo utilizada tanto em estudos acerca da produção quanto da recepção, mas seu uso não está restrito à área: política externa e relações internacionais; administração e marketing; saúde e revisões bibliográficas, são alguns dos tipos de campos e estudos que se valem da AC para buscar seus resultados (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

A AC obedece, necessariamente, o rigor da objetividade e a interpretação criativa da subjetividade, além de exigir disciplina para aplicação de suas etapas e um profundo conhecimento do objeto e suas materialidades simbólicas, o que certamente vai garantir

direcionamento intuitivo coerente com a perspectiva teórica adotada, e uma potente dose de criatividade na definição das categorias de análise (FREITAS; CUNHA; MOSCAROLA, 1997; CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Por adotarmos a AC na perspectiva quantitativa-qualitativa, consideramos importante elucidar que Bardin (1977) considera a pesquisa qualitativa como uma abordagem capaz de observar os índices e as unidades de análise como parte das relações sociais e dos processos de significação realizados pela humanidade. Portanto, a AC pode ser aplicada em pesquisas qualitativas que possuem como eixo central a busca pela produção de sentidos, representações, cultura, opiniões e até de suas percepções, afinal, trata-se de elementos da vida humana construídos intersubjetivamente. Assim, é possível construir novas interpretações para processos sociais e até mesmo desvelar, revisar e/ou criar outras compreensões acerca das relações sociais (TURATO *et al.*, 2008; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021; MINAYO, 2010). “As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas” (JANIS, 1982 [1949], p. 53 *apud* CARLOMAGNO; ROCHA, 2016 p. 175). A classificação dos conteúdos e as inferências, baseadas em um referencial teórico, podem “determinar as relações entre uma determinada característica (conteúdo) das comunicações e (a) as características do comunicador, (b) as características da audiência, ou (c) alguma outra característica (de conteúdo ou não) da comunicação.” (JANIS, 1982 [1949], p. 53 *apud* CARLOMAGNO; ROCHA, 2016 p. 175). A presente investigação está preocupada com as características do conteúdo, no caso as textualidades oriundas das dimensões comunicativas, e suas relações com a produção de sentidos sobre famílias e como elas são inseridas em espaços amplamente acessíveis para que circulem em esferas de discussão.

6.1.1 *Percurso analítico: classificação, categorização e inferências*

O livro de Análise do Discurso de Bardin (1977) tornou-se um cânone em virtude do pioneirismo, já que foi um dos primeiros traduzidos para o português e permanecendo durante anos como sendo um dos únicos a delinear de forma prática o caminho metodológico. O avanço e aperfeiçoamento da técnica ao longo dos anos de utilização, revisão e reinterpretação das acepções da autora permitiu um olhar ainda mais prático e dinâmico para aplicação do método, como fizeram Silva e Fossá (2015) em trabalho no qual desenvolvem um exemplo de aplicação técnica da AC. É nele que nos inspiramos para nossa análise.

De acordo com as autoras, a análise ocorre em várias etapas organizadas em três fases: pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Fase 1 - Pré-análise

“(...) desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise (...)” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 03). Os materiais já deverão estar transcritos em formato de texto e deverão ser organizados de forma a direcionar as próximas operações de análise.

Esta fase compreende a:

- a) Leitura flutuante: é o primeiro contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer os textos, entrevistas e demais fontes a serem analisadas;
 - b) Escolha dos documentos: consiste na definição do corpus de análise;
 - c) Formulação das hipóteses e objetivos: a partir da leitura inicial dos dados;
 - d) Elaboração de indicadores: a fim de interpretar o material coletado;
- (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 03)

Chamando atenção para os critérios de escolha do conteúdo a ser analisado, as autoras, apoiadas em Bardin, orientam a observação das regras de 1) exaustividade: para que os dados correspondam ao problema que se pretende compreender; 2) representatividade: em caso de amostragem é preciso ter dados amostrais significativos para a análise; 3) homogeneidade: os materiais devem ser similares, para que haja linearidade na análise (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Fase 2 - Exploração do material

“(...) consiste na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 03). Codificação é a organização do material em unidades de registro representativas, como parágrafos, por exemplo, elas são enumeradas e busca-se em seu interior destacar palavras-chave, temáticas ou argumentos que norteiam. É o início do processo inferencial que leva à compreensão dos sentidos ali contidos, assim como do formato que o conteúdo toma em cada categoria temática.

Nessa fase, o *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) auxiliou a codificação dos dados. O Iramuteq foi desenvolvido pelo francês Pierre Ratinaud e trata-se de um software na linguagem R utilizado em processamento e análises estatísticas de textos (MOIMAZ *et al.*, 2016). A plataforma permite a

elaboração de diferentes gráficos, dentre os quais destacamos três que nos auxiliarão inicialmente: (a) nuvem de palavras, (b) gráfico de similitude e a (c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método de Reinert, que reúnem e organizam graficamente os termos e suas relações a partir de suas frequências nos segmentos de textos inseridos na plataforma. As classificações geradas pelo software permitiram compreender quais categorias emergem dos textos (MINAYO, 2010). Abordaremos explicações sobre o software mais à frente.

Fase 3 - Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

“(...) consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação). A análise comparativa é realizada através da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise (...)” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 04). Nessa fase é preciso destacar as semelhanças e as diferenças de cada categoria temática.

Em resumo:

(...) o método de análise de conteúdo compreende as seguintes fases: 1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos); 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral; 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico; 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza); 6) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns; 7) agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais); 8) inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 04).

As autoras abordam um esquema metodológico minucioso, pelo qual seremos norteados, tendo em vista a constante reelaboração do processo a partir das necessidades do nosso próprio objeto. Embora sejam meticulosas, suas abordagens acerca das categorias carecem de aprofundamento. Em nossas pesquisas exploratórias e em virtude da necessidade de darmos especial atenção a formulação das categorias, buscamos em estudo do campo de interface entre Comunicação e Política o referencial necessário. A seguir, destacamos a etapa de elaboração das categorias a partir dos conteúdos localizados com uso de software de tratamento de dados e os conteúdos serão analisados sob a lente do referencial teórico.

Se a categorização deve, de fato, atender aos interesses da questão de pesquisa do investigador, um acordo mínimo com a literatura é imprescindível para que as pesquisas possam ser comparáveis. Se, por exemplo, na antropologia isto não seria um problema (já que cada objeto é único e as conclusões só são válidas para aquele caso), um dos objetivos da ciência política é a extrapolação de suas conclusões, isto é, a formulação de explicações gerais para grandes fenômenos (CARLOMAGNO;

ROCHA, 2016, p. 183).

Carlomagno e Rocha (2016) sistematizam as regras fundamentais para criação de categorias em AC que tomamos como referência, porém sem necessariamente segui-las à risca, em virtude do caráter qualitativo ao qual nos propomos, por isso evidenciaremos as regras que tomamos para nossa análise:

Regra 1: regras claras de inclusão e exclusão nas categorias:

Elaboração de um “livro de códigos” com regras claras e formalizadas, descritas objetivamente, sobre critérios de inclusão e exclusão de determinados conteúdos nas respectivas categorias desenvolvidas. As regras são, com efeito, semânticas. As informações de inclusão/exclusão devem ser completas e suficientes, evitando dubiedades.

a) Regra 3: As categorias não podem ser muito amplas

É preciso apontar significados práticos aos conteúdos e para isso é necessário que as categorias sejam estritas. As categorias devem ser homogêneas quanto aos seus conteúdos internos e heterogênea entre grupos de categorias.

b) Regra 4: as categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis, e “outro” precisa ser residual (exaustividade)

As categorias precisam dar conta de o máximo possível do conteúdo analisado. A categoria “outro” deve ser preenchida com aquilo que de fato não foi possível tematizar, quando esta categoria rivaliza com as demais pode apontar problemas na criação das categorias de classificação do estudo.

c) Regra 5: Objetividade, sem subjetivismos ("confiabilidade")

É fundamental que os elementos estejam classificados objetivamente, sem depender da subjetividade de quem está analisando. Observadores diferentes precisam relatar a mesma coisa, ou o mais próximo, acerca do mesmo conteúdo nas mesmas condições de mensuração e análise. É o fator da “Comparabilidade/Adaptabilidade”.

6.1.2 Uso do software Iramuteq para classificação e categorização do corpus

O Iramuteq é um software livre e de código aberto, desenvolvido em linguagem R e disponível para diferentes plataformas (Windows, Linux e macOS). Oferece uma ampla gama de recursos para a análise de dados textuais, incluindo a preparação dos dados, a exploração de padrões, a identificação de temas e a visualização dos resultados (BEDANTE, 2018). Uma das principais características do Iramuteq é sua capacidade de realizar análises lexicais e de

concordância, permitindo a identificação de palavras-chave, a construção de nuvens de palavras e a extração de termos mais frequentes ou associados a determinados contextos.

O Iramuteq tem sido amplamente utilizado em pesquisas qualitativas que envolvem a análise de dados textuais, como entrevistas, questionários abertos, diários, discursos e documentos diversos. Ele permite aos pesquisadores explorarem e interpretarem grandes volumes de dados textuais de maneira sistemática e eficiente, contribuindo para a compreensão de fenômenos complexos e a identificação de padrões e temas recorrentes.

O software é particularmente útil em estudos de natureza interpretativa, nos quais os pesquisadores buscam compreender as representações e os discursos presentes em determinado corpus textual. Ele pode auxiliar na identificação de diferentes perspectivas, polaridades e tendências, bem como na visualização gráfica dessas informações por meio de mapas e gráficos. Para compreendermos o atual estado da arte do uso do software na elaboração de trabalhos no Brasil, realizamos pesquisa da palavra-chave “iramuteq” no catálogo de dissertações e teses da CAPES³⁶, em que foram localizados 48 trabalhos, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Localização da palavra-chave Iramuteq no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes
Grande Área do Conhecimento

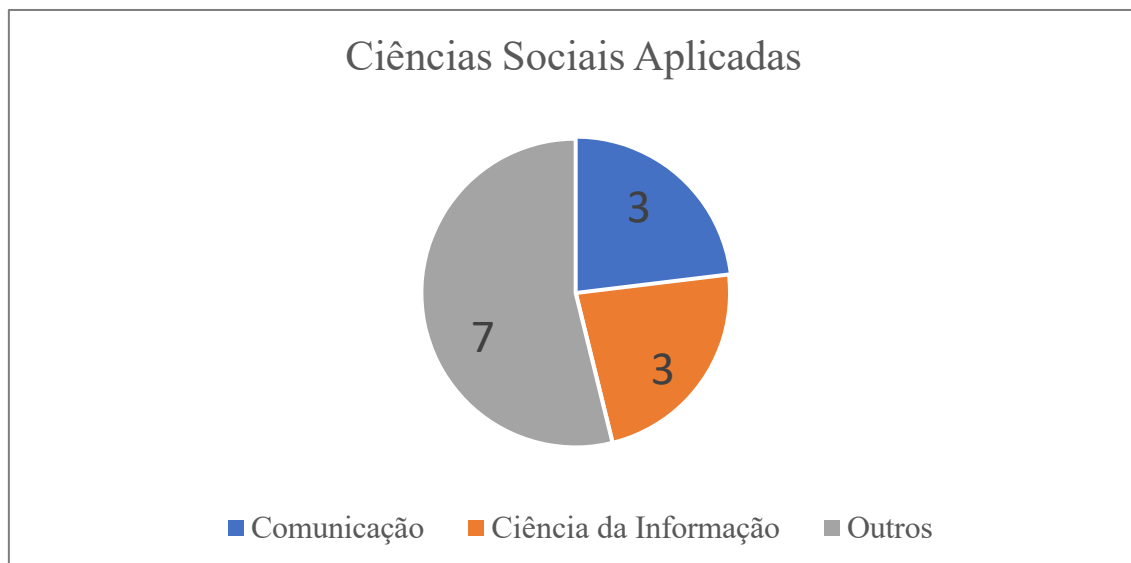
Ciências Humanas	17
Multidisciplinar	14
Ciências Sociais Aplicadas	13
Ciências da Saúde	3
Ciências Exatas e da Terra	1
Total	48

Fonte: autoria própria.

Destacamos a predominância de trabalhos na Grande Área de Conhecimento Ciências Humanas. Observamos que a Grande Área de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas apresentou 13 pesquisas, como pode ser visto no Gráfico 1, sendo a Área de Conhecimento Comunicação e Informação com 6 trabalhos e a Área de Concentração Comunicação com 3 pesquisas, destas, 2 são dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado.

³⁶ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>

Gráfico 1 – Localização da palavra-chave Iramuteq na Grande Área de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas



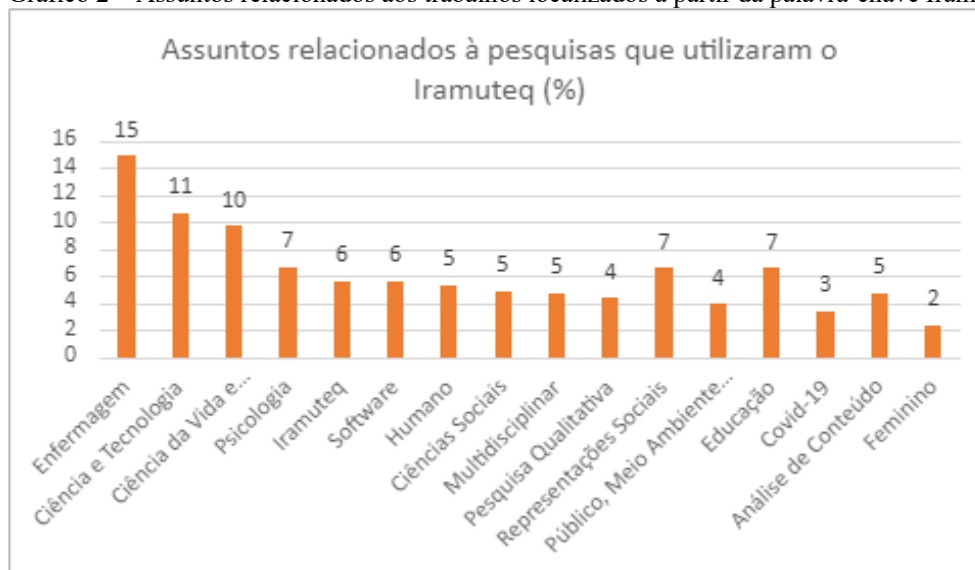
Fonte: autoria própria.

Embora tenhamos a compreensão de que a plataforma pode estar desatualizada ou o algoritmo de pesquisa não tenha entregado todos os trabalhos existentes em seu banco, podemos inferir que o Iramuteq ainda é um software pouco utilizado em Comunicação. Portanto, este trabalho se mostra promissor ao apontar possibilidades efetivas de uso na área.

No portal de periódicos da CAPES³⁷, pesquisamos na caixa de busca, inserindo a palavra “iramuteq”, os artigos científicos publicados em revistas qualificadas e avaliados por pares que utilizaram o software. Encontramos 1278 publicações, lançadas entre os anos de 2013 e 2023. A ferramenta de pesquisa nos apresentou os artigos localizados agrupados de acordo com as categorias temáticas abordadas no conteúdo dos trabalhos, o destaque, como pode ser visto no Gráfico 2 é para o assunto “enfermagem”.

³⁷ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>

Gráfico 2 – Assuntos relacionados aos trabalhos localizados a partir da palavra-chave Iramuteq



Fonte: autoria própria

Ao localizarmos o assunto “enfermagem” com cerca de 15% dos trabalhos que utilizaram o Iramuteq podemos inferir que, conforme os autores consultados já apontavam, a ferramenta é uma tradição das disciplinas que atuam com saúde humana, com foco, também, na psicologia. A decisão de usarmos o software nesta pesquisa está embasada na trajetória de uso da ferramenta em trabalhos que dialogam com o problema de pesquisa aqui apontado e com a metodologia de análise escolhida, tal qual pode ser visto no Gráfico 2, em que 5% dos trabalhos que utilizam o software desenvolvem análise de conteúdo, 7% com representações sociais, 4% com pesquisa qualitativa e outros 5% com o fator humano.

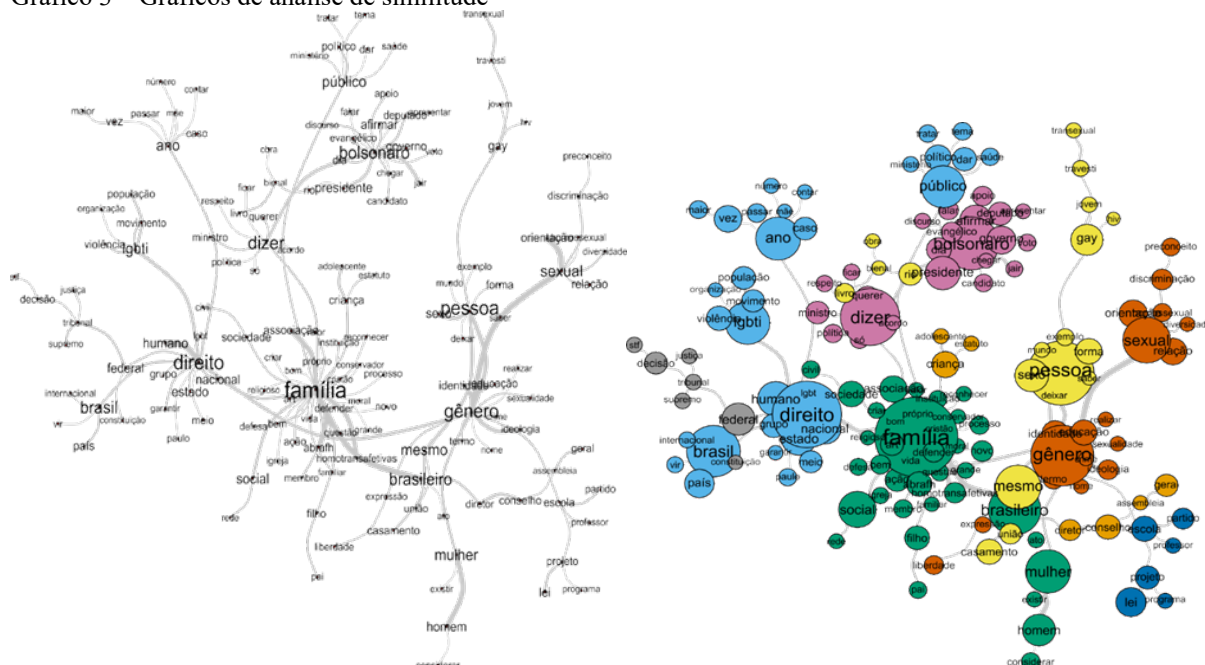
O software é gratuito e de fonte aberta, e permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas indivíduos/palavras. As análises sobre corpus textuais incluem estatísticas textuais clássicas, pesquisa de especificidades a partir de segmentação definida do texto, Classificação Hierárquica Descendente (CHD) conforme o método descrito por Reinert, análise de similitude de palavras presentes no texto e nuvem de palavras. Já as análises sobre tabelas indivíduos/palavras incluem CHD conforme algoritmo proposto por Reinert, CHD por matrizes de distância e análise de similitude (por exemplo, de palavras resultantes de evocações livres).

De acordo com Camargo e Justo (2013, p. 515):

nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares.

possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras - realizada na matriz entregando a frequência de ocorrência entre dois termos - e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação. O resultado da co-ocorrência é a construção de um grafo com todas as ligações possíveis para cada um dos termos (MARCHAND; RATINAUD, 2012). Com o gráfico plotado, há a possibilidade de visualizar as relações entre os termos centrais do corpus analisado com os termos subjacentes, sendo que o grau de relação entre as palavras se concretizam pelos núcleos em que estão inseridas e pelo nível de espessura das conexões existentes entre as mesmas (CARNEIRO; LOPEZ; DIAS, 2022, p.7).

Gráfico 3 – Gráficos de análise de similitude



Fonte: gerado pelo Iramuteq.

Na interface dos resultados da análise de similitude é apresentada uma árvore. O gráfico auxilia na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (MARCHAND; RATINAUD, 2012). Ver exemplo de gráficos de análise de similitude no Gráfico 3.

De acordo com Marchand e Ratinaud (2012), a análise de similitude permite estudar a proximidade e as relações entre os elementos de um conjunto, na forma de árvores máximas: o número de ligações entre dois itens evoluindo procura reduzir o número destas ligações para chegar a “um grafo conexo sem ciclo”. A análise de similitude permite descrever classes lexicais, perfis de especificidade ou mesmo corpora inteiros:

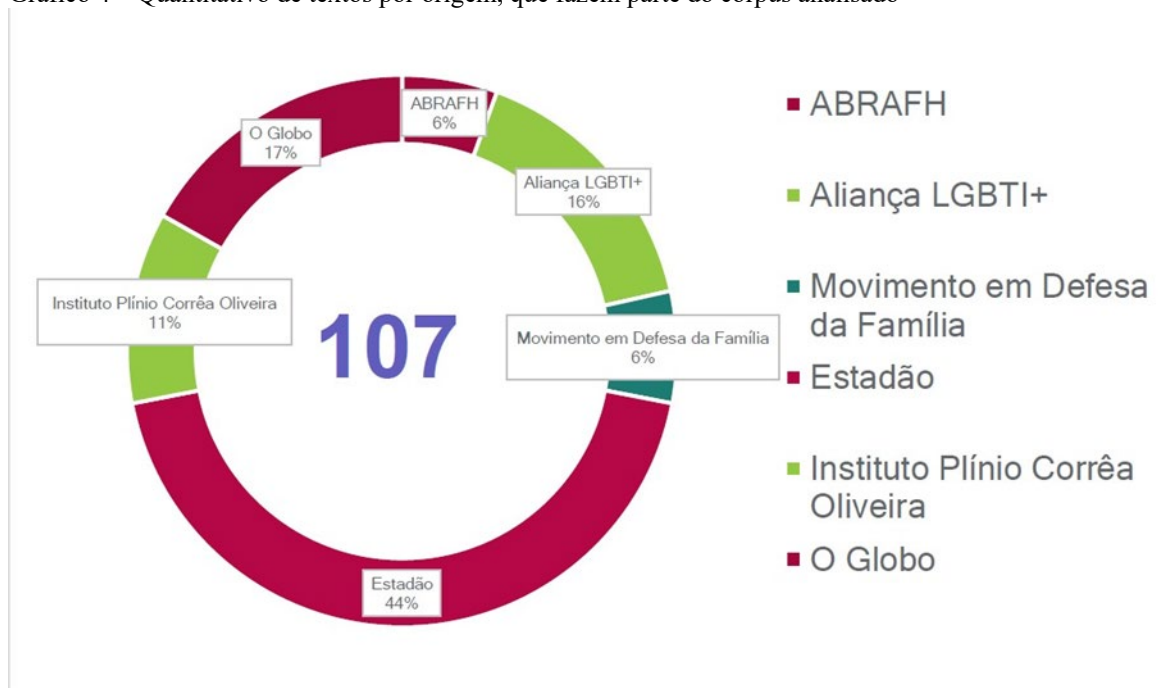
Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou Método de Reinert é uma análise que destaca em dendogramas os segmentos de textos que obtiveram vocabulário semelhante entre si, permitindo, ainda, que possamos reconhecer grupos de segmentos que são diferentes entre si e concomitantemente excludentes entre si, como sugere o cânone da Análise de Conteúdo. O Iramuteq organiza e agrupa as palavras em classes distintas. Os dendogramas gerados indicam a quantidade e composição de palavras, em suas relações lexicais, em quantidade e proporção. Cada palavra apresenta um valor de qui-quadrado (χ^2)³⁸ que aponta o laço de associação entre palavras e classes – quanto mais alto o valor de qui-quadrado mais significativa é a associação (CAMARGO, JUSTO, 2013). As representações das relações entre as classes, fornecidas pelo dendrograma, apresentam resultados que permitem descrever cada uma das classes, que são fundamentadas no vocabulário léxico e suas variáveis (REINERT, 1987).

6.2 Montagem, formatação e codificação do *Corpus* no Iramuteq

O *corpus* é composto de 107 textos, num total de 113.121 ocorrências (palavras ou expressões). Cada texto do corpus contempla como variáveis características o número ordinal do texto, sua origem, podendo ser da ABRAFH, Aliança Nacional LGBTI+ — AliancaLGBT, Movimento em Defesa da Família — DefesaFamília, do portal Estadão — Estadao, do Instituto Plínio Corrêa Oliveira — InstPlinio ou ainda do portal O Globo — OGlobo, além disso, uma variável adicional que indica em que ano esse texto foi produzido. O Gráfico 4 resume quantos textos, por origem, compõem o *corpus*.

³⁸ O qui-quadrado (chi-quadrado ou χ^2) é um teste estatístico utilizado para determinar se há uma associação significativa entre duas variáveis categóricas em uma amostra. O teste se baseia na comparação das frequências observadas (os dados coletados) com as frequências esperadas (os valores que seriam esperados se as duas variáveis fossem independentes).

Gráfico 4 – Quantitativo de textos por origem, que fazem parte do corpus analisado



Fonte: autoria própria.

Antes de gerar qualquer gráfico ou análise por meio do Iramuteq é necessário preparar o corpus textual. Conforme visto nos primeiros tópicos deste capítulo, coletamos matérias jornalísticas dos portais Estadão e O Globo e materiais informativos dos sites das instituições Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, Movimento Cristão em Defesa da Família, Abrafh e Aliança Nacional LGBTI+.

Os textos das matérias jornalísticas coletadas nos dois portais da imprensa de qualidade foram inseridos em dois arquivos do formato .txt. Nos arquivos com títulos que se referiam a cada site de onde foram retirados, os textos foram inseridos um abaixo do outro separados por uma linha de comando. Consideramos apenas título, subtítulo e corpo do texto. Imagens, legendas de imagens e propagandas foram descartadas. Cada texto - grupo de palavras que interagem entre si dando sentido ao texto - corresponde, segundo o manual do Iramuteq, ao Texto, o conjunto de Textos conforma o *Corpus* textual e cada Texto é formado por Segmentos de Textos que são dimensionados pelo próprio software de acordo com o tamanho do texto, normalmente não ultrapassam três linhas.

As linhas de comando funcionam como ponto de divisão para que o software entenda que a partir dali inicia um texto, assim ele consegue analisar cada texto separadamente e depois elaborar as análises com os outros textos. Exemplo da linha de comando utilizada para separar as matérias: ***** *Texto_0001 *Portal_ABRAFH *Ano_2016. O texto deve ser revisado cuidadosamente pelo pesquisador, pois o Iramuteq não possui revisor e a máxima atenção na

inserção do conteúdo permite maior confiabilidade nas análises estatísticas do software. Os trechos dos *corpus* apresentados ao longo da análise são referenciados seguindo as regras de organização do manual do Iramuteq, desta forma o leitor pode localizar o excerto no material apresentado no apêndice.

7 RESULTADOS E ANÁLISES

Neste capítulo, descrevemos os resultados encontrados após a sistematização dos dados e aplicação do *corpus* no software Iramuteq e apresentamos as análises, a partir das interpretações sob a ótica do nosso referencial teórico e as inferências com foco na contextualização dos materiais analisados. Para isso, exercitamos alguns movimentos de escrita que consideramos fundamental para melhor entendimento do leitor.

O primeiro movimento foi a apresentação dos dados gerais das dimensões da luta política discursiva de movimentos sociais e da visibilidade midiática gerados, em conjunto, pelo Iramuteq, assim como a análise da Nuvem de Palavra e do Gráfico de Similitude, considerando o *corpus* textual das duas dimensões.

O segundo movimento foi a descrição dos dados gerados pelo Iramuteq por meio da inserção do *corpus* referente à dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais, que está dividido em dois âmbitos: conservadores e progressistas; e que analisamos textos do site do Movimento em Defesa da Família e Instituto Plínio Corrêa de Oliveira; e os textos dos sites da ABRAFH e Aliança LGTI+. O terceiro foi a apresentação dos dados gerados na dimensão da visibilidade midiática, quando rodamos no Iramuteq o *corpus* referente aos textos dos portais Estadão e O Globo, e as análises desse material. O *corpus* desta dimensão, por serem materiais jornalísticos, mobilizaram outra condição de sistematização dos dados, além da aplicação no Iramuteq, submetemos o material à uma ficha de levantamento de informações com o objetivo de entender: o tipo de material jornalístico (notícia; reportagem); categorizar as fontes; e identificar a editoria jornalística ao qual o material estava ancorado.

O quarto e último movimento apresenta uma síntese dos achados por meio da análise das tensões, contradições, argumentos e sentidos sobre famílias oriundos dos *corpora* analisados.

7.1 Dados gerados pelo Iramuteq a partir do *corpus* das duas dimensões comunicativas

Considerando todo o *corpus* das duas dimensões comunicativas, o primeiro resultado que o Iramuteq apresenta são as estatísticas. Para o presente *corpus*, composto por 107 textos, o número de ocorrências (palavras ou expressões) existente no *corpus* é de 113.121 ocorrências, o número total de formas ativas lematizadas³⁹ é de 7.774 e o número de hápax (ou

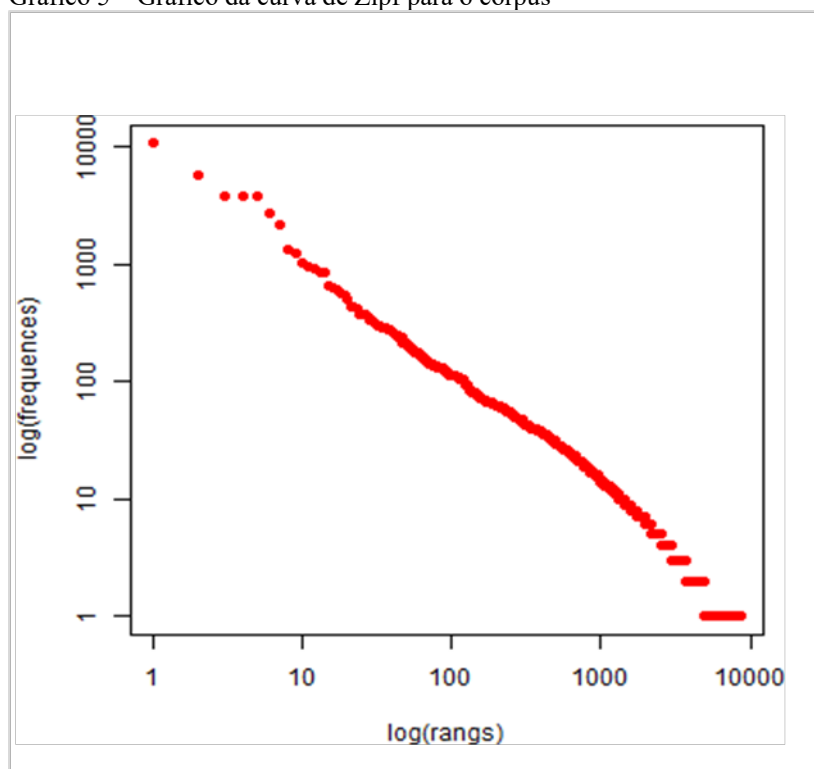
³⁹ A lematização é o processo de converter palavras em seus lemas. Lemas são formas básicas, simplificadas ou canônicas de palavras, geralmente utilizadas em linguística e processamento de linguagem natural. Um lema é

palavras que aparecem uma única vez no corpus) é de 3.634.

Durante o processamento, o software aplica ao *corpus* o processo de lematização, que consiste em converter internamente todas as palavras para minúsculo e em seguida as palavras do plural para o singular, as do gênero feminino para o masculino e, as flexões verbais para o infinitivo, segundo seu dicionário de formas para o português do Brasil. Formas não reconhecidas não sofrem esse processo. Isso permite uma contagem estatística mais precisa e que as outras ferramentas do Iramuteq sejam aplicadas adequadamente.

Conforme a curva no gráfico de Zipf do Gráfico 5 a seguir, as palavras do *corpus* possuem uma distribuição dentro do esperado, em termos de formas suplementares e ativas.

Gráfico 5 – Gráfico da curva de Zipf para o corpus



Fonte: gerado pelo Iramuteq.

No primeiro caso, das formas suplementares, existem 10 palavras que se repetem mais de 1000 vezes no *corpus*, chegando a existir uma palavra com mais de 10.000 aparições. No segundo caso, das formas ativas com suplementares, existem 109 palavras que se repetem entre 100 e 1000 vezes. Palavras que se repetem de 5 a 100 vezes são em número de 2.392, e de 2 a 4 vezes são em número de 2.440. Já os hápax seguem também um padrão de distribuição

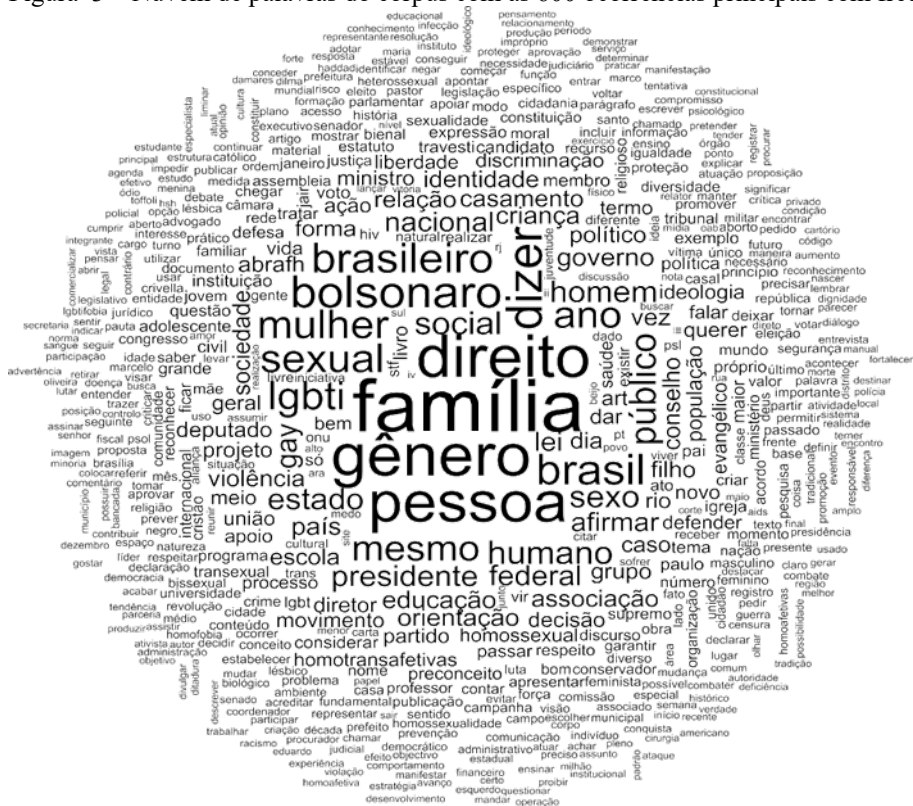
a forma que representa uma palavra em seu estado básico, sem inflexões ou conjugações. No IRaMuTeQ o processo de lematização converte palavras do gênero feminino para o masculino, do plural para o singular e as flexões verbais para o infinitivo.

coerente, sendo um total de 3.634 palavras, mas que representam apenas 3,21% do número de ocorrências no *corpus*.

7.1.1 Nuvem de Palavras

A nuvem de palavras com as 600 ocorrências ativas principais, apresentada na Figura 6 a seguir, nos apresenta uma visão abrangente dos termos mais utilizados nos textos. Aí estão palavras cuja frequência é maior ou igual a 3.

Figura 3 – Nuvem de palavras do corpus com as 600 ocorrências principais com frequência 3 ou mais



Fonte: autoria própria.

Representa assim, conjuntamente, os termos mais frequentes dos textos presentes no *corpus*, sendo as 10 principais palavras ou expressões ativas mais citadas: ‘família’ (N=558), ‘gênero’ (N=441), ‘direito’ (N=439), ‘pessoa’ (N=422), ‘dizer’ (N=337), ‘bolsonaro’ (N=316), ‘Brasil’ (N=298), ‘brasileiro’ (N=290), ‘mulher’ (N=275) e ‘sexual’ (N=275).

Palavras com frequência 2 ou hápax, ou ainda formas suplementares, são normalmente ignoradas nas ferramentas de processamento de texto do Iramuteq, incluindo a nuvem de palavras. Reduzindo-se a quantidade de palavras na nuvem para palavras cuja frequência mínima é 57, pois a partir desse número a frequência cai bastante; chegamos à Figura 7, a seguir,

desenvolvido por ativistas de ambos os espectros: progressistas e conservadores, principalmente quando está relacionado ao judiciário, onde ocorrem as principais conquistas da luta por reconhecimento de pessoas LGBTQIA+ e da pauta de gênero; e ao legislativo, onde o lobismo cristão fundamentalista impera na tentativa de impedir avanços no que diz respeito ao arcabouço legal do país.

Considerando que o *corpus* traz luz ao que grupos conservadores e progressistas inserem como argumento sobre famílias na agenda de visibilidade ampliada, a nuvem de palavras dá indícios, ao mostrar Bolsonaro como uma das palavras mais citadas, que há uma centralidade para a família nos textos quando Bolsonaro aparece. É fundamental lembrarmos que grupos de extrema direita se manifestam veementemente contra princípios como os direitos de grupos frequentemente marginalizados, incluindo a comunidade LGBTQIA+, negros e praticantes de outras vertentes religiosas, bem como questões relacionadas ao gênero. Esses extremistas se opõem de forma resoluta às iniciativas que promovem reconhecimento e igualdade, seja em propostas programáticas ou em agendas institucionais (IGNAZI, 2003; KARAPIN, 1998; ZASLOVE, 2009). De acordo com Von Beyme (1988), esse ressurgimento é consequência de um processo de radicalização de segmentos da classe média branca. Descontentes com a crescente inclusão de grupos mais desfavorecidos em espaços que antes consideravam exclusivos, esses indivíduos buscam resistir a mudanças significativas, aspirando preservar tradições que perpetuam as desigualdades, com cada classe social “conhecendo” seu papel pré-determinado.

É fundamental observarmos, também, que, dos 4 anos que representam o recorte do nosso *corpus*, Bolsonaro era presidente em apenas um ano (2019), no outro circulava como candidato (2018), e nos demais possuía uma tímida participação no Congresso Nacional (2016-2017), conseguindo destaque apenas pelas bizarrices reverberadas por veículos de comunicação. A nuvem nos mostra que ‘brasil’ e ‘brasileiro’ já circulavam ao lado de “família” na esfera de visibilidade ampliada, sendo os termos tradicionalmente relacionados ao nacionalismo de extrema direita que defende a família tradicional e que emergiu no Brasil na última década. É importante salientar, conforme destaca Brown (2019), que esses movimentos emergentes introduzem componentes que não são típicos das direitas convencionais, incorporando uma mistura intrigante de moralismo, nacionalismo, conservadorismo cristão e racismo (BROWN, 2019). Estes elementos também se alinham à agenda neoliberal, que ainda defende a promoção do capital, subjugação do trabalho, o próprio nacionalismo e a imposição de moralidade tradicional e antielitismo populista (BROWN, 2019).

Outra observação importante é relembrar que nas quatro formações de palavras-chave

que utilizamos para fazer as buscas no material da dimensão da visibilidade midiática, apenas uma envolvia o sobrenome do ex-presidente, ei-las: família e sexualidade; família e homoafetiva; família e homossexualidade; família e tradicional; família e Bolsonaro.

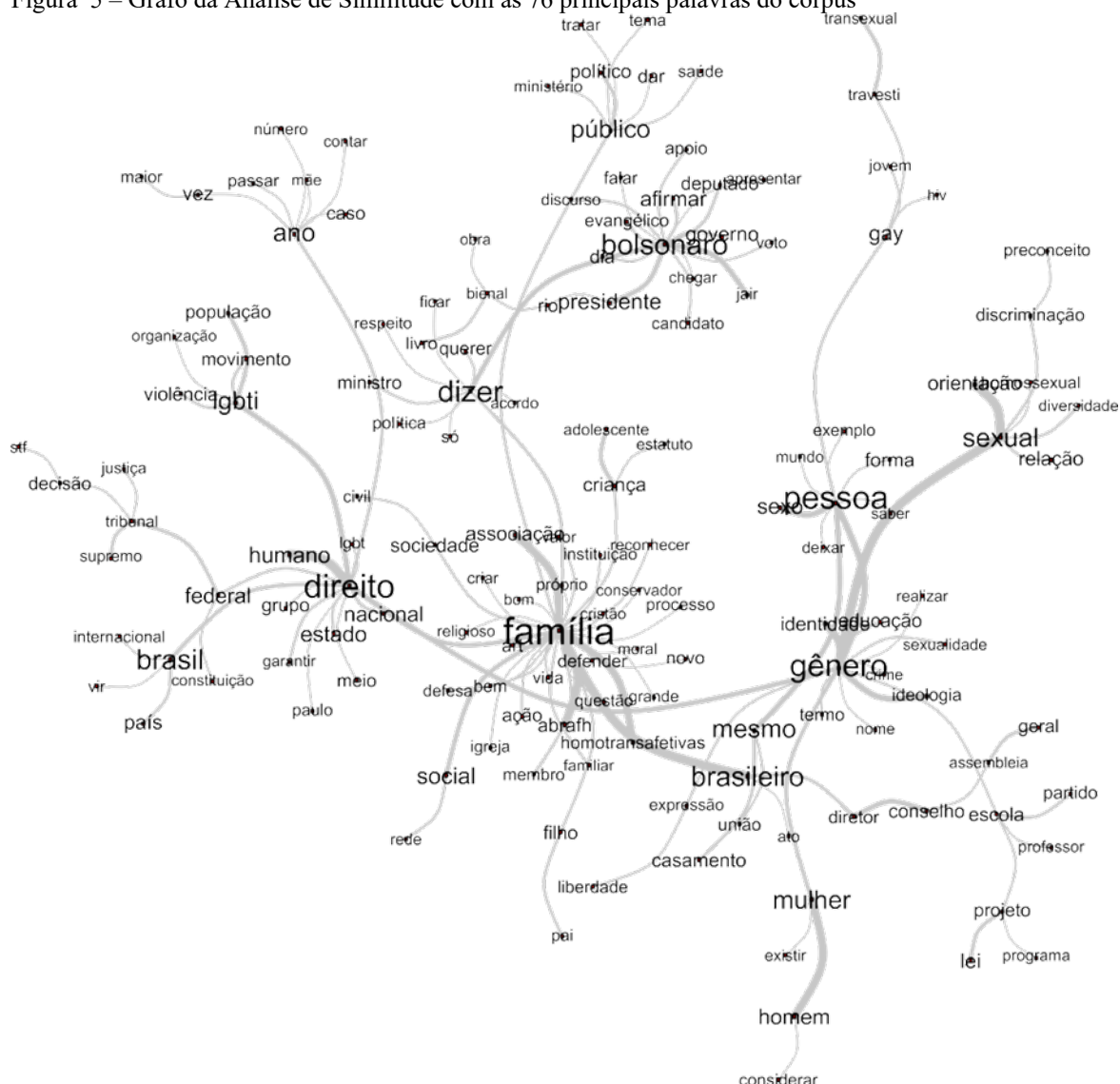
Entendemos, portanto, que Bolsonaro figura como palavra central quando família é posta na cena midiática no período analisado, pois aparece como um dos mais citados na nuvem de palavras.

A nuvem de palavras nos ajuda, ainda, na verificação e validação do processo de coleta de dados. Considerando nossos objetivos, geral e específicos, e na expectativa de desenvolver uma pesquisa moldada a partir de critérios relevantes e confiáveis de dados analisáveis, podemos observar que os textos possuem léxicos que reúnem as condições para que seja aplicada a Análise do Discurso, segundo Bardin, afinal, temos entre as palavras mais citadas aquelas cuja ocorrência sugerem a presença de reflexões sobre família na perspectiva do debate político contemporâneo e a partir das interpelações das pautas de sexualidade, gênero, conservadorismo e governo Bolsonaro.

7.1.2 *Análise de Similitude*

Análise de Similitude é a representação, por meio de um grafo, da estrutura do conteúdo do *corpus* que normalmente utiliza a co-ocorrência de formas lexicais dos textos para sua construção. Ao se analisar esse resultado é possível identificar conexidade entre as formas linguísticas do conjunto de textos, remetendo ao modo como o conteúdo está estruturado. Em especial, nessa construção, utilizou-se as mesmas 152 palavras priorizadas na nuvem de palavras anterior.

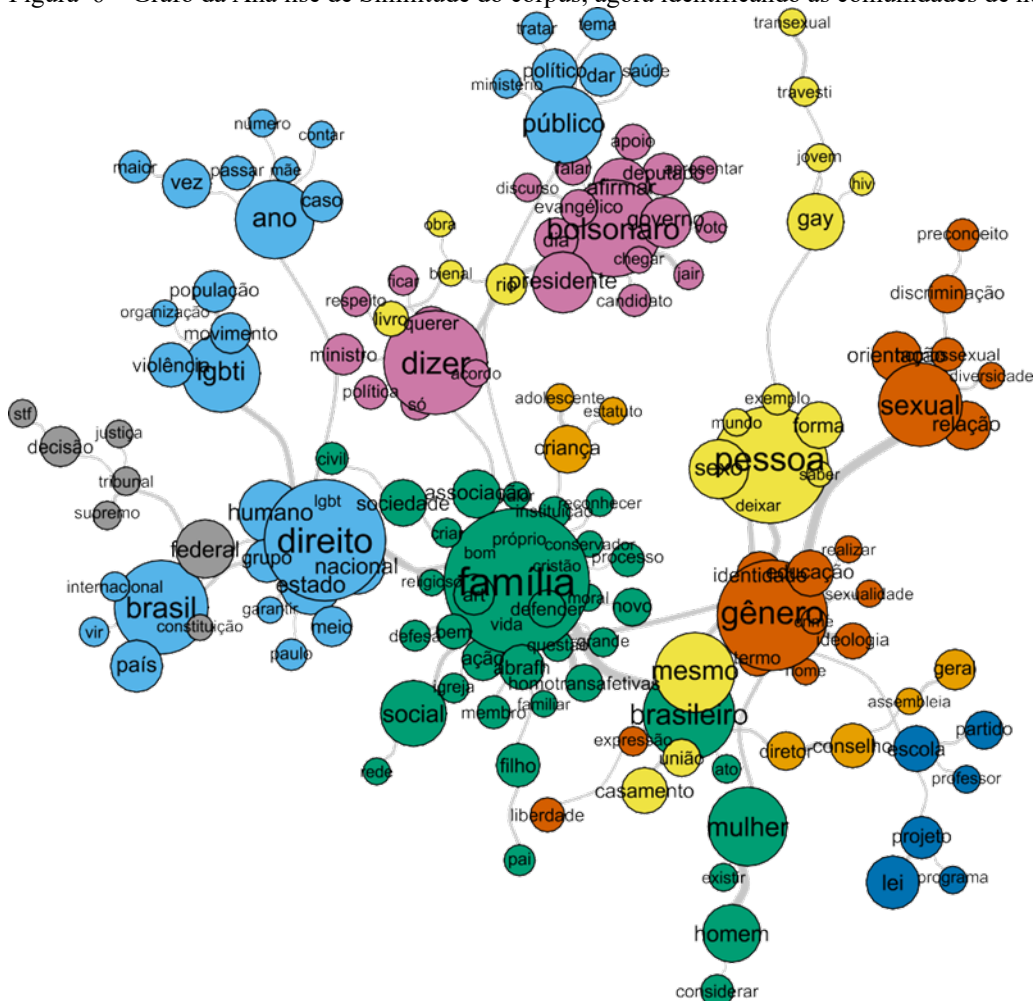
Figura 5 – Grafo da Análise de Similitude com as 76 principais palavras do corpus



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

Agora podemos estabelecer relações entre os termos, em que (a) ‘família’, assim como (b) ‘gênero’, (c) ‘sexual’, (d) ‘direito’, (e) ‘pessoa’, (f) ‘dizer’ e (g) ‘bolsonaro’ formam sete grandes centros e ligadas a essas palavras temos fortemente ‘defender’, ‘identidade’, ‘orientação’, ‘humano’, ‘sexo’ e ‘jair’, respectivamente. Dentro do Iramuteq é possível aplicar nesse mesmo grafo o conceito de comunidades. Com base na co-ocorrência de palavras nos textos, o resultado pode ser apresentado na forma de comunidades linguísticas, identificadas por cores distintas, no grafo gerado. Isso facilita a apresentação e leitura do resultado ao agrupar, graficamente, termos próximos no *corpus*.

Figura 6 – Grafo da Análise de Similitude do corpus, agora identificando as comunidades de núcleos temáticos



Autoria: Gerado pelo Iramuteq.

O mesmo grafo é agora apresentado destacando-se suas comunidades. Fica claro a identificação dos núcleos temáticos, onde ‘gênero’ e ‘sexual’ pertencem a uma mesma comunidade, assim como ‘direito’, ‘Brasil’, ‘lgbt’, ‘ano’ e ‘público’ estão dentro da mesma comunidade linguística e ainda as comunidades em torno das palavras ‘família’, ‘brasileiro’, ‘mulher’ e ‘homem’, ou ‘pessoa’, ‘gay’, as quais são as expressões-chave que conectam todos os temas.

Cada comunidade recebe, aleatoriamente, uma cor associada, e esse resultado pode ser interpretado pelas palavras que se ligam, bem como pela força de ligação entre as palavras, representada no grafo pela espessura da linha cinza que as conecta. É importante destacar também que o círculo, em torno de cada palavra, representa sua força de co-ocorrência, sendo também o seu tamanho o valor relativo da sua frequência no corpus. Palavras maiores possuem maior frequência, e um círculo maior, o que representa que a palavra ocorre mais vezes com as quais se conecta.

Ao observarmos as correlações na comunidade em que a palavra ‘família’ é a com maior destaque, percebemos que termos como ‘cristão’, ‘moral’, ‘vida’, ‘religioso’, ‘igreja’ e ‘conservador’, léxicos mobilizados por discursos do neoconservadorismo de extrema direita, estão ligados fortemente. Daí, é importante contextualizar que o fundamentalismo religioso é uma força política e econômica no Brasil contemporâneo. E que, ao mobilizarmos textualidades que busquem apresentar em ambientes de visibilidade ampliada argumentos sobre famílias, certamente questões religiosas apareceriam, o que confirma o que demonstramos em nosso debate teórico dos capítulos anteriores, quando destacamos que forças religiosas estão aliadas ao neoconservadorismo em busca de defender “tradicionalidade”, sobretudo no que diz respeito à família. Vale ressaltar que desde os anos 1990 religiosos fundamentalistas investem na eleição de seus pastores para garantir a representatividade de seus costumes e tradições em discussões da política formal (ALMEIDA, 2018). Apesar do sucesso midiático das ações conservadoras da bancada evangélica, por exemplo, Miguel (2018) destaca ser simplificador limitar o fundamentalismo a todos, e somente, os grupos que compõem a bancada. Se por um lado há distintas denominações cristãs nesse bojo, devemos compreender que há, ainda que em minoria, evangélicos mais progressistas. O fundamentalismo compreende que há uma verdade absoluta, revelada de forma divina, que anula o debate e impõe sua agenda cristã às políticas públicas. Possuem posições imutáveis sobre questões como aborto, direito das populações LGBTQIA+ e reconhecimento de diferentes configurações familiares.

Por outro lado, o centro formado pela palavra ‘Direito’, se relaciona fortemente com as palavras: ‘LGBT’, ‘estado’, ‘humano’, ‘nacional’, ‘garantir’, ‘grupo’. Este grupo de palavras demonstra, a partir de suas ligações, como grupos representativos de luta por reconhecimento têm percorrido por caminhos junto ao estado democrático de direitos na tentativa de garantir os direitos e preservar suas formas de viver, inserindo no contexto de direitos humanos sua agenda de reconhecimento. Ao observarmos a palavra direito como central no grafo, nos remetemos ao que discutimos nos capítulos anteriores, sobretudo nos ensinamentos de Honneth, sobre o reconhecimento. O autor nos mostra que a busca pelo reconhecimento intersubjetivo ocorre a partir de três domínios: relações afetivas primárias, representadas pelo amor; o direito, que abarca relações no contexto jurídico; e a solidariedade, relacionada à valorização social. A autorrealização é alcançada quando há reconhecimento nesses domínios. Em contraste, a falta de reconhecimento é o estopim de tensões sociais. Em cada esfera, a negligência desse reconhecimento pode manifestar-se por meio de desrespeitos, como agressão física, privação de direitos e ostracização (MAIA *et al.*, 2014). A abordagem de Honneth é uma avaliação moral das interações diárias, reforçando a noção das lutas constantes apresentadas pela crítica dialética

marxista, que abrangem mais do que simples lutas de classe, incluindo demandas de diversas naturezas. As reivindicações por reconhecimento são percebidas como demandas políticas, como aquelas que desafiam as concepções tradicionais de família, influenciadas pelas experiências LGBTQIA+.

Nos próximos tópicos, apresentamos os resultados do Iramuteq e desenvolvemos a análise de conteúdo inspirados na metodologia de Bardin nas duas dimensões comunicativas separadamente. Relembrando que a AC é uma técnica utilizada para interpretar o significado de dados textuais por meio de um processo sistemático de codificação e identificação de temas ou padrões. Essa abordagem foi aplicada aos textos do *corpus*. Aqui está o passo a passo detalhado de como essa análise foi realizada:

1. Preparação dos Dados: os textos individuais foram coletados de sites de organizações e portais de notícias da internet, no período de 2016 a 2020, e foram separados conforme origem do texto;
2. Pré-análise: nessa fase, o material coletado, segundo critérios pré-estabelecidos, foi organizado para facilitar a análise. Aconteceu a familiarização com o conteúdo, lendo-se e relendo-se os textos, e identificando-se ideias preliminares ou temas emergentes;
3. Exploração do Material: nessa fase o *corpus* foi codificado seguindo-se as regras do Iramuteq, identificando-se variáveis características e suas modalidades. Posteriormente, o *corpus* foi processado no software Iramuteq. Isso envolve fragmentar o texto em segmentos de texto que representem ideias ou conceitos individuais, através da regra de segmentos com 40 palavras, ou que obedecem a marcadores de final de período, como ponto final, exclamação ou interrogação.
4. Codificação: separados os segmentos, as unidades de palavras/formas são identificadas e é possível realizar, pelo software Iramuteq, a classificação segundo o Método de Reinert. O software agrupa os segmentos de textos em classes de palavras que estejam no mesmo campo semântico, assim, os grupos temáticos possuem padrões de construção lexical semelhantes, isso é o que chamamos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), um dos resultados do Iramuteq, que diferente da Nuvem de Palavras e da Análise de Similitude, pode ser descrita como uma análise de agrupamentos (classes) na qual os segmentos de texto de um *corpus* são sucessivamente distribuídos em partições em função da co-ocorrência das suas formas lexicais. Assim, os segmentos de texto são classificados em grupos mutuamente excludentes. A partir disto é possível elaborar categorias que emergem

do próprio texto.

5. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: aqui, os resultados são agregados e analisados para identificar padrões, relações e tendências. Os STs típicos dos textos são extraídos utilizando-se o Iramuteq e seu conteúdo é processado para se identificar convergências e divergências, afirmações positivas e negativas e trechos mais significativos do *corpus*.
6. Relatório: Por último, os resultados da análise são relatados, interpretados e contextualizados.

Cada uma das classes encontradas nas dimensões comunicacionais desta pesquisa apresentou um léxico próprio que permitiu identificar o seu contexto de uso, e a esse contexto pode ser aplicada a Análise de Conteúdo. Para isso, dentro de cada classe o software Iramuteq fornece os 50 segmentos de texto típicos, permitindo-se obter o contexto de co-ocorrência das palavras e a análise desses segmentos.

7.2 Análises na dimensão da luta política discursiva dos movimentos sociais institucionalizados

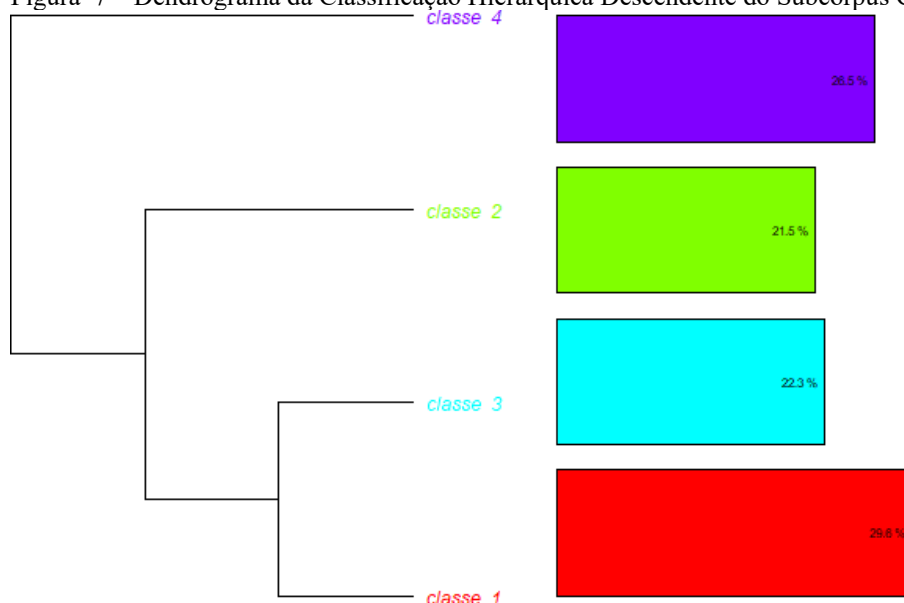
Nesse tópico, apresentaremos os resultados obtidos a partir da inserção dos textos referentes aos sites dos movimentos sociais representativos de setores conservadores: Movimento em Defesa da Família e Instituto Plínio Corrêa Oliveira; e progressistas: ABRAFH e Aliança Nacional LGBTI+. Iniciaremos pelos sites dos movimentos conservadores.

7.2.1 Análise dos resultados do corpus “Conservadores”

Para o *corpus* “Conservadores”, reunimos os 19 textos dos sites Movimento em Defesa da Família – DefesaFamília - e Instituto Plínio Corrêa Oliveira - InstPlinio. O número de ocorrências existente no *corpus* é de 21.208, o número total de formas ativas lematizadas é de 3.322 e o número de hápax (ou palavras que aparecem uma única vez no corpus) é de 1.945. Aplicando-se o Método de Reinert, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) resultou em 4 classes, conforme mostrado na Figura 7. Essa divisão em classes foi feita a partir de 506 ST, aproveitados de 616 originais do subcorpus, um aproveitamento de 82,14%, demonstrando considerável aproveitamento dos segmentos de texto. Desses 506 ST para a classe 1 vermelho foram destinados 150 ST (29,64%); para a classe 2 verde 109 ST (21,54%), para a classe 3

azul 113 ST (22,33%) e para a classe 4 roxo 134 ST (26,48%).

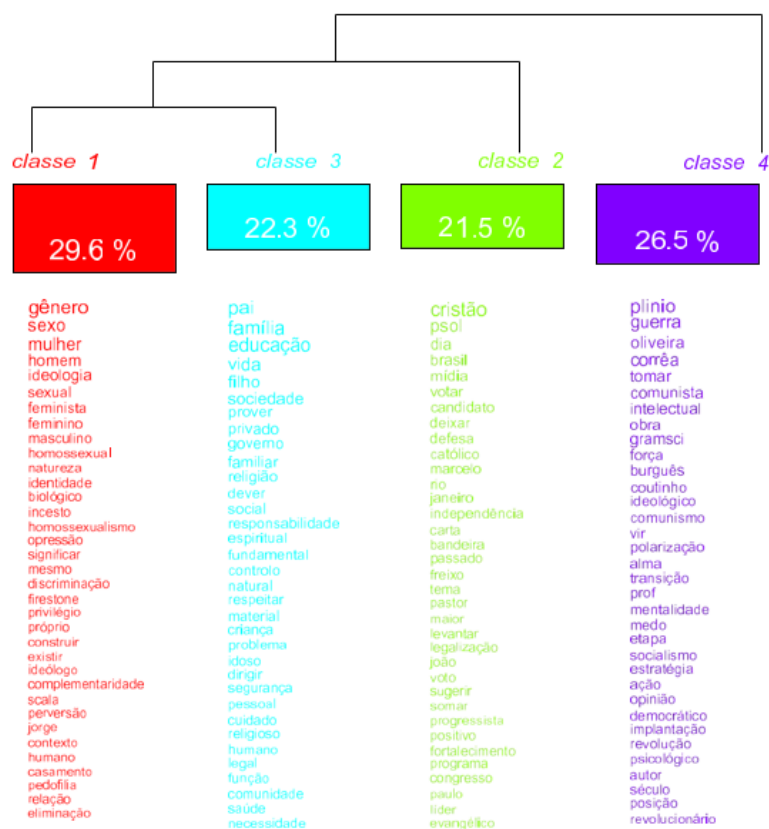
Figura 7 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Conservadores



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

A Figura 8, a seguir, apresenta o principal léxico de cada classe. Podemos agora analisar cada classe através do processo de identificação temática da Análise de Conteúdo.

Figura 8 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do corpus Conservadores



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

Conforme a abordagem metodológica adotada, agora é possível fazer um resgate do contexto original enunciado nos textos utilizados no *corpus* e uma análise qualitativa do seu conteúdo. O contexto de coocorrência das palavras e a análise dos 50 segmentos típicos de texto foi recuperado para ser aplicada a Análise de Conteúdo. Para melhor entendimento da análise, inserimos no Quadro 6 as categorias localizadas em cada classe apresentada na Figura 8, com as formas lexicais por classe no dendrograma da CHD.

Quadro 6 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD

Classe	Cor	Categoria
1	Vermelho	Crítica e contextualização da Ideologia de Gênero
2	Verde	Conflito entre posicionamentos políticos e valores da família cristã
3	Azul	Família como pilar da sociedade e os desafios contemporâneos: autonomia e sacralidade
4	Roxo	Defesa dos valores tradicionais contra influências progressistas

Fonte: autoria própria.

7.2.1.1 Análise dos resultados na categoria “Crítica e contextualização da Ideologia de Gênero”

Os segmentos de texto da categoria apresentam uma abordagem crítica ao que grupo conservadores alcunharam como “ideologia de gênero”, referenciando teóricos como Simone de Beauvoir e Judith Butler, e mencionando momentos históricos, como a conferência mundial sobre as mulheres em Pequim, marco histórico da construção desse falso conceito. A categoria temática proposta busca encapsular a essência dessas discussões, enfatizando o debate crítico em torno da ideologia de gênero e sua contextualização histórica e teórica. Para a categoria temática, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 1 vermelho do subcorpus Conservadores

Forma	χ^2
gênero	127,67
sexo	97,81
mulher	91,35
homem	62,59
ideologia	62,36
sexual	42,89
feminista	38,87
feminino	34,17
masculino	27,59
homossexual	26,69

Fonte: autoria própria.

Os segmentos de texto convergem em temáticas que discutem a ideologia de gênero, a distinção entre sexo biológico e gênero como uma construção social, a influência dessa ideologia nas crianças e nas escolhas individuais, bem como a discussão sobre os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Há uma ênfase clara em debater, por parte de atores conservadores, a legitimidade da ideologia de gênero e seus impactos na sociedade.

Enquanto alguns textos focam em criticar o que denominaram de ideologia de gênero como uma imposição e algo antinatural – as identidades de gênero -, outros exploram as nuances dos papéis de gênero na sociedade, questionando por que certos comportamentos e identidades são atribuídos a determinados gêneros. Há também menções a feministas e sua perspectiva sobre a questão. Os textos focam em valorizar a preservação das tradições e da estrutura familiar tradicional. Eles apontam que é necessário manter as distinções de gênero baseadas em biologia e critérios naturais. Um exemplo disso é a seguinte afirmação:

(...) Isto significa que, uma empresa participante de uma licitação pública, de proprietários cristãos, que não aceitam a ideologia de gênero, estará em desvantagem em relação a empresas que adotarem a identidade de gênero (...) (Texto_0026, DefesaFamília)

Os textos criticam o que chamam de ideologia de gênero, enfatizando seus perigos potenciais e os impactos adversos na sociedade. Há uma preocupação recorrente sobre como essa ideologia pode influenciar negativamente as crianças e a estrutura familiar. Um exemplo disso é a seguinte afirmação:

Nem todos compreendem a importância e a extensão do problema. A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de “homofobia”). (Texto_0083, InstPlinio)

Este trecho deturpa os fatos e cria alarmismos baseados em pânico morais. Como estrutura das abordagens textuais encontradas nos segmentos de texto desta classe, percebemos que há uma tentativa de teorização acerca da “ideologia de gênero” para levar a crer que de fato há um projeto, tanto acadêmico quanto político, que pretende estabelecer a distinção entre sexo biológico e identidade de gênero como um elemento que estrutura toda a vida humana e seus opositores criminosos, como destaca o trecho abaixo:

(...) não se nasce homem, mas se torna homem. (7) Para a Ideologia de Gênero, “o sexo passaria a ser uma questão biológica sem importância; o que definiria mulheres e homens é a sua psique, que não teria relação alguma com o sexo corporal (...) (Texto_0082, InstPlinio)

(...) que seria o “sexo construído socialmente como contraposição ao sexo biológico”.(6) A feminista existencialista Simone de Beauvoir contribuiu para a difusão da ideia-chave da Ideologia de Gênero: não se nasce mulher, mas você se torna mulher (...) (Texto_0082, InstPlinio)

A Ideologia de Gênero se tornou pública em 1995, durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim. Na ocasião, a feminista Judith Butler idealizou, pela primeira vez num contexto tão importante, um dualismo entre gênero e sexo. (Texto_0082, InstPlinio)

A menção a Simone de Beauvoir e sua famosa citação destaca a influência de teóricos na formação e disseminação da ideologia de gênero. Muitos agitadores públicos no Brasil reforçam uma narrativa religiosa ao alertar para a instauração de uma “ditadura gay”, que em sua essência, repudiaria comportamentos homofóbicos. Essa argumentação contribuiu para a construção do problema da chamada “ideologia de gênero”, que, segundo essa perspectiva, distorce a discussão teórica sobre “gênero”. O termo “gênero”, que emergiu nos anos 1970, destaca a diferença entre a biologia e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres (MIGUEL, 2021, p. 03).

Os ataques religiosos conservadores a essas discussões teóricas e práticas evidenciam que o questionamento das estruturas patriarcais tradicionais está se tornando cada vez mais embasado em investigações científicas. Além disso, os movimentos sociais que desafiam a ordem estabelecida estão ganhando maior visibilidade e relevância. Contrariamente à perspectiva conservadora, Miguel (2021, p. 03) argumenta que a verdadeira “ideologia” é a naturalização dos modos de vida heterossexuais, enquanto os esforços teóricos e políticos visam desconstruir e questionar os papéis tradicionais de gênero.

No contexto de levante mundial da extrema direita, Brown (2019) aponta que os líderes neoliberais promoveram uma combinação de militarismo, patriotismo, cristianismo e família como resposta à crise de 2008. Com o surgimento da crise, muitos cristãos, principalmente da classe média branca, sentiram que seus valores e crenças estavam sendo ameaçados. A consequente necessidade de mudança os levou a se posicionar contra imigrantes, principalmente não-cristãos, e contra políticas afirmativas. A crise também alimentou uma desconfiança em relação ao Estado, vendo-o como responsável pelo declínio da moralidade e dos valores cristãos tradicionais. Esse sentimento deu origem a uma onda populista que se opunha ao neoliberalismo, um movimento que, segundo Brown (2019), tinha raízes profundas na religiosidade. Esse é o cenário que leva Bolsonaro ao poder, pois a partir de estratégias típicas do populismo, passa a agradar cristãos católicos e evangélicos, por exemplo.

O novo populismo de direita emergiu da sensação de perda de privilégios religiosos que antes eram garantidos à maioria cristã. Líderes populistas surgiram prometendo resgatar os valores cristãos tradicionais, como evidenciado pelos slogans populistas de direita (BROWN, 2019), como o do próprio Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Esses slogans, fortemente impregnados de retórica religiosa, ressoaram com vários grupos, especialmente conservadores religiosos e nacionalistas. Brown (2019) ressalta que as explicações da esquerda para a crise atual abordam, entre outros aspectos, o papel do cristianismo nacionalista e a influência da desinformação em comunidades religiosas.

Portanto, as feministas de gênero partem de dois pressupostos errôneos: Não existe natureza humana. Os aspectos biológicos do sexo não podem condicionar a psicologia do ser humano. Sobre essas duas negações estabelece-se a primeira afirmação, que será o postulado básico sobre o qual toda a ideologia se apoiará: o gênero seria o sexo socialmente construído. A Ideologia de Gênero tornou-se pública em 1995, durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim. Na ocasião, a feminista Judith Butler idealizou, pela primeira vez num contexto tão importante, um dualismo entre gênero e sexo. E Bella Abzug, em seu discurso no mesmo evento, afirmou que gênero “se diferencia da palavra sexo para expressar a realidade de que os papéis e a condição do homem e da mulher são estruturados socialmente e estão sujeitos à mudança (Texto_0082, InstPlinio)

O trecho fornece um contexto histórico para a discussão, mencionando um evento significativo (a conferência em Pequim) e a contribuição de Judith Butler. A dita ideologia teria implicações educacionais:

Dentro da família, há uma segunda opressão — a dos filhos pelos pais — que Marx e Engels, no Manifesto Comunista (1848), pretendem abolir: “Censurai-nos por querer abolir a exploração das crianças por seus próprios pais? Confessamos esse crime” [2]. Fiel à sua raiz marxista, a ideologia de gênero pretende que, em educação, os pais não

tenham nenhum controle sobre os filhos. Nas escolas, as crianças aprenderão que não há uma identidade masculina nem uma feminina, que homem e mulher não são complementares, que não há uma vocação própria para cada um dos sexos e, finalmente, que tudo é permitido em termos de prática sexual. (Texto_0083, InstPlinio)

Os trechos da classe trazem à tona diversas discussões e temas que impactam a entidade familiar no contexto da ideologia de gênero. A ideologia de gênero propõe uma distinção entre sexo biológico e identidade de gênero. Isso desafia as noções tradicionais de papéis de gênero dentro da família. O conceito de que “não se nasce homem, mas torna-se homem” sugere que os papéis de gênero são socialmente construídos e, portanto, podem ser redefinidos. A menção à forma como a ideologia de gênero é (ou pode ser) ensinada nas escolas sugere implicações diretas para a educação das crianças. Isso pode levar a debates dentro das famílias sobre os valores e crenças relacionados à identidade de gênero e como eles desejam que seus filhos sejam educados a respeito. A emergência e a popularidade crescente da ideologia de gênero podem causar tensões dentro das famílias, especialmente entre gerações mais velhas com visões mais tradicionais e gerações mais jovens que podem ser mais abertas a novas concepções de gênero. Para famílias com membros que se identificam fora dos papéis de gênero tradicionais, a aceitação e o apoio dentro do núcleo familiar tornam-se cruciais. A forma como a ideologia de gênero é percebida e entendida dentro de uma família pode impactar diretamente o bem-estar e a aceitação de tais membros. Em resumo, os trechos destacam a centralidade da discussão sobre ideologia de gênero nas dinâmicas e interações familiares, especialmente à medida que as sociedades continuam a evoluir e a redefinir concepções de identidade e papéis de gênero.

Com base nos trechos da classe, podemos inferir os seguintes argumentos e sentidos sobre a família:

Desconstrução de papéis de gênero, com implicações diretas para as famílias, pois questiona e reconfigura os papéis tradicionais de gênero dentro do núcleo familiar; Influência da educação, há uma sugestão nos trechos de que as crianças estão sendo expostas a essas novas noções de gênero nas escolas. Isso implica que as famílias precisam estar preparadas para navegar e discutir esses conceitos com seus filhos, levantando questões sobre os valores familiares e como a educação formal pode influenciar ou desafiar esses valores. Tensão entre valores tradicionais e modernos: a discussão sobre a ideologia de gênero pode gerar tensões dentro das famílias, especialmente se houver divergências entre os membros da família sobre essas questões. Enquanto algumas famílias podem abraçar essas novas noções, outras podem resistir, preferindo aderir a visões mais tradicionais; Relevância de teóricos e movimentos feministas, o texto faz referência a figuras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, indicando

a influência de teóricos e movimentos feministas nas discussões sobre gênero. Isso sugere que as famílias estão inseridas em um contexto social e cultural mais amplo, no qual as ideias e debates públicos podem influenciar as dinâmicas e percepções familiares. Esses argumentos e sentidos refletem a intersecção da família com debates sociais mais amplos sobre identidade de gênero e a maneira como esses debates podem influenciar e moldar as interações, valores e percepções dentro do núcleo familiar.

7.2.1.2 *Análise dos resultados na categoria “Conflito entre posicionamentos políticos e valores da família cristã”*

Os textos convergem na discussão sobre princípios cristãos, destacando temas relacionados à tradição, à família, à defesa de valores éticos e morais, e à rejeição de ideologias consideradas contrárias a esses valores. É evidente uma postura de valorização da estrutura familiar tradicional e da fé cristã como base para a sociedade. Alguns textos focam em aspectos mais históricos, como a independência do Brasil e a relação com Portugal, enquanto outros abordam questões mais contemporâneas, como a influência da mídia e a presença de certos grupos progressistas. Há também menções a partidos políticos e a questões específicas relacionadas à política brasileira. Para a categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 2 verde do subcorpus Conservadores

Forma	χ^2
cristão	64,52
psol	52,44
dia	38,49
brasil	32,04
mídia	32,01
votar	25,85
candidato	25,85
deixar	24,59
defesa	24,53
católico	24,17

Fonte: autoria própria.

Os trechos positivos da classe 2 enfatizam a valorização da família como alicerce da sociedade e a necessidade de preservar seus valores tradicionais. Há uma celebração da família

como refúgio seguro e como principal instituição de ensino de princípios morais e éticos. Alguns exemplos são:

Não quero nem pedir votos para Marcelo Crivella, nem afirmar que ele, por ser evangélico como eu, é a melhor opção para governar a cidade do Rio de Janeiro. Meu propósito é outro. (Texto_0026, DefesaFamília)

(...) que aguce sua consciência crítica e lute por uma mídia saudável e benévola, construtiva de um Brasil melhor. Mesmo com nossas críticas, aqui expostas, não apoiamos propostas de censura dos meios de comunicação pelos riscos à democracia. (Texto_0027, DefesaFamília)

Os textos que expressam sentidos negativos destacam a preocupação e a crítica em relação a movimentos e ideologias que são percebidos como ameaças aos valores tradicionais. Eles enfatizam os riscos associados ao abandono de princípios cristãos e à adoção de perspectivas mais progressistas ou liberais. Há uma ênfase clara em apontar os perigos da influência da mídia e de certos grupos progressistas na sociedade.

(...) Como votar num candidato (Marcelo Freixo), cujo partido (PSOL) luta clara e tenazmente contra a família e os princípios cristãos; defendendo o aborto, a legalização da prostituição e da produção e uso da maconha e seus derivados. (Texto_0026, InstPlínio)

(...) Por isso, como cristão, eu NÃO voto no PSOL! Com o resultado final do primeiro turno no Rio de Janeiro, o povo carioca terá agora que optar por Marcelo Crivella (PR) e Marcelo Freixo (PSOL) ... (Texto_0026, InstPlínio)

(...) Votar no PSOL é apoiar tudo isso e ignorar os princípios de vida cristã, que prezam pelo casamento, família e os valores éticos e morais que precisam prevalecer na vida das pessoas e nas instituições do Rio de Janeiro ... (Texto_0026, InstPlínio)

Os segmentos de texto destacam uma clara oposição entre os posicionamentos políticos de determinados partidos/candidatos e os valores associados à família e princípios cristãos. A categoria proposta busca encapsular essa tensão, evidenciando o conflito percebido entre agendas políticas e valores familiares tradicionais. Os segmentos apontam uma oposição Direta ao PSOL, partido de espectro político à esquerda, com base em valores familiares tradicionais.

Como votar num candidato (Marcelo Freixo), cujo partido (PSOL) luta clara e tenazmente contra a família e os princípios cristãos; defendendo o aborto, a legalização da prostituição e da produção e uso da maconha e seus derivados, da união estável entre pessoas do mesmo sexo e da ideologia de gênero, contrariando até o próprio Papa, quando afirmou que “A ideologia de gênero é parte de uma “Guerra global” contra o casamento tradicional e a família”? Votar no PSOL é apoiar tudo isso e ignorar os princípios de vida cristã (...) (Texto_0026, DefesaFamília).

O trecho destaca a percepção de que o PSOL se opõe diretamente aos valores

tradicionais da família e aos princípios cristãos, citando exemplos específicos. Há uma intencionalidade em disseminar a necessidade de votar nas eleições a partir de um voto baseado em convicções cristãs. Este cenário, ilustrado pelos segmentos de texto, evidenciam como o surgimento marcante da extrema direita no cenário político, que se fundamenta nas crises resultantes do avanço do neoliberalismo e do declínio do Estado de bem-estar social, tem sido nocivo para o avanço de pautas progressistas. Vários grupos, embora com objetivos distintos, uniram-se em sua crítica à democracia liberal e à intervenção estatal significativa na sociedade. Esses grupos manipularam discursos sobre moral tradicional e liberdade individual, atribuindo ao governo a responsabilidade por diversas crises sociais e econômicas.

No ambiente legislativo, políticos com crenças fundamentalistas formam alianças estratégicas com outras forças conservadoras para promover agendas comuns. Nas mídias, especialmente nas redes sociais, líderes religiosos desempenham um papel significativo na disseminação de pautas fundamentalistas. O pastor Silas Malafaia exemplifica como o fundamentalismo pode ser estrategicamente utilizado por líderes religiosos. Estes líderes, que possuem vasto alcance midiático, são comparados aos "coronéis" do passado político brasileiro por seu controle e influência sobre seus seguidores.

Outro pilar da extrema direita brasileira, conforme descrito por Miguel (2018), é o anticomunismo. Embora esse sentimento parecesse ter desaparecido após a Guerra Fria, ele ressurgiu no Brasil com novas roupagens. O Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de suas práticas e discursos posicionados mais ao centro no espectro político, foi retratado por muitos como uma representação do "comunismo brasileiro", culminando em uma forte confluência de anticomunismo e antipetismo.

A extrema direita também promove uma narrativa de rejeição ao chamado "marxismo cultural", alegando que os governos petistas buscavam impor uma visão comunista de mundo, inspirada nas teorias de Antonio Gramsci (SOLANO, 2018). Dentro dessa perspectiva, há uma ênfase na defesa da moral tradicional e da estrutura familiar convencional como a base da sociedade. Qualquer ameaça percebida a esses valores, como discussões sobre identidades de gênero e diversidade sexual, é vista como uma tentativa de desestabilizar a família e, por extensão, a sociedade (MIGUEL, 2018).

Os trechos trazem diversas discussões e implicações sobre a família e temas que impactam a entidade familiar. Os textos associam frequentemente a família aos princípios cristãos. Isso sugere que a família é vista como uma instituição fundamental na manutenção e transmissão desses princípios. A discussão sobre o partido PSOL e seu posicionamento em questões como aborto, prostituição e uso de drogas reflete uma tensão percebida entre agendas

políticas progressistas e valores familiares tradicionais. Os trechos enfatizam a importância dos valores éticos e morais que “precisam prevalecer na vida das pessoas”. Isso sugere que a família é vista como uma entidade que guarda e promove esses valores.

Os segmentos de texto destacam a interação entre crenças religiosas e a arena política. Esta interseção é crucial para o *modus operandi* de grupos conservadores, pois a religião pode influenciar a política de várias maneiras, desde moldar as opiniões e atitudes dos eleitores até influenciar decisões políticas diretas. A presença e ação da “bancada evangélica” nos trechos indicam seu papel significativo no cenário político. Esta bancada tem sido um ator influente na política brasileira, defendendo certas pautas e influenciando a legislação e a tomada de decisões. Os segmentos indicam dinâmicas variadas de apoio a candidatos específicos e críticas a figuras políticas, refletindo a complexidade das relações entre grupos religiosos e políticos. A interação entre política e religião tem sido um tema de grande relevância e debate no cenário atual. A categoria sugerida captura essa dinâmica e permite uma análise mais aprofundada das implicações dessa interseção.

Os argumentos utilizados para disseminar um sentido específico sobre a entidade familiar incluem: Conflito de valores, votar ou apoiar partidos como o PSOL seria equivalente a ir contra os princípios cristãos e os valores familiares; Identidade cristã e escolha política, a identidade cristã de um indivíduo deve informar suas escolhas políticas, e certos partidos (como o PSOL) são incompatíveis com essa identidade; Dever moral de proteger valores familiares, há um dever moral inerente de proteger e promover valores familiares e princípios cristãos.

Em resumo, os trechos destacam a família como uma entidade central na manutenção e promoção de valores cristãos, éticos e morais. Há uma forte crítica aos posicionamentos políticos que são percebidos como estando em desacordo com esses valores, usando argumentos que apelam à identidade religiosa e ao dever moral de proteger a instituição familiar.

7.2.1.3 *Análise dos resultados na categoria “Família como pilar da sociedade e os desafios contemporâneos: autonomia e sacralidade”*

Com base nos trechos fornecidos, nota-se uma ênfase clara na importância da família, nos direitos e responsabilidades dos pais e nos desafios da estrutura tradicional da família. A linguagem é assertiva e defende a primazia da família na educação e bem-estar dos membros da família. Os trechos ressaltam a importância da família como uma entidade sagrada e autônoma. A família é vista como um pilar fundamental da sociedade, com direitos exclusivos sobre a educação e o bem-estar de seus membros. Qualquer interferência ou desafio a essa

estrutura é visto com preocupação, sugerindo um possível confronto com forças externas que buscam minar a autoridade da família. Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 3 azul do subcorpus Conservadores

Forma	χ^2
pai	61,69
família	60,37
educação	58,02
vida	47,83
filho	44,73
sociedade	36,53
prover	28,27
privado	26,93
governo	26,78
familiar	26,78

Fonte: autoria própria.

Os textos convergem na discussão sobre o papel fundamental da família na sociedade e sua importância como pilar de valores morais e éticos. A família é vista como a primeira escola de uma criança, com os pais sendo os primeiros e mais importantes professores. Há uma ênfase clara na necessidade de sustentar os direitos e responsabilidades da família, e a política é vista como uma ferramenta que deve respeitar e promover a dignidade inerente à vida humana, à família e à população. Algumas divergências nos textos abordam questões específicas, como o desafio do divórcio, a desvalorização da paternidade, o declínio do tempo dedicado à família e confusões sobre identidade sexual. Outros textos destacam problemas associados à educação pública moralmente relativista e às doenças sexualmente transmissíveis.

Os textos positivos reforçam a importância da família como núcleo fundamental da sociedade e como espaço de ensino e transmissão de valores. Eles destacam a necessidade de fortalecer os laços familiares e de garantir que a política apoie e respeite os direitos e responsabilidades da família. Por exemplo:

(...) e suas atividades, cujos ambientes carecem destes ideais. Políticas sociais não devem promover a paternidade ou maternidade solitária. A Família e os Filhos. A família natural provê o ambiente ótimo para o desenvolvimento saudável das crianças. (Texto_0029, DefesaFamília)

Os textos negativos trazem preocupações sobre desafios contemporâneos enfrentados

pela família, como o divórcio, a desvalorização da paternidade e questões de identidade sexual. Há também críticas à educação pública e a influências externas que podem desviar as famílias de seus valores tradicionais. Por exemplo:

(...) As livrarias evangélicas estão abarrotadas de excelentes livros que tratam de sexualidade, vida a dois, educação de filhos e tantos outros assuntos que tocam diretamente à vida em família. Se os cristãos lessem um pouco mais sobre esses temas não teríamos tantos problemas conjugais e familiares em nossas igrejas.... (Texto_0025, DefesaFamília).

(...) Esforços para assistir países em desenvolvimento devem ser focados em promover a autossuficiência da família e a não dependência. A Família e a Educação. Unicamente os pais possuem a autoridade e a responsabilidade para dirigir a criação e a educação de seus filhos. (Texto_0029, InstPlinio)

(...) a família é sagrada e tem a exclusiva autoridade, responsabilidade e capacidade para prover a educação, os cuidados de saúde e bem-estar para seus membros; e todas as instituições sociais devem respeitar sustentar e defender a instituição da família. (Texto_0029, InstPlinio)

Os textos destacam a autossuficiência da família e a necessidade de as famílias não dependerem de intervenções externas. A linguagem aqui é clara - apenas os pais têm o direito de educar e criar seus filhos, reforçando a noção de autonomia familiar. Os trechos acima reiteram a sacralidade e a importância da família, sublinhando seu papel central no bem-estar de seus membros. Há uma tentativa de demonstrar os desafios da estrutura familiar no Brasil contemporâneo, “a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos a extinção da família e a transformação da sociedade em uma massa informe apta a ser dominada por regimes totalitários é a própria família brasileira que está em jogo” (Texto_0083, InstPlinio). O trecho reforça a proposta de categoria temática, destacando a centralidade da família, sua autonomia e a percepção de desafios e ameaças à sua estrutura tradicional.

7.2.1.4 Análise dos resultados na categoria “Defesa dos valores tradicionais contra influências progressistas”

Os segmentos de texto fornecidos focam na discussão sobre a “guerra psicológica” e a “ideologia de gênero” dentro do contexto da “revolução cultural comunista”. Além disso, há várias menções a “Plínio Corrêa de Oliveira”, seus escritos e perspectivas são fundamentais para a discussão apresentada. Os trechos destacam a “guerra psicológica” como uma estratégia ou fenômeno que é central para a disseminação da “ideologia de gênero”. Esta guerra é vista em contraste com uma perspectiva tradicional ou conservadora, representada pelos escritos e

opiniões de Plínio Corrêa de Oliveira. O foco na “revolução cultural comunista” sugere uma crítica a essa abordagem, posicionando-a em oposição aos valores tradicionais. A categoria proposta busca encapsular essa dinâmica e tensão. Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 4 roxo do subcorpus Conservadores

Forma	χ^2
plinio	48,83
guerra	36,62
oliveira	34,12
corrêa	34,12
tomar	26,83
comunista	26,83
intelectual	25,44
obra	22,57
gramsci	22,57
força	19,98

Fonte: autoria própria.

O nome e os escritos de Plínio Corrêa de Oliveira são frequentemente citados, o que aponta sua relevância no debate e sugere que ele oferece uma contra-narrativa ou crítica à “guerra psicológica” e à “ideologia de gênero” dentro do contexto apresentado. Os textos convergem em suas discussões sobre a importância da manutenção dos valores tradicionais e da resistência à mudança ideológica, especialmente no que se refere à ideologia de gênero. A religião e a família são frequentemente mencionadas como pilares essenciais de uma sociedade saudável e estável. Há uma clara ênfase na necessidade de se opor a movimentos progressistas e defender princípios conservadores.

Alguns textos abordam tópicos históricos e discussões sobre a influência do comunismo e do socialismo, enquanto outros se concentram mais especificamente nas questões contemporâneas enfrentadas pela sociedade brasileira, como a influência da mídia e os desafios da educação.

Os trechos positivos enaltecem a importância da tradição, da fé e da família como pilares fundamentais da sociedade. Eles ressaltam o papel crucial da religião na formação da moral e dos valores e a necessidade de resistir às influências externas que buscam desestabilizar esses princípios. Os trechos negativos expressam preocupações sobre a crescente influência de ideologias progressistas e liberais, especialmente no contexto brasileiro. Eles criticam a

percepção de que a mídia e a educação estão sendo usadas como ferramentas para promover agendas que vão contra os valores tradicionais.

Os trechos mais significativos no conjunto de textos da classe 4 roxo que refletem a análise são:

(...) O uso de tal recurso numa guerra psicológica tende a produzir uma baldeação ideológica inadvertida, expressão também cunhada pelo Prof. Plínio Corrêa de Oliveira ... (Texto_0082, InstPlinio)

(...) Tendo em mente que a Ideologia de Gênero é o ponto extremo a ser alcançado pela Revolução Cultural comunista, para encerrar, é oportuno transcrever abaixo as palavras de Plínio Corrêa de Oliveira, publicadas na contracapa de sua obra Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo... (Texto_0082, InstPlinio)

(...) A partir de então, as esperanças dos corifeus revolucionários se concentraram mais na Guerra psicológica revolucionária, como esclarece o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira na terceira parte de seu livro Revolução e Contra Revolução... (Texto_0082, InstPlinio)

Identificamos argumentos relacionados à família, considerando o contexto geral e as referências feitas. Seguem alguns argumentos sobre família ou que incidem diretamente na entidade familiar:

Guerra psicológica contra valores tradicionais: os trechos mencionam repetidamente a “guerra psicológica”, sugerindo que há uma batalha ideológica em andamento. Dado o contexto, é provável que essa guerra seja vista como uma ameaça aos valores tradicionais, incluindo aqueles relacionados à família. Ideologia de gênero como extremo da revolução cultural comunista: O texto indica que a “ideologia de gênero” é o ponto extremo a ser alcançado pela “revolução cultural comunista”. Isso sugere que a ideologia de gênero é percebida como uma ameaça ou desafio aos valores e estruturas tradicionais da família.

Influência de Plínio Corrêa de Oliveira: as frequentes referências a Plínio Corrêa de Oliveira sugerem que ele fornece uma perspectiva ou contra-argumento à “guerra psicológica” e à “ideologia de gênero”, sobretudo com bases cristãs e tradicionalistas, o que inclui a família. As menções a Plínio Corrêa de Oliveira indicam seu papel como um líder ou defensor de uma perspectiva contrária à “revolução cultural comunista”. Embora os trechos não detalhem especificamente sua visão sobre a família, sua posição geral sugere uma defesa dos valores tradicionais.

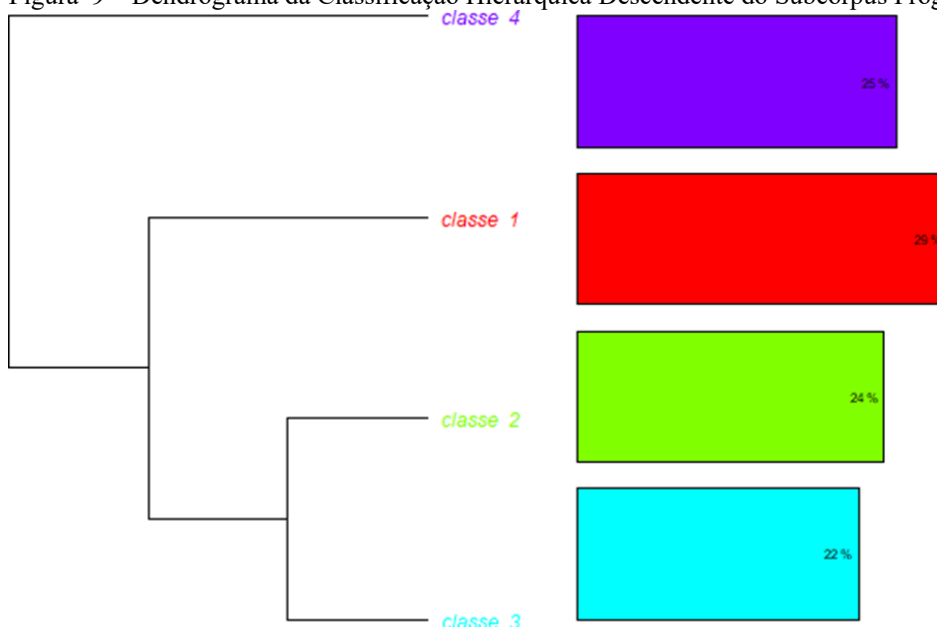
Revolução e Contra-Revolução: a menção à “revolução e contra-revolução” sugere uma dinâmica de confronto entre forças progressistas e conservadoras. Neste contexto, a família pode ser vista como um campo de batalha ou um ponto focal dessa dinâmica, com diferentes

visões sobre seu papel e estrutura em jogo. Esses trechos fornecem um apoio concreto aos argumentos identificados, refletindo a tensão entre visões progressistas e conservadoras sobre a família e seus valores.

7.2.2 *Análise dos resultados do corpus Progressistas*

Para o *corpus* Progressistas reunimos os textos dos portais da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) e da Aliança Nacional LGBTI+ presentes no corpus, o qual é composto por 23 textos. O número de ocorrências existente no corpus é de 35.705, o número total de formas ativas lematizadas é de 3.641 e o número de hápax é de 1.894.

Figura 9 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Progressistas



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

Aplicando-se o Método de Reinert, a CHD resultou em 4 classes, conforme mostrado na Figura 17. Essa divisão em classes foi feita a partir de 717 ST, aproveitados de 1023 segmentos de texto originais do subcorpus, um aproveitamento de 70,09%, no limite do aproveitamento de 70% recomendado pela literatura. Desses 717 ST para a classe 1 vermelho foram destinados 208 ST (29,01%); para a classe 2 verde 172 ST (23,99%), para a classe 3 azul 158 ST (22,04%) e para a classe 4 roxo 179 ST (24,97%).

Figura 10 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do subcorpus Progressistas



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

A Figura 10 apresenta o principal léxico de cada classe. Podemos agora analisar cada classe através do mesmo processo de identificação temática utilizado anteriormente para o dendrograma do corpus original, conforme a abordagem metodológica adotada, permitindo um resgate do contexto original enunciado nos textos utilizados no subcorpus e uma análise qualitativa do seu conteúdo. O contexto de coocorrência das palavras e a análise dos 50 segmentos típicos de texto foi recuperado para ser aplicada a Análise de Conteúdo.

Quadro 7 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD

Classe	Cor	Categoria
1	Vermelho	Direitos humanos e cidadania LGBTI: compromissos e desafios
2	Verde	Identidade e Reconhecimento na Comunidade LGBTQIA+: foco em gênero e identidade
3	Azul	Diversidade familiar e desafios sociais
4	Roxo	Estrutura e operações da Abrah

7.2.2.1 Análise dos resultados na categoria “Direitos humanos e cidadania LGBTI: compromissos e desafios”

Para a categoria 1, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 1 vermelho do subcorpus Progressistas

Forma	χ^2
lgbti	95,77
nacional	95,77
direito	71,71
movimento	68,61
político	60,36
cidadania	56,45
humano	48,60
garantir	48,01
público	46,96
brasil	40,70

Fonte: autoria própria.

Com base nos segmentos da classe, podemos observar uma ênfase nos direitos humanos, cidadania e inclusão das pessoas LGBTI no Brasil. Há referências específicas à “carta da diversidade” e à promoção de direitos e cidadania para essa população. Além disso, o conteúdo menciona a interação com os diferentes poderes do Estado brasileiro, incluindo o Executivo, Legislativo e Judiciário.

A menção à “carta da diversidade” apresenta um esforço formalizado ou uma proposta concreta para promover esses direitos e garantir a inclusão e reconhecimento desta população no país. A referência a diferentes órgãos do Estado reforça a ideia de que essa é uma agenda nacional, buscando influenciar políticas e práticas em diferentes níveis do governo. A categoria proposta busca encapsular esses temas e enfatizar a centralidade dos direitos humanos e da cidadania na discussão.

Nos trechos analisados, observa-se uma convergência em torno da promoção dos direitos humanos e da cidadania da população LGBTI+, com especial atenção à importância de políticas públicas e à celebração de marcos históricos, como a revolta de Stonewall. Há uma ênfase na busca por direitos e reconhecimento. As divergências, por sua vez, parecem situar-se em torno dos métodos e abordagens específicas para alcançar esses objetivos, com menções a

diferentes organizações, eventos e abordagens estratégicas para promover os direitos LGBTI+. Os trechos positivos, em sua maior parte, focalizam em torno dos tópicos LGBTQIA+ e a importância de suas questões. Isso indica uma tendência para reconhecer a relevância dos direitos e questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+. Por outro lado, as afirmações negativas predominam em torno dos tópicos de “discriminação” e LGBTQIA+. Essa focalização aponta para uma preocupação com a discriminação que a comunidade LGBTQIA+ enfrenta.

(...) em conjunto e publicamente, a Carta da Diversidade que visa promover a Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro - incluindo o Executivo, Legislativo e o Judiciário - com compromissos em prol da aprovação de leis que garantam a plena cidadania ... (Texto_0007, AliancaLGBT)

(...) a partir de uma ótica de direitos humanos, abordando diversos tópicos como religião, política, justiça, educação e saúde, entre outros.

Carta da Diversidade. Conheça a Carta da Diversidade: Plataforma Nacional dos Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ na Agenda Legislativa e de Litigância Estratégica. (Texto_0023, AliancaLGBT)

(...) Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, incluindo o Executivo, Legislativo e o Judiciário Na esteira das celebrações dos 50 anos da Revolta de Stonewall e dos 40 anos do Movimento LGBTI+ Brasileiro ... (Texto_0007, AliancaLGBT)

Com base nos segmentos da classe, a discussão sobre famílias ou temas que impactam a entidade familiar não é explicitamente abordada. No entanto, podemos inferir implicações indiretas e contextuais que poderiam ter relevância para famílias, especialmente aquelas que incluem membros LGBTI:

Reconhecimento e Direitos Humanos: a ênfase na “plataforma nacional de direitos humanos e de cidadania das pessoas LGBTI” destaca a luta pelo reconhecimento e proteção dos direitos de indivíduos LGBTI. Isso tem implicações para famílias, pois a aceitação e o reconhecimento legal e social de relacionamentos e estruturas familiares não tradicionais são essenciais para a proteção e bem-estar das famílias LGBTI.

Plataforma Nacional de Direitos Humanos e de Cidadania das Pessoas LGBTI+ para o Estado Brasileiro, incluindo o Executivo, Legislativo e o Judiciário. Na esteira das celebrações dos 50 anos da Revolta de Stonewall e dos 40 anos do Movimento LGBTI+ Brasileiro, a Aliança Nacional LGBTI+ vem fazer um chamamento das organizações e movimentos sociais LGBTI+ para unirmos esforços numa agenda política contra o preconceito e a discriminação LGBTIfóbicas e para ampliarmos nossas alianças visando fortalecer as conquistas alcançadas no campo dos direitos e as nossas capacidades de organização e resistência.

Este trecho destaca a ênfase em uma plataforma dedicada aos direitos humanos e à cidadania das pessoas LGBTI, indicando uma luta pelo reconhecimento e proteção dos direitos desta população.

Interação com os poderes do estado: a menção à interação com o "executivo, legislativo e o judiciário" indica uma tentativa de influenciar políticas e decisões em níveis mais altos do governo. Isso pode ter implicações para leis e políticas que afetam famílias, como leis de adoção, direitos de parceiros e proteção contra discriminação. A referência à interação com diferentes órgãos do governo indica esforços para influenciar políticas e decisões que podem afetar famílias, especialmente aquelas com membros LGBTI. “fomentar o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito do Poder Executivo...”. Este trecho sugere um foco específico no Poder Executivo para desenvolver políticas públicas, o que pode ter implicações diretas para leis e práticas que afetam famílias LGBTI.

Carta da diversidade: a referência à “carta da diversidade” sugere uma proposta ou declaração formal que visa promover os direitos e a inclusão das pessoas LGBTI. Isso pode incluir diretrizes ou recomendações que têm implicações diretas para famílias, como a aceitação de diferentes estruturas familiares e o reconhecimento de direitos parentais. “tendo em vista o compromisso assumido com a Carta da Diversidade...”. A menção à “Carta da Diversidade” indica uma declaração ou proposta formal que visa promover os direitos e a inclusão das pessoas LGBTI, o que pode ter implicações para o reconhecimento e proteção de diferentes estruturas familiares. “instrumentalizar a carta da diversidade e a promoção dos direitos humanos e de cidadania das pessoas LGBTI”. A referência à instrumentalização da "Carta da Diversidade" para promover direitos sugere uma abordagem prática ou aplicada para garantir os direitos e o reconhecimento desta população, o que pode ter implicações para famílias com membros LGBTI.

Em resumo, enquanto os trechos não discutem explicitamente a família, as implicações para famílias, especialmente aquelas que incluem membros LGBTI, estão presentes no contexto mais amplo da discussão sobre direitos humanos, cidadania e inclusão.

7.2.2.2 Análise dos resultados na categoria “Identidade e Reconhecimento na Comunidade LGBTQIA+: foco em gênero e identidade”

Para a categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 2 verde do subcorpus Progressistas

Forma	χ^2
pessoa	91,47
sexo	83,19
homem	79,39
masculino	62,37
feminino	61,84
travesti	60,26
mulher	51,39
identificar	46,97
gay	46,49
homossexual	45,06

Fonte: autoria própria.

Os segmentos de texto que examinamos abordam termos e conceitos associados à comunidade LGBT, como “homossexual”, “homoafetivo”, “homem trans” e “mulher trans”. Eles também discutem a terminologia adequada para descrever relações homoafetivas e reconhecem diversas configurações familiares, incluindo aquelas formadas por indivíduos LGBT. Esta categoria captura a essência dos segmentos, que se concentram na identidade de gênero, orientação sexual, e na busca por reconhecimento e aceitação na sociedade. A inclusão e o reconhecimento de diferentes identidades e configurações familiares são temas centrais, refletindo as lutas e desafios enfrentados pela comunidade LGBT em busca de aceitação e direitos iguais.

Alguns trechos se concentram em aspectos específicos da identidade e expressão de gênero, incluindo referências a conceitos como “biológico”, “feminino”, “trans” e “transexuais”. Eles refletem diferentes perspectivas e entendimentos sobre o que constitui identidade de gênero e como ela se relaciona com o sexo biológico. Os trechos positivos focalizam, em grande parte, em torno das questões de identidade, particularmente em relação às identidades “travesti” e “masculino”. O que indica a celebração ou reconhecimento positivo dessas identidades específicas dentro do espectro mais amplo da comunidade LGBTQIA+. Por outro lado, os trechos negativos focalizam em torno da identidade “trans”, sugerindo possíveis desafios, estigmas ou mal-entendidos associados a essa identidade em particular.

Os trechos mais significativos no conjunto de textos da classe 2, verde, que refletem a análise são:

(...) Assim, o termo homossexual pode se referir a homossexuais femininas – lésbicas,

ou homossexuais masculinos – gays (vide as definições de lésbica e gay nesta seção). (Texto_0015, AliancaLGBT)

Homoafetivo. Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero (...). (Texto_0015, AliancaLGBT)

(...) Homem trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer. (Texto_0016, AliancaLGBT)

Travesti Uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico (...). (Texto_0016, AliancaLGBT)

(...) [A palavra] Gay no sentido moderno se refere tipicamente a homens (enquanto que lésbica é termo padrão para mulheres homossexuais). (Texto_0015, AliancaLGBT)

Heterossexual. Indivíduo atraído amorosa, física e afetivamente por pessoas do sexo/gênero oposto. (Texto_0014, AliancaLGBT)

Os segmentos de texto que fazem referência direta ou indireta a temas familiares são:

Ao falar sobre homoafetividade ou casamento homoafetivo, o ideal é usar a expressão casal homoafetivo. A palavra homoafetiva é sinônimo de homossexual, mas ressalta a conotação emocional e afetiva envolvida na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010). É importante ressaltar que, ao se referir a uma pessoa, deve ser usada a palavra homossexual, ou bissexual ou transgênero, conforme o caso. (Texto_0022, AliancaLGBT)

Família homotransparental é aquela família em cuja composição existe ao menos uma pessoa que vivencie a orientação homossexual e/ou identidade de gênero trans. Ela pode ser composta por somente uma pessoa ou por um casal, cisgênero ou transgênero, com ou sem filhos (biológicos ou adotados). O casal gay sem filhos; a mulher lésbica com filho ou filha heterossexual, os pais heterossexuais com ao menos um filho ou filha gay, lésbica ou trans, todos são exemplos de família homotransparental. (Texto_0022, AliancaLGBT)

O primeiro segmento discute a terminologia adequada para descrever relações homoafetivas, especificamente ao se referir ao casamento homoafetivo. Este segmento destaca a importância da conotação emocional e afetiva nas relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo/gênero. O segundo segmento apresenta uma definição inclusiva de família, mencionando que ela pode ser composta por uma única pessoa, um casal cisgênero ou transgênero e pode ou não incluir filhos, seja biológicos ou adotados. Esse segmento reconhece a diversidade das configurações familiares na sociedade contemporânea.

Os trechos destacam a evolução do conceito de família, reconhecendo configurações familiares diversas e não tradicionais. Eles também chamam a atenção para a necessidade de uma linguagem inclusiva e respeitosa ao se referir a relações e configurações familiares. A inclusão de casais homoafetivos e a aceitação de famílias com pais/mães transgêneros são temas

cruciais na discussão contemporânea sobre os direitos e aceitação da comunidade LGBT na sociedade. Estes segmentos enfatizam a importância da aceitação, reconhecimento e respeito a todas as configurações familiares.

Os outros segmentos de texto analisados revelam aspectos interessantes sobre o conceito de família na era atual:

Diversidade de configurações familiares: os textos analisados reconhecem uma variedade de configurações familiares, incluindo famílias formadas por indivíduos homoafetivos e transgêneros. A família, segundo os textos, não é mais vista estritamente como uma unidade nuclear tradicional, mas pode consistir em uma única pessoa, casais do mesmo sexo, casais transgêneros, com ou sem filhos.

Aceitação e reconhecimento: os segmentos sublinham a importância da aceitação e reconhecimento das diversas configurações familiares. Esta aceitação é crucial para a integração e bem-estar dos membros da comunidade LGBTQIA+ e de suas famílias.

Conotação emocional e afetiva: um dos segmentos destaca a conotação emocional e afetiva nas relações homoafetivas, reforçando que o amor e o compromisso são centrais em todas as configurações familiares, independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero.

A família, como conceito, tem se diversificado e evoluído para abraçar uma variedade de configurações na sociedade contemporânea. A inclusão e aceitação de famílias formadas por indivíduos LGBT são indicativos de uma sociedade progressista que valoriza o amor, o compromisso e a aceitação acima das normas tradicionais. A análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin, oferece insights valiosos sobre essas mudanças e destaca a importância do reconhecimento e aceitação na definição moderna de família.

7.2.2.3 Análise dos resultados na categoria “Diversidade familiar e desafios sociais”

A partir da leitura inicial dos segmentos, é evidente que o foco está nas diferentes configurações familiares, questões de identidade de gênero, orientação sexual e a necessidade de aceitação e reconhecimento da diversidade na sociedade. Ao examinar os segmentos, identificamos temas recorrentes relacionados à família, discriminação, identidade de gênero e orientação sexual. Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 3 azul do subcorpus Progressistas

Forma	χ^2
orientação	111,14
sexual	86,16
discriminação	69,44
identidade	58,55
comportamento	48,99
ódio	38,06
código	34,44
lgbtifobia	33,40
proteger	32,25
crime	30,30

Fonte: autoria própria.

Os segmentos discutem a importância do reconhecimento e aceitação das diversas configurações familiares, especialmente aquelas formadas por indivíduos LGBTI. Eles também destacam os desafios enfrentados por essas famílias em uma sociedade que ainda apresenta preconceitos e mal-entendidos. A categoria encapsula a essência desses segmentos, refletindo tanto a diversidade das famílias na sociedade moderna quanto os desafios que essas famílias enfrentam em busca de aceitação e reconhecimento.

Os textos discutem temas relacionados aos direitos das pessoas LGBTI+, especialmente no que se refere à proteção contra discriminação e violência. Estas divergências sugerem uma variedade de perspectivas sobre as maneiras como a identidade de gênero e a orientação sexual são compreendidas e representadas.

Há um foco marcante em torno dos tópicos relacionados à “orientação” e “sexual”. Esta ênfase sugere que os trechos estão tratando das complexidades, desafios e nuances associadas à orientação sexual, possivelmente em um contexto de luta por direitos ou enfrentamento de discriminações.

Há menção específica a “questões de identidade de gênero, orientação sexual e intersexualidade”, o que reforça a diversidade existente nas configurações familiares na sociedade contemporânea. Este segmento sugere um movimento em direção à aceitação e ao reconhecimento da diversidade nas configurações familiares e a importância de se ter uma base acadêmica sólida para apoiar essa aceitação. O texto pontua a existência de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra a comunidade LGBTI, especialmente em relação à formação de famílias. E destaca os desafios sociais enfrentados pela comunidade LGBTI, incluindo a resistência e o preconceito de certos setores da sociedade contra a aceitação de

diferentes configurações familiares.

Os trechos mais significativos no conjunto de textos da classe 3 azul que refletem a análise são:

(...) marco legal que proteja as pessoas LGBTI+ e puna os crimes de ódio com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero; bem como, a discriminação no acesso à saúde, à educação, à assistência e ao trabalho rural e urbano ... (Texto_0007, AliancaLGBT)

(...) Discriminação. Apesar de ainda não haver uma lei federal específica que proíba discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero, alguns estados brasileiros já possuem jurisprudência própria para banir esse comportamento, explicitando diferentes níveis de proteção. (Texto_0019, AliancaLGBT)

Incitação ao ódio. Ainda que não haja nenhuma disposição no Código Penal Brasileiro que penalize a incitação ao ódio devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero, vários estados já promulgaram legislações locais que proíbem expressamente a conduta. (Texto_0019, AliancaLGBT)

(...) ser um centro de promoção e de incentivo de estudos de referência para reflexão e pesquisas sobre as diferentes configurações familiares em especial quanto às questões de identidade de gênero, orientação sexual, intersexualidade e comportamento intersexualidade forem subjugadas e desrespeitadas no seio das famílias e na sociedade a abrafh ainda se fará necessária. (Texto_0003, ABRAFH)

esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra lgbti principalmente os relacionados à formação de família e expressão. (Texto_0022, AliancaLGBT)

O primeiro segmento destaca a importância de se promover e incentivar estudos sobre as diferentes configurações familiares, especialmente em relação a questões de identidade de gênero, orientação sexual e intersexualidade. Isso sugere uma crescente aceitação e reconhecimento de famílias não tradicionais e a necessidade de pesquisa e discussão acadêmica sobre o tema.

O segundo segmento aborda a subjugação e o desrespeito à intersexualidade no contexto familiar e social, destacando a necessidade contínua de organizações como a Abrafh.

O terceiro segmento menciona a base de argumentos discriminatórios contra a comunidade LGBTI, especialmente em relação à formação de famílias. Este segmento sugere que ainda existem preconceitos e mal-entendidos significativos em relação à capacidade e ao direito dos membros da comunidade LGBTI de formar e criar famílias.

Estes segmentos ressaltam a evolução e diversificação do conceito de família na sociedade contemporânea. Eles também destacam a persistência de preconceitos e a necessidade contínua de educação e defesa. A inclusão e reconhecimento de famílias formadas por indivíduos LGBTI, bem como a necessidade de pesquisa e estudo sobre essas famílias, são

temas centrais. Estes segmentos sublinham a importância do reconhecimento e respeito a todas as configurações familiares e a luta contínua contra a discriminação.

7.2.2.4 *Análise dos resultados na categoria “Estrutura e operações da Abrafh”*

Os segmentos de texto da classe estão relacionados à “Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh)” e seus estatutos, estrutura administrativa e princípios. O conteúdo está focado na estrutura e operações da Abrafh, uma associação voltada para famílias homotransafetivas. Ao examinar os segmentos, identificamos temas recorrentes relacionados à estrutura da Abrafh, seus membros, funções administrativas e sua presença regional e internacional. Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 10 a seguir:

Tabela 10 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 4 roxo do subcorpus Progressistas

Forma	χ^2
associação	299,60
homotransafetivas	295,18
abrafh	291,70
família	224,50
diretor	193,02
conselho	187,98
brasileiro	175,31
art	138,77
membro	136,74
parágrafo	105,64

Os segmentos discutem a organização e administração da Abrafh, mencionando a estrutura administrativa, cargos, funções e expansão regional/internacional da associação. A categoria “Estrutura e Operações da Abrafh” encapsula a essência destes segmentos, que se concentram em como a Abrafh está organizada e opera para alcançar seus objetivos e servir à comunidade homotransafetiva. A presença de diretores específicos e coordenadores regionais sugere um esforço para ter uma presença abrangente e atender às necessidades de famílias homotransafetivas em diversas regiões. Os textos parecem se concentrar em detalhes operacionais e estatutários da associação.

Os trechos mais significativos no conjunto de textos da classe 4 roxo que refletem a

análise são:

ser um centro de promoção e de incentivo de estudos de referência para reflexão e pesquisas sobre as diferentes configurações familiares em especial quanto às questões de identidade de gênero, orientação sexual, intersexualidade e comportamento iii. (Texto_0001, ABRAFH)

iv diretor jurídico v diretor de comunicação vi diretor financeiro vii diretor administrativo e viii coordenadores regionais parágrafo primeiro é vedado a qualquer membro do conselho diretor ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade à custa da associação brasileira de famílias homotransafetivas abrafh. (Texto_0001, ABRAFH)

25 a administração da associação brasileira de famílias homotransafetivas abrafh se fará através de um conselho diretor eleito pela assembleia geral com a competência expressa neste estatuto art 26 para exercer suas atividades a associação brasileira de famílias homotransafetivas abrafh dispõe da seguinte estrutura administrativa. (Texto_0001, ABRAFH)

O primeiro segmento enfatiza o propósito central da Abrafh como um centro de promoção e incentivo de estudos sobre diferentes configurações familiares, destacando o foco nas questões de identidade de gênero, orientação sexual e intersexualidade. O segundo segmento detalha os cargos de direção na Abrafh, listando várias posições, como diretor jurídico, diretor de comunicação e coordenadores regionais. O segmento também estabelece um padrão ético para os membros ao proibir atos de liberalidade à custa da associação. O terceiro segmento descreve a administração da Abrafh, indicando que ela é conduzida por um conselho diretor eleito pela assembleia geral. Este segmento também menciona a estrutura administrativa da associação.

7.3 Resultados e análises na Dimensão da Visibilidade Midiática

Para estruturação dos dados levantados junto aos portais de notícias Estadão e O Globo realizamos três movimentos: (1) o primeiro movimento, considerando as especificações da produção jornalística e dos processos de endereçamento de mensagens, submetemos cada matéria a uma ficha de levantamento de informações que nos apontou elementos que nos ajudaram a compreender como os veículos de comunicação, por meio de critérios endógenos à suas linhas editoriais, construíram os conteúdos disponibilizados atribuindo espaços a determinados sujeitos em detrimento de outros, isso porque o jornalismo possui suas especificidades técnicas; (2) o segundo movimento diz respeito à estruturação do *corpus* para codificação do conteúdo no Iramuteq, para isso extraímos dos portais os textos, considerando apenas título, subtítulo e corpo da matéria, em seguida os inserimos em dois arquivos .txt

salvando-os separadamente. Em um arquivo tínhamos as 55 matérias coletadas no Estadão dispostas sequencialmente nas páginas; as matérias foram separadas apenas por linhas de comando, conforme descreve o manual do Iramuteq, e em outro arquivo as 18 matérias localizadas em O Globo foram salvas seguindo a mesma diretriz. Para cada um dos portais nós extraímos, por meio do Iramuteq, a Nuvem de Palavras e o Gráfico de Similitude; (3) em um terceiro movimento analítico, salvamos apenas um arquivo .txt com todas as 73 matérias resultadas da soma entre ambos os portais, conformando 100% do *corpus* textual de análise desta dimensão. Os arquivos foram salvos neste formato para que, em seguida, pudéssemos gerar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), seguindo as indicações do método de Reinert.

Como passo fundamental para análise realizamos a leitura flutuante do material, quando identificamos os elementos que precisaríamos elencar para construir a ficha de levantamento de dados referentes ao conteúdo jornalístico. Em diálogo com o objetivo do trabalho, buscamos: o tipo de material jornalístico (notícia; reportagem); categorizar as fontes (ver Quadro 8); identificar a editoria jornalística ao qual o material estava ancorado.

Quadro 8 – Especificação das fontes a partir do seu local de fala

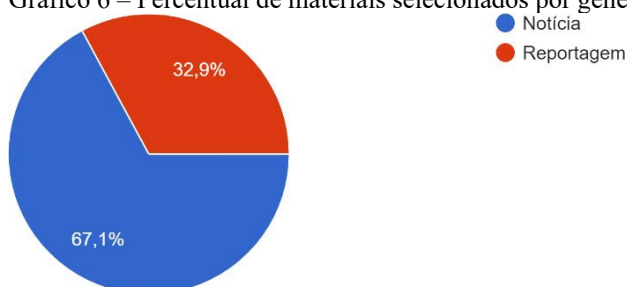
Caracterização das fontes
1. Dirigentes ou representantes de organizações da sociedade civil
2. LGTBQIA+ (pessoa que pode ser identificada como tal na matéria)
3. Anônimo ou cidadão comum
4. Especialista ou intelectuais
5. Representante da política institucional (Legislativo)
6. Representante da política institucional (Executivo)
7. Judiciário (advogados, representantes do poder judiciário)
8. Artistas ou celebridades
9. Religiosos
10. Filhos de pessoas LGBTQIA+
11. Não foi possível identificar

Fonte: autoria própria.

Para a classificação dos dados, a partir de elementos do jornalismo, buscamos entender em quais editorias esses textos foram publicados. A maioria (67,1%) dos materiais selecionados para análise compõem o gênero jornalístico notícia, reconhecidamente um formato que busca de forma objetiva narrar um fato por meio da apresentação de informações, confirmadas por meio de apuração rigorosa, entremeadas por falas de personagens e/ou fontes que possam contribuir com o melhor entendimento do ocorrido. Reportagem representa 32% (ver gráfico 6) dos materiais e referem-se a textos jornalísticos com temáticas relevantes para determinada parcela da sociedade e que necessitam de uma apuração refinada, além de apresentar diferentes posicionamentos sobre a temática. Considerando o baixo número de reportagens produzidas

que apresentam a temática da família e o alto índice de notícias, podemos inferir que os *media* abordam as tensões sobre famílias quando mobilizadas por fatos do cotidiano que reivindicam a inserção da entidade familiar nessa arena discursiva. Há pouco interesse em explorar a pauta em materiais aprofundados.

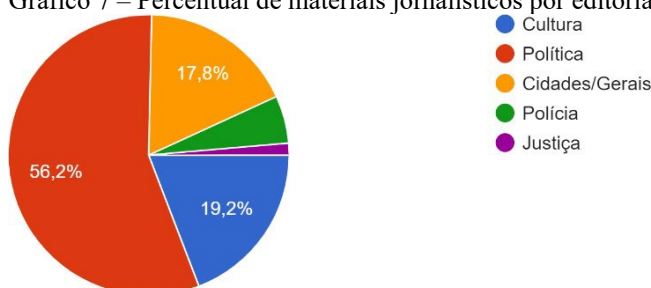
Gráfico 6 – Percentual de materiais selecionados por gênero jornalístico



Fonte: elaboração dos autores.

Conforme aponta o gráfico 7, 56,2% do material coletado pertence à editoria de Política. Ao considerarmos que a busca foi desenvolvida para nos permitir acessar as tensões públicas acerca da configuração familiar, podemos inferir que se trata de uma temática compreendida pela configuração jornalística como pertencente ao debate político.

Gráfico 7 – Percentual de materiais jornalísticos por editoria

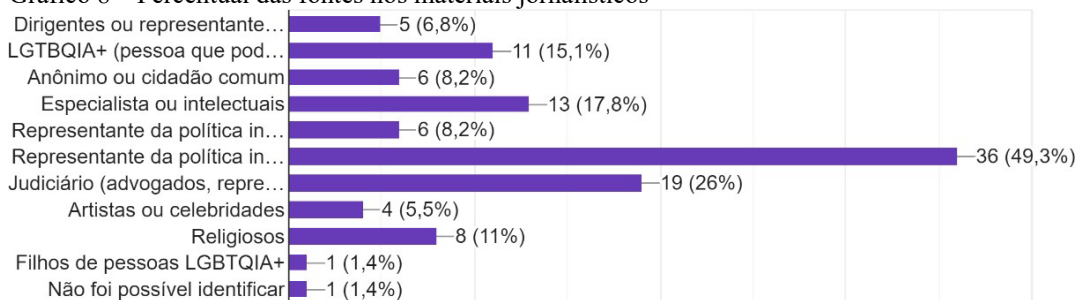


Fonte: elaboração dos autores.

Elencamos as fontes consultadas para elaboração do material e os personagens que falam no texto, seja pelo uso do artifício da inserção das “aspas” na íntegra como pela citação do que tal fonte teria dito. No Gráfico 8, identificamos outro fator que aponta para a análise descrita anteriormente sobre o campo do debate político ser o local de privilégio para o jornalismo apresentar as tensões acerca das noções de família. A categoria “Representante da política institucional (Executivo)”, que diz respeito às fontes com cargo eletivo ou não nas esferas estadual, municipal e federal do Poder Executivo, correspondeu a 49,3% do total. A segunda categoria com mais frequência nos materiais foi “Judiciário (advogados, representantes do poder judiciário)”. Se de um lado a política institucional é a que mais aparece tensionando a

categoria família em materiais jornalísticos, os representantes da esfera jurídico-legal também se inserem no debate, o que dialoga com o que discutimos anteriormente acerca das conquistas de garantia e equiparação de direitos das famílias homotransafetivas terem sido efetivadas, no Brasil, muito em função dos debates realizados nessa esfera.

Gráfico 8 – Percentual das fontes nos materiais jornalísticos

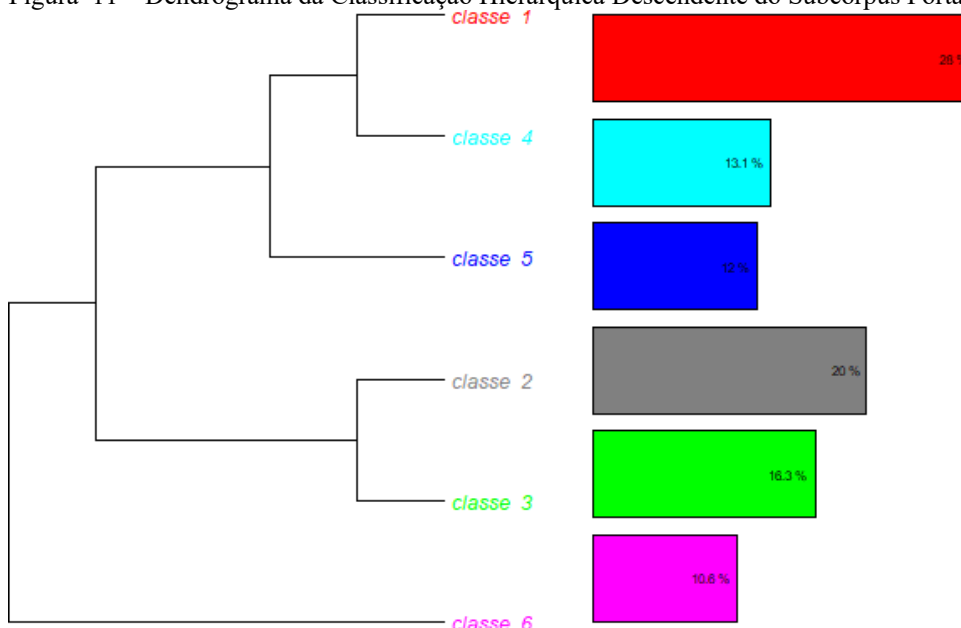


Fonte: elaboração dos autores.

“Especialista ou intelectuais” foi a terceira categoria de personagens mais presente no levantamento e diz respeito àqueles sujeitos mobilizados pelo jornalista no texto para falar a partir de seus conhecimentos, saberes e relevância para o tema evidenciado pelo material.

Para o *subcorpus* Portais reunimos os textos dos portais O Globo e Estadão presentes no *corpus*, o qual é composto por 73 textos, o número de ocorrências existente no *corpus* é de 56.208, o número total de formas ativas lematizadas é de 4.953 e o número de hápax (ou palavras que aparecem uma única vez no corpus) é de 2.281. Em seguida, geramos o dendrograma a partir do método de Reinert.

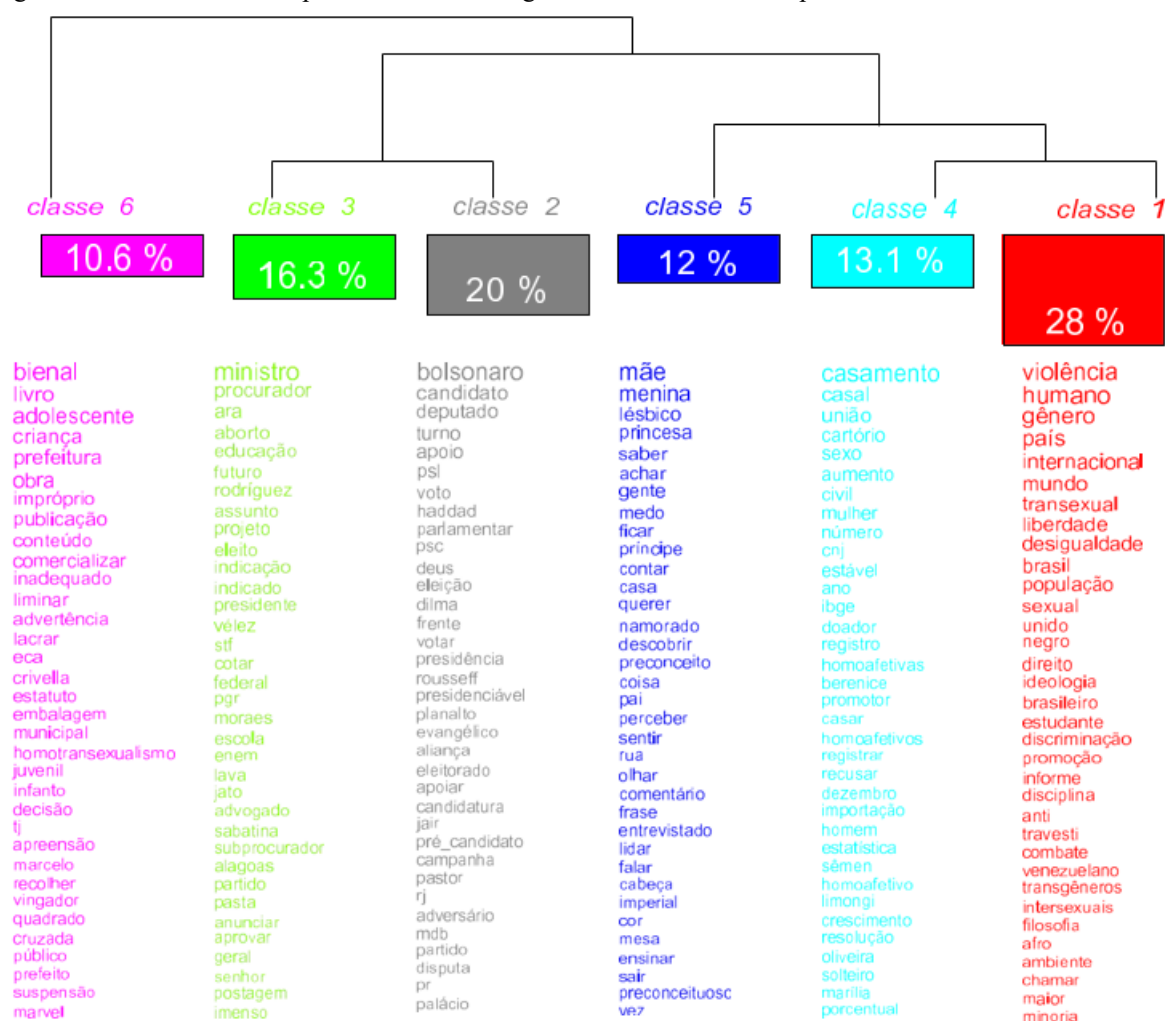
Figura 11 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente do Subcorpus Portais



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

Aplicando-se o Método de Reinert, a CHD resultou em 6 classes, conforme mostrado na Figura 11. Essa divisão em classes foi feita a partir de 1.592 ST, aproveitados de 1.632 originais, nos quais o *subcorpus* foi dividido, um aproveitamento de 97,55%, demonstrando pouco distanciamento no conteúdo dos textos nesse *subcorpus*. Desses 1.592 ST, para a classe 1, vermelho, foram destinados 445 ST (27,95%); para a classe 2, cinza, 319 ST (20,04%), para a classe 3, verde, 260 ST (16,33%), para a classe 4, azul claro, 208 ST (13,07%), para a classe 5, azul escuro, 191 ST (12,00%) e ainda, para a classe 6, rosa, foram destinados 169 ST (10,62%).

Figura 12 – Formas lexicais por classe no dendrograma da CHD do Subcorpus Portais



Fonte: Gerado pelo Iramuteq.

A Figura 12 apresenta o principal léxico de cada classe. Podemos agora analisar cada classe através do mesmo processo de identificação temática utilizado anteriormente para o dendrograma do *corpus* original com todas as duas dimensões comunicativas. Conforme a abordagem metodológica adotada, realizamos um resgate do contexto original enunciado nos

textos utilizadas no *Subcorpus* e uma desenvolvemos uma análise qualitativa do seu conteúdo. O contexto de co-ocorrência das palavras e a análise dos 50 segmentos típicos de texto foi recuperado para ser aplicada a Análise de Conteúdo.

Quadro 9 – Caracterização das categorias de acordo com as classes da CHD

Classe	Cor	Categoria
1	Vermelho	Direitos humanos e as tensões na sociedade brasileira
2	Cinza	Bolsonaro e o apoio evangélico
3	Verde	Evolução política e econômica contemporânea do Brasil
4	Azul claro	Casamentos e união homoafetiva no Brasil contemporâneo
5	Azul escuro	Reflexões sobre identidade e sexualidade na Sociedade Brasileira
6	Lilás	Regulamentação e proteção: a família no contexto da infância

Fonte: autoria própria.

7.3.1 Análise dos resultados na subcategoria “Direitos humanos e as tensões na sociedade brasileira”

As 10 formas com maior qui-quadrado na categoria são as mostradas na Tabela 11, a seguir:

Tabela 11 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 1 vermelho do subcorpus Portais

Forma	χ^2
violência	62,29
humano	61,47
gênero	55,33
país	52,00
internacional	44,06
mundo	42,76
transexual	39,03
liberdade	38,53
desigualdade	37,35
brasil	34,69

Fonte: autoria própria.

Analisando-se os segmentos de texto típicos dessa classe, podemos tirar as seguintes conclusões, a partir da Análise de Conteúdo: os trechos convergem em torno de temáticas ligadas aos direitos humanos, educação e as relações do Brasil com organizações internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU). Há um destaque para discussões sobre

gênero, liberdade e violência, evidenciando preocupações sociais e políticas relevantes no contexto brasileiro. Sobre as lutas por reconhecimento de outras formas de ser e viver, os trechos destacam avanços e reconhecimentos no campo dos direitos humanos. Estas menções englobam ações afirmativas para minorias, compromissos internacionais do Brasil com a ONU e a introdução de leis e políticas que visam melhorar a vida da população LGBTQIA+, inclusive no que diz respeito as famílias formadas por esses sujeitos. Por outro lado, os textos também abordam desafios e áreas de resistência, apontando para discriminações, desigualdades e políticas ou posturas que podem ser contrárias aos direitos humanos ou a grupos específicos, sobretudo por movimentos neoconservadores que identificamos como próximos ao discurso da extrema direita.

Destacamos abaixo trechos que justificam essas afirmações:

(...) para falar de perseguição a minorias cristãs em países de maioria islâmica. “Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia”, disse. “O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base (...)”. (Texto_0032, Portal Estadão).

Para a ONU, o projeto representa uma “restrição indevida ao direito de liberdade de expressão de alunos e professores no Brasil”. A organização alertou ainda para o risco de se impedir discussões sobre gênero e diversidade sexual, “fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas por estudantes (...)”. (Texto_0068, Portal Estadão)

Neste rascunho, havia uma sugestão para que o presidente exaltasse a Parceria para as Famílias, iniciativa conservadora de Brasil, Hungria, Polônia e Estados Unidos, com o objetivo de modificar o debate sobre educação sexual e gênero em organizações internacionais (...). (Texto_0035, Portal Estadão).

Os trechos abordam uma variedade de tópicos, todos convergindo para os desafios que o Brasil enfrenta no contexto dos direitos humanos e da diversidade. Além disso, o texto destaca a importância da liberdade de expressão e da discussão sobre gênero e diversidade. Assim, a categoria proposta busca englobar todas essas nuances em uma única temática central.

Conforme apontado por Miguel (2019, 2018), Almeida (2018) e Casimiro (2018), a emergência de grupos da nova direita alterou significativamente o panorama do debate democrático no Brasil. Esse movimento desafiou e desestabilizou consensos estabelecidos desde o término da ditadura militar (MIGUEL, 2019, p. 23). Anteriormente, ainda que com algumas discordâncias, o diálogo político era fundamentado em princípios democráticos. Muitas vezes, a adesão a esses princípios, consolidados com entusiasmo após a adoção da Constituição de 1988, servia como uma máscara para que grupos dissidentes fossem integrados ao debate. Temas como democracia, direitos humanos e igualdade dominavam as discussões, e

não havia espaço para discursos que contrariassem esses valores. Contudo, na segunda década do século XXI, a ascensão da extrema direita perturbou esse equilíbrio, criando fissuras que eventualmente culminaram no enfraquecimento do debate racional e argumentativo, dando lugar a discursos menos racionais e mais emocionais.

Ao analisar os trechos fornecidos pelo Iramuteq, percebemos que a discussão direta sobre “famílias” não é o foco central desta classe. No entanto, várias questões abordadas têm implicações diretas ou indiretas sobre as famílias, como a discriminação estrutural e intolerância o que pode impactar famílias de minorias étnicas, raciais, religiosas ou de orientação sexual. A influência da religião na política também é um destaque nesta classe, que faz referência a atuação de bancadas religiosas que atuam para incidir diretamente na definição de políticas públicas e leis que afetam as famílias, especialmente no que diz respeito a temas como casamento, educação e direitos reprodutivos.

Os trechos também trazem questões voltadas à liberdade de expressão em ambientes educacionais e alerta para o risco de impedir discussões sobre gênero e diversidade sexual. Isso tem implicações diretas para as famílias, pois pode moldar a forma como as crianças são educadas sobre questões de identidade de gênero, orientação sexual e diversidade familiar. A capacidade de discutir esses temas nas escolas é crucial para criar um ambiente inclusivo e informado, o que, por sua vez, afeta diretamente as famílias e como elas são percebidas na sociedade.

Enquanto a discussão explícita sobre “famílias” pode não estar presente nos trechos, os temas abordados têm implicações significativas para as famílias em termos de seus direitos, reconhecimento e aceitação na sociedade. A discussão sobre direitos humanos, discriminação, e influências religiosas na política, bem como debates sobre educação e diversidade, são todos pertinentes ao contexto das famílias e à forma como elas são vistas e tratadas dentro da sociedade brasileira.

7.3.2 Análise dos resultados na subcategoria “Bolsonaro e o apoio evangélico”

A classe destaca consistentemente o apoio de grupos evangélicos e partidos políticos a Jair Bolsonaro, particularmente durante as eleições de 2018. A menção à “Frente Parlamentar Evangélica” e ao “segmento evangélico” indica um núcleo temático em torno da relação entre a política de Bolsonaro e a base evangélica. A categoria proposta busca encapsular esse núcleo central e serve como um rótulo abrangente para os temas discutidos no texto. Ao escolher essa categoria temática, estamos focando no elemento mais recorrente e proeminente do texto,

facilitando futuras análises e discussões sobre o conteúdo. As 10 formas com maior qui-quadrado na categoria são as mostradas na Tabela 12, a seguir:

Tabela 12 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 2 cinza do subcorpus Portais

Forma	χ^2
bolsonaro	286,56
candidato	184,64
deputado	130,19
turno	126,17
apoio	124,79
psl	112,09
voto	90,77
haddad	83,28
parlamentar	80,47
psc	64,50

Fonte: autoria própria.

Analisando os segmentos de texto típicos dessa classe, podemos desenvolver algumas interpretações e inferências. Os trechos convergem principalmente em torno de temas políticos, destacando-se eleições, debates partidários e ações de figuras públicas específicas. As convergências indicam uma atenção constante às dinâmicas políticas nacionais. As divergências, por outro lado, apontam para tópicos menos frequentemente discutidos no conjunto. Isso sugere uma variedade de temas e eventos específicos que não dominam o discurso, mas ainda são relevantes no contexto geral.

As afirmações positivas abordam avanços, acordos e iniciativas bem-sucedidas no cenário político. Elas refletem momentos de cooperação, celebrações de conquistas e ações que foram favoravelmente recebidas pelo público ou pela mídia. Em contraste, as afirmações negativas destacam conflitos, controvérsias e críticas. Esses trechos tendem a se concentrar em desafios, disputas partidárias, ações controversas de figuras políticas e momentos de tensão no cenário político.

Para identificar os argumentos que justificam o apoio de setores evangélicos a Bolsonaro nas eleições de 2018, analisamos os trechos da classe em busca de menções a motivos, justificativas ou razões relacionadas a esse apoio.

(...) grupo entende que candidato do PSL à presidência da república é o nome mais

adequado para lutar pelas pautas defendidas por seus integrantes a frente parlamentar evangélica fpe da câmara dos deputados oficializou nesta quinta-feira, 4, o apoio a candidatura de jair messias bolsonaro psl à presidência da república nas eleições 2018. (...). (Texto_0039, Portal Estadão)

O trecho sugere que a Frente Parlamentar Evangélica acredita que Bolsonaro é o candidato mais adequado para defender as pautas que são importantes para eles. Um dos argumentos para o apoio, trazidos pelos textos da classe, diz respeito ao apoio do ex-presidente as pautas de costumes:

(...) a bancada evangélica afinou o discurso e decidiu votar fechada com o governo apenas nas pautas relativas a temas de costumes. (...). Há, também, menções de apoio de outras bancadas, como a da “bala” ao então candidato: “(...) Brasília os líderes das bancadas evangélica e da bala no congresso nacional assumiram o apoio ao candidato do psl ao palácio do planalto jair bolsonaro. (...). (Texto_0036, Portal Estadão)

No período eleitoral, havia um temor, ocasionado por pânico morais, de que o Fernando Haddad, oponente de Bolsonaro, ganhasse as eleições, de acordo com um dos trechos, houve, inclusive um apelo aos cristãos para que apoiassem o candidato da extrema direita: “(...) presidente da frente parlamentar evangélica, uma das mais influentes do congresso (...) relata que os líderes de igrejas temem uma derrota de Bolsonaro no segundo turno e apela aos cristãos para votarem no colega de câmara (...)” (Texto_0031, Portal Estadão). Outro trecho destaca o apoio significativo à Bolsonaro entre os eleitores evangélicos em comparação com outros grupos religiosos. “(...) segundo a última pesquisa IBOPE (...) a aceitação de Bolsonaro é grande entre os evangélicos (66% dos votos contra 24% de Fernando Haddad, do PT). Já entre os católicos, a disputa é mais equilibrada: 48% declararam voto em Bolsonaro no contra 42% no petista” (Texto_0076, Portal Estadão).

Em artigo publicado sobre o mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira, Miguel (2021) analisa o papel da categoria gênero na elaboração dos repertórios da extrema direita brasileira que está no poder. Para isso, o autor expõe alguns fatores que buscam explicar os resultados das eleições de 2018, entre eles a capacidade de Jair Bolsonaro e seus apoiadores de promoverem “pânico morais” sobre a agenda de governo petista, sobretudo a abertura para o debate das pautas acerca das questões de gênero e população LGBTQIA+. Para Bolsonaro e sua claque as instituições políticas estariam impondo políticas públicas que gerariam a decadência dos valores tradicionais e desintegrariam as configurações familiares; em reação, concentraram seus esforços na propagação de um fantasma que denominaram de “ideologia de gênero”. Trata-se de uma confusão teórica, ou uma recriação perversa, acerca dos debates feministas sobre gênero e a teoria Queer, elaborado por setores

conservadores da igreja católica e que foi disseminado pelos populismos de extrema direita com apoio de outras vertentes cristãs e setores neoliberais.

A partir destes trechos, podemos inferir que o apoio evangélico a Bolsonaro nas eleições de 2018 foi motivado por uma combinação de fatores, incluindo a percepção de que ele defenderia pautas importantes para a comunidade evangélica, especialmente aquelas relacionadas a temas de costumes. Além disso, havia um desejo entre líderes evangélicos de ver Bolsonaro eleito, possivelmente devido a preocupações sobre outros candidatos ou a direção política do país.

7.3.3 *Análise dos resultados na categoria “Evolução política e econômica contemporânea do Brasil”*

Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 3 verde do subcorpus Portais

Forma	χ^2
ministro	123,59
procurador	70,14
ara	66,18
aborto	65,03
educação	57,13
futuro	52,48
rodríguez	49,76
assunto	49,76
projeto	48,15
eleito	47,96

Fonte: autoria própria.

Os trechos iniciais do documento focam nas escolhas e controvérsias relacionadas ao setor educacional brasileiro, principalmente no contexto do governo de Jair Bolsonaro. Há menções a figuras desconhecidas na comunidade educacional sendo consideradas para postos ministeriais, críticas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e referências ao movimento “Escola Sem Partido”. Além disso, os trechos mencionam questões de gênero e sexualidade nas escolas. A categoria proposta busca encapsular esses elementos centrais,

refletindo as tensões, debates e escolhas políticas no Brasil contemporâneo durante esse período.

O presidente eleito, Jair Bolsonaro, anunciou na noite desta quinta-feira pelas redes sociais que o professor colombiano Ricardo Vélez Rodríguez será o futuro ministro da Educação. Nome desconhecido da comunidade educacional, crítico ao Enem e com afinidade ao Escola sem Partido, hoje ele é professor colaborador do Programa de pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). (Texto_0041, Estadão)

O trecho destaca a nomeação de um indivíduo desconhecido no cenário educacional brasileiro para um posto ministerial importante, gerando potencial controvérsia e reflete a controvérsia em torno do ensino de temas de gênero e sexualidade nas escolas e as consequências legais associadas a essas questões. Os textos da classe apontam a afinidade do indicado ao ministério da educação com o movimento “Escola Sem Partido”, que é um tópico controverso no cenário educacional brasileiro. O texto critica, ainda, o ENEM, um dos principais exames educacionais do Brasil, reflete as tensões e debates em torno das políticas e práticas educacionais no país.

Analizamos o conteúdo para identificar menções ou temas que impactam diretamente a entidade familiar. Vejamos quais aspectos do texto se relacionam ou têm implicações para as famílias:

Ensino de temas de gênero e sexualidade nas escolas:

cotado por jair bolsonaro como futuro ministro da educação o procurador regional do distrito federal Guilherme Schelb foi alvo de procedimento administrativo do ministério público federal MPF no ano passado por compartilhar um modelo de notificação extrajudicial na internet contra professores que ensinam temas sobre sexualidade e gênero nas escolas. (Texto_0070, Portal Estadão)

Este trecho destaca uma controvérsia em torno do ensino de temas de gênero e sexualidade nas escolas. Esse é um tópico que pode impactar as famílias, já que envolve a educação e formação de valores das crianças e jovens. Muitos pais e responsáveis têm opiniões fortes sobre o que deve ou não ser ensinado nas escolas, especialmente em relação a temas sensíveis como gênero e sexualidade.

Movimento Escola Sem Partido: o movimento “Escola Sem Partido” tem como principal argumento a ideia de que as escolas estão sendo utilizadas para “doutrinar” ou “influenciar” ideologicamente os estudantes. Isso tem implicações para as famílias, pois envolve debates sobre os valores e princípios ensinados nas escolas e como eles se alinham ou não com os valores familiares.

Nomeações para o Ministério da Educação (MEC): a escolha de lideranças no Ministério da Educação pode ter impactos diretos nas políticas educacionais do país. Isso, por sua vez, afeta as famílias, pois determina a qualidade e o conteúdo da educação que seus filhos recebem.

Estes trechos refletem as tensões e debates em torno da educação no Brasil e como essas questões impactam as famílias em termos de valores, crenças e a formação educacional de seus filhos. Além disso, eles mostram a intersecção da política e da educação e como as decisões políticas podem afetar diretamente a entidade familiar.

Os principais argumentos sobre famílias que emergem na classe, segundo nossas análises, são:

Reconhecimento de uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo:

o relator do projeto ministro Alexandre de Moraes disse em seu voto que a exclusão dessas famílias violaria princípios constitucionais Brasília o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo não podem ser excluídas do conceito de entidade familiar pelo poder público. (Texto_0093, O Globo)

Este trecho discute a inclusão de uniões homoafetivas no conceito legal de “entidade familiar”, ressaltando a importância do reconhecimento legal e igualitário de diferentes formatos de família.

Preservação da Família como Prioridade do Governo:

O presidente eleito Jair Bolsonaro voltou a defender a preservação da família como uma das prioridades do seu governo e comemorou a indicação de Ricardo Salles como novo ministro do meio ambiente em mensagem direcionada ao setor do agronegócio. (Texto_0062, Portal Estadão)

Aqui, Bolsonaro enfatiza a família como um dos pilares de seu governo, indicando uma abordagem conservadora em relação à estrutura e valores familiares tradicionais. Isso se refletiu diretamente em suas escolhas, como a indicação de uma pastora evangélica para o Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos (MMFDH).

em palestra de 2013 futura ministra da mulher da família e dos direitos humanos também disse que ninguém nasce gay a pastora evangélica e advogada indicada para comandar o ministério da mulher da família e dos direitos humanos. (Texto_0046, Portal_Estadão)

Este trecho revela as visões da futura ministra sobre questões de gênero e sexualidade, que podem impactar as políticas públicas relacionadas à família e aos direitos LGBTQIA+.

Onda Conservadora nos Costumes:

Nas redes sociais, Schelb já criticou a ministra e ex-presidente do STF, Carmen Lúcia, quando ela alertou em uma entrevista, em novembro de 2018, para os perigos da onda conservadora nos costumes. “A ministra do STF acha um perigo para a democracia ser defensor da família e contra a legalização das drogas e do aborto! Já a ditadura do proletariado e o extermínio físico da burguesia não são lá tão perigosos”, escreveu à época em seu Twitter, que também dedica a postagens contra a “ideologia de gênero”, o socialismo e o feminismo, além de elogios ao governo de Jair Bolsonaro.” O trecho destaca a tensão entre os valores conservadores, que enfatizam a estrutura tradicional da família, e os direitos individuais, como a legalização do aborto. (Texto_0061, Portal Estadão)

Esses trechos refletem diferentes perspectivas e tensões em torno do conceito de família no Brasil durante esse período, evidenciando o papel central da família nos debates políticos e sociais.

7.3.4 *Análise dos resultados na categoria “Casamentos e união homoafetiva no Brasil contemporâneo”*

Vários segmentos destacam o tema dos casamentos homoafetivos. Este é um tema recorrente e central para o texto. Enquanto um segmento menciona o “aumento de 459” em casamentos homoafetivos, outro segmento destaca uma “redução de 1.6 no número de casamentos”. Os casamentos homoafetivos aumentam e ao mesmo tempo em que casamentos, de uma maneira geral, estão diminuindo. Há menção a medidas legais e políticas relacionadas aos casamentos homoafetivos, como “uma medida provisória do novo governo contrária à decisão”. Isso sugere que há um debate controversas políticas em torno do tema. Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 14, a seguir:

Tabela 14 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 4 azul claro do subcorpus Portais

Forma	χ^2
casamento	231,71
casal	139,33
união	128,27
cartório	100,76
sexo	93,93
aumento	85,90
civil	83,81

mulher	75,37
número	68,61
cnj	66,96

Fonte: autoria própria.

Com base nos segmentos analisados, podemos identificar algumas afirmações positivas e negativas relacionadas à categoria temática de casamentos, com ênfase em casamentos homoafetivos:

O casamento gay teve um aumento de 459 em dezembro em relação a outubro. (Texto_0107, Portal OGlobo)

Estatísticas do registro civil do IBGE indicam crescimento de 61.7% em relação ao ano anterior. (Texto_0107, Portal OGlobo)

Na análise de especialistas, o aumento considerável pode ter acontecido porque no ano passado muitos casais gays anteciparam o casamento. (Texto_0040, Portal_Estadao)

Afirmações Negativas:

No geral, houve redução de 1.6% no número de casamentos. (Texto_0040, Portal_Estadao)

Uma medida provisória do novo governo contrária à decisão teria força de lei e poderia se impor à resolução do CNJ. (Texto_0040, Portal_Estadao)

Estas afirmações fornecem *insights* sobre a percepção e as tendências dos casamentos homoafetivos no contexto apresentado no texto. Enquanto as afirmações positivas destacam o aumento e o crescimento dos casamentos homoafetivos, as afirmações negativas abordam reduções gerais no número de casamentos e possíveis desafios legais e políticos relacionados aos casamentos homoafetivos.

Os segmentos destacados oferecem uma variedade de perspectivas sobre os aspectos legais da união civil homossexual. Vamos detalhar algumas das menções legais presentes nos segmentos:

Estatísticas e Cartórios: Há várias menções a estatísticas de casamento obtidas junto aos cartórios de registro civil, destacando a formalidade e a legalidade dessas uniões. Exemplo: “se somados homens e mulheres o casamento gay teve um aumento de 459 em dezembro em relação a outubro as estatísticas obtidas juntos aos cartórios de registro civil de pessoas naturais não incluem modalidades como união estável”.

Medidas legais e políticas: Alguns trechos mencionam medidas legais e políticas específicas relacionadas ao casamento homoafetivo, indicando a complexidade e possíveis desafios enfrentados. Exemplo: “que impede os cartórios de se recusarem a habilitar a celebrar casamentos civis e converter uniões estáveis homoafetivas em casamento civil uma medida provisória do novo governo contrária à decisão teria força de lei e poderia se impor à resolução do CNJ”.

Histórico legal: O texto menciona avanços históricos relacionados à legalidade das uniões homossexuais. Exemplo: “em 2003 o país foi o primeiro na América Latina a reconhecer uniões entre pessoas do mesmo sexo e dos primeiros a permitir a adoção de filhos por casais gays em 2013 o judiciário brasileiro legalizou efetivamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo”

Necessidade de lei específica: Alguns segmentos destacam a necessidade de uma legislação específica para solidificar os direitos relacionados ao casamento homoafetivo. Exemplo: “precisamos mesmo é ter uma lei que autorize o casamento homoafetivo esse aumento mostra e dá visibilidade a esse segmento na omissão do legislador cabe o supremo formatar isso”.

Temores e Retrocessos: alguns trechos indicam temores relacionados a possíveis retrocessos nos direitos civis dos homossexuais. Exemplo: “temor de um retrocesso nos direitos civis dos homossexuais pode explicar o aumento” (Texto_0040, Portal_Estadao).

Estas menções legais sugerem uma abordagem multifacetada do texto em relação à união civil homossexual, abrangendo tanto os avanços legais quanto os desafios e preocupações enfrentados. Com base nos segmentos destacados, podemos identificar algumas controvérsias e posicionamentos contrários sobre a união civil homossexual:

Temor de retrocesso de direitos: “estatísticas do registro civil do IBGE indicam crescimento de 61,7% em relação ao ano anterior de outubro a dezembro registros saltaram 459 por temor de retrocesso de direitos adquiridos rio o número de casamentos homoafetivos no Brasil cresceu 61,7%” (Texto_0107, Portal OGlobo). O segmento destaca um aumento nas uniões homoafetivas, mas também sugere que esse aumento foi motivado pelo medo de um retrocesso nos direitos já adquiridos.

Postura do Presidente e Consequências: “o presidente em nenhum momento escondeu sua homofobia ou a recusa em reconhecer como família qualquer estrutura diferente da convencional festa às pressas com temor após a eleição de Bolsonaro, Oliveira e Trajano decidiram antecipar a cerimônia de casamento” (Texto_0040, Portal Estadao). O segmento indica que o presidente tem uma postura contrária ou não reconhece uniões homoafetivas como

famílias legítimas. Isso gerou preocupações na comunidade LGBTQIA+, levando alguns a antecipar seus casamentos por temores relacionados ao futuro dos seus direitos.

Retrocesso nos direitos civis dos homossexuais: “a gente ficou até meio assustado pediu para conferir o número mas foi isso mesmo um aumento bem expressivo em termos relativos de acordo com a gerente da pesquisa o temor de um retrocesso nos direitos civis dos homossexuais pode explicar o aumento” (Texto_0040, Portal Estadão). semelhante ao primeiro ponto, este segmento destaca o temor de um retrocesso nos direitos civis dos homossexuais, indicando que há preocupações reais e tangíveis sobre possíveis mudanças adversas na legislação ou nas políticas.

7.3.5 Análise dos resultados na subcategoria “Reflexões sobre identidade e sexualidade na Sociedade Brasileira”

Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 15, a seguir:

Tabela 15 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 5 azul escuro do subcorpus Portais

Forma	χ^2
mãe	36,45
menina	71,18
lésbico	17,21
princesa	03,60
saber	7,43
achar	4,73
gente	0,82
medo	6,15
ficar	7,10
príncipe	6,39

Fonte: autoria própria.

Os trechos extraídos do documento retratam experiências pessoais de indivíduos que enfrentam desafios ao revelar sua identidade LGBTQIA+ dentro de suas famílias. Há menções à descoberta da própria identidade em uma idade jovem, reações negativas e controladoras dos membros da família após a revelação, e a busca por aceitação e compreensão. A categoria

proposta busca encapsular esses elementos centrais, refletindo as tensões, desafios e experiências vivenciadas por indivíduos LGBTQIA+ no ambiente familiar.

Os trechos convergem em torno de temas relacionados à sociedade brasileira, cultura e acontecimentos nacionais. Isso sugere um foco na dinâmica social e cultural do país, abordando tópicos que são de relevância para o público geral. As afirmações positivas destacam êxitos, conquistas e momentos de celebração na sociedade brasileira. Estes trechos refletem aspectos positivos e momentos de orgulho para a população. As afirmações negativas, por outro lado, enfatizam desafios, controvérsias e momentos de tensão no contexto brasileiro. Estes trechos evidenciam situações que geram preocupação ou críticas dentro da sociedade.

Destacamos a seguir trechos significativos no conjunto de textos da classe 5, azul escuro, que refletem o título dado:

(...) Eu sei da minha sexualidade há muito tempo, que não sou uma pessoa heterossexual, mas só contei pra minha mãe no final de 2015. Na verdade eu nem contei, não tive essa conversa... (Texto_0059, Portal Estadão)

(...) A minha mãe repara que eu não uso. Mas eu não uso porque eu passo o dia na rua, é desagradável. Mas ela associa isso à minha orientação sexual. O grande medo da minha mãe era que eu fosse um menino... (Texto_0105, Portal O Globo)

(...) Eu tenho um filho adolescente e às vezes ele fala: 'mãe, aquela menina tá super falada, ninguém mais quer ficar com ela'. É uma menina de 14 anos..." (Texto_0065, Portal Estadão)

Os trechos extraídos do documento retratam experiências pessoais de indivíduos que enfrentam desafios ao revelar sua identidade LGBTQIA+ dentro de suas famílias. Há menções à descoberta da própria identidade em uma idade jovem, reações negativas e controladoras dos membros da família após a revelação, e a busca por aceitação e compreensão. A categoria proposta destaca esses elementos centrais, refletindo as tensões, desafios e experiências vivenciadas por indivíduos LGBTQ+ no ambiente familiar. O trecho abaixo, por exemplo, expõe o medo da revelação e as repercussões disso:

(...) eles queriam ver eu a beijando queriam me ver com ela eu fiquei dois anos com essa menina mas escondida até que uma pessoa descobriu sou de cidade pequena no interior então todo mundo ficou sabendo inclusive a minha mãe. (Texto_0104 OGlobo)

Este trecho ilustra a experiência de uma pessoa que manteve seu relacionamento com alguém do mesmo sexo escondido, destacando o impacto da descoberta em um ambiente de cidade pequena e a reação da família.

(...) na minha família acho que o momento mais complicado foi quando a minha mãe descobriu quem eu era com 12 anos eu já sabia o que sentia pelas meninas. (Texto_0104 OGlobo)

Este trecho aborda o momento de reconhecimento pessoal da identidade LGBTQ+ e o desafio de ser “descoberto” por membros da família. Abaixo, destacamos trecho em que emergem as reações dos pais e a importância da aceitação e respeito.

Amanda 31 anos meu pai achava que era uma fase que ia passar minha mãe descobriu que eu era lésbica pela internet eu tinha 16 anos na época ela me perguntou eu admiti para tirar o peso das costas. (Texto_0104 OGlobo)

As restrições e controle familiar sobre os corpos dos filhos aparecem no trecho abaixo:

(...) eu não pude sair mais de casa a minha mãe chegou a invadir lugares em que eu estava para saber se a menina estava lá também tiraram meu celular para impedir que eu falasse com as pessoas. (Texto_0105, Portal OGlobo)

Este trecho destaca as medidas controladoras e restritivas que algumas famílias podem adotar em resposta à descoberta da sexualidade de um membro da família, ressaltando os desafios e tensões enfrentados.

Percebemos que o processo de autodescoberta e aceitação da própria identidade LGBTQIA+ pode ser um caminho solitário e desafiador, especialmente em ambientes familiares menos acolhedores ou compreensivos. A revelação de uma identidade de gênero ou sexualidade diferente do que se espera em um contexto de heteronormatividade pode levar a reações negativas, como o isolamento e restrições por parte da família.

Os trechos apresentam reações familiares variadas. As famílias respondem de diferentes maneiras à descoberta da identidade LGBTQ+ de um membro. Algumas podem ver isso como uma “fase” ou uma escolha, enquanto outras podem tentar controlar ou restringir a pessoa, como evidenciado pelo trecho em que a mãe invade lugares e retira o celular para evitar comunicação.

A busca por aceitação dentro da família é um tema recorrente. Muitos indivíduos LGBTQ+ desejam ser reconhecidos e aceitos, sem julgamento ou restrição. O momento de “admitir” a identidade para “tirar o peso das costas” reflete o desejo de viver autenticamente e ser aceito pela família.

A menção a "cidade pequena no interior" sugere que as normas sociais e culturais da comunidade mais ampla desempenham um papel significativo nas reações familiares. Em

ambientes mais conservadores ou tradicionais, a descoberta da identidade LGBTQ+ pode ser vista com mais ceticismo ou desaprovação.

Em resumo, os trechos trazem à tona as complexidades e tensões enfrentadas por indivíduos LGBTQ+ dentro da entidade familiar. Eles destacam a interação entre a autodescoberta, a busca por aceitação e as reações familiares, tudo isso moldado pelo contexto social e cultural em que a família está inserida.

Os trechos revelam a família como um local central de descoberta e, muitas vezes, de conflito. Quando os indivíduos descobrem e tentam expressar sua identidade LGBTQIA+, a família se torna o primeiro e, muitas vezes, o mais desafiador espaço de aceitação ou rejeição.

A menção a viver em cidade pequena no interior indica que as famílias não operam no vácuo; em vez disso, são influenciadas por normas e expectativas socioculturais mais amplas. Isso sugere que a aceitação ou rejeição de membros LGBTQ+ na família pode ser moldada por pressões externas e expectativas tradicionais; em alguns casos, a família é retratada como um espaço de controle e restrição, onde os membros tentam regular e controlar a expressão e a identidade de outros membros da família. Isso é evidente no trecho em que uma mãe toma medidas drásticas, como invadir lugares e confiscar o celular, para controlar a interação de sua filha. O desejo de ser aceito e compreendido pela família é uma noção predominante. Mesmo diante da rejeição ou incompreensão, o desejo de ser reconhecido e aceito pela família permanece forte. Isso é evidente no momento em que um indivíduo admite sua verdadeira identidade, buscando alívio e aceitação. Estes argumentos refletem a complexa interação entre identidade individual, expectativas familiares e normas socioculturais mais amplas. Eles destacam a família como um espaço de formação de identidade, aceitação, conflito e transformação.

7.3.6 Análise dos resultados na subcategoria e “Regulamentação e proteção: a família no contexto da infância”

Na categoria, as 10 formas com maior qui-quadrado são as mostradas na Tabela 16, a seguir:

Tabela 16 – 10 principais formas e seus respectivos qui-quadrados (χ^2) para a classe 6 rosa do subcorpus Portais

Forma	χ^2
bienal	95,88
livro	14,01
adolescente	08,32
criança	73,55
prefeitura	57,46
obra	43,35
impróprio	94,52
publicação	89,88
conteúdo	78,61
comercializar	70,54

Fonte: autoria própria.

Os trechos do documento focam nas diretrizes e critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação à comercialização de materiais considerados impróprios para menores. A ênfase está na necessidade de proteger crianças e adolescentes de conteúdos potencialmente prejudiciais, assim como na forma como essa proteção é implementada (por exemplo, através do uso de embalagens lacradas e advertências). A categoria proposta busca resumir e capturar esse foco central, refletindo os debates e tensões em torno da proteção dos menores no contexto da mídia e da legislação.

Os trechos convergem majoritariamente em torno de questões relacionadas à sociedade e cultura brasileira, com ênfase nas relações interpessoais e familiares. Esses trechos refletem as dinâmicas sociais e os valores que são centrais na sociedade brasileira. Para ilustrar, destacamos os trechos abaixo:

(...) a defesa de crianças e adolescentes, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina que revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado para menores devem ser comercializadas em embalagem lacrada, com advertência sobre seu conteúdo ... (Texto_0100, Portal O Globo).

(...) Nesta sexta, a Prefeitura informou em comunicado ter notificado a Bienal por meio da Seop (Secretaria Municipal de Ordem Pública), com base nos artigos 74 a 80 do ECA...” (Texto_0104, Portal O Globo).

(...) Ressalta não se tratar de ato de censura, mas reputa ser inadequado que uma obra de super-heróis, atrativa ao público infanto-juvenil a que se destina, apresente e ilustre o tema da homossexualidade a adolescentes e crianças sem que os pais sejam devidamente alertados... (Texto_0048, Portal Estadão).

(...) mas não encontraram nenhum exemplar na véspera crivella havia criticado a obra a prefeitura alega que não se trata de homofobia mas sim do respeito ao estatuto da criança e do adolescente eca que recomenda que publicações com cenas impróprias a criança se adolescentes sejam comercializadas com lacre. (Texto_0044, Portal

Estado).

Este trecho destaca uma controvérsia em torno de uma obra específica e a posição da prefeitura, que invoca o ECA como base para suas ações. Estes trechos ilustram a importância e o papel regulatório do ECA no contexto da proteção de crianças e adolescentes contra materiais considerados impróprios, justificando a categoria temática proposta.

Os trechos apresentam diversas nuances relacionadas à família e à forma como a sociedade e a legislação tentam proteger os jovens de conteúdos considerados impróprios. Aqui estão algumas das principais discussões sobre famílias ou temas que impactam a entidade familiar.

Proteção das Crianças e Adolescentes: Os trechos enfatizam a necessidade de proteger crianças e adolescentes de materiais que a sociedade ou a legislação consideram impróprios. Isso levanta questões sobre o papel da família em monitorar e filtrar o conteúdo ao qual os jovens são expostos, bem como o papel do estado e das instituições em fornecer diretrizes para tal proteção.

Conflito entre Liberdade de Expressão e Proteção: A controvérsia em torno da comercialização de certas obras, como mencionado no primeiro trecho, sugere uma tensão entre a liberdade de expressão e a necessidade de proteger os jovens. Isso pode impactar as famílias, pois elas podem ter diferentes opiniões sobre o que é considerado "impróprio" e como equilibrar a proteção dos jovens com a exposição a diferentes formas de expressão.

Normas Socioculturais e Expectativas: A referência ao ECA e sua diretriz específica sobre a comercialização de materiais impróprios reflete as normas socioculturais e as expectativas sobre o que é considerado aceitável para crianças e adolescentes. Isso pode gerar debates nas famílias sobre como essas normas se alinham ou não com os valores e crenças familiares.

Autonomia dos Jovens versus Controle Adulto: A ênfase na proteção dos jovens e nas diretrizes para a comercialização de materiais impróprios levanta questões sobre a autonomia dos jovens. Até que ponto os adolescentes devem ter autonomia para acessar e interpretar diferentes tipos de conteúdo? E qual é o papel dos pais e responsáveis em orientar ou restringir esse acesso?

Em resumo, os trechos destacam as tensões e debates em torno da proteção dos jovens no contexto da mídia e da legislação, e como essas discussões impactam e são moldadas pelas expectativas e valores familiares.

Os trechos trazem à tona diversas implicações e argumentos relacionados à noção de

família. A recorrência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos trechos sugere que a sociedade e o estado têm uma responsabilidade compartilhada com as famílias de proteger crianças e adolescentes. Existe uma expectativa implícita de que os pais e responsáveis também devem estar atentos ao conteúdo ao qual seus filhos são expostos. O debate sobre o que é considerado “impróprio” ou “inadequado” para crianças e adolescentes reflete diferentes visões culturais e familiares. O que uma família considera aceitável pode ser diferente do que outra família ou a sociedade em geral considera apropriado. Isso sugere que a noção de proteção e adequação é subjetiva e varia entre diferentes núcleos familiares.

A discussão sobre a comercialização de materiais impróprios destaca uma tensão entre a proteção dos jovens e sua autonomia. Por um lado, há o desejo de proteger os jovens de conteúdos potencialmente prejudiciais; por outro lado, limitar seu acesso a certos materiais pode ser visto como uma restrição à sua autonomia e capacidade de formar suas próprias opiniões. Esta tensão pode refletir debates dentro das famílias sobre o equilíbrio entre proteção e liberdade. O fato de o ECA estabelecer diretrizes específicas sobre a comercialização de materiais impróprios sugere que o estado tem um papel ativo na proteção dos jovens. Isso pode levar a debates sobre até que ponto o estado deve intervir nas decisões que tradicionalmente caberiam às famílias. Estes argumentos e implicações sugerem que a noção de família é central nas discussões sobre proteção, autonomia e responsabilidade em relação aos jovens e ao tipo de conteúdo ao qual têm acesso.

Em síntese, o cenário apresentado no *corpus* referente aos portais da imprensa revela uma complexa teia de narrativas que buscam lançar luz sobre os mais diversos aspectos da sociedade brasileira. “O Globo” e “Estadão”, dois dos maiores veículos de comunicação do país, embora compartilhem de algumas temáticas semelhantes, apresentam nuances distintas em suas abordagens, sobretudo na humanização de suas pautas. O Globo está preocupado em trazer personagens para contar suas histórias e narrar suas experiências, Estadão está mais preocupado em informar os fatos de forma mais crua, direta. Os textos dos dois portais mencionam a palavra “família” ou derivados em vários contextos. Para uma análise geral dessa dimensão, elencamos abaixo 4 categorias que identificam os principais argumentos e sentidos sobre famílias que emergem dos textos:

Valores Tradicionais: enfatiza a importância dos valores éticos e sociais tradicionais associados à família. Alguns líderes políticos são apresentados como defensores da “família tradicional”. Há preocupações sobre mudanças culturais ou legais que podem impactar a definição tradicional de família. “Assim como o presidente americano, Bolsonaro é pai de cinco e agora casado com sua terceira esposa, mas faz campanha como defensor da família

tradicional” (Texto_0053, Portal Estadão).

Família Homoafetiva: discussões sobre o reconhecimento de famílias constituídas a partir de relações homoafetivas. Há um entendimento jurídico de que famílias podem ser compostas por pessoas homoafetivas e que a Constituição Federal não discrimina com base no sexo. Algumas vozes pedem o reconhecimento de famílias homoafetivas como famílias legítimas. “Hoje existe entendimento jurídico que famílias podem ser compostas por pessoas homoafetivas, e a Constituição é clara ao não discriminar ninguém em função de sexo” (Texto_0103, Portal O Globo). Os textos trazem discussões sobre a aceitação (ou falta dela) dentro das famílias em relação à orientação sexual ou identidade de gênero de um membro. Descreve a luta interna de indivíduos LGBTQ+ dentro de suas próprias famílias. Menciona a intolerância e violência que ocorrem dentro das famílias. “Na minha família, acho que o momento mais complicado foi quando a minha mãe descobriu quem eu era” (Texto_0105, Portal O Globo).

Movimentos Conservadores: tendem a enfatizar a importância dos valores tradicionais e a definição tradicional de família. Eles podem resistir às mudanças culturais ou legais que expandem a definição de família. Para isso, defendem valores éticos e sociais e a família tradicional, como no trecho: “Assim como o presidente americano, Bolsonaro é pai de cinco e agora casado com sua terceira esposa, mas faz campanha como defensor da família tradicional” (Texto_0053, Portal Estadão). Aqui, o texto destaca que, embora a própria vida pessoal de Bolsonaro possa não se alinhar estritamente com a noção de “família tradicional”, ele ainda faz campanha em defesa dessa visão. Existe uma resistência a mudanças culturais ou legais. “Se vier para a Câmara, trabalharei contra este projeto que visa destruir a família tradicional formada por homem e mulher” (Texto_0102, Portal O Globo). Este trecho reflete a resistência a mudanças que possam ampliar a definição de família além da formada por homem e mulher. Há uma clara expectativa de preservar a família com base em valores religiosos: “não iria porque não participo de promover os maus costumes, até porque acredito em Deus, tenho uma família, e a família tem que ser preservada a qualquer custo, senão a nação simplesmente ruirá” (Texto_0056, Portal Estadão). O trecho associa a preservação da família tradicional com crenças religiosas e o bem-estar da nação. Para ele, essa educação atual estaria “destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em soma, do patriotismo” (Texto_0041, Portal Estadão). O trecho argumenta que a educação contemporânea desafia os valores tradicionais, incluindo a noção de família. “Marco Feliciano, membro destacado da bancada evangélica no Congresso, rejeita a sugestão de que sentimentos antigay incentivem a violência. Numa entrevista, ele se

desculpou por ter anteriormente descrito a aids como “câncer gay”, mas defendeu a luta contra leis de direitos dos gays. Feliciano insistiu, por exemplo, que casais do mesmo sexo não servem para ser pais. “Eles põem a civilização e a família tradicional em risco de extinção”, afirmou.” (Texto_0047, Portal Estadão). Este trecho sugere que as mudanças culturais e sociais colocam a família tradicional em risco.

Movimentos Progressistas: estes movimentos buscam reconhecer a diversidade das famílias e promover a aceitação de diferentes formatos de famílias, incluindo famílias homotransafetivas. Há uma demonstração de luta pelo reconhecimento da diversidade familiar: “Ao justificar a sua adesão a uma carta da Associação de Juristas Evangélicos, revelado no início pelo Estado no início do mês, em que a defesa de 'valores cristãos', da prática de 'cura gay' e não reconhecimento a famílias constituídas a partir de relações homoafetivas” (Texto_0057, Portal Estadão). Este trecho evidencia a tensão entre valores conservadores e a luta pelo reconhecimento de famílias homoafetivas. Os trechos mostram uma defesa legal da pluralidade familiar e ilustram claramente as tensões em disputa entre movimentos conservadores e progressistas sobre a definição e reconhecimento de família na sociedade brasileira. Além disso, o ministro ressaltou que o próprio STF já impedido, em 2011, qualquer interpretação legal que impedisse o reconhecimento das uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo.

Quando a norma prevê a instituição de diretrizes para implantação de política pública de valorização da família no Distrito Federal, deve-se levar em consideração também aquelas entidades familiares formadas por união homoafetiva”, disse o ministro em seu voto. A decisão do STF contraria também projetos de lei em tramitação em assembleias legislativas e no Congresso. Em setembro de 2015, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que criava o Estatuto da Família. O texto determina que família é o arranjo formado a partir da união de um homem e uma mulher. O texto ainda precisa ser votado no Plenário da Câmara e pelo Senado. (Texto_0093, Portal OGlobo)

O trecho destaca a necessidade de políticas públicas reconhecerem famílias formadas por uniões homoafetivas. “Estilista e militante de direitos humanos, Carlos Tufvesson avalia que o reconhecimento do casamento homoafetivo, assim como o direito à adoção, derruba uma noção antiquada de que os homossexuais abdicam da constituição de uma família em prol das relações sexuais” (Texto_0102, Portal OGlobo). Este trecho argumenta que o reconhecimento do casamento homoafetivo desafia noções antiquadas sobre homossexuais e família. “Hoje existe entendimento jurídico que famílias podem ser compostas por pessoas homoafetivas, e a Constituição é clara ao não discriminar ninguém em função de sexo” (Texto_0103, Portal OGlobo). Novamente, este trecho destaca o reconhecimento jurídico da diversidade de famílias.

A preocupação com a perda de direitos familiares e outros direitos adquiridos devido à eleição de um presidente com uma postura mais conservadora surge, por exemplo, no seguinte trecho: “Houve um pico nos últimos três meses do ano que especialistas como Maria Berenice Dias, presidente da Comissão de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), o professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Renan Quinalha, e Marcelle Esteves, vice_presidente do Grupo Arco_íris, organização que há 25 anos luta pelos direitos e proteção da população LGBTI, creditam ao temor de perda de direitos adquiridos por conta da eleição do presidente Jair Bolsonaro” (Texto_0107, Portal_OGlobo). Estes trechos adicionais aprofundam nossa compreensão das tensões em jogo entre as visões conservadoras e progressistas sobre a família nos textos analisados.

7.4 Síntese dos argumentos e sentidos sobre famílias que emergem do *corpus* geral

As análises até aqui nos apresentaram discussões acerca da família ou que a ela são tangenciais. Considerando os Segmentos de Texto apresentados pelo Iramuteq na codificação do corpus com todos os textos dessa pesquisa, identificamos algumas tendências argumentativas que conformam sentidos sobre a categoria. Diante disso, descrevemos a seguir essas tendências e identificamos convergências, divergências e exemplos relevantes. Buscamos, assim, trechos dos textos do corpus que se alinham a cada tendência para entendermos mais profundamente o contexto e as nuances em torno da discussão.

Poder público e a agenda política de apoio à família: Os textos mencionam vários programas de apoio assistencial à família e demais diretrizes e normativas do poder público que podem incidir diretamente na família, assim como podem ou não fortalecer a um ou outro sentido sobre família.

No *corpus*, os seguintes trechos foram identificados:

“... Controle o uso da televisão em seu lar. Já afirmamos várias vezes que a televisão brasileira, uma concessão do Estado, presta, com raras exceções, um desserviço ao fortalecimento da família no Brasil...” (Texto_0025, DefesaFamília)

“... Estima-se que no Brasil existam mais de 60.000 famílias LGBTI. Uma grande parcela da população que, cada vez mais, precisa de proteção, apoio e encorajamento...” (Texto_0006, ABRAFH)

“... Não se fortalece a família quando crianças são ensinadas que o homossexualismo é apenas uma questão de opção sexual. Não se fortalece a família quando tentativas de aprovação do aborto ganha força e tem apoio importante em todos os poderes ...” (Texto_0024, DefesaFamília)

“... O Movimento Cristão em Defesa da Família, denominado “Movimento Família”,

vinculado ao OIKOS — Ministério Cristão de Apoio à Família, congrega pessoas e instituições com o objetivo de defender, fortalecer e promover ações integradas de modo a assegurar ...” (Texto_0030, DefesaFamília)

“... ASSISTÊNCIA SOCIAL: Garantir e ampliar os direitos socioassistenciais socialmente adequados à identidade de gênero e à orientação sexual das usuárias e usuários do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, na perspectiva de fomento de uma cultura de respeito e do trabalho social com famílias e indivíduos característico da Política Nacional de Assistência Social. ...” (Texto_0007, AliancaLGBT)

Esses trechos destacam diferentes formas de apoio à família, desde a necessidade de proteção e apoio para famílias LGBTI+ até críticas sobre o papel da mídia na formação e fortalecimento das famílias tradicionais. Também se evidencia a preocupação com políticas e programas específicos para ajudar diferentes tipos de famílias.

Legislação, diretrizes legais e sua influência: Há referências a leis como a “lei da palmada” e a descriminalização da maconha, indicando uma discussão sobre como certas legislações podem afetar a família. No *corpus*, identificamos trechos que discutem a influência de leis e regulamentos sobre o conceito e a estrutura da família. Os seguintes trechos foram identificados:

“... a grande mídia em geral e setores do governo e — dói-nos dizer a ele — ativistas infiltrados até na Igreja Católica; Sua legislação: as várias leis “anti- homofobia”, que ameaçam os mais pacíficos e ordeiros pais de família e religiosos;...” (Texto_0082, InstPlínio)

(...) A lei que gerou a ação do PT estabelecia as diretrizes para a implantação de políticas públicas de valorização da família no Distrito Federal. (Texto_0093, OGlobo)

(...) Diante dos riscos que a aprovação desse projeto traria para a sua liberdade de expressão e de ação, para a família e para a educação dos seus filhos, a única alternativa é arquivar ele definitivamente. (Texto_0089, InstPlínio)

Os grupos entregaram à futura ministra um documento intitulado O que queremos do Estado brasileiro, em que um dos pedidos é “reconhecer e valorizar a existência das diversas composições de família, inclusive as famílias homotransafetivas, garantindo-lhes acesso às mesmas políticas sociais que as famílias tradicionais (...) (Texto_0072, Estadão)

(...) Controle o uso da televisão em seu lar Já afirmamos várias vezes que a televisão brasileira, uma concessão do Estado, presta, com raras exceções, um desserviço ao fortalecimento da família no Brasil. (Texto_0025, DefesaFamília)

Os trechos refletem preocupações sobre como diferentes leis e regulamentos podem influenciar a percepção e o tratamento da família na sociedade. Há menções a leis específicas, como a “lei anti-homofobia”, e como elas podem impactar pais e religiosos. Também se discute a necessidade de políticas públicas para valorizar todos os tipos de famílias, incluindo famílias

homotransafetivas.

Família homoafetiva: Os textos mencionam famílias homoafetivas e seu reconhecimento legal, indicando uma discussão sobre a diversidade e inclusão. Identificamos trechos que discutem o conceito de família homoafetiva e seu reconhecimento na sociedade. Os seguintes trechos foram identificados:

A partir desses quatro pilares, formaremos uma sólida base, capaz de refletir as demandas das famílias LGBTI+ e, assim, garantir o bem-estar e o pleno direito de todos os seus componentes, em especial as crianças e os adolescentes nelas inseridos. (Texto_0006, ABRAFH)

(...) por analogia, aplicar-se a Travestis e Transexuais, abrangendo toda e qualquer violência doméstica independente da sexualidade dos integrantes da família. ...” (Texto_0020, AliancaLGBT)

Promover e estimular estudos e propor soluções para os problemas atinentes ao desenvolvimento e à valorização das ações em cada área de atuação específica de membros de famílias homoafetivas, transafetivas e poliafetivas; (...) (Texto_0001, ABRAFH)

Alicerçada na visibilidade positiva das famílias, sua atuação se desenvolve em três eixos: 1) aproximação e integração de pessoas LGBTI+ e suas famílias; 2) representatividade política das famílias associadas em território nacional e estrangeiro; (...) (Texto_0005, ABRAFH)

Apresenta-se da seguinte maneira: 1) A luta pela inclusão no conceito constitucional de família; 2) O respeito à identidade de gênero das pessoas trans; 3) Não ser discriminado nas Forças Armadas; 4) A criminalização da homofobia e da transfobia; (...) (Texto_0008, AliancaLGBT)

Esses trechos destacam a necessidade de reconhecimento, inclusão e proteção das famílias homoafetivas na sociedade. Há uma ênfase na luta pelos direitos das famílias LGBTI, incluindo o direito de ser reconhecido como uma família no sentido constitucional e o respeito à identidade de gênero.

Definição tradicional de família: Há uma ênfase na “definição tradicional da família” e como essa definição pode ser desafiada ou alterada. Identificamos trechos que discutem ou mencionam a definição tradicional de família. Os seguintes trechos foram identificados:

De acordo com Toni, a futura ministra defendeu que a “família tradicional” e “todas as outras composições familiares” têm que ser reconhecidas. (Texto_0072, Estadão)

3) Representação social e política dos associados e suas das famílias no território nacional e no exterior; e 4) Incentivo a propostas artísticas que promovam a visibilidade positiva das famílias LGBTI, acreditando que o preconceito surge do que não se conhece. (Texto_0006, ABRAFH)

Apresenta-se da seguinte maneira: 1) A luta pela inclusão no conceito constitucional de família; 2) O respeito à identidade de gênero das pessoas trans; 3) Não ser discriminado nas Forças Armadas; 4) A criminalização da homofobia e da transfobia;

(...) (Texto_0008, AliancaLGBT)

Não se fortalece a família quando se tenta, de quando em quando, mudar a definição tradicional da família. Tramita, por exemplo, no Congresso Nacional o “Estatuto da Família”. Nele há inúmeros artigos que contrariam a visão judaico- cristã da família. (...) (Texto_0024, DefesaFamília)

Campanha “Toda Família Merece Proteção” - Desde 2015, a ABRAFH reúne vídeos em seu canal no YouTube que abordam de forma honesta a amplitude do conceito de família e revelam a natural diversidade nele contida, garantindo, assim, a visibilidade positiva das famílias LGBTI+. (Texto_0005, ABRAFH)

Esses trechos refletem a tensão entre a definição tradicional de família e as novas composições familiares. Enquanto alguns defendem a definição tradicional, outros pedem reconhecimento e inclusão para todas as formas de famílias. A menção ao “Estatuto da Família” sugere um debate legislativo sobre como a família é definida e protegida.

Valores e princípios: Os textos referem-se a valores judaico-cristãos e como eles se relacionam com a definição e proteção da família. Identificamos trechos que discutem valores, princípios e fundamentos associados ao conceito de família. Os seguintes trechos foram identificados:

Para defender a família e orientar a política pública e os padrões culturais, esta Declaração afirma princípios que respeitam e defendem os papéis vitais que a família desempenham na sociedade. (Texto_0029, DefesaFamília)

Por sua natureza, a educação não é somente técnica e prática, mas também moral e espiritual. A família é a primeira escola da criança; os pais os primeiros e mais importantes professores. (...) (Texto_0029, DefesaFamília)

Vejam bem, há 20 anos luto pela valorização da família, segundo os princípios cristãos, e senti o desejo de escrever esta carta como parte de minha missão nos dias de hoje. (Texto_0026, DefesaFamília)

Se estes novos conceitos forem introduzidos na legislação, estará comprometido todo o edifício social e legal que tinha seu sustento sobre a instituição da família. Os princípios legais para a construção de uma nova sociedade, baseada na total permissividade sexual, terão sido lançados. (Texto_0089, InstPlinio)

Esses trechos destacam o papel dos valores e princípios, particularmente aqueles baseados em tradições religiosas, na formação e defesa do conceito de família. Há uma ênfase na educação moral e espiritual, bem como na importância dos pais como os principais professores. Também se evidencia uma tensão entre os valores tradicionais e novos conceitos que poderiam ser introduzidos na legislação.

Com base nas 5 tendências identificadas e analisadas, sobre o aspecto da 'família', abordamos quais argumentos sobre famílias aparecem nos textos do *corpus* e quais sentidos sobre família emergem dos textos:

Argumentos gerais sobre famílias que emergem dos textos: (a) Necessidade de apoio institucional à família: há um clamor por programas e políticas públicas que fortaleçam e protejam a família; alguns textos mencionam a necessidade de proteção e apoio particularmente para famílias LGBTI+; (b) Legislação e seu impacto na família: há uma preocupação expressa sobre como certas leis podem influenciar ou desafiar conceitos tradicionais de família; alguns trechos apontam leis relacionadas à homofobia, ao direito da mulher e definições de família;

(c) Reconhecimento de famílias homoafetivas: há um chamado para o reconhecimento e proteção das famílias homoafetivas; textos apontam para a necessidade de inclusão destas famílias nos direitos e definições legais; (d) Defesa da família tradicional: alguns textos

defendem a ideia tradicional da família, baseada em valores judaico-cristãos; há menções sobre como essa definição tradicional pode estar sendo desafiada ou alterada; (e) Valores e princípios fundamentais: a família é frequentemente vinculada a valores morais, éticos e religiosos; há uma ênfase na importância da educação e dos pais como pilares fundamentais na formação de indivíduos;

Destacamos a seguir alguns sentidos sobre família que emergem dos textos: Família como pilar fundamental: a família é retratada como uma entidade fundamental para a sociedade, necessitando de proteção e fortalecimento; Família como espelho da sociedade: as mudanças nas definições e concepções de família refletem as mudanças mais amplas na sociedade, incluindo questões de diversidade e inclusão; Família e educação: a família é retratada como a primeira e mais importante instituição educacional para um indivíduo, com pais desempenhando um papel crucial; Família e religião: existe uma conexão profunda entre valores religiosos e o conceito de família, com ênfase nos princípios judaico-cristãos; Família como espaço de tensão e debate: a família emerge como um espaço de debate e tensão, onde diferentes concepções e definições colidem, refletindo questões sociais mais amplas.

8 CONCLUSÃO

Ainda recorro do embrulho no estômago ao assistir pela televisão a votação, no Congresso Nacional, que autorizou o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Mas diante de todo aquele cenário armado para instalar um golpe jurídico-parlamentar, uma palavra se sobressaía nas argumentações explicitadas, um termo que a princípio parecia deslocado para ouvidos desatentos, até ingênua, mas que se tratava de uma velha tática populista: “família!”. De certa forma, foi ali que nasceu as inquietações que me trouxeram até esta tese. O uso da entidade familiar como agenda conservadora em tempos de crises, como a que vivíamos (ou vivemos ainda?) naquele período, tem sido utilizada pelo populismo de direita que busca a manutenção dos privilégios de determinada classe e da tradicionalidade; a família seria, portanto, um espaço privilegiado para perpetuação desses valores e, por isso, deve ser defendida tal como foi concebida tradicionalmente: homem, mulher e filhos.

Como evidenciado anteriormente pelas discussões apresentadas nos capítulos teóricos, as crises democráticas e as rupturas políticas marcadas pelo golpe de 2016, que polarizaram o debate público no Brasil, revelaram que a centralidade das noções de família tem pautado as discussões contemporâneas, sobretudo quando tensionadas a partir dos avanços das lutas por reconhecimento encampadas pelas populações LGBTQIA+ e das mulheres, por meio do debate feminista de gênero. Em diferentes espaços, pudemos assistir à mobilização do conceito de família tradicional, ou nuclear, como recurso de enfrentamento às mudanças sociais oriundas da visibilidade de outras relações e formas de ser e viver. Ao mesmo tempo, também vislumbramos em arenas de debates a afirmação de que, como um constructo histórico-social, a entidade familiar é mutável e diversa. Nesse contexto, nos perguntamos: quais argumentos são postos na esfera pública para defender uma ou outra forma de lidar com o tema? E os *media* como atuam nesse contexto? Essas perguntas instigaram esta pesquisa.

O percurso que apresentei nesta tese nos levou a compreender como diferentes ambientes de visibilidade ampliada, notadamente websites da internet, que aqui tratamos como dimensões comunicativas, discorrem, em suas textualidades, sobre a família e as temáticas que a ela são tangenciais. Assim, neste espaço para conclusões, que também é um espaço para apontar limitações e encaminhamentos posteriores sobre os achados desta pesquisa, retomamos o que nos inspirou seguir nesta jornada.

Nosso objetivo geral foi compreender como as noções de família pautam o debate político contemporâneo a partir das tensões oriundas da atuação de movimentos sociais e da circulação de sentidos acerca da categoria família nos *media*. Especificamente buscamos: a)

identificar quais sentidos/noções sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais; b) investigar quais argumentos sobre família emergem em diferentes contextos comunicacionais a partir da tensão ocasionada pelas relações entre pessoas LGBTQIA+; c) identificar quais marcos contemporâneos são determinantes para o debate sobre famílias na agenda política; d) entender qual noção de política ou de democracia que subjaz os discursos sobre famílias e quais elementos/características/aspectos da entidade familiar estão em disputa; f) e compreender como os movimentos sociais de espectros políticos distintos (conservadores e progressistas) constroem suas agendas políticas acerca da categoria família.

Para isso, buscamos em duas dimensões comunicativas, por meio de uma análise de conteúdo, os argumentos e sentidos sobre famílias que circulam nessas duas dimensões, a saber:

(1) dimensão da luta discursiva dos movimentos sociais, considerando dois espectros - progressistas e conservadores; (2) dimensão da visibilidade midiática, considerando dois portais da imprensa de qualidade - Estadão e O Globo. Como suporte tecnológico para sistematização dos dados e geração de dados estatísticos para auxiliar o manuseio dos textos, nos apropriamos do *software* Iramuteq. Sendo assim, descrevemos abaixo os resultados gerais encontrados.

Os textos analisados oferecem uma visão multifacetada da família, enfatizando sua natureza central como pilar da sociedade e refletindo as complexidades inerentes à sua definição e função. Em primeiro lugar, destacamos que a família é compreendida como uma entidade necessitada de apoio institucional, com argumentos clamando por programas e políticas que visem seu fortalecimento, particularmente no caso de famílias LGBTQIA+. Em contraste, também se observa uma defesa firme da concepção tradicional de família, arraigada em valores judaico-cristãos e que deve ser independente, sem a intervenção do Estado, indicando tensões entre tradições estabelecidas e concepções emergentes. Tais tensões são agravadas pelo debate sobre a influência da legislação no conceito de família, onde leis, como as relacionadas à homofobia, são vistas tanto como potenciais ameaças quanto como ferramentas de reconhecimento e proteção.

Em termos gerais, dentre os sentidos que emergem, a família é simultaneamente vista como um reflexo e um modelador da sociedade. Ela serve como um espelho das mudanças sociais, evidenciado pela crescente inclusão de famílias homoafetivas nas discussões, e como um bastião de valores e princípios, com ênfase no papel vital dos pais na educação. A interação entre a família e a religião é inegável, vinculando a instituição a valores morais e éticos fundamentais. No entanto, ao mesmo tempo, a família também é apresentada como um espaço de debate e transformação, uma entidade em constante evolução que reflete as tensões e transformações da sociedade mais ampla. As análises qualitativas tecidas sobre os conjuntos

de textos analisados revelam padrões, tensões e preocupações significativas relacionadas às questões de identidade, direitos e aceitação da população LGBTQIA+.

O Brasil apresenta uma complexa interação entre política, religião, direitos e identidades de gênero. As análises destacam a importância da defesa dos direitos LGBTQIA+, os desafios da aceitação social e familiar, e as tensões políticas e religiosas em torno destas questões. Em meio a essas complexidades, a necessidade de diálogo, entendimento e políticas inclusivas se torna cada vez mais evidente. Em resumo, a família é retratada como uma entidade em evolução, influenciada tanto por tradições e valores como por mudanças sociais e legais.

Sobre as tensões e disputas entre os espectros políticos distintos, destacamos que os sites “Instituto Plínio” e “Movimento em Defesa da Família”, do *corpus* Conservadores, trazem uma perspectiva mais tradicionalista. Os textos refletem preocupações com valores conservadores, e há uma ênfase clara em manter e reforçar normas e tradições socioculturais. As convergências são notadamente em torno de tópicos relacionados à família, religião e ordem social, enquanto as divergências, quando presentes, normalmente abordam nuances sobre como melhor defender esses valores. Por outro lado, os sites da “Abrafh” e da “Aliança LGBTI+”, compreendendo o *corpus* Progressistas, frequentemente discutem temas relacionados a direitos LGBTQIA+, igualdade e justiça social. As convergências nesses portais centram-se em tópicos de inclusão e diversidade, enquanto as divergências tendem a ser sobre estratégias e abordagens para alcançar a igualdade e a justiça.

8.1 Conclusões na dimensão da luta discursiva dos movimentos sociais: movimentos conservadores

Com base na análise do *corpus* “Conservadores”, podemos concluir que ambas as fontes, Movimento em Defesa da Família e Instituto Plínio Corrêa Oliveira, são profundamente enraizadas em valores conservadores e têm uma visão tradicionalista da sociedade e da família. No entanto, existem nuances distintas nas suas abordagens.

O site Instituto Plínio Corrêa Oliveira frequentemente recorre a referências históricas e a figuras de autoridade, como Plínio Corrêa de Oliveira, para embasar seus argumentos. Há uma preocupação clara com as influências ideológicas, como o comunismo, e uma resistência marcada contra movimentos progressistas. Este portal enfatiza a necessidade de preservar os valores tradicionais e vê a família como um baluarte contra influências externas desestabilizadoras.

Por outro lado, o site Movimento em Defesa da Família se concentra mais nos desafios contemporâneos enfrentados pela família. A mídia, a educação e a “ideologia de gênero” são frequentemente citadas como ameaças à estrutura familiar tradicional. Existe uma defesa fervorosa da família como instituição sagrada e a crença de que ela é o refúgio seguro onde os valores morais e éticos são ensinados. Em suma, enquanto ambos os portais compartilham preocupações semelhantes sobre a preservação da família e dos valores tradicionais, o “Instituto Plínio” tem uma abordagem mais histórica e ideológica, enquanto o “Movimento em Defesa da Família” se concentra nos desafios práticos e contemporâneos.

Como vimos na análise, é possível identificar vários argumentos e tensões relacionados à família e ao debate sobre os modelos familiares. Apresentamos, abaixo, os principais pontos que emergem do *corpus* textual dos dois sites:

Família, polarização e ideologias: o texto aborda o conceito de polarização, particularmente em relação às tensões entre ideais liberais e conservadores. Há uma descrição clara de como diferentes ideologias veem e valorizam a família. Há uma tensão perceptível entre visões liberais e conservadoras sobre o que constitui uma família. Enquanto os liberais são descritos como apoiadores da liberalização do aborto, práticas homossexuais e políticas de gênero, os conservadores são retratados como defensores da vida desde a concepção e valorizadores da família tradicional. Esta polarização reflete a divisão mais ampla na sociedade sobre o que é considerado uma família “normal” ou “aceitável”.

Comunismo e família: destaca que o comunismo é o principal vilão no debate da família, já que, segundo os argumentos analisados, busca a abolição da propriedade privada, da família e da religião, bem como a destruição da hierarquia social. A associação entre comunismo e a dissolução da família é uma narrativa recorrente em discursos conservadores. A família é vista como uma instituição central que precisa ser protegida das influências externas, e qualquer ideologia ou movimento que ameace essa estrutura é visto com suspeita. No entanto, é crucial notar que a percepção de que o comunismo visa abolir a família pode ser uma simplificação ou até mesmo uma distorção das verdadeiras intenções ou efeitos das políticas comunistas.

Tradição e família: o texto sugere que a tradição é um produto necessário da família e que, onde a família floresce, a tradição também é mantida por meio de sua perpetuação tal qual se apresenta desde o início da civilização ocidental. A relação entre tradição e família é complexa. Enquanto a tradição pode ser vista como algo que fortalece e dá significado à família, também pode ser uma fonte de restrição e limitação, particularmente quando se trata de aceitar novas formas de família ou novas normas sociais. A defesa da tradição pode ser usada para resistir à mudança e manter estruturas de poder existentes.

O debate sobre o que constitui uma família é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo ideologias políticas, crenças religiosas e normas culturais. No entanto, é fundamental reconhecer que a família, em todas as suas formas, desempenha um papel vital na sociedade. Enquanto as visões sobre a família podem diferir, o desejo de amor, aceitação e pertencimento é universal. Em meio às tensões e contradições dos debates sobre modelos de família, é essencial buscar entendimento e empatia, reconhecendo a diversidade e complexidade das experiências familiares. No que diz respeito às noções sobre democracia que atuam como pano de fundo para as discussões sobre família, os textos reavalam as seguintes noções:

Democracia como direito de escolha e expressão: a menção de que a “democracia é uma das conquistas mais belas de um povo” e que o leitor tem “todo o direito de votar no candidato de sua escolha” sugere que ambas as organizações valorizam o direito democrático de escolher representantes e expressar opiniões. No entanto, o texto também faz um apelo à “consciência cristã”, indicando que, enquanto a escolha é valorizada, há uma preferência por candidatos que defendem certos valores.

Democracia e família: o texto destaca a importância da família como uma instituição central e sugere que políticas governamentais não devem pressionar ou influenciar negativamente a estrutura e função da família. Em uma democracia, as políticas são moldadas para refletir os valores e necessidades da sociedade. Os textos sugerem que a proteção e promoção da família devem ser centrais em qualquer política governamental, refletindo a visão de que a família é uma instituição fundamental. Contudo, defendem que só há uma forma de constituir família, que seria por meio da reprodução entre homem e mulher.

Liberdade religiosa e família: destaca o direito dos pais de ensinar suas crenças religiosas e morais aos filhos e criar seus descendentes de acordo com os preceitos religiosos. A liberdade religiosa é um pilar fundamental da democracia. No entanto, a interação entre religião e família pode ser complexa, especialmente quando se trata de direitos LGBTQIA+ e outros tópicos controversos. Os textos sugerem que a liberdade religiosa deve ser respeitada, mas também indica uma preferência por certos valores e normas religiosas em detrimento de outros.

Respeito e reconhecimento da família: há uma ênfase no respeito e reconhecimento da família como uma instituição fundamental. Os textos exortam todas as pessoas, organizações e governos a respeitar e concordar com os princípios

apresentados. Em uma democracia, o respeito pelas instituições e pelos direitos individuais é crucial. No entanto, o que constitui “família” e como ela deve ser reconhecida e protegida é um tópico de debate. Os textos sugerem uma visão particular da família, que pode ou não estar alinhada com visões mais progressistas.

Estas noções de democracia refletem uma perspectiva que valoriza a família como uma instituição central, mas também sugere certas normas e valores que devem ser seguidos. Isso cria tensões entre diferentes visões sobre o que constitui uma família e como ela deve ser reconhecida e protegida em uma sociedade democrática.

8.2 Conclusões na dimensão da luta discursiva dos movimentos sociais: movimentos progressistas

Com base nos trechos analisados do *corpus* Progressistas, observa-se um cenário em que ambos os sites, “Abrafh” e “Aliança LGBT”, enfatizam a importância e os direitos das famílias homotransafetivas e da comunidade LGBTQIA+ no contexto brasileiro. No entanto, cada portal tem sua própria abordagem e foco.

O site “Abrafh” concentra-se em questões mais operacionais e estatutárias relacionadas à própria associação. Os textos detalham os procedimentos internos, as diretrizes para a tomada de decisões e a estrutura da associação. A natureza desses textos é mais descritiva e informativa, indicando um esforço para estabelecer transparência e integridade na gestão da associação. Por outro lado, os textos da Aliança Nacional LGBTI+ têm um tom mais ativista, realçando a luta pelos direitos e pela aceitação da comunidade LGBTQIA+. Eles discutem as adversidades enfrentadas por essa comunidade, destacando a importância da inclusão, do respeito e da aceitação.

Em suma, enquanto a “Abrafh” se apresenta como uma fonte de informação e orientação sobre a estrutura e o funcionamento da associação homotransafetiva, a “Aliança LGBT” serve como uma voz de defesa e promoção dos direitos LGBTQIA+, chamando a atenção para as questões sociais e políticas mais amplas que afetam essa comunidade. Ambos os sites, no entanto, compartilham um objetivo comum de apoiar e defender os direitos das famílias homotransafetivas e da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

Ao analisarmos o *corpus* nessa dimensão, os textos referentes à atuação da Abrafh se sobressaem, logicamente por a entidade ter a família como principal agenda de lutas. A organização se apresenta como um centro de promoção e incentivo para estudos e pesquisas sobre diferentes configurações familiares. Reforça o seu papel na promoção do entendimento e

aceitação de famílias homotransafetivas. A menção de questões como identidade de gênero, orientação sexual e intersexualidade indica a complexidade e a diversidade das famílias que a Abrafh busca representar e apoiar.

Os textos enfatizaram a importância da representação, apoio e pesquisa para famílias homotransafetivas, sublinhando o papel central da Abrafh nesses esforços. Eles refletem os desafios, complexidades e diversidade das famílias homotransafetivas e a necessidade de organizações como a Abrafh para promover a aceitação, o entendimento e os direitos dessas famílias. Tendo em vista essas linhas conclusivas, destacamos alguns dos principais argumentos que emergem do conteúdo que dizem respeito às noções de família ou impactam a entidade:

Readequação de sexo e gênero: argumento que explica que o processo de readequação de sexo e gênero é mais do que uma simples “mudança de sexo”. Em vez disso, é um processo multidimensional que envolve aspectos psicológicos, sociais e médicos. Isto sugere uma compreensão ampla e inclusiva de identidade de gênero. A família, neste contexto, não é apenas determinada pela biologia, mas também por pessoas com diferentes identidades e expressões de gênero. A aceitação e o apoio a membros da família que passam por processos de readequação são essenciais para a coesão e bem-estar da família.

Homotransfobia e heteronormatividade: a heteronormatividade é a noção de que a heterossexualidade é o único padrão de comportamento válido socialmente. Tal conceito serve como base para argumentos discriminatórios, especialmente aqueles relacionados à formação de família. Este argumento realça a tensão entre conceitos tradicionais e noções mais inclusivas. A heteronormatividade pode restringir a definição de família, excluindo ou marginalizando famílias que não se encaixam nesse molde.

Hierarquização de direitos humanos: o texto menciona a necessidade de se evitar a hierarquização de direitos humanos, sugerindo que todos os direitos humanos são igualmente importantes. Este argumento ressalta a ideia de que todas as famílias, independentemente de sua composição, merecem igualdade de direitos e proteção. A hierarquização dos direitos humanos pode resultar em algumas famílias sendo consideradas “menos válidas” ou “menos dignas” de direitos do que outras, contrariando os princípios democráticos de igualdade e justiça.

Igualdade e justiça: enfatiza a importância de se olhar para a igualdade, mencionando fontes de referência que abordam questões LGBTQIA+ a partir de uma perspectiva de direitos humanos. Este ponto reforça a ideia de que famílias, independentemente de sua composição, merecem igual consideração e respeito. A igualdade é fundamental para garantir que todas as famílias tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Esses argumentos refletem as tensões nos debates contemporâneos sobre o conceito de família no Brasil. Eles destacam a interação entre noções tradicionais de família e desafios contemporâneos, especialmente no que diz respeito à inclusão e aceitação de famílias LGBTQIA+. Considerando as tensões e contradições dos debates sobre modelos de família apontamos alguns argumentos sobre as noções de política e democracia que subjaz esses argumentos:

Institucionalização e reconhecimento formal das lutas por reconhecimento das famílias homotransafetivas: o fato de a Abraffh ter um estatuto formal indica um desejo de ser reconhecida e operar dentro das estruturas legais e institucionais do país. Em democracias, o reconhecimento formal de associações e organizações é um pilar fundamental. Ele garante que grupos marginalizados e minoritários politicamente tenham suas vozes reverberadas e representadas, o que sugere uma tentativa de garantir direitos e reconhecimento para famílias homotransafetivas dentro do arcabouço legal da sociedade.

Proteção universal: a frase slogan da Abraffh “Porque toda família merece proteção” sugere uma noção inclusiva de família. Em democracias, os direitos são universais e não estão condicionados à conformidade com normas tradicionais ou majoritárias. A ênfase na proteção de “toda família” reflete um argumento democrático de igualdade e inclusão. Isso contraria visões mais restritivas de família e desafia noções conservadoras que podem excluir famílias homotransafetivas.

Participação e debate público: a menção a discussões sobre o estatuto da família, adoção e outros temas sugere um compromisso com o engajamento e debate público. Uma das características centrais da democracia é o debate público robusto e a participação cívica. Ao abrir discussões sobre temas centrais relacionados à família, as organizações estão efetivamente participando do discurso democrático e trabalhando para que vozes marginalizadas sejam ouvidas. Esta abertura ao debate também reflete uma abordagem democrática de construção de consenso e entendimento mútuo.

Em resumo, as discussões sobre família presentes no *corpus* Conservadores refletem várias noções democráticas, incluindo reconhecimento formal, proteção universal e participação no debate público. Estas noções, por sua vez, estão em tensão com visões mais restritivas e conservadoras de família, criando um campo de debate dinâmico e multifacetado em torno do conceito de família no contexto brasileiro.

8.3 Conclusões na dimensão da visibilidade midiática

Com base na análise dos textos do *corpus* provenientes dos dois portais, destacamos que as narrativas e perspectivas sobre família apresentadas variavam de acordo com a orientação editorial e o público-alvo de cada portal. Assim, concluímos que os portais O Globo e Estadão,

frequentemente se posicionam de uma maneira mais equilibrada, trazendo informações que focam em uma abordagem mais informativa. Destacam tópicos de interesse nacional que impactam a família ou que trazem a entidade para o debate público, como discursos políticos, votações no legislativo e decisões no judiciário. As tensões e contradições em torno da família aparecem nas nuances das interpretações ou em pontos específicos de eventos, como datas comemorativas que impactam a entidade familiar, a exemplo da escolha em retratar famílias constituídas por duas mães no dia das mães, ou falas polêmicas de personalidades.

Os sentidos sobre família que emergem dos argumentos postos em cena pelos *media* podem ser interpretados como:

Família e identidade: a família foi apontada nos argumentos como espaço de construção da identidade individual, mas também um *locus* de temor para aqueles que fogem da heteronorma. A identidade LGBTQIA+ se entrelaça com a família de maneiras complexas. Para muitos, a família pode ser uma fonte de apoio; para outros, um local de rejeição. O medo de ser discriminado no local de trabalho ou em outros ambientes sociais e a hesitação em mencionar parceiros com a mesma identidade de gênero são reflexos das tensões entre identidade sexual e expectativas familiares tradicionais. A ideia de “assumir” sua identidade LGBTQIA+ não é apenas um ato público, mas também um ato dentro da família, onde as expectativas tradicionais podem entrar em conflito com a realidade das identidades LGBTQIA+.

Violência e família: a família é frequentemente apresentada como um santuário seguro. No entanto, para muitas pessoas LGBTQIA+, a família e os espaços públicos associados a ela podem ser locais de violência e trauma. A experiência traumática de duas mulheres que foram agredidas por demonstrarem afeto em público ilustra a violência que muitos enfrentam ao tentar viver autenticamente. Esta violência não apenas deixa cicatrizes físicas, mas também emocionais, afetando a capacidade da vítima de se relacionar com os outros e com a sociedade em geral. A família, ao invés de ser um local de apoio, pode muitas vezes amplificar essa violência através da rejeição e do estigma.

Família e direitos civis: a legalização da união entre pessoas do mesmo sexo no Brasil representou uma mudança significativa na relação entre família e direitos civis. O *corpus* traz elementos para confirmar que houve uma corrida aos cartórios após a eleição de Bolsonaro em 2018. Em face da percepção de um ambiente político hostil, muitos na comunidade LGBTQIA+ viram a formalização de suas uniões como uma proteção contra a erosão de seus direitos. Esta

fusão de direitos civis e noções de família ilustra a maneira como a família está profundamente entrelaçada com questões legais e políticas.

Casamentos homoafetivos: o casamento, uma instituição tradicionalmente associada à família, tem sido um campo de batalha para os direitos LGBTQIA+ no Brasil. Os textos mostram que a crescente visibilidade dos casamentos homoafetivos desde 2013 reflete uma mudança gradual nas atitudes sociais e legais em relação à família. No entanto, a prevalência de casamentos entre mulheres sugere que, dentro da comunidade LGBTQIA+, existem nuances de gênero que afetam a maneira como o casamento é percebido e vivenciado.

Família e Gênero: gênero e sexualidade são frequentemente entrelaçados, mas são distintos. A interação entre gênero e família é complexa e multifacetada. A noção de família nos textos apresentados é influenciada não apenas pela identidade sexual, mas também pela identidade de gênero. A família pode ser um local onde as normas de gênero são reforçadas, mas também desafiadas. Para muitos na comunidade LGBTQIA+, a família é um local onde as normas de gênero são negociadas e redefinidas.

Essas temáticas representam uma conclusão aprofundada dos sentidos emergentes de família no *corpus* dessa dimensão, que procura capturar a complexidade e as nuances da interação entre família, identidade, violência, direitos civis, casamento e gênero no contexto brasileiro contemporâneo.

No que diz respeito às noções de democracia que servem como pano de fundo para as tensões sobre as noções de família, podemos concluir que perpassam pelos seguintes temas:

Liberdade de expressão e censura: o *corpus* menciona a tentativa de recolher livros de uma Bienal que abordam o tema da homossexualidade, especialmente aqueles voltados para o público infanto-juvenil. Esta ação representa uma forma de censura e repressão à liberdade de expressão. A democracia é fundamentada na liberdade de expressão e no direito de todos os cidadãos de terem acesso à informação e de se expressarem livremente. O esforço para recolher e reprimir determinados conteúdos sugere uma tentativa de moldar a narrativa pública e limitar a diversidade de vozes e perspectivas.

Direitos civis e reconhecimento legal: a discussão sobre a corrida aos cartórios por casais LGBTQIA+, após a eleição de Bolsonaro, destaca a relação entre família e direitos civis. Em uma democracia, todos os cidadãos devem ter igualdade perante a lei. O temor da comunidade LGBTQIA+ de perder direitos fundamentais, como o reconhecimento de uniões, reflete preocupações sobre a erosão dos princípios democráticos, o que sugere uma percepção de vulnerabilidade em relação aos seus direitos.

Participação e mobilização: a população LGBTQIA+ buscou cartórios para legalizar

suas uniões como uma forma de resposta e afirmação de seus direitos. A democracia não é apenas um sistema político, mas também um processo contínuo de engajamento cívico. A mobilização da comunidade LGBTQIA+ para proteger e afirmar seus direitos é um exemplo de participação democrática. Ao buscar cartórios, a comunidade estava não apenas buscando proteção legal, mas também fazendo uma declaração pública sobre sua presença e direitos na sociedade.

Estas noções de democracia, extraídas das discussões sobre família nos textos analisados, refletem os desafios e tensões enfrentados por comunidades marginalizadas em sociedades democráticas. A família, como instituição central na sociedade, torna-se um campo de batalha onde questões de direitos, igualdade e liberdade são constantemente negociadas e redefinidas.

8.4 Por uma agenda de pesquisa sobre famílias em Comunicação

Esta investigação se constitui um esforço acadêmico em busca de um arcabouço científico capaz de ampliar o debate sobre as famílias, e oferecer subsídios para entendermos como a entidade tem sido destacada em ambientes de visibilidade ampliada e quais diferentes noções sobre a entidade. Contudo, como toda reflexão sobre as lutas discursivas acerca de categorias sociais espacialmente e temporalmente localizadas, nossa pesquisa tem limitações. Os estudos da comunicação e as lutas pelo reconhecimento de diversas modalidades de família oferecem uma visão rica e complexa das dinâmicas sociais contemporâneas. Entretanto, ao conduzir uma pesquisa sobre as noções de família em ambientes de visibilidade ampliada, é preciso estar ciente de algumas limitações.

Ambientes de visibilidade ampliada muitas vezes refletem os valores e ideias das vozes dominantes da sociedade. Isso pode marginalizar ou silenciar as perspectivas de grupos minoritários ou menos representados. A mídia não é um reflexo passivo da realidade, mas uma construção ativa. Portanto, as noções de família retratadas podem ser influenciadas por agendas editoriais, valores culturais dominantes ou imperativos comerciais. Em plataformas digitais, as conversas e debates são efêmeros e constantemente evoluem. Isso pode dificultar a captura de uma “fotografia” estável das noções de família em um determinado momento. A multiplicidade de famílias – em termos de estrutura, cultura, geografia, classe e outros fatores – pode ser difícil de capturar integralmente, especialmente em plataformas que favorecem determinados formatos ou narrativas.

Em debates públicos e nos *media*, a noção de família pode ser instrumentalizada para fins políticos, econômicos ou sociais, obscurecendo compreensões mais genuínas ou diversificadas da família. Métodos de coleta de dados, como análise de conteúdo, têm suas próprias limitações. Eles podem não capturar nuances ou subjetividades associadas às noções de família. Ao analisar discussões públicas sobre família, os pesquisadores devem ser sensíveis a questões de privacidade, consentimento e representação.

Em resumo, enquanto ambientes de visibilidade ampliada oferecem uma rica tapeçaria de *insights* sobre as noções contemporâneas de família, eles também apresentam desafios significativos. Os pesquisadores devem abordar esses ambientes a partir da combinação de ceticismo crítico e abertura, reconhecendo tanto as oportunidades quanto as limitações que eles apresentam.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco?** - 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa. **Compolítica**, v. 8, n. 2, p. 171-206, 2018. Disponível em: <http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/193>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 5-31, Jun, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2023.
- ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. Promoção e defesa dos Direitos Humanos e de Cidadania da comunidade LGBTI+. **Aliançalgbti**, 2016. Disponível em: <http://aliancalgbti.org.br/>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.
- ALONSO, Angela. As teorias de movimentos sociais: Um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03>. Acesso em: 20 set. 2022.
- AÑEZ, Patricia Carolina Saucedo; COSTA, Regina Cazzamatta Spinola. A imagem do Brasil na imprensa alemã, seu impacto na era Bolsonaro e o papel da mídia na ascensão do populismo de direita pelo mundo. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 6, n. 13, p. 201-212, 2019.
- ANÍBAL, Felipe. Arco-íris na urna. **Piauí**, São Paulo, 23 nov. de 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-na-urna/>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FAMÍLIAS HOMOTRANSFETIVAS. Informações sobre a associação e sua história. **ABRAFH**, 2015. Disponível em: <http://www.abrafh.org.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- AVRITZER, Leonardo. A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil. *In*: PINTO, António Costa; GENTILE, Fabio. **Populismo: teoria e casos**. Fortaleza: Edmeta Editora, 2020. p. 145-156. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/46805/1/ICS_ACPinto_Populismos.pdf#page=145. Acesso em: 10 set. 2021.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos de governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 13-20.

AZEVEDO, Mauri de Castro; LIMA, Marcus Antônio Assis. Fake news e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos nas eleições de 2018. **Letrônica**, v. 13, n. 2, p. e35546-e35546, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/view/35546>. Acesso em: 06 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BARROS, Alexandre. Casamentos homoafetivos crescem 61,7% em ano de queda no total de uniões. **Agências de Notícias do IBGE**, Dez. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26192-casamentos-homoafetivos-crescem-61-7-em-ano-de-queda-no-total-de-uniões>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BARROS, Antonio Teixeira de; LEMOS, Cláudia Regina Fonseca. Política, pânico moral e mídia: controvérsias sobre os embargos infringentes do escândalo do Mensalão. **Opinião Pública**, v. 24, p. 291-327, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/d589nCvm6gdcz6rLQBPmfsL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 18 mai. 2020.

BEDANTE, G. N.; VELOSO, A. R. Análise qualitativa por meio do software IRAMUTEQ. **E-dusp**, v. 20, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4292116/mod_resource/content/0/PPGA. Acesso em:

BENTO, Berenice. As famílias que habitam "a família". **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/22396/13408>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**. v. 53. 16 p. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BETZ, H. **Radical right-wing populism in Western Europe**. New York: St. Martin, 1994.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. v. 1. 224p.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon *et al.* **Matrizes Interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB; 2017. p. 17-64. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/59g2d/pdf/braga-9788578795726-02.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

BROWN, W. **Undoing the demos**: Neoliberalism's stealth revolution. Boston: MIT Press, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001. p. 151-172.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. **Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico**: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA, 2016.

CAL, Danila Gentil Rodriguez; BRITO, Rosaly de Seixas (Orgs.). **Comunicação, gênero e trabalho doméstico**: das reiterações coloniais à invenção de outros possíveis. Curitiba: CRV, 2020.

CAL, Danila Gentil Rodriguez; SEREJO, Elias Santos. A minha família existe? Deliberação e conversação política na internet. **Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, p. 133-148, 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/4503. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CANETTIERI, Thiago. Crise do capital e a condição periférica: um ensaio para a interpretação do golpe jurídico-parlamentar no Brasil. **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, 2018.

CANOVAN, Margaret. **Populism**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt P, 1981.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CARPANEZ, Juliana. O que é o "pensamento gramsciano" combatido pelos apoiadores de Bolsonaro? **UOL**, São Paulo, 05 jan. de 2019. Política. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/05/gramsci-pensamento-gramsciano-no-discurso-de-velez-e-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 07 jan. 2021.

CARVALHO, Ketryn. Bolsonaro dispara: “não tenho nada contra homossexual, mas quero minha casa em ordem”, **Observatório G**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3dBjbdp>. Acesso em 24 jun. de 2020.

CASIMIRO, Flávio. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-46.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 35, p. 1-52, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Qmjj7wBTyR6RN4pkTzNqVvc/?lang=pt#>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simoneta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, v. 18, n. 2, p. 201-214, 6 jul. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688>. Acesso em: 03 mar 2022.

COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220136>. Acesso em: 07 jan. 2021.

COOPER, Melinda. **Family values**: Between neoliberalism and the new social conservatism. MIT Press, 2017.

CORRÊA, João Victor C.; SANTOS, Natália P.; NUNES, Valdilene Zanette. Uma análise sobre os discursos na votação do impeachment de Dilma Rousseff: um jogo de máscaras e articulações políticas. **Leopoldianum**, n. 44, p. 87-108, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/822>. Acesso em: 15 set. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE VILHENA, Junia *et al.* Que família? Provocações a partir da homoparentalidade. **Revista Subjetividades**, v. 11, n. 4, p. 1639-1658, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/5034>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DELUCA, Naná. Entre política e celebração, Paradas LGBTI+ reivindicam direitos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>

cotidiano/2020/06/entre-politica-e-celebracao-paradas-lgbti-reivindicam-direitos.shtml. Acesso em: 13 jan. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: O preconceito & a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

DIP, Andrea. “Não dá pra criticar LGBTfobia sem questionar a família”, diz Amanda Palha. **Carta Capital**, São Paulo, 07 mar. de 2020. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-da-pra-criticar-lgbtfobia-sem-questionar-a-familia-diz-amanda-palha/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAMÍLIA. In: **DICIONÁRIO Houaiss de Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2016. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FAMÍLIA. In: **MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramento, 2019. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=fam%C3%ADlia>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FAMÍLIA. In: **DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, 2018. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/fam%C3%ADlia>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FOUCAULT, Michael. **Naissance de la Biopolitique**. Paris: Gallimard, 2005.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANÇA, Vera Veiga. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, A. *et al.* (Org.). **Comunicação e Interação**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-92.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 39- 60.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 154-174.

FRASER, Nancy. A eleição de Donald Trump e o fim do neoliberalismo progressista. **Jornal GGN**, Análise, v. 17, 2017.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, Henrique M. Rodrigues de; CUNHA, Marcus V. M. Júnior; MOSCAROLA, Jean. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, v. 32, n. 3, p. 97-109, 1997.

FREITAS, Nathália Eliza de. **Entre a ‘razão’ econômica neoliberal e as moralidades neoconservadoras: a questão da centralidade da família na política socioassistencial brasileira**. 2020. 320 p. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FUNKE, Manuel; Moritz; TREBESCH, Christoph . Going to extremes: Politics after financial crises, 1870 2014. **European Economic Review**, v. 88, p. 227 260, 2016.

GAZETA DO POVO. Quem é a ativista LGBT que disse: “Queremos destruir a família, sim”. **Gazeta do Povo**, São Paulo, 27 jan. de 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ativista-lgbt-queremos-destruir-a-familia-sim/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GEISELBERGER, Heinrich. **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos—e como enfrenta-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GENTILE, Fabio. Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 49–65, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2674>. Acesso em: 01 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/275/27519919005/>. Acesso em: 25 set 2017.

GONZALEZ, Mariana. Mãe de verdade? Casais LGBT enfrentam problemas por erro no CPF dos filhos. **UOL**, São Paulo, 05 dez. de 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Amor-e-Sexo/noticia/2017/12/coparenting-em-busca-de-pais-e-maes-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GUAZINA, Liziane Soares; LEITE, Gabriela Guerreiro; SANTOS, Ébida. La normalisation de l'agenda anti-genre de Jair Bolsonaro. **Sur le journalisme, About journalism**, v. 10, n. 1, p. 44-61, 2021. Disponível em: <http://www.surlejournalisme.kinghost.net/rev/index.php/slj/article/view/438>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria

normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, n. 21, p. 9-21, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e Comunicação**. São Paulo: Edições 70, 2002.

HALL, Stuart. **The hard road to renewal**: Thatcherism and the crisis of the left. London: Verso, 1988.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing media systems**: Three models of media and politics. Cambridge University Press, 2004.

HENDRIKS, Carolyn M. Integrated deliberation: Reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. **Political studies**, v. 54, n. 3, p. 486-508, 2006.

HENDRIKS, Carolyn M. When the Forum Meets Interest Politics: Strategic Uses of Public Deliberation. **Politics & Society**, v. 34, n. 4, p. 571-602, dez. 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0032329206293641>. Acesso em: 3 dez. 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2013.

IGNAZI, P. The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme-right parties in Europe. **European Journal of Political Research**, v. 22, n.1, p. 3-14, 1992.

IGNAZI, P. **Extreme-right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

IKENBERRY, G. John. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7-23, 2018. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/94/1/7/4762691?login=true>. Acesso em: 18 ago. 2021.

INSTITUTO PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA. Associação civil criada com o intuito de mobilizar a sociedade com vistas a preservar os pilares básicos da Civilização Cristã que estão ameaçados pela Revolução anti-cristã. **IPCO**, 2006. Disponível em: <https://ipco.org.br/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KARAM, Luiza. Coparenting: Em busca de pais e mães nas redes sociais. **Marie Claire**, São Paulo, 04 dez. 2017. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Amor-e-Sexo/noticia/2017/12/coparenting-em-busca-de-pais-e-maes-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 08 fev. 2021.

KARAPIN, Roger. Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. **Hunter College**, New York City, 1998. Disponível em: https://academicworks.cuny.edu/hc_pubs/660/. Acesso em: 10 set. 2021.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Z3ZBDzsKQXQytyCtTVYTRNF/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2021.

LACLAU, Ernesto. **On Populist Reason**. New York: Verso, 2005.

LASSWELL, H; KAPLAN, A. (org.) A linguagem da política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

LAZZERI, Thais. O site que une quem deseja ter filhos sem nenhum compromisso amoroso. **Claudia**, São Paulo, 25 abr. de 2019. Sua Vida. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/o-site-que-une-quem-deseja-ter-filhos-sem-nenhum-compromisso-amoroso/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

LEMOS, Vinicius. Coparentalidade: brasileiros buscam parceiros para ter filhos sem relação amorosa. **BBC News Brasil**, Cuiabá, 09 ago. de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45065810>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LIMA, Isabella. 'Não podia ajudar a salvar vidas por ser gay', diz jovem sobre doação de sangue. **G1**, Santos, 08 jul. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/07/08/nao-podia-ajudar-a-salvar-vidas-por-ser-gay-diz-jovem-sobre-doacao-de-sangue.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MACHADO, Jorge A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n. 18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5657/3256>. Acesso em: 07 jul. 2019.

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *In*: Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, XV, 2006, Bauru-SP. **Anais...** Bauru-SP: UNESP, 2006. p. 1-29. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317020297_Politica_Deliberativa_e_Tipologia_de_Esfera_Publica. Acesso em: 15 set. 2021.

MAIA, Rousiley *et al.* A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth. *In*: FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da comunicação no Brasil**: reflexões contemporâneas. Salvador/Brasília:

Edufba/Compós, 2014a.

MAIA, R. C. M. **Deliberation, the media and political talk**. New Jersey: Hampton Press, 2014.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Editora Ufmg, 2006.

MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 63, p. 91-116, 2007. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-63/597-politica-deliberativa-e-tipologia-de-esfera-publica/file>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MAIA, R., *et al.* A teoria crítica nos estudos da Comunicação: uma agenda empírica para o programa de Jürgen Habermas e de Axel Honneth. In: FRANÇA, V. V. (org.). **Teorias da comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador/Brasília: Edufba/Compós, 2014a.

MANIFESTO QUEER NATION. Texto original que circulou no ACT UP de 1990 em Nova Iorque. **Caderno de Leituras**, n. 53, 2016. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-53-manifesto-queer-nation/>. Acesso em: 05 set. 2021.

MANSBRIDGE, Jane. Everyday Talk in Deliberative System. In: MACEDO, Stephen (ed.). **Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement**. NY: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.

MARANHÃO FILHO, E. M. DE A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional.” **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/9299>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/j0F3rb>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MARTIN, Roberto de. Entidades LGBTI+ processam ministro da Educação em R\$ 5 milhões. **Carta Capital**, São Paulo, 15 out. de 2020. Justiça. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/entidades-lgbti-processam-ministro-da-educacao-em-r-5-milhoes/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

MARTINELLI, Andréa. **O Brasil não pode ser o país do turismo gay, temos famílias, diz Bolsonaro**, Brasil, 24, abril de 2019. Disponível em: <https://d.docs.live.net/7137a0b8c0ac0ca5/>. Acesso em: 23 jun, 2020.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. – 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 11-25.

MATOS, Amanda Pedrosa de. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 573-586, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427424>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MAYRINK, José Maria; GODOY, Marcelo; VENCESLAU, Pedro. Tradição e monarquia no apoio a Bolsonaro. **Estadão**, São Paulo, 09 jun. de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tradicao-e-monarquia-no-apoio-a-bolsonaro,70002862337>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MCCARTY, N.; POOLE, K.; ROSENTHAL, H. **Polarized America**. London: The Mit Press, 2006.

MELLO, Luiz. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campina, n. 24, p. 197-225, jan/jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a10>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.17, p.49-66, jun. 1989. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6190/000438203.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 ago 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; MAIA, Rousiley C. M. Poderia a deliberação enriquecer o reconhecimento?. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, n. 39, p. 70-77, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550195011.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A mídia e a transformação da realidade. **Comunicação e política**, v. 24, n. 2, p. 07-37, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/download/27111391/Texto_Comunicacao_Politica.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; MAIA, Rousiley. Poderia a deliberação enriquecer o reconhecimento? **Famecos**, v. 39, n. 1, p. 70-77, 2009. Disponível em: <http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/5844/4253>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. **Por que gritamos golpe**, 2016. p. 31-37.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MISKOLCI, Richard. Não Somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Coleção CULT. n. 9. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-56. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. **Florestan**. São Carlos, SP, ano 1, n. 2, p. 8-25, nov. 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62>. Acesso em: 30 mar. 2017.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332018000200402&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jan. 2021.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 725-748, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MOUFFE, Chantal. **For a Left Populism**. London, England: Verso Books, 2018. MOUFFE, Chantal. The populist moment. **Simbiótica** (Revista Eletrônica), p. 06-11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/27192/18341>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MOVIMENTO CRISTÃO EM DEFESA DA FAMÍLIA. Conteúdo para defender, fortalecer e promover ações integradas de modo a assegurar, de forma eficaz, a manutenção da família, de acordo com os princípios da Bíblia Sagrada, Palavra de Deus, e de seus integrantes. **Click Família**, 2016. Disponível em: <http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MUDDE, Cas. KALTWASSER, Rovira. **Populism**: A Very Short Introduction. Nova York: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, Cas. **The Far Right Today**. Cambridge: John Wiley & Sons, 2019.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Studying populism in comparative perspective: reflections on the contemporary and future research agenda. **Comparative Political Studies**, v. 27, n. 1, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414018789490>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MÜLLER, J. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49- 55, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NIKLAS, Jan. Ativistas veem crescimento de ameaças físicas contra LGBTQ+ na internet e vão monitorar surgimento de grupos de ódio. **O Globo**, São Paulo, 04 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ativistas-veem-crescimento-de-ameacas-fisicas-contralgbt-na-internet-vao-monitorar-surgimento-de-grupos-de-odio-1-24776117>. Acesso em: 05 jan. 2021.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. New York: Cambridge University Press, 2019.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash. **Harvard JFK School of Government Faculty Working Papers Series**, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2818659. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; BECKER, Simone. Regimes de verdade, regimes de governamentalidade: uma análise foucaultiana sobre o estatuto da família. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 9, p. 15 a 30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/6569>. Acesso em: 24 jan. 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PAIS AMIGOS. Grupo de pessoas que defendem o direito à autonomia do ser humano de reprodução com responsabilidade e planejamento. **Pais Amigos**, 2017. Disponível em: <https://paisamigos.com/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PANIZZA, F. Introduction: populism and the mirror of democracy. In: PANIZZA, F (Org.). **Populism and the mirror of democracy**. London: Verso, 2005. Disponível em: <http://doi.org/10.1080/01402388808424678>. Acesso em: 3 ago. 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana *et al.* **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Oficina Raquel, 2019.

PINZANI, Alessandro. Habermas leitor de Kohlberg: o desenvolvimento moral da sociedade pós-convencional. **Revista Mente, Cérebro & Filosofia**, v. 8, p. 33-39, 2009.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 33, n. 96. 22 p. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 fev. 2021.

PUPPO, Amanda. Bolsonaro: família é homem e mulher porque está na Constituição e na Bíblia. **Estadão**, Brasília, 10 ago. 2019. Governo Bolsonaro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/10/bolsonaro-familia-e-homem-e-mulher-porque-esta-na-constituicao-e-na-biblia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 dez. 2020.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. In: FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. Application de la méthode ALCESTE à de " gros" corpus et stabilité des " mondes lexicaux": analyse du " CableGate" avec IRAMUTEQ. In: **11èmes Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. 2012. p. 835-844.

REGEN, M. **Instituição família**. São Paulo: Sorri, 1998.

REINERT, Max. Classification descendante hiérarchique et analyse lexicale par contexte-application au corpus des poésies D'A. Rihbaud. **Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique**, v. 13, n. 1, p. 53-90, 1987.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silva; CODO; Wanderlei (Orgs.), **Psicologia Social: O homem em movimento**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2020.

REZENDE, Gabriel Silva; SANTANA, Júlia Lima. Crise política – axiologia, emergências sociais e alterações da agenda política no Brasil pós 2013. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 1, n. 27, p. 101-118, 2018. Disponível em: <https://csonline.ufjf.edu.br/csonline/article/viewFile/2772/1827>. Acesso em: 30 dez. 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**: estudos neolatinos, v. 7, p. 305-322, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/PQ>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, v. 7, n. 2, p. 305-322, dez 2005.

RODRIGUES, Natália. Família: casais homoafetivos encontram dificuldade para terem dupla maternidade ou paternidade reconhecidas. **O Globo**, São Paulo, 07 dez. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/familia-casais-homoafetivos-encontram-dificuldade-para-terem-dupla-maternidade-ou-paternidade-reconhecidas-1-24781522>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ROSAS, Juliana Monteiro Maia Pereira. O afeto como elemento transformador do conceito de família. **Na prática jurídica**, p. 52, 2019. Disponível em: <http://abpj.org.br/downloads/a849874a04611334895d8ca4e8dbdf16.pdf#page=55>. Acesso em: 15 jun, 2021.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n. 21, p. 1-88, 2003.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTANA, Anderson. Padre critica comunidade LGBTQIA+ em missa na PB; entidade rebate. **UOL**, Recife, 04 fev. de 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2021/02/04/padre-critica-comunidade-lgbtqia-em-missa-na-pb-entidade-rebate.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SANTOS CARNEIRO, Raylson dos; LOPES, Thiago Beirigo; DIAS, Chiara Maria Seidel Luciano. Ensino de Matemática na Revista Prática Docente: uma Análise de Similitude com o uso do IRaMuTeQ. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 1, p. e035-e035, 2022.

SANTOS JÚNIOR, João Geraldo dos. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP)**. Um Movimento Ultramontano na Igreja Católica do Brasil? 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/2060/1/Joao%20Geraldo%20dos%20Santos%20Junior.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SANTOS, Alan dos. **As origens das guerras culturais**: conflito morais, identidades, biopolítica e luta de classes. Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, Frederio Rios C. dos. O problema da laicidade na doxa do discurso conservador: O caso do impeachment de Dilma Rousseff. **Discurso & Sociedad, Barcelona**, v. 14, n. 3, p. 522-545, 2020. Disponível em:

<http://www.dissoc.org/ediciones/v14n03/DS14%283%29dosSantos.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Dossiê: Movimentos sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>. Acesso em: 08 out 2017.

SEREJO, Elias Santos; CAL, Danila; LAGE, Leandro Rodrigues. Ação coletiva política e luta por reconhecimento: a atuação da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) na defesa de outras modalidades de famílias. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 85-105, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4851/4191>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SEREJO, Elias; CAL, Danila. Em defesa de que famílias? Bolsonarismo, pânico moral e o protagonismo da categoria família nas eleições de 2018. **Revista EPTIC**, v. 23, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13887>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, Andressa Henning; FOSSA, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. 2015. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, Paulo Vasconcelos; JORGE, Tania Araújo. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. **CIAIQ**, v. 2, p. 41-48, 2019. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2002/1938>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SILVA, Wellington Teodoro da; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAUJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma tepria conservadora. **Cultura y religión**, v. 15, n. 1, p. 180-222, 2021.

SOLANO, E. Apresentação. In: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 13-17.

SOLANO, E. La Bolsonarización de Brasil. **Documentos de Trabajo IELAT**, Madrid, n. 121, p. 4-41, abr. 2019. Disponível em: https://ielat.com/wp-content/uploads/2019/03/DT_121_Esther-Solano-Gallego_Web_abril-2019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. A Ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2021. p. 21-34.

STENGEL, F.; MACDONALD, D.; NABERS, D. Introduction: Analyzing the Nexus Between Populism and International Relations. *In*: STENGEL, Frank; MACDONALD, David; NABERS, Dirk (eds.). **Populism and World Politics: Exploring Inter-and Transnational Dimensions**. Cham, Suíça: Palgrave Mcmillan, 2019. p. 1-22.

TAGGART, P. New populist parties in Western Europe. **West European Politics**, vol. 18, n.1, p. 34-51, 1995.

TRAVESTI admite em palestra que objetivo do movimento LGBT é “destruir a família”. **Notíciasgospelmais**, 2020. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/travesti-movimento-lgbt-destruir-a-familia-129941.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TRAVESTI revela que “destruir a família” é estratégia política do movimento LGBT. **Guiame**, São Paulo, 27 jan. de 2020. Família. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/familia/travesti-revela-que-destruir-familia-e-estrategia-politica-do-movimento-lgbt.html>. Acesso em: 02 fev. 2021.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n.3, p. 507-514, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2021.

UZIEL, Anna Paula. **Familia e homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. 2002. 262 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280718>. Acesso em: 8 set. 2021.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo. **Revista Latinoamericana de Estudios de Familia**, v. 1, jan./dez., p. 104-115, 2009. Disponível em: http://revlatinofamilia.ucaldas.edu.co/downloads/Rlef1_6.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.

VEIGA, Luciana Fernandes. Cultura política: Valores democráticos, preferências políticas, autoritarismo e nova direita. *In*: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 391-407.

VERA, Vera. Quére: dos modelos da comunicação. Estudos Midiáticos. **Revista Fronteiras**, v. 5, n. 2, 2003.

VERRUMO, Marcel. Conheça os solteiros que são sócios na tarefa de ter de um filho. **Super Interessante**, São Paulo, 20 abr. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/conheca-os-solteiros-que-sao-socios-na-tarefa-de-ter-de-um-filho/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

VIANA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?”. *In*: VAINER, C. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

VIZER, Eduardo. Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias. *In*: FERREIRA, Jairo.; VIZER, Eduardo. (ORGs.) **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

VON BEYME, Klaus. Right-wing extremism in post-war Europe. **West European Politics**, v. 11, n. 2, p. 1-18, 1988. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/>. Acesso em 13 abr. 2020.

WORTH, Oweb. **Morbid Symptoms**: The Global Rise of the Far-right. [s.l.] Zed Books Ltd., 2019.

ZASLOVE, A. The populist radical right: Ideology, party families and core principles. **Political Studies Review**, v. 7, n. 3, p. 309-318, 2009.

APÊNDICE A – CORPUS TEXTUAL OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Portal	Texto	Título	Link
Abrafh	0001	Estatuto Social da Abrafh	http://www.abrafh.org.br/Documentos/EstatutoSocial2017.pdf
Abrafh	0002	Porque toda família merece proteção	http://www.abrafh.org.br/
Abrafh	0003	Sobre a Abrafh	http://www.abrafh.org.br/
Abrafh	0004	Quem somos	http://www.abrafh.org.br/
Abrafh	0005	Atuação	http://www.abrafh.org.br/
Abrafh	0006	Nossos pilares	http://www.abrafh.org.br/
Aliança	0007	Carta da Diversidade 2019	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Carta-da-Diversidade-2019.pdf
Aliança	0008	Contribuições para as teses do Congresso Internacional LGBTI+	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/MIOLO-Livro-contribui%C3%A7%C3%B5es-para-teses-05-11.pdf
Aliança	0009	Nota de repúdio da Aliança Nacional LGBTI+ à fala do Exmo. Presidente Jair Messias Bolsonaro sobre organizações familiares	https://aliancagbti.org.br/2019/09/07/nota-de-repudio-da-alianca-nacional-lgbti-a-fala-do-exmo-presidente-jair-messias-bolsonaro-sobre-organizacoes-familiares/
Aliança	0010	Manual de Comunicação LGBTI+	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0011	Prefácio	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0012	Introdução	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0013	Sexualidade, gênero e sexo biológico	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0014	O EXEMPLO DE MALTA	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0015	Orientação Sexual	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0016	Identidade e Expressão de Gênero	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0017	Identidade e expressão de Gênero	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0018	Discriminação, preconceito e estereótipo	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0019	Conquistas e avanços	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0020	BREVE HISTÓRICO DA LUTA LGBTI+	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0021	Não erre! Termos e comportamentos a evitar	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

Aliança	0022	Substitua preconceito por informação correta	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
Aliança	0023	Sugestões de pautas do movimento LGBTI+	https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2019/12/manual-comunicacao-LGBTI.pdf
DefFamília	0024	A Família E O Voto	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/a-familia-e-o-voto/
DefFamília	0025	Dia Nacional De Valorização Da Família	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/dia-nacional-de-valorizacao-da-familia/
DefFamília	0026	CARTA ABERTA AOS CRISTÃOS DO RIO DE JANEIRO	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/carta-aberta-aos-cristaos-do-rio-de-janeiro/
DefFamília	0027	Repúdio À Tirania Midiática – Um Manifesto	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/repudio-a-tirania-midiatica-um-manifesto/
DefFamília	0028	Movimento Cristão em Defesa da Família - Como tudo começou	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/acoes/?event_id1=2
DefFamília	0029	Manifesto	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/index.php/manifesto/
DefFamília	0030	Quem Somos	http://clickfamilia.org.br/emdefesadafamilia/#quem-somos
Estadão	0031	Bolsonaro recebe apoio de líderes evangélicos	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos,70002527014
Estadão	0032	Na ONU, Bolsonaro diz que incêndios são usados em campanha internacional contra o governo brasileiro	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-bolsonaro-diz-que-incendios-sao-usados-em-campanha-internacional-contr-o-governo-brasileiro,70003447712
Estadão	0033	Candidatos do centro se unem contra Haddad e Bolsonaro no penúltimo debate do 1º turno	https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/candidatos-do-centro-se-unem-contr-a-bolsonaro-no-penultimo-debate-do-1-turno/
Estadão	0034	Eu vejo o homossexualismo como um defeito', diz príncipe imperial em festival literário	https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,eu-vejo-o-homossexualismo-como-um-defeito-diz-principe-imperial-em-festival-literario,70001760399
Estadão	0035	Bastidores: Pressionado, Bolsonaro ouviu auxiliares para modular discurso na ONU	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bastidores-pressionado-bolsonaro-ouve-auxiliares-para-modular-discurso-na-onu,70003448090
Estadão	0036	Lideranças das bancadas evangélica e da bala assumem apoio a Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,liderancas-das-bancadas-evangelica-e-da-bala-assumem-apoio-a-bolsonaro,70002530862
Estadão	0037	Tabus acirram disputa Crivella-Freixo	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,tabus-acirram-disputa-crivella-freixo,10000080014
Estadão	0038	Bolsonaro diz que não vai 'ficar de cócoras para ser punido'	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-nao-se-preocupar-com-processo-e-que-suas-palavras-sao-inviolaveis,10000080184
Estadão	0039	Bancada evangélica da Câmara oficializa apoio a Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bancada-evangelica-oficializa-apoio-a-bolsonaro,70002532347

Estadão	0040	Casamentos gays aumentam 61% em um ano; eleição de Bolsonaro pode ter contribuído	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,casamentos-gays-aumentam-61-em-um-ano-eleicao-de-bolsonaro-pode-ter-contribuido,70003113114
Estadão	0041	Após bancada evangélica vetar educador, Bolsonaro anuncia colombiano para Educação	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-bancada-evangelica-vetar-educador-bolsonaro-anuncia-colombiano-para-educacao,70002617911
Estadão	0042	‘Não é requisito para ser ministro da educação saber sobre dicionário dos travestis ou feminismo’, diz Eduardo Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/nao-e-requisito-para-ser-ministro-da-educacao-saber-sobre-dicionario-dos-travestis-ou-feminismo-diz-eduardo-bolsonaro/
Estadão	0043	Bolsonaro é o preferido dos partidos que ainda não existem	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-o-preferido-dos-partidos-que-ainda-nao-existem,70001900665
Estadão	0044	Marcelo Crivella manda recolher HQ com beijo gay e fiscais são vaiados na Bienal do Rio	https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,fiscais-da-ordem-publica-buscam-copias-de-hq-com-personagem-gay-na-bienal-do-livro,70002999710
Estadão	0045	Ministro Marco Aurélio, do STF, diz que não viu nada 'de mais' em livro criticado por Crivella	https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,ministro-marco-aurelio-do-stf-diz-que-nao-viu-nada-de-mais-em-livro-criticado-por-crivella,70003000046
Estadão	0046	‘Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja’, diz Damares Alves	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-a-politica-que-vai-mudar-esta-nacao-e-a-igreja-diz-damares-alves,70002636241
Estadão	0047	Brasil confronta epidemia de violência antigay	https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,brasil-confronta-epidemia-de-violencia-antigay,10000061599
Estadão	0048	Presidente do TJ suspende liminar que barrava apreensão de obras LGBTs na Bienal do Rio	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/presidente-do-tj-suspende-liminar-que-barrava-apreensao-de-obras-lgbts-na-bienal-do-rio/
Estadão	0049	Em cultos para 6 mil pessoas, pregação contra o aborto	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-cultos-para-6-mil-pessoas-pregacao-contra-o-aborto,70002636403
Estadão	0050	Filósofo conservador, novo ministro quer manter valores tradicionais	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,filosofo-conservador-novo-ministro-quer-manter-valores-tradicionais,70002619568
Estadão	0051	Toffoli barra apreensão de livros com temática LGBT na Bienal do Rio	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/toffoli-barra-apreensao-de-livros-na-bienal-do-rio/
Estadão	0052	Evangélicos expõem críticas ao governo Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evangelicos-expoem-criticas-ao-governo-bolsonaro,70002748658
Estadão	0053	Prisão de Lula acelera tendência conservadora na América Latina, diz The Wall Street Journal	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,prisao-de-lula-acelera-tendencia-conservadora-na-america-latina-diz-the-wall-street-journal,70002260809
Estadão	0054	Só 2 em cada 10 brasileiros admitem ser preconceituosos, diz pesquisa do Ibope	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,s-o-2-em-cada-10-brasileiros-admitem-ser-preconceituosos-diz-pesquisa-do-ibope,70002034390
Estadão	0055	Conselho de Ética livra Bolsonaro de cassação	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-etica-livra-bolsonaro-de-cassacao,10000087334

Estadão	0056	Justiça confirma condenação de Bolsonaro por afirmações homofóbicas	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-confirma-condenacao-de-bolsonaro-por-afirmacoes-homofobicas,70002078704
Estadão	0057	Com críticas à Lava Jato e defesa do Coaf, Aras é aprovado na CCJ para a Procuradoria-Geral	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/com-criticas-a-lava-jato-e-defesa-do-coaf-aras-e-aprovado-na-ccj-para-a-procuradoria-geral/
Estadão	0058	Família Bolsonaro critica a democracia do Brasil desde 1990; relembre	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,familia-bolsonaro-critica-a-democracia-do-brasil-desde-1990-relembre,70003004404
Estadão	0059	Ator de 'Malhação' conta como foi assumir sexualidade à mãe	https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,ator-de-malhacao-counta-como-foi-assumir-sexualidade-a-mae,70002542442
Estadão	0060	Esquerda tentava caracterizar cidadão 'normal' como exceção, diz presidente do BB	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquerda-tentava-caracterizar-cidadao-normal-como-excecao-diz-presidente-do-bb,70002807108
Estadão	0061	Quem são os evangélicos cotados para assumir uma vaga do STF	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,quem-sao-os-evangelicos-cotados-para-assumir-uma-vaga-do-stf,70002918311
Estadão	0062	Estado sem família é um bando', diz Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,estado-sem-familia-e-um-bando-diz-bolsonaro,70002641831
Estadão	0063	Eleito, Bolsonaro diz que vai unir e 'pacificar' o País	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleito-jair-bolsonaro-diz-que-vai-unir-e-pacificar-o-pais,70002570944
Estadão	0064	Especialistas veem Moraes ligado a STF 'conservador'	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,especialistas-veem-moraes-ligado-a-stf-conservador,70001662227
Estadão	0065	Escola de Princesas ensina etiqueta, culinária e organização de casa a meninas de 4 anos	https://emails.estadao.com.br/noticias/compertamento,escola-de-princesas-ensina-etiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos,10000081544
Estadão	0066	Pré-campanha de Bolsonaro se volta a eleitorado evangélico	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pre-campanha-de-bolsonaro-se-volta-a-eleitorado-evangelico,70002288241
Estadão	0067	'Só não vamos fazer pacto com o diabo', afirma Bolsonaro	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,so-nao-vamos-fazer-pacto-com-o-diabo-afirma-bolsonaro,70002400591
Estadão	0068	Entenda o que propõe o programa Escola Sem Partido	https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/entenda-o-que-propoe-o-programa-escola-sem-partido/
Estadão	0069	'A força de Bolsonaro é a preservação da família', afirma Crivella	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-forca-de-bolsonaro-e-a-preservacao-da-familia-afirma-crivella,70002618038
Estadão	0070	Cotado para Ministério da Educação, Schelb foi alvo de processo do MPF por incentivar censura	https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cotado-para-ministerio-da-educacao-schelb-foi-alvo-de-processo-do-mpf-por-incentivar-censura,70002617642
Estadão	0071	Nova regra simplifica registro de bebês gerados por barriga de aluguel	https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,nova-regra-simplifica-registro-de-bebes-gerados-por-barriga-de-aluguel,70000022258
Estadão	0072	Damares se compromete com empregabilidade de transexuais	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,damares-se-compromete-com-empregabilidade-de-transexuais,70002653751

Estadão	0073	Em Santa Catarina, promotor tenta anular casamentos de pessoas do mesmo sexo	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,em-santa-catarina-promotor-tenta-anular-casamentos-de-pessoas-do-mesmo-sexo,70002358339
Estadão	0074	Raio-x da ONU apresenta Brasil como país com 'discriminação estrutural'	https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,raio-x-da-onu-apresenta-brasil-como-pais-com-discriminacao-estrutural,70001746424
Estadão	0075	Nos Estados, candidatos adotam tática 'linha dura'	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nos-estados-candidatos-adotam-tatica-linha-dura,70002553775
Estadão	0076	Bolsonaro assina compromisso pela 'união entre homem e mulher'	https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/bolsonaro-assina-compromisso-pela-uniao-entre-homem-e-mulher/
Estadão	0077	Bolsonaro visita Arquidiocese do Rio para reafirmar posição contra aborto e drogas	https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-visita-arquidiocese-do-rio-reafirmar-posicao-contra-aborto-e-drogas,70002550928
InstPlínio	0078	A caça ao ódio polarizador nos Estados Unidos	https://www.ipco.org.br/caca-ao-odio-polarizador-nos-estados-unidos
InstPlínio	0079	A verdadeira essência do comunismo	https://www.ipco.org.br/a-verdadeira-essencia-do-comunismo
InstPlínio	0080	Contradições do movimento feminista	https://www.ipco.org.br/contradicoes-do-movimento-feminista
InstPlínio	0081	Gramsci e o Brasil	https://www.ipco.org.br/gramsci-e-o-brasil
InstPlínio	0082	Ideologia de Gênero — perniciosa perseguição religiosa	https://www.ipco.org.br/ideologia-de-genero-perseguiacao-religiosa
InstPlínio	0083	Ideologia de Gênero conduz a aberrações morais	https://www.ipco.org.br/ideologia-de-genero-conduz-aberracoes-morais
InstPlínio	0084	Lituânia marcha contra o aborto, pela família	https://www.ipco.org.br/lituania-marcha-contra-o-aborto-pela-familia
InstPlínio	0085	Mensagem do Chefe da Casa Imperial do Brasil	https://www.ipco.org.br/dom-luiz-chefe-casa-imperial-brasil-7-setembro
InstPlínio	0086	Projeto troca referências a “gênero” por “sexo” na Lei Maria da Penha	https://www.ipco.org.br/projeto-troca-referencias-genero-por-sexo-na-lei-maria-da-penha
InstPlínio	0087	Santa Catarina de Sena: não temer a opinião dos homens	https://www.ipco.org.br/santa-catarina-de-sena-nao-temer-a-opiniao-dos-homens
InstPlínio	0088	TRADIÇÃO, FAMÍLIA, PROPRIEDADE	https://www.ipco.org.br/tradicao-familia-propriedade
InstPlínio	0089	URGENTÍSSIMO!!!! O PLC 122 voltará à pauta nesta semana!	https://www.ipco.org.br/urgentissimo-plc-122-voltara-pauta-nesta-semana
O Globo	0090	Ativista LGBT, Felipe Cabral estreia peça sobre novas famílias homoafetivas	https://blogs.oglobo.globo.com/marina-caruso/post/ativista-lgbt-felipe-cabral-estreia-eca-sobre-novas-familias-homoafetivas.html
O Globo	0091	Famílias fora do armário: Agência fotografa casais LGBT	https://blogs.oglobo.globo.com/gente-bona/post/familias-fora-do-armario-agencia-fotografa-casais-lgbt.html
O Globo	0092	Leila Diniz: coragem, liberdade e o privilégio que é dar para quem se tem vontade	https://oglobo.globo.com/cultura/celina/leila-diniz-coragem-liberdade-o-privilegio-que-dar-para-quem-se-tem-vontade-1-24083759#:~:text=Exclusivo%20para%20Assinantes-,Leila%20Diniz%3A%20coragem%2C%20liberdade%20e%20o%20privil%C3%A9gio%20que%20%C3%A9%20dar,s%C3%A4mbolo%20nacional%20de%20contestat%C3%A7%C3%A3o%20feminina%3F

O Globo	0093	STF determina que famílias homoafetivas não podem ser excluídas de políticas públicas	https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-determina-que-familias-homoafetivas-nao-podem-ser-excluidas-de-politicas-publicas-23952052
O Globo	0094	Bolsonaro quer termos 'pai' e 'mãe' em formulário de passaportes brasileiros	https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-quer-termos-pai-mae-em-formulario-de-passaportes-brasileiros-23800048
O Globo	0095	Universidade federal lança vestibular específico para transgêneros, travestis e intersexuais	https://oglobo.globo.com/sociedade/universidade-federal-lanca-vestibular-especifico-para-transgeneros-travestis-intersexuais-23796602
O Globo	0096	Vaticano defende manual cristão sobre gênero nas escolas	https://oglobo.globo.com/sociedade/vaticano-defende-manual-cristao-sobre-genero-nas-escolas-23729615
O Globo	0097	TJ do Rio reconhece união estável de duas mulheres que moraram juntas por 8 anos	https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/tj-do-rio-reconhece-uniao-estavel-de-duas-mulheres-que-moraram-juntas-por-8-anos.html
O Globo	0098	Senador questiona Aras por assinar carta que pede 'cura gay'. 'O senhor não reconhece a minha família?'	https://oglobo.globo.com/brasil/senador-questiona-aras-por-assinar-carta-que-pede-cura-gay-senhor-nao-reconhece-minha-familia-23972890
O Globo	0099	Importação de sêmen para fertilização cresce no Brasil	https://oglobo.globo.com/sociedade/importacao-de-semen-para-fertilizacao-cresce-no-brasil-23901093
O Globo	0100	Toffoli suspende decisão do TJ do Rio que permitia apreensão de obras LGBT na Bienal	https://oglobo.globo.com/cultura/toffoli-suspende-decisao-do-tj-do-rio-que-permitia-apreensao-de-obras-lgbt-na-bienal-23935138
O Globo	0101	Negar as Ciências Humanas nos deixa à deriva num mundo movido por forças econômicas', diz Judith Butler	https://oglobo.globo.com/sociedade/negar-as-ciencias-humanas-nos-deixa-deriva-num-mundo-movido-por-forcas-economicas-diz-judith-butler-23647897
O Globo	0102	Comissão do Senado aprova união estável entre pessoas do mesmo sexo	https://oglobo.globo.com/sociedade/comissao-do-senado-aprova-uniao-estavel-entre-pessoas-do-mesmo-sexo-21031322
O Globo	0103	Juristas avaliam que prefeitura não tem poder para retirar publicação da Bienal do Livro	https://oglobo.globo.com/cultura/juristas-avaliam-que-prefeitura-nao-tem-poder-para-retirar-publicacao-da-bienal-do-livro-23931632
O Globo	0104	Justiça concede liminar que impede prefeitura de buscar e apreender obras na Bienal	https://oglobo.globo.com/cultura/justica-concede-liminar-que-impede-prefeitura-de-buscar-apreender-obras-na-bienal-23932978
O Globo	0105	Mês da Visibilidade Lésbica: mulheres compartilham histórias de preconceito	https://oglobo.globo.com/celina/mes-da-visibilidade-lesbica-mulheres-compartilham-historias-de-preconceito-23848163
O Globo	0106	Mais da metade dos bairros de São Paulo registraram violência contra LGBTIs em 2018	https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-da-metade-dos-bairros-de-sao-paulo-registraram-violencia-contralgbtis-em-2018-24062436
O Globo	0107	Casamentos LGBTI dispararam em 2018 no Brasil; especialistas apontam 'efeito Bolsonaro'	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/casamentos-lgbti-dispararam-em-2018-no-brasil-especialistas-apontam-efeito-bolsonaro-1-24117002